



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO**

EGIDIO MARTINS

**PESCADORES ARTESANAIS DA COLÔNIA Z-16:
RELAÇÕES DE PRODUÇÃO-FORMAÇÃO E *PRÁXIS* POLÍTICA**

**Belém
2017**

EGIDIO MARTINS

**PESCADORES ARTESANAIS DA COLÔNIA Z-16:
RELAÇÕES DE PRODUÇÃO-FORMAÇÃO E *PRÁXIS* POLÍTICA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, na linha de pesquisa Políticas Públicas Educacionais, como requisito final para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araujo.

**Belém
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central da UFPA, Belém-PA

Martins, Egídio.

Pescadores artesanais da colônia Z-16: relações de produção-formação e *práxis* política / Egídio Martins. — 2017.

Orientador: Ronaldo Marcos de Lima Araújo

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017.

1. Pescadores – Atividade Política – Cametá (PA). 2. Colônia de pescadores – Cametá (PA). 3. Educação e Estado – Cametá (PA). 4. Movimentos sociais – Cametá (PA). I. Título.

CDD - 23. ed. 305.5098115

EGIDIO MARTINS

**PESCADORES ARTESANAIS DA COLÔNIA Z-16:
RELAÇÕES DE PRODUÇÃO-FORMAÇÃO E PRÁXIS POLÍTICA**

Esta tese foi julgada adequada à obtenção do título de Doutor em Educação e aprovada em sua forma final pelo Curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará.

Belém, 5 de julho de 2017.

Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araujo (Orientador)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer (Avaliadora Externa)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Lia Tiriba (Avaliadora Externa)
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva (Avaliador Interno)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues (Avaliador Interno)
Universidade Federal do Pará (UFPA)

**Belém
2017**

À minha mãe Santina Pureza Martins, que me orientou nos caminhos do bem da vida e educou-me para respeitar e valorizar as pessoas e o conhecimento crítico, elementos fundamentais na sociedade da incerteza.

À memória dos meus avós maternos Elpidio Rodrigues Martins e Joana Pureza Martins, que fizeram parte intensiva da minha infância.

À minha esposa Valdileia Carvalho da Silva, que sempre entendeu e apoiou este momento de conquista.

Aos meus filhos Egileno da Silva Martins, Egilie da Silva Martins, Bruno Wendell da Silva, que, embora não tenham compreensão ainda de uma conquista como esta, sempre estiveram presentes nos movimentos deste trabalho.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araújo, pela chamada de atenção no momento preciso, pela dedicação e profissionalismo durante a construção deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem a colaboração de um conjunto de sujeitos, que, direta ou indiretamente, contribuíram para tal materialização. Portanto, agradeço:

À minha mãe e amiga **Santina Pureza Martins**, que sempre apoiou meus sonhos, incentivando a lutar pela minha realização pessoal, profissional e científica.

À minha esposa **Valdileia Carvalho da Silva**, que sempre compreendeu e apoiou minha vida acadêmica.

Ao meu orientador Prof. **Dr. Ronaldo Marcos de Lima Araujo**, que aceitou o desafio de me orientar no Mestrado e agora no Doutorado, com base numa relação amigável e profissional.

Ao Prof. Dr. Doriedson do Socorro Rodrigues, que contribuiu na orientação desta pesquisa, muito grato pelas suas contribuições.

A todos os meus professores e professoras da turma do Doutorado 2014, que possibilitaram uma leitura crítica acerca da temática em estudo, ao mesmo tempo em que indicaram literaturas para sustentar a pesquisa.

À Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá, por ter proporcionado as bases científicas e os incentivos para a realização deste estudo.

Ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, com todos os seus funcionários, por prestar serviços quando necessários para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva, à Profa. Dra. Maria Clara Bueno Fischer e à Profa. Dra. Lia Tiriba, que fizeram parte da banca de qualificação, contribuindo significativamente com suas ponderações.

Ao **GEPTE** — Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação, que proporcionou espaço de discussão, de diálogo, de amizade, de publicação entre outros, indispensável na construção deste trabalho.

À Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, que não mediu esforços para contribuir nos momentos oportunos por meio dos dados do presente estudo.

À minha turma de Doutorado 2014, pela amizade e pelas contribuições nas ponderações das discussões em sala de aula, que, sem dúvida, somaram para direcionar e delimitar o objeto da pesquisa.

“Uma ideia torna-se uma força material
quando ganha as massas organizadas.”
Karl Marx

RESUMO

A presente tese aborda as relações de produção-formação e *práxis* política dos Pescadores Artesanais da Colônia Z-16, no município de Cametá, no Estado do Pará. Trata-se de um Estudo de Caso, com abordagem qualitativa, apoiado no materialismo histórico dialético. Como procedimentos de coleta de dados, utilizamos entrevistas semiestruturadas e análise documental, o tratamento dos dados seguiu as orientações da análise de conteúdo. Os fundamentos teóricos se pautam principalmente em Marx (2013), Gramsci (1988), Lukács (2013), Vázquez (2011), Thompson (2011), Grzybowski (1987), Mészáros (2005), Marx e Engels (2009) e outros. Nossa hipótese destaca que os pescadores da Z-16, ao desenvolverem suas atividades de subsistência, materializam relações de produção-formação e, integradamente, constituem uma *práxis* política que se contrapõe à lógica da classe dominante. Identificamos que os pescadores assumem uma *práxis* política coletiva, fruto das suas relações de produção-formação e de sua experiência histórica no contexto da luta de classes, mas que essa se dá em meio a contradições em relação ao poder estatal burguês e em relação aos próprios pescadores. Concluímos que esses sujeitos, ao mesmo tempo que produzem, formam-se como sujeitos políticos, construindo espaço a partir de suas organizações, de modo que, ao lutar para dar conta de sua existência, constroem também uma postura social contra-hegemônica. São experiências desenvolvidas pelos pescadores que ultrapassam os trabalhos como atividade técnica da pesca e que os fortalecem como uma fração da classe trabalhadora.

Palavras-chave: *Práxis* política. Produção-formação. Fração de classe. Saberes de pescadores.

ABSTRACT

This thesis discusses the relations of production and training, as well as the political *praxis* of the Artisanal Fishermen of the Z-16 Colony, in the municipality of Cametá, in the State of Pará. It is a case study with a qualitative approach, based on the Dialectical historical materialism. As data collection procedures, we used the semi-structure interviews and the documentary analysis; Already the data treatment followed the guidelines of the content analysis. The theoretical foundations are mainly Marx (2013), Gramsci (1988), Lukács (2013), Vázquez (2011), Thompson (2011), Grzybowski (1987), Mészáros (2005), Marx and Engels (2009) and others. Our hypothesis considers that the fishermen of Z-16 materialize relations of production and formation in an integrated way, when they develop their activities of subsistence, and this constitutes a political praxis that is opposed to the logic of the ruling class. We find that fishermen assume a collective political *praxis*, a result of their relations of production and formation, but also of their historical experience in the space of the class struggle, and this happens with contradictions in relation to the bourgeois state power and in relation to the fishermen themselves. We conclude that these people constitute themselves as political people at the same time as they produce, and build space from their organizations, so they also construct a counter-hegemonic social stance when they struggle to maintain their existence. These are experiences developed by these fishermen who go beyond work as an activity of simple fishing technique and this strengthens as a fraction of the working class.

Keywords: Political *praxis*. Production-training. Fraction of class. Fishing knowledge.

RESUMÉ

Cette thèse traite des rapports de production et formation ainsi que la pratique politique de la Colonie des pêcheurs Z-16 dans la ville de Cametá, État du Pará. Il constitue une étude de cas avec une approche qualitative, basée sur matérialisme historique dialectique. Les procédures de collecte des données utilisées étaient des interviews semiestructurées et analyse des documents; puisque le traitement des données a suivi les directives d'analyse de contenu. Les fondements théoriques sont principalement chez Marx (2013), Gramsci (1988), Lukacs (2013), Vazquez (2011), Thompson (2011), Grzybowski (1987), Mészáros (2005), Marx et Engels (2009) et d'autres. Notre hypothèse considère que les pêcheurs du Z-16 matérialisent les relations de production et formation d'une manière intégrée à leurs activités de subsistance, ce qui constitue une pratique politique qui est opposée à la logique de la classe dirigeante. Nous avons constaté que les pêcheurs prennent une pratique politique collective, le résultat de ses rapports de production et de formation, mais aussi son expérience historique dans la lutte des classes, et il arrive à des contradictions par rapport au pouvoir d'Etat bourgeois et pour les pêcheurs eux-mêmes. Nous concluons que ces personnes se constituent comme des personnes politiques en même temps qu'ils produisent, et de construire un espace de leurs organisations, afin de bâtir aussi une posture sociale lorsque la lutte de contre-hégémonique de maintenir leur existence. Ce sont des expériences menées par ces pêcheurs qui vont au-delà du travail comme une activité de technique simple de pêche et renforce comme une fraction de la classe ouvrière.

Mots-clés: *Praxis* politique. Formation-production. Fraction de classe. Connaissance de la pêche.

LISTA DE FIGURAS

Mapa da região do baixo Tocantins, situando Cametá.....	92
Mapa do município de Cametá.....	95
Mapa das localidades que situam as coordenções de base	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese sobre unidade de contexto e unidade de registro	85
Quadro 2: Síntese do percurso da pré-análise na pesquisa.....	87
Quadro 3: Percurso do tratamento dos dados a partir da Análise de Conteúdo	89
Quadro 4: Síntese do movimento para análise dos dados	89
Quadro 5: Representação da administração da Colônia Z-16	124
Quadro 6: Representação da diretoria da Colônia Z-16	124

LISTA DE SIGLAS

APACC	Associação Paraense de Apoio às Comunidades Carentes
AE	Aparelho do Estado
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BASA	Banco da Amazônia
BB	Banco do Brasil
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CCs	Comunidades Cristãs
CNP	Conferência Nacional dos Pescadores
CPP	Conselho Pastoral da Pesca
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEPA	Federação Estadual dos Pescadores
GTA	Grupo de Trabalho Amazônico
IBGE	Fundação Instituto de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Nacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
MOPEPA	Movimento dos Pescadores do Pará
MONAB	Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens
MODERT	Movimento em Defesa da Região Tocantina
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPA	Ministério da Pesca e Aquicultura
PT	Partido dos Trabalhadores
PP	Pastoral da Pesca
PR	Pastoral Rural
PD/A	Projetos Demonstrativos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais

PDJUS

Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a Jusante da UTE
de Tucuruí

PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PESCART	Programa de Pesca Artesanal
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SEAP	Secretaria Especial de Agricultura e Pesca
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SINTEP	Sindicado dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará, Subsede Cametá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
O TRABALHO.....	21
O TRABALHO ESTRANHADO	25
A PRÁXIS	28
A PRÁXIS POLÍTICA	34
FORÇAS PRODUTIVAS	38
RELAÇÕES DE PRODUÇÃO	44
A SUPERESTRUTURA	48
SOBRE O PROBLEMA	50
COMO HIPÓTESE.....	52
AS QUESTÕES NORTEADORAS	53
OS OBJETIVOS.....	54
A METODOLOGIA	55
SOBRE A ESTRUTURA DA EXPOSIÇÃO.....	59
1. PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	62
1.1 SOBRE O MÉTODO DE PESQUISA UTILIZADO.....	62
1.2 RELAÇÕES DE PRODUÇÃO-FORMAÇÃO E PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16: UM ESTUDO DE CASO.....	70
1.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA E ANÁLISE DOCUMENTAL.....	75
1.4 AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO-FORMAÇÃO E PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16: PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	82
1.4.1 A pré-análise	86
1.4.2 Definição das categorias empíricas	86
SÍNTESE DO CAPÍTULO	90
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16	92
2.1 SOBRE O MUNICÍPIO DE CAMETÁ: UM RECORTE HISTÓRICO.....	92
2.2 CARACTERÍSTICA DA PESCA ARTESANAL E INDUSTRIAL A PARTIR DA LEI Nº 11.959/2009.....	99

2.2.1 A pesca artesanal.....	100
2.2.2 Privatização das águas, neoextrativismo, aquicultura e piscicultura.....	104
2.2.3 A pesca industrial.....	107
2.3 PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES ARTICULADA COM PARTE PROGRESSISTA DA IGREJA CATÓLICA NA CONQUISTA DA COLÔNIA Z-16 ...	110
2.3.1 A conquista da Colônia Z-16 e sua organização interna	119
SÍNTESE DO CAPÍTULO	127
3. A PRÁXIS POLÍTICA E A LUTA DE CLASSE DOS PESCADORES DA Z-16	130
3.1 A PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16 COMO PRODUTO DA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA.....	130
3.2 PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16 E LUTA DE CLASSES	141
3.3 PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16 COMO CONTRADIÇÃO ..	151
3.4 CONFLITOS INTERNOS E INTERESSES IDEOLÓGICOS NA PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16	162
3.5 AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO-FORMAÇÃO E PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16.....	169
SÍNTESE DO CAPÍTULO	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184
REFERÊNCIAS	190
APÊNDICE	196
ANEXOS	197

INTRODUÇÃO

Partindo da tese de que os pescadores da Colônia Z-16, situada no interior da Amazônia tocantina, desenvolvem atividades que ultrapassam a técnica da pesca, articulando relações de produção-formação e de *práxis* política, no cotidiano de sua existência, propomos analisar a *práxis* política desses pescadores, em pleno século XXI, num contexto de crise política pelo qual o país está passando.

Tal perspectiva se articula com as apreciações de Thompson (2012, p. 17), quando ele analisa a formação da classe operária de Londres nos séculos XVIII e XIX: “[...] o fato relevante do período entre 1790 e 1830 é a ‘formação da classe operária’. Isso é revelado [...] no crescimento da consciência de classe [...] entre todos esses diversos grupos de trabalhadores contra os interesses de outras classes”. Nessa mesma direção, Marx e Engels (2013), ao se reportarem às comunas rurais da Rússia do século XIX, destacam que: “usando a luta do povo polonês como exemplo, [...] a luta de classe trabalhadora contra a sociedade de exploradores está estreitamente ligada com a luta dos povos oprimidos por sua libertação nacional”. Observamos, portanto, que as análises tanto de Thompson quanto de Marx e Engels demonstram que a luta de classe é produto das articulações dos trabalhadores em diversas situações impostas pela classe dominante.

Os dois exemplos acima nos motivaram, então, a analisar a *práxis* política dos pescadores artesanais da Colônia Z-16, no município de Cametá, pois esses trabalhadores/pescadores não se organizam em termos políticos para lutar diretamente contra a lógica da classe dominante, mas sim, organizam-se, no cotidiano de suas experiências, para dar conta de sua subsistência, e, nessa articulação, revelam elementos que se contrapõem ao poder instituído, embora numa relação de contradição, ou seja, na própria luta de classe.

Nesse sentido, a luta de classe só se materializa, segundo Lênin (1967 apud HARNECKER, 1983), no cotidiano dos operários: “[...] só quando cada operário se considera membro de toda classe operária, quando vê em sua pequena luta cotidiana contra um patrão ou funcionário uma luta contra toda a burguesia e contra todo o governo, só então sua luta se transforma em luta de classe”. Logo, “a cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram” (GOHN, 2012, p. 21).

A luta de classe que a presente pesquisa irá se reportar, relacionada à *práxis* política dos pescadores da Z-16, se materializa, assim, na experiência histórica de luta desses sujeitos.

Luta esta para garantir sua subsistência, mas, ao mesmo tempo, para articular nessa experiência um conjunto de elementos, como saberes, atitudes, costumes, relações socioeconômicas, formações, entre outros, que se inter-relacionam com sua atividade da pesca. Devemos destacar que essa postura se articula com o posicionamento de Arroyo (2003, p. 12), ao frisar que “[...] os sujeitos que participam nesses movimentos vão sendo munidos de interpretações e de referenciais para entender o mundo fora, para se entender como coletivo nessa ‘globalidade’. São munidos de saberes, valores, estratégias de como enfrentá-lo”.

Dessa forma, a atividade dos pescadores da Z-16 ganha uma dimensão política e formativa, ultrapassando o ato mecânico da pesca em favor de uma construção de sujeitos inseridos em um contexto diversificado de disputa, tanto interno à Colônia, quanto externo a ela, contra uma classe dominante, representada, na vida dos pescadores, pela ação do Estado e materializada, nas oligarquias, pela Hidrelétrica de Tucuruí (RODRIGUES, 2012) e pelos instrumentos de trabalho, que, por sua vez, vêm sendo produzidos por saberes dominados pela lógica do mercado (MARTINS, 2011).

Há de se destacar ainda que a presente tese é produto de uma pesquisa iniciada no Mestrado, defendido em 2011, no Instituto de Ciência de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, com o título “Trabalho, Educação e Movimentos Sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no município de Cametá-PA”. Nesse estudo, destacamos que os pescadores constroem saberes a partir de seus próprios trabalhos, no cotidiano de suas atividades, numa relação indissociável entre homem e natureza, de modo que eles, ao mesmo tempo em que trabalham, aprendem um conjunto de saberes indispensáveis para dar conta de se relacionar no contexto de sua existência. Com isso, os pescadores não se restringem à atividade da pesca, mas materializam, sim, relações de produção-formação e *práxis* política no contexto de sua atividade.

Outro fator motivador para desenvolver a investigação da presente tese foram os estudos de Rodrigues (2012, p. 222), para quem os saberes sociais dos trabalhadores da pesca se configuram como instrumento de luta de classe, ao mesmo tempo em que estabelecem uma mediação para a construção da consciência de classe em si. Esse mesmo autor, ao destacar a negação, pelo capital, da produção-formação dos pescadores da Z-16, observa que a produção-formação é construída nas relações de trabalho dos próprios pescadores, ou seja, “[...] o processo de produção-formação quanto ao ofício de pescador, no sentido de que, no

trabalho, produz sua materialidade objetiva e subjetiva que lhe servem como elementos formativos”.

Todavia, Martins, em sua pesquisa de mestrado e Rodrigues em sua tese de doutorado, não avançam no aspecto da *práxis* política dos pescadores da Colônia Z-16, pois centram suas análises sobre produção-formação, por exemplo, nos saberes negados aos pescadores, destacando que a Hidrelétrica de Tucuruí, representante do capital na região, nega a esses trabalhadores da pesca acesso ao conhecimento de tipos de peixe¹, o que impediria, segundo esses autores, de esses sujeitos construírem também identidade de classe (RODRIGUES, 2012).

Além disso, Rodrigues (2012) não avança também em sua pesquisa sobre a relação da produção-formação e *práxis* política dos pescadores, chamando mais a atenção para os saberes sociais. Há, portanto, necessidade de avançar na pesquisa também sobre o movimento dialético em que a *práxis* política dos pescadores da Z-16 está inserida. Em outras palavras, demonstrar a estrutura das relações de produção e de forças produtivas do capitalismo, possibilitando compreender, no contexto do sistema, a necessidade da articulação política dos sujeitos pesquisados.

Tal compreensão pode ampliar o reconhecimento de duas concepções de sociedade, a do capital, com suas características de exploração, e a do trabalho, contrapondo à exploração humana e apontando novas alternativas de concepções de mundo e de homem. No *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, Marx (2008b) destaca a relação entre a luta econômica e a luta política, demonstrando que a transformação da sociedade somente é possível por meio da *práxis*. Assim, a emancipação dos trabalhadores seria construída a partir da dinâmica social, que é, também, produto do processo histórico.

Analisar as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16 possibilita compreender como se materializa a contradição da relação capital-trabalho, a partir da organização de uma fração de classe, a Colônia Z-16, pois, compreender a estrutura dialética que se pauta a classe dominante permite o fortalecimento de organização política da classe trabalhadora. A ausência dessa compreensão fortalece, por outro lado, a classe dominante, impedindo a existência da luta de classe, de modo que a sociedade se acomodaria e o comando da sociedade ficaria centralizado somente nas mãos dos detentores do poder econômico, como requer as ideias de Smith (1988, p. 67): “Com gastos muito pequenos, o

¹ De acordo com Rodrigues (2012, p. 225), “Em termos de processo de produção-formação, o conhecimento relativo a tipos de peixes possibilita aos pescadores constituírem-se sujeitos da pesca, dominando um saber tácito sobre matizes diferentes de um mesmo peixe”

Estado pode facilitar, encorajar e até mesmo impor a quase toda a população a necessidade de aprender os pontos mais essenciais da educação”.

Portanto, o presente estudo tem a responsabilidade de contribuir para o esclarecimento da materialização da lógica capitalista nas relações de produção-formação, inserida na negação dos direitos da classe trabalhadora, aqui representada pelos pescadores da Z-16, porque, segundo Arroyo (2003, p. 2), é necessário estar atento às contradições e transformações que negam os direitos dos trabalhadores, ou seja, aos fatores que “[...] precarizam a vida de milhões de seres humanos, negando-lhes os direitos mais básicos: olhar os brutais processos de desumanização a que são submetidos”.

Nesse sentido, Arroyo (2003, p. 2) chama atenção ainda para os diversos movimentos construídos pelos trabalhadores em prol da conquista de seus direitos, negados por uma lógica que exclui a maioria da sociedade. Para ele, devemos “estarmos atentos às múltiplas manifestações de luta pelos direitos humanos, [...] mobilização coletiva vinda dos excluídos e oprimidos: olhar os processos de humanização que se dão nos movimentos sociais e nas experiências e lutas democráticas pela emancipação” (ARROYO, 2003, p. 2). É nesse sentido que a presente tese pretende contribuir, analisando uma proposta de organização materializada nas relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16.

Buscamos ainda com a presente tese analisar como essa organização constrói elementos capazes de resistir às ideologias do capital e, ao mesmo tempo, de tornar-se proposta de luta em prol da classe trabalhadora. Nessa mesma direção, Arroyo (2003, p. 4) afirma que “essas dispersas e diversas mobilizações populares se prolongam por todas as últimas décadas. Controladas, cooptadas ou reprimidas brotam e rebrotam tão persistentes quanto a exclusão e marginalização a que continuam submetidos os setores populares, ao longo destas décadas”.

Essa perspectiva se articula com a proposta de luta da Z-16, tornando-se um exemplo de experiência de luta de classe presente no contexto desses sujeitos, materializado nas relações cotidianas de suas atividades, ou seja, trata-se de uma *práxis* política que se aproxima do posicionamento de Thompson (2012, p. 16), ao afirmar que “Em muitas cidades, o verdadeiro núcleo de onde o movimento trabalhista retirou suas ideias, organização e liderança era constituído por sapateiros, tecelões, seleiros e fabricante de arreios, livreiros, impressores, pedreiros, pequenos comerciantes, e similares”.

Ao mesmo tempo em que os pescadores da Z-16 lutam para garantir sua existência, contrapondo-se à cultura do capital, formam-se como sujeitos críticos do modelo de sociedade

proposta pela minoria. Essa *práxis* se aproxima da proposta de Arroyo (2003, p. 4), para quem “[...] a formação humana é inseparável da produção mais básica da existência, do trabalho, das lutas por condições materiais de moradia, saúde, terra, transporte, por tempos e espaços de cuidado, de alimentação, de segurança”. Nesse sentido, partindo da observação de que a formação humana não somente se materializa nos espaços formais, mas também nos espaços construídos pelos trabalhadores, como os pescadores da Z-16, um dos propósitos do presente estudo é contribuir para o reconhecimento dessa formação.

Por conseguinte, pesquisar as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16 possibilita-nos analisar a realidade diferente da lógica vigente, pois esses sujeitos têm historicamente construído um conjunto de *práxis* que representa uma concepção de sociedade, de mundo e de homem. Movimentos sociais dessa natureza, para Arroyo (2003), possuem um modo próprio de conhecer a realidade, de conhecer a lógica social, ou seja, de conhecer a realidade diferente do que se tem, diferente da sociedade vigente e, ao mesmo tempo, contribuindo para construção de uma outra concepção de homem, de trabalho, de sociedade. São nessas premissas que se pauta a necessidade de uma pesquisa desta natureza: contribuir para a compreensão crítica da lógica vigente a partir da organização dos pescadores da Z-16, numa perspectiva de transformação social.

Para dar conta do que apresentamos acima, é necessário, antes, apresentar algumas categorias que se inter-relacionam com o objeto do presente estudo, são elas: trabalho; *práxis*; *práxis* política; relações de produção e forças produtivas. Para efeito didático, iremos discorrer sobre cada uma delas separadamente, porém, na materialidade das relações sociais entre homem e natureza, essas categorias não se separam, mas sim se articulam dialeticamente.

O TRABALHO

No capítulo I, “A mercadoria”, do livro 1 de *O Capital*, Marx se refere ao trabalho como valores de uso² e como trabalho útil³. Nessas duas expressões reconhecemos que o autor

² “O *trabalho* é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso. Nas formas ulteriores e mais desenvolvidas da *práxis* social, destaca-se em primeiro plano a ação sobre outros homens, cujo objetivo é, em última instância – mas somente em última instância –, uma mediação para a produção de valores de uso. Também nesse caso o fundamento ontológico-estrutural é constituído pelos pores teleológicos e pelas cadeias causais que eles põem em movimento. No entanto, o conteúdo essencial do pôr teleológico nesse momento – falando em termos inteiramente gerais e abstratos – é a tentativa de induzir outra pessoa (ou grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos” (LUKÁCS, 2013, p. 62).

não está mencionando um trabalho qualquer, mas somente aquele que proporciona uma utilidade, condicionada pelas propriedades, pelas qualidades úteis da mercadoria⁴, que tenha valor para alguém que possa consumir, pois são os valores de uso que produzem a riqueza do material, contida em suas qualidades. Como valores de uso, Marx (2013) afirma que a mercadoria possui uma única propriedade, produto do trabalho⁵: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é assim, uma condição de existência do homem independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2013, p. 120).

É importante mencionar isso — que o trabalho cria valor na mercadoria — porque nem tudo o que se utiliza tem valor, como por exemplo, o ar, a terra virgem, os campos naturais, entre outros. Assim como alguma coisa pode ser produto do trabalho e não ser mercadoria, já que para produzir mercadoria é necessário ter valor de uso para alguém⁶. Nessas relações Marx vai definindo a categoria trabalho, uma atividade tipicamente humana direcionada para um determinado fim, no sentido de suprir a necessidade do homem, a partir da relação do homem com o próprio homem, e desse com a natureza.

Nesse sentido, os elementos que estão na natureza passam por um processo de adaptação, mediado pelo trabalho. Assim, o trabalho não somente cria valores de uso, fonte de riqueza material, como também se torna, na expressão de Marx (2013, p. 121), “o pai da riqueza material”⁷. A matéria a que Marx se reporta é, segundo Chauí (1980), a matéria social, ou seja, são as relações sociais entendidas como relações de produção ou como *práxis* social,

³ “O trabalho cuja utilidade se apresenta, assim, no valor de uso de seu produto, ou no fato de que seu produto é um valor de uso, chamaremos aqui, resumidamente, de trabalho útil. Sob esse ponto de vista ele será sempre considerado em relação a seu efeito útil” (MARX, 2013, p. 119).

⁴ “A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades —se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação— não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como de produção” (MARX, 2013, p. 113).

⁵ “Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (MARX, 2013, p. 116).

⁶ “O camponês medieval produzia a talha para o senhor feudal, o dízimo para o padre, mas nem por isso a talha ou o dízimo se tornavam mercadorias. Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso. Por último nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso nenhum valor” (idem, 2013, p. 119).

⁷ “A matéria de que fala Marx é a matéria social, isto é, as relações sociais entendidas como relações de produção, ou seja, como o modo pelo qual os homens produzem e reproduzem suas condições materiais de existência e o modo como pensam e interpretam essas relações. A matéria do materialismo histórico-dialético é os homens produzindo, em condições determinadas, seu modo de se reproduzirem como homens e de organizarem suas vidas como homens. Assim sendo, a reflexão não é impossível. Basta que percebamos que o sujeito da história, seu agente, embora não seja o Espírito, é sujeito: são as classes sociais em luta” (CHAUÍ, 1980, p. 21).

conforme Lukács (2013, p. 62): “[...] julgamos correto ver no trabalho o modelo de toda *práxis* social, de qualquer conduta social ativa”; em outros termos isso corresponde às formas como o ser humano produz e reproduz suas condições materiais de existência. Logo, pode-se afirmar que a matéria é o objeto do homem ao longo do processo histórico, uma vez que é nas relações materiais que o homem se inter-relaciona com o mundo; por conseguinte, isso torna o trabalho “[...] o modelo de toda *práxis* social, na qual, com efeito — mesmo que através de mediações às vezes muito complexas —, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material” (LUKÁCS, 2013, p. 37).

O trabalho, portanto, como *práxis* social significa que o homem, ao longo do processo histórico, vem construindo um conjunto de elementos inerente à sua identidade de ser humano, como, por exemplo, a palavra, o pensamento, a linguagem e o próprio conceito dos elementos que proporcionam construir relações sociais. Conforme Lukács (2013, p. 64), “[...] palavra e conceito, linguagem e pensamento conceitual são elementos vinculados do complexo chamado ser social [...]”. São características tipicamente humanas desenvolvidas a partir do trabalho numa relação recíproca⁸, ou seja, ao mesmo tempo que a linguagem e o pensamento surgem a partir da necessidade do trabalho, esse trabalho necessita desses fatores para o seu desenvolvimento e, dessa forma, fica evidente que o homem é no e pelo trabalho.

Devemos observar ainda que o trabalho material propriamente dito, para Marx (2010a), se inter-relaciona com a natureza, transformando-a em elementos culturais, sociais, produto do trabalho⁹, e se torna categoria vital para assegurar e perpetuar a espécie. Mas, por que o trabalho é uma condição vital? O que é uma condição vital? É vida produtiva, é o homem criando, recriando seu próprio espaço, construindo elementos necessários para garantir sua subsistência, é o trabalho que possibilita ao homem relacionar-se consigo mesmo e com a natureza. Marx (2013) evidencia que, sem natureza, o homem não produziria, uma

⁸ “É sem dúvida possível deduzir geneticamente a linguagem e o pensamento conceitual a partir do trabalho, uma vez que a execução do processo de trabalho põe ao sujeito que trabalha exigências que só podem ser satisfeitas reestruturando ao mesmo tempo quanto à linguagem e ao pensamento conceitual as faculdades e possibilidades psicofísicas presentes até aquele momento, ao passo que a linguagem e o pensamento conceitual não podem ser entendidos nem em nível ontológico nem em si mesmos se não se pressupõe a existência de exigências nascidas do trabalho e nem muito menos como condições que fazem surgir o processo de trabalho. É obviamente indiscutível que, tendo a linguagem e o pensamento conceitual surgido para as necessidades do trabalho, seu desenvolvimento se apresenta como uma ininterrupta e ineliminável ação recíproca, e o fato de que o trabalho continue a ser o momento predominante não só não suprime a permanência dessas interações, mas, ao contrário, as reforça e as intensifica. Disso se segue necessariamente que no interior desse complexo o trabalho influi continuamente sobre a linguagem e o pensamento conceitual e vice-versa” (LUKÁCS, 2013, p. 64).

⁹ “Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força humana de trabalho em sentido fisiológico, e graça a essa sua propriedade de trabalho humano igual ou abstrato ele gera o valor das mercadorias. Por outro lado, todo o trabalho é dispêndio de força humana de trabalho numa forma específica, determinada a realização de um fim, e, nessa qualidade de trabalho concreto e útil, ele produz valores de uso” (MARX, 2013, p. 124).

vez que a natureza apresenta os elementos necessários para suprir suas condições vitais. Por isso, para compreender o homem, faz-se necessário relacionar com aquilo que se constitui como ser genérico, o trabalho.

Por outro lado, a vida produtiva relaciona-se também às experiências que o homem, por meio do trabalho, constrói em diversas situações ao longo do processo histórico, de modo que aquele evento que aprendeu numa determinada experiência torna-se base para outras. Assim, o homem não tem que começar tudo de novo, mas, pelo contrário, um experimento¹⁰ muitas vezes involuntário ganha novos arranjos para o próximo passo do desenvolvimento da ação, dos instrumentos, ou melhor, para o aperfeiçoamento de suas relações de produção. Esse processo, denominado por Lukács (2013) *generalização*, possibilita, enfim, ao homem construir autonomia em suas relações, além de garantir elementos para a construção das ciências.

Por outro lado, de acordo com Marx e Engels (2009), o problema do pensamento humano de objetivar-se não é um problema da teoria, mas produto das relações sociais, ou melhor, da prática. Então, o homem é o que é a partir de suas relações sociais, produto das materialidades de suas atividades, de seu trabalho, pois o trabalho possibilita a ele viver coletivamente, construindo sua liberdade, reconhecida no ato da produção, como ser consciente, criativo e livre, e, ao mesmo tempo, objetivando-se.

Por fim, o trabalho, segundo Lessa e Tonet (2011, p. 26), proporciona a vida social humana, porque ele é produto de toda a história passada, é expressão anterior de todo o desenvolvimento da sociedade. Além disso, o objeto produzido por meio do trabalho altera o curso do desenvolvimento histórico da sociedade e abre, dessa forma, um leque de possibilidades para construir novas necessidades que impulsionarão o desenvolvimento futuro. Então, a ação humana sobre a natureza permite ainda, de acordo com esses mesmos autores, constantes transformações do ato histórico, de novas relações sociais, de novos conhecimentos, novas aprendizagens, habilidades, um novo homem. Isso significa “[...] “novas possibilidades de evolução – que faz com que o desenvolvimento do ser social seja ontologicamente (isto é, no plano do ser) distinto da natureza” (LESSA; TONET, 2011, p. 26). Porém, o trabalho, na perspectiva de Marx, não cria somente o ser social, mas também um ser estranhado, que se desconhece na sua própria produção.

¹⁰ “Na medida em que as experiências de um trabalho concreto são utilizadas em outro, ocorre gradativamente sua – relativa – autonomia, ou seja, a fixação generalizadora de determinadas observações que já não se referem de modo exclusivo e direto a um único procedimento, mas, ao contrário, adquirem certa generalização como observações de eventos da natureza em geral” (LUKÁCS, 2013, p. 65).

O TRABALHO ESTRANHADO

Na obra *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, publicada em 1844, Marx (2010a, p. 80) afirma que “[...] o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão”, ou seja, a produção da riqueza pelo trabalhador provoca seu empobrecimento. Dessa forma, o ser humano se descaracteriza como homem genérico e se transforma em mercadoria da mais barata¹¹. Essa descaracterização humana resulta do desconhecimento no processo da produção, que Marx (2010a) chama de *trabalho estranhado*, porque o produto do trabalho é estranho para o trabalhador, ou melhor, porque ele não usufrui do seu próprio trabalho, mas sim outra pessoa. Por isso, Marx (2010a) chama atenção para o fato de que o trabalho é também a categoria central para se analisar o processo de estranhamento do homem.

Assim, Vázquez (2011, p. 405) compreende que, para Marx (2010a), a essência humana é o trabalho, porém esse mesmo trabalho nega o homem, porque “[...] o trabalho que ele encontra na existência real, concreta, [...], é justamente o trabalho alienado”. Já para Konder (2008), o trabalho, que deveria proporcionar a realização do homem, aliena-o; ao invés de o reconhecer nas suas próprias criações, torna-se uma ameaça para o trabalhador, um espaço do qual o homem deveria libertar-se, pois se encontraria numa situação estranha. Marx (2010a) explicita essa existência do estranhamento entre o produto e o trabalho, uma vez que o trabalho produz o produto, e, como essa produção não pertence ao trabalhador, causando um estranhamento no próprio produto, a atividade do trabalhador nessa relação também se torna estranha.

Como mencionamos anteriormente, o trabalho que eleva o homem agora é estranho não somente para outro homem, mas também para si mesmo, como bem observou Vázquez (2011, p. 405): “[...] como o trabalho é a essência do homem, essa essência só se realiza como essência alienada ou negada nas relações concretas reais que os homens mantêm com seus produtos, com sua própria atividade e com outros homens (os não trabalhadores) na produção”. O trabalho, nessa concepção, para Marx, é um objeto onde o trabalhador somente adquire com muito esforço.

No entanto, para falar de estranhamento no trabalho, é necessário, antes, distinguir *essência* e *aparência*. Como reportamos anteriormente, o trabalho é a essência humana, e a

¹¹ “O trabalhador se torna tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas (*Sachenwelt*) aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens (*Menschenwelt*) o trabalho não produz somente mercadoria; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato mercadoria em geral” (MARX, 2010a, p. 80).

“[...] essência somente se realiza na existência, como essência alienada” (VÁZQUEZ, 2011, p. 406). Assim, o estranhamento no trabalho requer a compreensão da essência e da existência humana, já que o homem existe, mas de forma alienada.

Nos manuscritos econômico-filosóficos de 1844 fala-se algumas vezes da essência do homem ou “essência humana”. Estão ali também as expressões “realidade humana” e “verdadeira realidade humana”, que tem o mesmo conteúdo conceitual que o de “essência” ou “natureza” do homem. Quando tentamos apreender seu conteúdo e saber em que consiste propriamente a essência, natureza ou verdadeira realidade humana, vemos que Marx a encontra no trabalho. O trabalho é, para ele, a essência do homem, sua realidade essencial (VÁZQUEZ, 2011, p.405).

A essência humana, para Vázquez, está divorciada de sua existência, e tal negação, segundo Marx (2010a), teria ocorrido numa etapa histórica da sociedade burguesa ou, em outros termos, no modo de produção capitalista¹². Mas como, no processo de produção capitalista, o homem é estranhado no seu trabalho? O homem é estranhado no produto de seu trabalho. Marx (2010a) explica isso afirmando que quanto mais o trabalhador objeto produz, menos objeto possui e mais dominado fica sob o produto de sua produção¹³. Dessa forma, pode-se dizer que o produto se volta contra o trabalhador, uma vez que o beneficiado desse resultado é outra pessoa, o proprietário, dono do capital. Como nesse processo de beneficiar o outro, o trabalhador esquece-se de si mesmo, Marx destaca que não somente o produto é transformado em mercadoria, mas o próprio trabalhador, e da mais barata, ou seja, o estranhamento no produto é o desconhecimento de si mesmo no resultado da produção.

Além desse estranhamento que ocorre no produto, no resultado final, Marx (2010a, p. 82) chama atenção para o estranhamento no processo da produção, chamando de *estranhamento na atividade*: “[...] o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva”. Assim, para o homem intervir na natureza, ele se utiliza de meios necessários, e um deles é o

¹² “O homem, ao qual se refere quando fala de negação de sua essência, é o operário, e o trabalho que analisa é seu trabalho alienado nas condições peculiares da produção capitalista. Mas ao longo do *Manuscritos* se esboça também um tratamento histórico do problema, já que Marx formula tanto a questão da origem da negação da essência humana como a de sua reapropriação. Se o trabalho alienado – como forma concreta, real, dessa negação- aparece vinculado em sua origem à propriedade privada, essa é mais efeito do que causa dessa negação. Sua origem remonta a um período ainda distante no tempo, à debilidade material do homem em suas origens frente à própria natureza, o que leva a conclusão de que o homem nunca viveu de acordo com sua essência” (VÁZQUEZ, 2011, p. 406).

¹³ “Na determinação de que o trabalhador se relaciona com o *produto de seu* trabalho como [com] um objeto *estranho* estão todas estas consequências. Com efeito, segundo este pressuposto está claro: quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio” (MARX, 2010a, p. 81).

trabalho, uma atividade também estranha, porque esse trabalho é obrigatório, não é da vontade do trabalhador, mas sim do proprietário, que planeja um tempo para essa atividade produzir uma quantidade de produto determinado.

Nesse processo, para Marx (2010a, p. 82), o trabalho é externo ao trabalhador, não pertence ao seu ser, e, por isso, ele não permite que esse trabalhador se afirme como homem, pelo contrário, nega sua essência, arruinando seu espírito, tornando-o um ser infeliz, incapaz de desenvolver sua energia física e espiritual. Marx afirma ainda que trabalhador somente se sente homem em sua essência fora do trabalho, em seus escritos: “[...] está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa”. Por outro lado, o trabalho desenvolvido nessa produção não suprirá a necessidade do trabalhador, mas sim de outra pessoa.

O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é por isso, a satisfação de sua carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto sacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (*Äusserlichkeit*) do trabalho aparece para o trabalhador como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro (MARX, 2010a, p. 83).

Do estranhamento do produto e da atividade surge o estranhamento do homem como ser genérico. O ser genérico é a natureza orgânica do homem, suas faculdades específicas que o distingue dos animais. É essa especificidade humana, a natureza genérica do homem que é estranha para ele mesmo, de modo que o seu ser ontológico se reduz à atividade biológica, igualando às dos animais¹⁴, pois trabalha apenas para suprir suas necessidades físicas. Marx (2010a, p. 84) enfatiza, ainda nos *Manuscritos* de 1844, que a atividade vital aparece ao homem apenas como meio de suas realizações físicas: “A vida mesma aparece só como *meio de vida*”.

Na relação de produção capitalista, é criada a liberdade individual, ou seja, o sistema constrói na mente humana a concepção de ser livre, porém trata-se de uma liberdade limitada, privada. É essa concepção de homem que é construída no capitalismo, como um ser

¹⁴ “Chega-se, por conseguinte, ao resultado de que o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar, quando muito ainda habitação, adornos etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano, animal. Comer, beber e procriar etc., são também, é verdade, funções genuína [mente] humanas. Porém na abstração que as separa da esfera restante da atividade humana, e faz delas finalidades últimas e exclusivas, são [funções] animais” (MARX, 2010a, p. 84).

individual, abstrato, desconhecendo o ser genérico, ontológico socialmente: “[...] primeiro estranha a vida genérica, assim como a vida individual. Segundo, faz da última em sua abstração um fim da primeira, igualmente em sua forma abstrata e estranhada” (MARX, 2010a, p. 84). Assim, o homem é estranho para si mesmo, para a natureza externa, para sua essência espiritual e humana (MARX, 2010a).

Esses estranhamentos do produto, da atividade e do ser genérico são consequência do estranhamento do homem pelo próprio homem, pois, “Uma consequência imediata disto, de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico é o *estranhamento do homem* pelo [próprio] *homem*” (MARX, 2010a, p. 85). Por isso, ele enfatiza que esse estranhamento ocorre a partir do momento em que o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, mas a outro homem, e este, por sua vez, configura-se como inimigo, poderoso, independente do trabalhador, pois é o dono do objeto¹⁵, o proprietário da produção, alguém que detém a propriedade, ou seja, o capitalista.

A PRÁXIS

Marx (2010a) compreende o ser humano como um ser de ação, de relações consigo mesmo, com outros homens, com a natureza, com a sociedade e com a história, mas numa relação de contradição, pois, ao mesmo tempo que o homem se afirma pelo trabalho, também nega a si mesmo. Nessa relação de totalidade constrói, então, alternativas de existência, porque “[...] sua *práxis* é [...] eminentemente histórica e a maneira pela qual os homens se relacionam e buscam preservar a espécie é o **trabalho**. É pelo trabalho que o homem se descobre como ser da *práxis*, ser individual e coletivo (unidade de contrários)” (GADOTTI, 1995, p. 44). Nessa direção, Konder (1992, p. 106) observou que:

Marx apontou três “momentos” essenciais no processo de trabalho: “atividade de acordo com uma meta, ou trabalho propriamente dito; seu objetivo; e seu meio”. A atividade de acordo com uma meta é a atividade *teleológica*, aquela que passa por uma antecipação do resultado visando na consciência do sujeito que pretende alcançá-lo. Sem essa experiência que lhe permite prefigurar seu *télos* (o ponto onde quer chegar), o sujeito humano não seria sujeito, ficarei sujeito a uma força superior à sua e permaneceria

¹⁵ “Considera-se ainda a proposição colocada antes, de que a relação do homem consigo mesmo lhe é propriamente *objetiva, efetiva*, pela sua relação com o outro homem. Se ele se relaciona, portanto, com o produto de seu trabalho, com o seu trabalho objetivado, enquanto objeto *estranho*, hostil, poderoso, independente dele, então se relaciona com ele de forma tal que um outro homem estranho (*fremd*) a ele, inimigo, poderoso, independente dele, é o senhor deste objeto. Se ele se relaciona com a sua própria atividade como uma [atividade] não livre, então ele se relaciona com ela como a atividade a serviço de, sob o domínio, a violência e o jugo de um outro homem” (MARX, 2010a, p. 87).

tão completamente preso a uma dinâmica objetiva como uma folha seca levada por um rio caudaloso.

Na mesma linha de raciocínio, Vázquez (2011, p. 223) destaca que a ação humana inicia com um resultado ideal, para, em seguida, ser transformado em resultado real: “[...] para que se possa falar de atividade humana é preciso que se formule nela um resultado ideal, ou fim a cumprir, como ponto de partida, e uma intenção de adequação, independentemente de como se plasme, definitivamente, o modelo ideal originário”. Assim, a atividade humana se orientaria para a realização de determinado fim, idealizado primeiro, na sua consciência.

Atividade propriamente humana apenas se verifica quando os atos dirigidos a um objeto para transformá-lo se iniciam com um resultado ideal, ou fim, e terminam com um resultado ou produto efetivo, real. Nesse caso, os atos não só são determinados casualmente por um estado anterior que se verificou efetivamente – determinação do passado pelo presente –, como também por algo que ainda não tem uma existência efetiva e que, no entanto, determina e regula os diferentes atos antes de desembocar em um resultado real, ou seja, a determinação não vem do passado, mas, sim, do futuro (VÁZQUEZ, 2011, p. 222).

O fim a que se refere Vázquez (2011) requer a atitude do sujeito diante da realidade, tal como fazem os pescadores da Colônia Z-16 ao lutarem para a realização de um determinado fim, o de garantir sua subsistência, materializada na *práxis* política, ultrapassando a dimensão técnica do trabalho da pesca. Essa postura se inter-relaciona com o posicionamento de Vázquez (2011, p. 226), pois “o conhecimento humano em seu conjunto integra-se na dupla e infinita tarefa do homem de transformar a natureza exterior, e sua própria natureza”. Daí a importância da categoria *Práxis* para analisar o objeto da presente pesquisa. Esse termo pode ser inicialmente compreendido tal como é apresentado no *Dicionário do Pensamento Marxista*:

A expressão *práxis* refere-se em geral, à ação, à atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado um ser da *práxis*, entendida a expressão como o conceito central do marxismo, e este como a “filosofia” (ou melhor, “pensamento”) da “*práxis*” (BOTTOMORE, 2012, p. 430).

A partir desse conceito fica evidente que a *práxis* está relacionada com quase todas as atividades humanas, como, por exemplo, a criação, a produção-formação e a transformação social; dessa forma, o homem é o ser da *práxis*, de modo que somente ele possui as faculdades

específicas para interferir na natureza. Marx e Engels (2009, p. 124), na terceira tese sobre Feuerbach, definem como deve ser compreendida a atividade humana: “[...] a coincidência entre a alteração das circunstâncias e a atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente entendida como *prática revolucionária*”.

Nessa concepção, o homem não é um ser passivo, mas um ser ativo, sujeito capaz de intervir no processo de seu contexto histórico. Com esse mesmo raciocínio, Marx (2010a) destaca, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, que o homem é um ser genérico, não somente prática e teoricamente, mas também um ser de relações consigo mesmo e com os outros, um ser universal, por isso livre, porque é consciente de sua atividade, um ser genérico, em outros termos um ser de relação e de produção-formação, o que lhe permite construir um mundo objetivo de afirmação de si mesmo.

A atividade da consciência em si tem um caráter que podemos denominar teórico, uma vez que não pode conduzir por si só, como era atividade da consciência, a uma transformação da realidade, natural ou social. Quer se trate da formulação de fins ou da produção do conhecimento, a consciência não ultrapassa seu próprio âmbito, isto é, sua atividade não se objetiva ou materializa. Por essa razão, tanto uma como outra são atividades; não são, de modo algum, atividade objetiva, real, isto é, *práxis* (VÁZQUEZ, 2011, p. 226-227).

Logo, o homem é um ser de atividade, que se manifesta no trabalho, na atividade artística, na *práxis* evolucionária e em outras ações humanas, sempre direcionado para um determinado fim, ou melhor, para a transformação do mundo natural ou social, no sentido de satisfazer as necessidades humanas.

Não há como pretender *explicar* o ser humano, esgotá-lo numa interpretação teórica, reduzir seus movimentos a qualquer lógica (por mais sofisticada que seja), porque sua atividade desborda de qualquer conhecimento, na medida em que ele está sempre inventando algo novo e introduzindo elementos “causais” nos melhores esquemas interpretativos. O ser humano nunca pode ser suficientemente conhecido em sua realidade *imediata*, que é uma realidade que está sendo constantemente superada (KONDER, 1992, p. 107).

O homem é um ser em constante transformação, porque modifica a natureza, e essa capacidade, que somente ele possui, materializa sua humanização. Essa transformação é um processo histórico, pois, a transformação da natureza é também a transformação de si mesmo. Nesse contexto, o homem se determina, se objetiva como ser subjetivo e produto do processo histórico. O homem é natureza e transforma a própria natureza, uma transformação necessária, porque precisa viver, já que, sem produção, a vida seria impossível, por isso a

produção é uma atividade natural do ser humano e, ao mesmo tempo, eterna, porque a existência humana depende das relações de produção. A essa intervenção no mundo, modificando a natureza externa e a natureza interna, Konder (1992, p. 15) denomina *práxis*.

A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmo. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e á a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática (KONDER, 1992, p. 115).

Ao se reportar sobre *práxis*, Konder (1992, p. 116) evidencia a importância da teoria, pois ela possibilita a intenção da *práxis* como atividade mecânica, como ação repetitiva, nas palavras do autor citado: “*práxis* e teoria são interligados, interdependentes. A teoria é um momento necessário da *práxis*; e essa necessidade não é um luxo: é uma característica que distingue a *práxis* das atividades meramente repetitivas, cegas, mecânicas, ‘abstratas’”. O autor destaca ainda que a *práxis* não é somente a união da teoria com a prática ou da teoria com a ação, mas é atividade política do cidadão, por meio de sua participação nos debates, de sua atitude perante aquilo que o incomoda, que ele não aceita, é, enfim, mudança e transformação.

Observamos, então, que a atividade humana proporciona diversas formas de *práxis*, pois “[...] a matéria-prima da atividade prática pode mudar, dando lugar a diversas formas de *práxis*” (VÁZQUEZ, 2011, p. 228). Devido à delimitação dessa pesquisa, não analisamos todos os tipos de *práxis*, mas destacamos algumas que se articulam com as relações de produção-formação dos pescadores da Z-16, como a *práxis* produtiva.

A atividade prática que o homem produz, mediado pelo trabalho, para a transformação da natureza, criando um mundo objetivo, capaz de suprir suas necessidades é denominada por Vázquez (2011) *práxis produtiva*. Todavia, como o homem é um ser social, a *práxis* produtiva somente se materializa em determinadas relações em que o homem é o agente da produção, porque cria, constrói, desenvolve instrumentos¹⁶ que contribuem para intervir no contexto da sua realidade; a esse conjunto de relações Marx (2008a) chama de *relações de produção*.

¹⁶ “No processo de trabalho, o homem, valendo-se dos instrumentos ou meios adequados, transforma um objeto com relação a um fim. Na medida que materializa certo fim ou projeto, ele se objetiva de certo modo em seu produto. No trabalho – diz Marx – o homem assimila ‘as matérias da natureza sob uma forma *útil para sua própria vida*’, mas só pode assimilá-las objetivando-se nelas. Marx aponta essa adequação a um fim com um dos fatores essenciais do processo de trabalho: ‘Os elementos simples do processo de trabalho são *atividade orientada a um fim* – ou seja, o *próprio trabalho* –, seu *objeto* e seus *meios*’” (VÁZQUEZ, 2011, p. 228-229).

É a partir dessa análise que queremos compreender os trabalhadores-pescadores da Colônia Z-16, como sujeitos que desenvolvem, a partir de suas atividades da pesca, relações socioeconômicas, políticas e formativas, como fica evidente em Martins (2015, p. 131): “[...] o saber do trabalhador da Colônia é produto da relação social e historicamente estabelecida, de modo que a aprendizagem vai se construindo no seio de uma relação no trabalho”.

Assim, na *práxis* produtiva, o trabalho, como atividade ontológica, ganha destaque, de modo que somente o homem possui as faculdades necessárias para produzir, intermediado pelo instrumento de trabalho; este, por sua vez, fabricado, criado pelo homem, torna-se também humanizado (MARX, 2010a). Os instrumentos ganham importância fundamental, porque possibilitam a mediação do homem com a natureza: “[...] graças aos instrumentos, a relação entre o homem e a natureza deixa de ser direta e imediata” (VÁZQUEZ, 2011, p. 229). Além disso, modifica ainda a relação do homem com a natureza, de modo que revela a capacidade de produção do ser humano e, ao mesmo tempo, seu domínio sobre a natureza. No contexto da *práxis* política dos pescadores da Z-16, são vários os instrumentos que esses sujeitos utilizam para mediar suas relações com o mundo natural e social.

A atividade da pesca artesanal envolve os trabalhos de confecções e de reparos de artes e instrumentos pesqueiros (exemplos: a vara, a rede de espera, o puçá e a tarrafa), também chamados de apetrechos, os reparos realizados em embarcação de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal (COSTA, 2015, p. 59)

Desse modo, os instrumentos de trabalhos são elementos fundamentais na relação do homem com a natureza, pois contribuem para que o ser humano produza um mundo adequado às suas necessidades. Nesse contexto, a *práxis* produtiva, além de produzir um mundo humanizado, suprimindo as necessidades humanas, produz, forma e transforma, ao mesmo tempo, o próprio homem.

A *práxis* produtiva é, assim, a *práxis* fundamental, porque nela o homem não só produz um mundo humano ou humanizado, no sentido de um mundo de objetos que satisfazem necessidades humanas e que só podem ser produzidos na medida em que se plasam neles fins ou projetos humanos, como também no sentido de que a *práxis* produtiva o homem se produz, forma ou transforma a si mesmo. Ao operar por meio desse movimento sobre a natureza exterior a ele, e transformá-la – diz Marx em *O capital* –, transforma ao mesmo tempo sua própria natureza. Desenvolve as potências que nela dormitavam e submete o jogo de suas forças (VÁZQUEZ, 2011, p. 230).

Outro tipo de *práxis* a que Vázquez (2011) chama atenção é a *práxis artística*, essa, por sua vez, se pauta na produção e na criação de obra de arte¹⁷, uma necessidade da expressão e comunicação humana, num grau superior da capacidade de expressão e objetivação do homem. É a criação de uma nova realidade, nessa relação o homem se afirma, construindo também um mundo humanizado.

Como toda a verdadeira *práxis* humana, a arte se situa na esfera da ação, da transformação de uma matéria que deve ceder sua forma para adotar outra nova: a exigida pela necessidade humana que o objeto criado ou produzido deve satisfazer. A arte é mera produção material nem pura produção espiritual. Mas, justamente por seu caráter prático, realizador e transformador está mais próxima do trabalho humano-sobretudo, quando este não perdeu seu caráter criador-do que de uma atividade meramente espiritual (idem, 2011, p. 321).

Nessa perspectiva, a *práxis* artística não está ausente das atividades dos pescadores da Colônia Z-16, como explicita Barra (2015, p. 15).

O pescador artesanal, por intermédio de seu trabalho, foi criando as condições de um distanciamento do seu próprio objeto, graças ao caráter social de sua atividade produtiva. Isto é, além de pescar, foi criando a arte da pescaria, produzindo as técnicas, as diferentes formas de redes de pesca, alternativas econômicas, e organizacionais, ao mesmo tempo em que foi descobrindo o funcionamento das marés, os movimentos da lua e se apropriando de elementos da natureza. Com isso minimamente solucionado, ele aperfeiçoa suas embarcações, melhora suas casas, práticas sociais que simbolizam e se comunicam com seu trabalho.

Nesse movimento de criação de novos instrumentos pelos pescadores, para ampliar seus domínios da natureza em prol de sua existência, também está articulado o processo da formação desses sujeitos. Por outro lado, a criação de novos instrumentos de pesca requer a experimentação prática, no sentido de comprovar o grau de sua eficácia, compreendemos que, somente dessa forma, os pescadores vão aperfeiçoando seus instrumentos de trabalho. Esse processo demonstra um outro tipo de *práxis*, a que Vázquez (2011, p. 232) denomina *práxis experimental*: “[...] entre as formas de atividade prática que se exercem sobre uma dada matéria é preciso incluir também a atividade científica experimental que satisfaz, primordialmente, as necessidades da investigação teórica e, em particular, as da comprovação de hipóteses”.

¹⁷ “Como toda a verdadeira *práxis* humana, a arte se situa na esfera da ação, da transformação de uma matéria que deve ceder sua forma para adotar outra nova: a exigida pela necessidade humana que o objeto criado ou produzido deve satisfazer. A arte é mera produção material nem pura produção espiritual. Mas, justamente por seu caráter prático, realizador e transformador está mais próxima do trabalho humano-sobretudo, quando este não perdeu seu caráter criador-do que de uma atividade meramente espiritual” (idem, 2011, p. 321).

No entanto, para Vázquez (2011, p. 232), a *práxis* experimental não é exclusiva da ciência, mas amplia-se para outros campos, como o artístico, o educativo, o econômico e o social; nesses campos, o experimento não está a serviço da teoria, mas sim de uma forma de *práxis* direta e imediata, aplicando seus resultados na realidade prática. É nessa concepção que a atividade dos pescadores da Z-16 se inclui, de modo que seus trabalhos com a captura do pescado não estão a serviço de algo apenas imediato. Evidentemente que não se esgota nessa ação, visto que, além dessa atividade, existem outras relações, como, por exemplo, a *práxis* política, como frisa Rodrigues (2015, p. 45-46).

Nos últimos anos, por exemplo, os pescadores vêm transcendendo a atuação na Z-16, passando a participar de organizações políticas por meio da inclusão em partidos, elegendo representação pescadora para o legislativo municipal, como forma de empoderamento de classe, de modo asseverar a possibilidade de embate político que lhes garanta os interesses no âmago de uma lógica excludente, conforme nos relatou o pescador Ivan Maria Pereira Neves, descrevendo a importância de os pescadores terem representatividade política no interior do Estado, a fim de mediar-lhes os interesses.

Essa participação dos pescadores da Colônia Z-16 no campo político, construindo representatividade diante do Estado, também é uma forma de *práxis*, ou melhor, de *práxis* política.

Em um sentido mais restrito, a *práxis* social é a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e a direção da sociedade, ou realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. Essa forma de *práxis* é justamente a atividade política (VÁZQUEZ, 2011, p. 232-233).

Sabendo da dimensão que a *práxis*, em suas várias concepções, exerce na atividade humana, pois se materializa na dinâmica dessa ação, definiremos a *práxis* política como parte do objeto da presente tese, ou seja, como o foco da presente pesquisa, que analisará as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16.

A PRÁXIS POLÍTICA

Para discutir a dimensão da *práxis* política, precisamos considerar, antes, duas categorias fundamentais, a da transformação e a da luta coletiva, tal como foram apresentadas por Vázquez (2011, p. 232): “[...] num sentido mais restrito, a *práxis* social é a atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e a direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado. Essa forma de *práxis* é justamente a atividade política”.

Essas duas categorias são justamente as que nos embasam para destacar a *práxis* política no contexto das relações de produção-formação dos pescadores da Z-16, de modo que esses pescadores se articulam coletivamente, por meio da entidade Z-16, para construir espaço de luta perante uma sociedade onde predomina a lógica da classe dominante. Vázquez (2011, p. 233), nesse sentido, comenta que “[...] nas condições da sociedade dividida em classes antagônicas, a política compreende a luta de classe pelo poder e a direção e estruturação da sociedade de acordo com os interesses e fins correspondentes”.

Portanto, a iniciativa dos pescadores de se organizarem como fração de classe em torno de uma entidade representativa demonstra o descontentamento para com a realidade socioeconômico e político de um modelo de sociedade excludente, ou melhor, são as críticas desses pescadores que se materializam na ação da organização desses sujeitos, pois “[...] não se pode separar a filosofia da política e, pelo contrário, pode demonstrar-se que a escolha e a crítica de uma concepção do Mundo (sic) constituem também um facto político” (GRAMSCI, 1978a, p. 14). Nessa mesma direção, Vázquez (2011) destaca que a *práxis* política é uma teoria que proporciona as transformações sociais, possibilitando compreender a sociedade em sua totalidade. Nesse sentido, Gramsci (1978a, p. 107), ao se reportar sobre *práxis*, menciona que se trata de “[...] uma filosofia que é também uma política e de uma política que é também uma filosofia”.

Como a *práxis* política se materializa a partir da organização de grupos, como a entidade Z-16, a disputa de ideias não está ausente de concepções no próprio movimento. Porém, o que predomina nesse movimento são as influências exercidas pela organização, que se materializa na luta em prol de seus interesses. Por isso, “[...] o caráter prático da atividade política exige formas, meios e métodos reais, efetivos, de luta; assim, por exemplo, o proletariado em sua luta política vale-se de greves, manifestações, comícios e inclusive de métodos violentos” (VÁRQUEZ, 2011, p. 233).

Outro elemento que se articula na *práxis* política é a conquista ou, até mesmo, a manutenção do poder, que é, por sua vez, de fundamental importância para lutar em prol da transformação da sociedade, porque, “[...] no desenvolvimento de uma classe nacional, ao lado do processo de sua formação no terreno econômico, deve-se levar em conta o desenvolvimento paralelo nos terrenos ideológico, jurídico, religioso, intelectual, filosófico [...]” (GRAMSCI, 1988, p. 49). Dessa forma, a *práxis* política dos pescadores em análise se articula para além da atividade técnica da pesca, englobando os aspectos socioeconômico, político e formativo, num movimento de inter-relação, conforme destacou Marx (2012a, p.

81): “[...] a liberdade política é a precondição indispensável para a libertação econômica das classes trabalhadoras. A questão social é, pois, inseparável da questão política: sua solução depende da solução desta última e é possível apenas no Estado democrático”.

Portanto, os pescadores da Z-16 se organizam numa entidade representativa para lutar por seus direitos, materializados em projetos, tais como o projeto de criação de alevinos, de acordo de pesca, de cooperativas de gelo, entre outros, que compõem a entidade e beneficiam os filiados. Como “[...] a *práxis* política pressupõe a participação de amplos setores da sociedade. Persegue determinados fins que correspondem aos interesses radicais das classes sociais [...]” (VÁRQUEZ, 2011, p. 233), evidentemente a luta para a conquista de determinados fins requer o conhecimento da ação no contexto da realidade, de modo que possa construir estratégias no sentido de evitar possíveis derrotas.

Nas estratégias das lutas dos trabalhadores, como os da Z-16, é de fundamental importância a articulação dos intelectuais, na concepção de Gramsci (2011, p. 210): “[...] todo o desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até um certo ponto, está ligado aos movimentos dos intelectuais e deles depende”. Esse intelectual tem, pois, a função de direcionar, de coordenar as ações da entidade, num movimento também educativo. Esses intelectuais seguem, a partir da organização dos trabalhadores, com capacidade de compreender a realidade vigente, por isso se propõem a ser dirigentes orgânicos, no sentido de proporcionar lutas em benefício do grupo que participa.

Por conseguinte, a *práxis* política requer ação ativa do homem e capacidade de pensar, de construir estratégias de organização de um determinado grupo, no qual se desenvolva uma concepção crítica da realidade vigente, isto é, um homem que seja um intelectual, um filósofo e, ao mesmo tempo, um político, como destaca Gramsci (1978a, p. 40): “[...] o verdadeiro filósofo é, e não pode deixar de ser, o político, isto é, o homem activo que modifica o ambiente, entendendo-se por ambiente o conjunto de relações de que cada indivíduo singular passa a fazer parte”. Essa mudança, conforme destaca esse mesmo autor, não se refere a grandes revoluções ou a mudanças de mentalidade de todos, mas, ao contrário, a própria mudança de personalidade, ou melhor, a forma de se relacionar com a natureza já se caracteriza como mudança: “[...] se a própria individualidade é o conjunto destas relações, tornar-se uma personalidade significa tomar consciências destas relações e modificar a própria personalidade significa alterar o conjunto de tais relações” (GRAMSCI, 1978b, p. 52).

Desse modo, os pescadores da Z-16 são homens e mulheres que compreenderam, a partir da sua realidade, a necessidade de construir espaços de sobrevivência para além da

atividade de pesca, ampliando-a para aspectos socioeconômicos, políticos e formativos. Isso representa uma mudança de atitude, uma ação política dessas pessoas no interior de uma entidade representativa de trabalhadores, materializada nas suas relações de produção-formação, pois “[...] transformar o mundo exterior e as relações gerais, significa valorizar-se a si mesmo, desenvolver-se a si mesmo” (GRAMSCI, 1978b, p. 64).

Sem esse reconhecimento de si mesmo, a mudança seria impossível, de modo que valorizar a si mesmo significa também lutar pela própria existência e pela de seus pares. Logo, a *práxis* política requer a transformação da realidade vigente, que, por sua vez, perpassa pela mudança de atitude política de cada homem e de cada mulher, para avançar na mudança das relações sociais. Dessa maneira, “[...] a *práxis* política, enquanto atividade prática transformadora, alcança sua forma mais alta na *práxis* revolucionária como etapa superior da transformação prática da sociedade” (GRAMSCI, 1978b, p. 64).

No entanto, a *práxis* política requer uma concepção de homem, de sociedade e de educação que contemple as dimensões socioeconômico, político formativo numa relação indissociável da contradição, pois “[...] o homem que devemos formar é um ser relacional, condicionado política, social, e economicamente por uma sociedade cheia de contradições” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 11). Essa concepção de homem que o autor menciona fica difícil de se formar num modelo de educação sistematizada que o país desenvolve, porque está preso numa estrutura socioeconômico que visa à formação abstrata, como mero sujeito economicista.

O professor, em vez de explicar, ele mesmo, a seus alunos, a ciência que se propõe ensinar-lhes, pode ler para eles um livro sobre o assunto e, se o livro estiver escrito em língua estrangeira e morta, interpretará seu conteúdo na língua dos próprios alunos; ou então – o que dará ao professor ainda menos trabalho – fará com que os alunos interpretem o texto para ele; e, fazendo de vez em quando uma observação ocasional sobre o texto, poderá jactar-se de estar ministrando uma prelação. Basta um grau mínimo de conhecimento e aplicação para poder recorrer a isso, sem expor-se ao desprezo e á zombaria, nada dizendo que seja realmente tolo, absurdo ou ridículo. Ao mesmo tempo, a disciplina do colégio pode dar-lhe a possibilidade de forçar todos os seus alunos a frequentarem com a máxima regularidade essas prelações simuladas, e a manterem o comportamento mais decente e respeitoso durante todo o tempo das aulas. (SMITH, 1988, p. 54).

Disso decorre a importância das organizações dos movimentos sociais, como a Z-16: para ultrapassar essa formação mecânica, dogmática, que não possibilita aos alunos construir sua concepção de humano, de homem e de sociedade, com perspectiva de transformação. Por outro lado, a dimensão política relaciona-se diretamente com o processo

educativo, de modo que são elementos que compõem a natureza humana. Logo, “[...] a política como uma das mais importantes dimensões do ser humano, deve ser parte integrante do processo educativo, se é que queremos que homem desenvolva capacidades para edificar sua própria personalidade e para realizar-se [...]” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 13). Sem dúvida, a *práxis* política é uma dimensão inerente ao ser humano, presente na sua personalidade, na atitude frente às injustiças sociais, mas, ao mesmo tempo, é um processo educativo, de modo que não se toma um posicionamento sem compreender a realidade vigente, por isso, a *práxis* política é uma ação consciente do homem frente a uma realidade desfavorável às condições humanas.

Todavia, essa atitude de o homem se posicionar contra o contexto histórico vigente não é para qualquer homem, mas para aquele que está disposto a transformar a sociedade. Trata-se de um homem que construiu, ao longo de sua formação, uma concepção de sociedade, por isso requer transformação de acordo com sua concepção, e isso é uma ação política e, ao mesmo tempo, pedagógica,¹⁸ porque, “[...] promover um tipo de homem, de cultura, de crença política, desprezando outras concepções humanas, outras culturas e crenças, é uma clara ação política” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 21).

Como a *práxis* política é uma ação consciente de homens e mulheres que analisam criticamente a realidade vigente, na perspectiva da transformação, esta transformação não se materializa na ação isolada, mas, pelo contrário, ela se efetiva na organização e na participação dos sujeitos comprometidos com as melhorias das condições sociais. A crítica para com o modelo socioeconômico e político da sociedade vigente significa, então, construir outra alternativa de relações de produção, que proporcione interações entre homens e mulheres e que seja capaz de garantir as condições básicas de existência, na qual possa reinar a eliminação da desigualdade entre as classes, bem como do mercado como centro das atenções, e priorizando a condição humana.

FORÇAS PRODUTIVAS

Analisamos, a partir deste momento, a relação dialética entre forças produtivas e relações de produção, no contexto da *práxis* política dos pescadores da Z-16, demonstrando que, no cotidiano das relações desses sujeitos, se materializam organizações de trabalho para

¹⁸ “Talvez a mais importante ação política levada a cabo pelos escritórios do governo, a julgar pelos custos desembolsados e pelo imenso aparelho burocrático montado com tal finalidade, seja uma ação política não só de tipo administrativo, mas também na acepção mais ampla do termo, referente ao projeto global da sociedade. Por isso, diga-se abertamente ou não, esteja-se ou não de acordo, a ação educativa não pode deixar de ser política, da mesma maneira que a política – a boa política – tem de ser pedagógica” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 21).

dar conta de sua subsistência. Nessas relações, os trabalhadores/pescadores apresentam *práxis* política que se articula com os saberes do capital, mas, ao mesmo tempo, se contrapõem a esses saberes.

No entanto, para analisar as relações de produção e as forças produtivas no contexto da *práxis* política dos pescadores da Z-16, faz-se necessário compreender a concepção materialista na qual se pauta a filosofia de Marx e Engels (2009). Segundo esses autores, para o homem se manter vivo, necessita suprir as principais necessidades básicas. Por isso, antes de sofrer qualquer transformação num processo dialético pelo trabalho, o homem deve ser percebido como um ser biológico, que necessita das condições fundamentais para garantir sua existência, como, por exemplo, alimentar-se, vestir-se, ter um espaço para se abrigar, etc.

[...] temos que começar para constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana, e, portanto, também, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poderem “fazer história”. Mas da vida fazem parte sobretudo comer e beber, habitação, vestuário e ainda algumas outras coisas. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e a verdade é que esse é um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora para ao menos manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2009, p. 40-41).

O fundamento da existência humana é, na perspectiva de Marx e Engels, a matéria: “[...] não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência” (2009, p. 12). Por outro lado, é necessário esclarecer que a matéria, na concepção do materialismo histórico dialético, não é algo químico ou físico, com relações mecânicas, de causa e efeito. A matéria, para Marx e Engels (2009, p. 23), ultrapassa, então, a relação neutra dos objetos naturais, pois é a própria matéria social:

[...] as premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais, e delas na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quando as que produzem pela sua própria ação.

Portanto, a materialização da existência humana se efetiva nas relações de produção, ou seja, na maneira como produzem e reproduzem sua existência, seu modo de vida, e como vivem em uma determinada sociedade. Logo, viver é pensar, refletir, analisar suas condições de existência em um contexto social específico, mas também, a maneira como os homens se organizam, a forma de produzir seus instrumentos para intermediar suas relações com a natureza, consigo mesmos e com seus pares, isto é, como se materializam suas relações tanto

externas quanto internas com a natureza, assim como as relações familiares e a divisão de trabalho. A matéria, nessa concepção, é a organização socioeconômica, política e formativa dos homens na sociedade; e é com essa perspectiva que propomos analisar a organização da *práxis* política dos pescadores da Z-16.

Como podemos observar, a *práxis* política está relacionada diretamente com as relações de produção, de modo que, para Vázquez (2011), essa *práxis* é a ação na qual o homem é sujeito e objeto, em uma relação indissociável. Nessa ação o sujeito luta para transformar suas condições socioeconômicas, políticas e formativas, pois “[...] tudo é político, mesmo a filosofia ou as filosofias, e a única ‘filosofia’ é a história em acto ou seja, a própria vida” (GRAMSCI, 1978b, p. 58), ou seja, a formação humana depende da forma como se produz, ou, em outras palavras, o que o homem é depende de sua produção material, em uma relação dialética entre ele e natureza.

Essa relação homem-natureza é, para Marx (2013a), dialética, porque, ao mesmo tempo que o homem transforma a natureza, transforma também a si mesmo, e, nesse processo, naturaliza-se: “[...] o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia regula e controla seu metabolismo com a natureza” (MARX, 2013a, p. 255). Por isso, o elemento principal nessa relação é o trabalho, categoria basilar para o desenvolvimento do homem, não somente no que se refere ao seu organismo, mas também ao aperfeiçoamento de seus instrumentos, o que, por sua vez, amplia as potencialidades dos braços e mãos, mas também da consciência em um processo histórico.

O trabalho é, nessa perspectiva, a categoria fundante no processo de relações de produção, pois, permite ao homem liberar-se da natureza exterior e agir a partir de sua própria vontade, para atingir um determinado fim, de acordo com seus objetivos e necessidades. Tal liberdade é o que possibilita ao homem construir seu próprio mundo, deferente de outros seres, pois ele pode acumular experiências, saberes e *práxis* de geração para geração. Podemos observar isso na fala do Pescador 4, ao relatar como aprendeu a lidar com seu mundo de trabalho “[...] *eu acho que foi dos quinze anos já ia com o meu pai pilotar, remar, jogar rede, e de lá eu acho que não teve mais pai, da pesca eu sei de tudo, sei fazer malhadeira, eu sei fazer matapi, eu sei fazer tarrafa*”.

Nessa acumulação de saberes, ao longo do processo histórico, o homem vem ampliando seus desenvolvimentos cognitivos e produzindo e reproduzindo um conjunto de elementos necessários para dar conta de sua existência, como as relações sociais, as

instituições e os conhecimentos. Dois processos se inter-relacionam dentro dessa concepção material da história: a apropriação da natureza pelo homem e as relações que os homens estabelecem para produzir elementos necessários à sua subsistência. Por isso é importante reafirmar que, ao se relacionar com a natureza, o homem diferencia-se dos animais, pois não se relaciona com ela de forma direta, mas intermediado pelos instrumentos criados por ele mesmo para intervir nessa natureza.

[...] no primeiro caso, os indivíduos têm de ser reunidos, no segundo caso descobre-se, a par do instrumento de produção dado, a si próprios como instrumentos de produção. Entra aqui, portanto, a diferença entre os instrumentos de produção naturais e os que foram criados pela civilização. A terra (água etc.) pode ser considerada como um instrumento de produção natural. No primeiro caso, no caso de um instrumento de produção natural, os indivíduos são subordinados à natureza. No segundo caso, a um produto do trabalho (MARX; ENGELS, 2009, p. 73).

Partindo da relação dialética do homem com a natureza, Marx apresenta a base material da condição humana, tanto no aspecto natural quanto no aspecto cultural, construída a partir do trabalho. Numa aproximação conceitual, podemos observar, nos inscritos de Gramsci (1976, p. 83), que a cultura “É organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres”. A cultura é, nesse sentido, uma conquista humana alcançada por meio do trabalho.

Para analisar o processo do desenvolvimento histórico da humanidade nesse sentido, precisamos compreender, antes, o desenvolvimento das forças produtivas que abarcam as relações de produção numa relação dialética. Como podemos observar no prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Marx (2008a, p 47). “[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais”. Isso quer dizer que as relações humanas, que não são determinadas pelo espírito, são fenômenos reais da condição do homem. Além disso, Marx, ao demonstrar a relação existente entre as relações de produção e as forças produtivas presentes na sociedade, deixa evidente que tais forças são a base que estrutura a sociedade, mas, ao mesmo tempo, sem as relações de produção, seria impossível o desenvolvendo da sociedade. Isso demonstra que a base condiciona toda a sociedade, materializada nas relações de produção e nas forças produtivas.

A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008a, p. 47).

Sobre forças produtivas, especificamente, assim destaca Cohen (2010, p. 2):

As forças produtivas são as edificações e os meios utilizados no processo de produção: meios de produção, de um lado, e força de trabalho, de outro. Os meios de produção são recursos produtivos físicos: ferramentas, maquinaria, matéria-prima, espaço físico etc. A força de trabalho inclui não apenas a força física dos produtores, mas também suas habilidades e seus conhecimento técnico (que eles necessariamente não dominam), aplicados quando trabalham.

Em síntese, fica evidente que as bases estruturais da sociedade se repousam nas forças produtivas e nas relações de produção. De posse desse conhecimento, é possível analisar as relações entre as forças produtivas e relações de produção a partir do contexto da *práxis* política dos pescadores da Z-16.

Ao analisar a identidade do pescador da Z-16, materializada no cotidiano da atividade desses sujeitos, Rodrigues (2012) destaca um conjunto de instrumentos indispensáveis na constituição desses pescadores, como *fração de classe*. Para alcançar esse instrumento, foi necessário que esses trabalhadores/pescadores dominassem um conjunto de elementos inter-relacionados com a natureza e que, nesse processo, fossem construindo saberes sobre os espaços físicos inerentes à sua existência, como: os rios, os tipos de peixe, as marés, os artefatos de pesca, entre outros, como fica evidente na fala do ex-presidente da Colônia, Irácio Nunes.

[...] o pescador é aquele cidadão ribeirinho que tem o seu material de pesca, que faz atividade da pesca, que entende do processo da pesca. O pescador é esse. Assim, eu entendo da pesca com um tipo de materiais: eu sei pescar de malhadeira, eu sei pescar de caniço, sei pescar de tarrafa (IRÁCIO NUNES apud RODRIGUES, 2012, p. 142).

Esse saber pescar, mencionado na fala do entrevistado, demonstra que nessa atividade um conjunto de elementos se inter-relacionam, não somente física, mas também intelectualmente, como, por exemplo, o sujeito ativo que desenvolve a ação, o objeto de trabalho sobre o qual atua a força de trabalho para alcançar os fins, os meios utilizados para se chegar a esses fins, entre outros; tais elementos articulados compõem as forças produtivas

nesse ramo de trabalho, como explicita Germer (2009, p. 6): “O conjunto dos materiais naturais que transforma para seu uso, dos instrumentos e demais materiais e instalações que o auxiliam no trabalho, e do próprio conhecimento acumulado e da aptidão adquirida para o trabalho, constituem as forças produtivas do trabalho”. Podemos exemplificar as forças produtivas a partir de uma modalidade de pesca conhecida pelos pescadores da Z-16, como rede aberta.

Rede aberta é a rede que pega o mapará, que bloqueia o cardume do peixe, vamos dizer o Assilo é dono de uma rede aberta, ele bloqueia o mapará, ou seja, cerca um cardume do peixe, depois de cercado bate água para o mapará bater na rede, é isso que se chama de rede aberta, é uma espécie de pescaria, para pegar o peixe em quantidade. Numa rede aberta trabalha em torno de dez a doze pessoas, em dois cascos, agora tem o estaleiro que ocupa quatro pessoas, tem as pessoas que vão para bater água, essa pescaria utiliza uma base de vinte pessoas, porque é muito peixe, pega-se de peneiros cheiros de peixes. (PESCADOR, 4).

Esse exemplo demonstra que o trabalho é a categoria fundamental na relação das forças produtivas, que são a força propulsora do desenvolvimento social. O que os pescadores sabem é produto de relações construídas ao longo do processo histórico, e isso significa que a sociedade atual é produto do aperfeiçoamento das forças produtivas herdadas por gerações, e impulsionadas pela necessidade de os homens se manterem vivos. Assim, por meio do trabalho, o ser humano amplia seus saberes ao longo do processo histórico, proporcionando o aperfeiçoamento das forças produtivas, o que nos leva a concluir que, sem o trabalho, seria impossível a perpetuação da espécie.

A história não é senão a sucessão das diversas gerações, cada uma das quais explora os materiais, capitais, forças de produção que lhe são legados por todas as que a precederam, e que por isso continua, portanto, por um lado, ainda que em circunstâncias completamente mudadas, a atividade transmitida, e, por outro, modifica as velhas circunstâncias com uma atividade completamente mudada, o que permite a distorção especulativa de fazer da história posterior a finalidade da anterior; por exemplo, colocar como subjacente ao descobrimento da América a finalidade de proporcionar a eclosão da Revolução Francesa. Desse modo, a história recebe então finalidade à parte e torna-se uma “pessoa a par de outras pessoas” (como sejam: “Consciência de si, Crítica Único” etc.), enquanto aquilo que se designa com as palavras “Determinação”, “Finalidade”, “Germe”, “Ideia” da história anterior nada mais é do que uma abstração formada a partir da história posterior, uma abstração a partir da influência ativa que a história anterior exerce sobre a posterior (MARX; ENGELS, 2009, p. 53-54).

Percebemos, dessa forma, que o trabalho é, na concepção materialista da história, a categoria central para a constituição do ser social; e isso pode ser observado na fala do

Pescador 4, para quem o trabalho se materializa na coletividade, ou seja, esse trabalho coletivo é produto da relação de outros trabalhos individuais, e, nesse processo, vai construindo a vivência do coletivo. Assim, o ser humano, ao desenvolver qualquer trabalho, sempre necessitará, numa relação recíproca, dos outros homens. Essa relação, como mostramos no início deste tópico, corresponde às relações de produção, que, segundo Marx (2008a), não são intencionais, mas impulsionadas pela necessidade. Logo, trabalho, homem, natureza e necessidade compõem a existência de uma relação acentuada entre as forças produtivas e as relações de produção, conforme destaca Germer (2009, p. 11):

A dependência das relações de produção em relação às forças produtivas significa, por um lado, que a forma assumida, em cada momento histórico, pelas relações entre os indivíduos, depende das formas específicas das forças produtivas (tipos e localização das matérias-primas, dos instrumentos de trabalho e dos ambientes de trabalho – construções, instalações, meios de transporte etc.); por outro, como as forças produtivas estão em contínuo desenvolvimento – mais lento ou mais rápido, segundo a época histórica –, segue-se que as relações entre os indivíduos, na produção, estão também em contínuo desenvolvimento.

Buscamos demonstrar neste tópico que o trabalho, na concepção materialista, assume espaço central, e, enquanto categoria, se inter-relaciona com as relações de produção e as forças produtivas, elementos que analisaremos melhor a seguir.

RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

As relações de produção e as forças produtivas são, na concepção materialista, as bases em que se apoiam as fontes das representações culturais, institucionais e organizativas da sociedade, pois “[...] a lei de correspondência existente entre as forças produtivas, as relações de produção e as superestruturas não terá outra função senão a de bússola condutora, em meio avatares imprevisíveis que, por vezes, se intercalam na análise das histórias concretas”. (SANTOS, T., 1984, p. 35). Além disso, vale mencionar que, ao longo do desenvolvimento da humanidade, cada fase histórica da constituição das forças produtivas corresponde a determinadas relações de produção.

Na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2009, p. 24) destacam a matéria como a base fundamental da constituição humana, afirmam que o mundo material existe independentemente do conhecimento. Assim, a matéria é inerente a existente humana, de modo que “ ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem independentemente a sua própria vida material”. Produzir, nessa concepção está relacionado

diretamente com as condições reais de existência, proporcionando os elementos básicos necessários para garantir a própria vida.

E nessa relação de produção, o homem não somente garante a existência como algo dogmático, desvinculado da sua realidade concreta, ao contrário, aprende, desenvolve sua capacidade teleológica, cognitiva, efetiva, social e política. É nesse sentido que na presente tese iremos trabalhar com a categoria de relações de produção-formação, por compreender esses termos numa unidade indispensável entre produzir e formar o homem objetivo na subjetividade.

Nesse sentido, três grandes elementos compõem, segundo T. Santos (1984), as relações de produção, são eles: as relações de trabalho; as formas de propriedade e as relações de distribuição e de troca. No que diz respeito à **relação de trabalho**, ela se materializa na exploração do trabalho alheio, em que uma classe, grupo ou fração de classe se beneficia do trabalho do outro.

Na Grécia Antiga, quando as tribos entravam em conflito entre si, a tribo perdedora era submetida pela tribo vencedora ao trabalho escravo. Essa situação, de acordo com T. Santos (1984, p. 59), exemplifica bem o trabalho servil, em que o proletariado explora o trabalho do servo: “[...] as relações de trabalho do tipo servil nascem das cinzas do escravismo, implicando, inicialmente, na superação da noção de homem como instrumento de produção” (SANTOS, T., 1984, p. 59). Mas, ao longo do processo histórico, essa relação de trabalho foi sendo substituída por outras, como destaca Marx (2008b, p. 10):

A forma tradicional, feudal ou corporativa, de funcionamento de indústria não permite atender às necessidades crescentes, decorrente do surgimento de novos mercados. Em seu lugar aparece a manufatura. O mestre das corporações é deslocado pelo pequeno industrial; a divisão do trabalho entre as diversas corporações desaparece diante da divisão do trabalho no interior das oficinas.

Assim, as relações de trabalho se materializam na exploração do trabalho de outrem com o objetivo de obter lucro, sem se ausentar de uma forma de produção onde o proprietário dos meios de produção tem vantagem sobre aquele que apenas disponibiliza sua força de trabalho.

Outro elemento que compõe as relações de produção são as **formas de propriedade**. A propriedade tribal é o começo da propriedade, articulada numa estrutura hierárquica, ou melhor, numa família ampliada, e organizada com poderes, tarefas e consumo. Em outros termos, no topo da estrutura social, encontra-se o chefe patriarcal, abaixo, os membros da

tribo, e, por último, os escravos. Nessa fase, segundo Marx e Engels (2009, p. 27), a produção ainda não está desenvolvida, pois o povo se alimenta da caça, da pesca e da agricultura: “[...] a divisão do trabalho está nessa fase ainda muito pouco desenvolvida e limita-se a um prolongamento da divisão natural do trabalho existente na família” (MARX; ENGELS, 2009, p. 27).

A segunda propriedade é a comunal ou estatal. Nas antigas Grécia e Roma, por exemplo, onde os cidadãos eram coletivamente ativos do Estado, havia uma estrutura social bem definida: de um lado, o senhor, o cidadão,¹⁹ e, de outro, o escravo. Este último era quem vivia no campo e cultivava a terra para o senhor. O senhor, por sua vez, vivia na cidade do produto do trabalho dos escravos. Essa divisão, ao mesmo tempo em que separa campo e cidade, provoca constantes lutas políticas e sociais.

A terceira forma de propriedade é a feudal²⁰ ou estamental, caracterizada pela propriedade territorial trabalhada pelo servo da gleba e pela propriedade dos instrumentos de trabalho dos artesãos livres, ou oficiais, que vivem nos burgos. É uma estrutura social que, segundo Marx e Engels (2009), parte do campo, pois o feudalismo ocupa uma extensa área de terra e tem como base a comunidade, na qual há os servos, como classe produtora, e a nobreza, com poder sobre os servos; desse modo, “[...] a estrutura da sociedade cria os proprietários como nobreza feudal e como oficiais livres dos burgos, e os trabalhadores como servos da terra enfeudada e como aprendizes nas corporações dos burgos. Junto a eles, há uma figura social intermediária: o comerciante” (CHAUÍ, 1980, p. 24).

Tal propriedade se pauta no trabalho de cada indivíduo, ou seja, no trabalho fundiário e no trabalho do servo, por outro lado, no trabalho na concentração de um pequeno capital: uma produção agrícola ainda rudimentar e a indústria artesanal. A divisão do trabalho quase não aparecia, mesmo com a divisão social entre servo, clero e nobreza, mas, no campo da produção propriamente dito, não havia divisão importante de trabalho.

Dessa estrutura de propriedade surgiu a forma de propriedade que conhecemos hoje, a propriedade privada capitalista, um modo de produção que requer trabalhadores “livres”

¹⁹ Os cidadãos só possuem em comum o poder sobre os seus escravos trabalhadores, estando logo, por esse motivo, ligados à forma da propriedade comunal. É a propriedade privada comum dos cidadãos ativos, os quais são obrigados, face aos escravos, a permanecer nesse modo natural de associação. Por isso decai toda a estrutura da sociedade baseada nessa forma de propriedade, e com ela o poder do povo, à medida que se desenvolve, nomeadamente, a propriedade privada imóvel. (MARX e ENGELS, 2009, p. 27).

²⁰ A transição do feudalismo ao capitalismo foi o longo período em que a desagregação do modo de produção feudal foi se dando concomitantemente à produção das relações capitalistas, em que o velho modo de produção ainda não tinha morrido e as novas relações do novo modo de produção estavam sendo gestadas. Esse longo período foi caracterizado por Marx como de acumulação primitiva de capital, já fundado numa economia mercantil, em que a produção se destinava a trocas e não apenas ao uso imediato (LOMBARDI, 2010, p. 236).

para vender sua força de trabalho. Nesse sentido, Lombardi (2010, p. 238), em sua tese de doutorado, afirma que o capital, como relação social, objetiva o lucro, para isso vem construindo mecanismo para acumulação de mais capital. Um processo que, desde o rompimento dos feudos a partir do século XII, impulsionados pelas mudanças tecnológicas na agricultura, pelo aumento populacional e pelo renascimento urbano, entre outros fatores, possibilita a dissolução do feudalismo e a formação do capitalismo.

Ao analisar o sistema capitalista desde sua origem²¹, Marx, em *O Capital*, menciona que esse sistema surge quando o capitalista emprega, ao mesmo tempo, um conjunto de trabalhadores para produzir uma quantidade maior do que antes, isto é, para a produção do mesmo tipo de mercadoria, sob seu comando. Esse primeiro momento do capitalismo é denominado por Marx (2013a, p. 400) *cooperação*,²² ou seja, um trabalho, antes individual, passa a ser um trabalho coletivo, sob o comando de um capitalista:

A forma de trabalho dentro do qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processo de produção diferentes, porém conexos chama-se *cooperação*” (MARX, 2013a, p. 400).

Dos trabalhos de cooperação surgem os salários, o aumento da produção e a divisão do trabalho, conforme destaca Lombardi (2010, p. 246):

A escala da produção e a exploração do trabalho foram necessárias para liberar o mestre artesão do trabalho manual, transformando uns em empregados assalariados e outros em empregadores capitalistas. Da mesma forma, separando o trabalho manual (o fazer) do trabalho intelectual (o saber).

No processo de cooperação, segundo observa Marx (2013a, p. 408), a produção é fator necessário, comandado por um capitalista, que chefia o processo da produção na indústria e também os trabalhadores; estes, por sua vez, são os proprietários da força de trabalho: “O trabalhador é proprietário de sua força de trabalho enquanto barganha a venda desta última com o capitalista, e ele só pode vender aquilo que possui: sua força de trabalho

²¹ “[...] a produção capitalista só começa, de fato quando o mesmo capital individual emprega simultaneamente um número maior de trabalhadores, quando, portanto, o processo de trabalho aumenta seu volume e fornece produtos numa escala quantitativa maior que antes. A atividade de um número maior de trabalhadores, ao mesmo tempo e no mesmo lugar (ou, se se preferir, no mesmo campo de trabalho) para a produção do mesmo tipo de mercadoria, sob o comando do mesmo capitalista, tal é histórica e conceitualmente o ponto de partida da produção capitalista” (MARX, 2013a, p. 397).

²² “A forma de trabalho dentro do qual muitos indivíduos trabalham de modo planejado uns ao lado dos outros e em conjunto, no mesmo processo de produção ou em processo de produção diferentes porém conexos chama-se *cooperação*” (idem, 2013, p. 400).

individual, isolado”. A cooperação simples possibilitou, de acordo com Lombardi (2010), no processo de produção, a divisão do trabalho, bem como o controle no comando da produção entre concepção e execução, com a intensificação da exploração do trabalho, ampliando-se, também, o modo de produção capitalista.

As **relações de intercâmbio e de troca** são o terceiro elemento que compõe as relações de produção. Apesar de as relações de intercâmbio e de troca já existirem há muito tempo, como, por exemplo, a interligação do comércio Mediterrâneo, Oriente Médio e o Extremo Oriente, é somente a partir do século XV e XVI com as navegações marítimas que se inicia uma intensificação do intercâmbio e da troca e o nascimento de uma classe econômica mais consistente.

A descoberta da América e a circum-navegação da África abriram um novo campo de ação para a burguesia nascente. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio com as colônias, o aumento dos meios de troca e do volume das mercadorias em geral trouxeram uma prosperidade até desconhecida para o comércio, a navegação e a indústria e, com isso, desenvolveram o elemento revolucionário dentro da sociedade feudal em desintegração (MARX, 2008b, p. 10).

Dessa forma, o comércio marítimo mundial teve grande impulso no aperfeiçoamento das forças produtivas, mas também nas relações de produção, levando a burguesia a criar meios de produção e de circulação nunca vistos na história da humanidade. Porém, no contexto do desenvolvimento das relações de produção, surge a contradição, com interesses diversos, de um lado, a classe burguesa, de outro, a classe proletária, com uma nova proposta de relações de produção. É a materialização da luta de classe no seio do capitalismo: “Há décadas a história da indústria e do comércio se restringe a revolta das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que constituem as condições vitais da burguesia e de seu domínio [...]” (MARX, 2008b, p. 17).

A mesma burguesia que, de acordo com Marx (2008b, p. 9), destruiu a sociedade feudal, foi destruída com as mesmas armas, demonstrando que o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção se elevou tanto que os “homens dos negócios” perderam o controle, impulsionando o surgimento de outra classe:

[...] as armas com as quais a burguesia abateu o feudalismo se volta agora contra ela mesma. Mas a burguesia não forjou apenas as armas que a levarão à morte; produziu também os homens que usarão essas armas; os trabalhadores modernos, os proletariados.

A SUPERESTRUTURA

As forças produtivas articuladas com as relações de produção impulsionam necessidades humanas para dependência das instituições, dos conhecimentos historicamente acumulados, dos meios espirituais, do Estado, entre outros elementos que compõem a superestrutura da sociedade, conforme observou Marx (2008a, p. 47): “[...] as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em suas totalidades [...]”. Evidencia-se, com isso, que forças produtivas, relações de produção e superestrutura compõem a totalidade da sociedade a partir da concepção materialista.

Para compreender a superestrutura, porém, faz-se necessário articular, de acordo com Marx (2008a), **o conjunto de instituições jurídicas, políticas e organizacionais**, que são fenômenos interdependentes. Essa organização social envolve a educação, o núcleo de produção, o Estado e as forças produtivas no seu grau avançado no contexto do capitalismo.

Outro fenômeno que compõem a superestrutura são **as ideias**. Na *Ideologia Alemã*, Marx (2009, p. 31) destaca essa questão ao mencionar que as produções das ideias estão inter-relacionadas com a produção material: “[...] a produção das ideias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real”. Assim, como as ideias possibilitam a compreensão de uma concepção de mundo, vale ressaltar que, de acordo com as condições materiais, as classes terão uma concepção de mundo em prol de seus interesses.

Compõem ainda a superestrutura **um sistema de valores, sentimentos e atitudes**, de modo que esses elementos estão vinculados aos aspectos psicológicos, mas relacionados também com a base material e com as relações de produção, com as instituições, com as ideias da classe dominante: “[...] as ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio” (MARX; ENGELS, 2009, p. 67). Nessa mesma perspectiva, Harnecker (1983, p. 103) destaca que “[...] os sistemas de atitudes e comportamentos se constituem pelo conjunto de hábitos, costumes e tendências a reagir de uma determinada maneira”.

São, portanto, sistemas psicológicos que se materializam em cada indivíduo ou classe social diferentes de outros indivíduos ou de outras classes, refletidos na base material produtiva e social para se conservarem ou se reproduzirem. Como a classe dominante tem propagado seu sistema de valores, sentimentos e atitudes, a superestrutura tende a ser

conservadora. Logo, sua transformação somente é possível a partir de autoconsciência da classe trabalhadora e esta, por sua vez, sofre mais as consequências da sociedade estagnada. Porém, como transformar a sociedade se as ideias da classe dominante predominam na consciência de homens e mulheres? Para Marx e Engels (2009), a existência das ideias revolucionárias, numa determinada época, representa a própria materialização da classe revolucionária.

Por isso, a fim de analisar a sociedade a partir da concepção materialista, faz-se necessário compreender as relações entre as forças produtivas e as relações de produção, pois, o desenvolvimento das forças produtivas compõe dialeticamente a base material das condições espirituais humanas. Por outro lado, as relações de produção se encontram centralizadas nas ideologias dominantes, impedindo o avanço de toda a experiência construída pela humanidade. Além disso, essas ideologias deturpam a liberdade de homens e mulheres, impedindo-os de se organizar como sujeitos críticos e conscientes de sua realidade, como iremos observar na *práxis* política dos pescadores da Z-16.

SOBRE O PROBLEMA

As pesquisas de Martins (2011) e Rodrigues (2012) ampliaram nossa inquietação sobre as relações de produção-formação e *práxis* política desenvolvidas por Marx (2008a), para quem a transformação da sociedade requer a compreensão das relações de produção materializadas por meio do trabalho, ao longo do processo histórico. Transformar, na perspectiva do capital, é, portanto, considerar o trabalho como categoria central para obtenção de lucro, ampliando as riquezas dos proprietários sob exploração da mão de obra humana. Na perspectiva do trabalho, a transformação requer a liberdade do homem, para que ele possa trabalhar sob sua responsabilidade, sem o comando de ordem para cumprir determinadas metas na produção, garantindo, dessa maneira, as necessidades básicas de sua existência e, ao mesmo tempo, construindo saberes relevantes para sua construção como sujeito de ação.

Na presente tese iremos considerar as relações de produção-formação, enquanto construção humana, produzidas no contexto socioeconômico, político e formativo, intermediado pelo trabalho dos pescadores, como uma proposta de *práxis* política, capaz de dar conta da subsistência desses pescadores, e, ao mesmo tempo, revelando alternativas contra-hegemônicas, numa atitude que se aproxima à do posicionamento de Grzybowski (1987, p. 41): “[...] apesar de claramente corporativos, os movimentos pelas condições de

produção e comercialização são a forma principal pela qual os camponeses modernizados se transformam em atores políticos [...]”.

Esse posicionamento relacionado à transformação do mundo pode ser encontrado na 11ª tese de Marx e Engels (2009, p. 126) sobre Feuerbach: “[...] os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo”. Complementando esse raciocínio, Frigotto (1989, p. 18) menciona que, no contexto das práticas sociais e da produção de existência, ou melhor, nas relações de trabalho historicamente construídas, articulam-se os interesses da classe trabalhadora: “[...] o trabalho humano, em suma, como o elemento de unidade técnica e política da prática educativa que articula os interesses da classe trabalhadora”.

Embora os pescadores da Z-16 se utilizem da lógica do capital para suprir suas necessidades materiais, como destacou Rodrigues (2012), acabam construindo instrumentos que revelam alternativas contra-hegemônicas, como, por exemplo, as organizações políticas, materializadas nas reuniões, nas assembleias, entre outras, que contribuem para o fortalecimento da *práxis* política desses pescadores como fração de classe. Tais atividades ultrapassam o conhecimento técnico da profissão, ampliando-o para outras dimensões, como a socioeconômica, a política e a formativa, e contribuindo para a subsistência dos trabalhadores/pescadores dessa Colônia.

No entanto, sem ação real, objetiva para com a realidade, seja ela natural ou humana, conforme enfatiza Vázquez (2011), não se pode falar de *práxis* como atividade consciente. Esse mesmo autor destaca ainda que, na *práxis* política, o homem é sujeito e objeto dela, ou seja, sua ação, ao mesmo tempo que transforma o sujeito, também faz com que ele seja transformado a partir da ação intencional direcionada para atingir determinados fins. Todavia, a *práxis* política não é uma ação isolada, mas articulada em um grupo de indivíduos com objetivos comuns, como é o caso da Colônia Z-16.

É nesse sentido que compreendemos a relação da produção-formação com a *práxis* política dos sujeitos pesquisados, ou seja, no ato de produzir para garantir a existência humana, ela também é formada, construindo saberes que proporcionam o desenvolvimento de novas tecnologias e que podem contribuir, inclusive, na produção de novas relações. Porém, sem ação intencional, direcionada para materializar determinados fins, não haveria transformação. Em outros termos, o homem, ao mesmo tempo que produz, forma-se, ao longo do processo histórico, a partir de sua ação objetiva.

Outra observação importante sobre a *práxis* política é que nela, segundo Vázquez (2011), o homem, que atua sobre si mesmo, por meio da atividade política, constrói relações que impulsionam mudanças nos aspectos socioeconômico, político e formativo. Partindo desse pressuposto e analisando a dissertação de Martins (2011) e a tese de Rodrigues (2012), constatamos que os sujeitos desta pesquisa não desenvolvem apenas uma forma de *práxis*, mas várias, no contexto de suas relações de produção-formação. Porém, o presente trabalho procurou focar somente na *práxis* política dos pescadores da Z-16.

A partir dessa perspectiva, questionamos então: **nas atividades cotidianas dos pescadores da Z-16 há práxis política e relações produção-formação que revelam ações que ora se contrapõem à lógica da classe dominante, ora a incorporam numa relação de contradição com as experiências de organização coletivas desses sujeitos?**

COMO HIPÓTESE

Composta por mais de 15 mil pescadores filiados, organizados em mais de 80 coordenações em diversas comunidades, a Colônia Z-16 tem como objetivo proporcionar a melhoria das condições de vida no que diz respeito à profissão desses trabalhadores: a pesca. Nessa complexa rede de relações, esses filiados à Z-16 produzem *práxis* política, articulados com aspectos socioeconômicos, políticos e formativos. Trata-se de uma organização que revela ações que se contrapõem à ideologia do capital, no contexto de suas atividades cotidianas, porque os pescadores não produzem em larga escala, visando grandes lucros, mas nem por isso deixam de se organizar politicamente para dar conta de suprir suas necessidades básicas.

A classe burguesa é, para Marx (2008b, p. 11), produto de um longo processo de transformações nas relações de produção: “[...] vemos [...] como a burguesia moderna é ela mesma o produto de um longo processo, moldado por uma série de transformações nas formas de produção e circulação”. Compreende-se, então, a burguesia como uma classe que detém o controle dos meios de produção, para manter e ampliar seu poder econômico, mas, para isso, foi necessário também dominar o poder político, ou melhor, o Estado, como constata Marx (2008b, p. 12): “[...] o poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo”.

Partindo dessa concepção de Estado, a *práxis* política dos pescadores da Z-16, ou melhor, sua organização como fração de classe, não se ausenta, mas materializa relações de

produção-formação, que se configuram como resistência à lógica da classe dominante, pois os pescadores não possuem acúmulo de capital, nem realizam compra e venda em larga escala; ao contrário, sua *práxis* política visa a beneficiar o coletivo, a maioria dos trabalhadores da pesca dessa entidade.

Por outro lado, os pescadores, para darem conta de se articular politicamente, necessitam do Estado burguês e de suas instituições, como o banco financeiro, a Seguridade Social (INSS), as normas jurídicas, entre outros, a fim de encaminhar projetos, seguros-desemprego e outros benefícios da profissão. A Colônia de Pescadores Z-16, nesse contexto, apresenta, segundo Costa (2006), um balanço positivo no que se refere às suas conquistas nos campos político e social. Essa informação se pauta nos ganhos econômicos que essa entidade tem conquistado frente às instituições nacionais e internacionais.

Portanto, compreendemos que a *práxis* política dos pescadores contribuem para manter e ampliar a ideologia da burguesia, postura esta que se articula com as ideias de Marx (2008b, p. 12), quando ele destaca que a burguesia “[...] dissolveu a dignidade pessoal no valor de troca e substituiu as muitas liberdades, conquistadas e decretadas, por uma determinada liberdade, a de comércio”. Assim, as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16 se pautam no trabalho ontológico, proporcionando a esses pescadores condições de existência, mas, ao mesmo tempo, contribuem para manter os interesses das ideologias da classe dominante em uma relação de contradição, pois, “[...] à medida que se explicitam as relações propriamente capitalistas, as relações de produção se revelam como relações sociais e, enquanto tais, nas sociedades capitalistas, como relação de classe” (FRIGOTTO, 1989).

Por fim, considerando as questões acima discutidas, a presente tese se baseou na seguinte hipótese: **os pescadores da Colônia de Pescadores Z-16, ao desenvolverem suas atividades de subsistência, materializam relações de produção-formação e *práxis* política, e revelam, ao mesmo tempo, ações que ora se contrapõem à lógica da classe dominante, ora a incorporam numa relação de contradição.**

AS QUESTÕES NORTEADORAS

Para contribuir na análise do objeto da presente pesquisa, questionamos:

1. Como se materializam as relações de produção-formação e *práxis* política no contexto histórico dos pescadores da Colônia Z-16?

Os pescadores da Z-16 desenvolvem um conjunto de atividades relacionadas à pesca, como a extração do açaí, criação de peixe, projeto de alevino, entre outras, e às suas organizações políticas, como coordenação de base, assembleias com filiados, reuniões mensais, entre outras. São questões que ajudam a analisar o contexto da organização desses sujeitos como fração de classe, compreendendo o cotidiano de luta histórica desses trabalhadores/pescadores numa relação socioeconômica, política e formativa.

2. Que concepção de sociedade predomina nas relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16?

É sabido que o trabalho é uma categoria basilar nas relações de produção-formação e *práxis* política, no entanto essa categoria é analisada a partir de duas concepções, uma, a partir da lógica do capital, outra, na perspectiva ontológica. Essas relações proporcionam a luta de classe. Com essa compreensão queremos analisar as concepções que se articulam na relação de produção-formação dos sujeitos pesquisados.

3. O que se materializa na *práxis* política dos pescadores da Z-16, numa concepção de resistência e de contraposição à ideologia da classe dominante?

Como já foi mencionado, as relações de produção-formação são um processo dialético, no qual o homem se produz, ao longo do processo histórico, porém as produções se materializam numa contradição, ora resistindo-se ora contrapondo-se uma *práxis* que aprisiona.

4. As relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16 canalizam para um processo de transformação ou de mudança da realidade dos sujeitos pesquisados?

A transformação social, para Marx e Engels (2009), está relacionada com as contradições e lutas de classe, e é construída na própria estrutura social. Nesse processo, o homem é o sujeito do processo de transformação ou manutenção da sociedade, daí o movimento contraditório.

OS OBJETIVOS

As questões norteadoras possibilitaram construir o objetivo geral da presente tese, que é: **analisar a atividade desenvolvida no cotidiano dos e pelos pescadores da Z-16, a partir das relações de produção-formação e *práxis* política de subsistência desses**

sujeitos, analisando, ao mesmo tempo, no contexto dessa *práxis*, se há ações que se contrapõem à lógica da classe dominante.

Como objetivos específicos, estabelecemos:

1. Analisar as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16, no contexto histórico de sua atividade;
2. Analisar a concepção de sociedade predominante nas relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16;
3. Compreender as atividades desenvolvidas no cotidiano dos e pelos pescadores da Z-16, a partir da *práxis* política de subsistência, analisando, ao mesmo tempo, se há ações que se contrapõem à lógica da classe dominante;
4. Analisar a *práxis* política dos pescadores da Z-16 no contexto da resistência e da contraposição à lógica do capital.

A METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida com base no materialismo histórico dialético,²³ por compreender que analisar as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16 requer um método que considere a construção do conhecimento para além das *aparências*, ou melhor, requer a compressão dos fenômenos pesquisados em sua *essência*. Definiremos, a seguir, os termos “aparência” e “essência”, empregados acima, por serem eles relevantes em nossa pesquisa. A aparência, para Lefebvre (1991), é o conhecimento imediato, do senso comum, ainda não suficiente para conhecer o fenômeno; por traz desse conhecimento imediato, existe outra coisa, ou melhor, o ser da coisa, a sua essência, que corresponde, por sua vez, nesta pesquisa, ao contexto histórico dos pescadores da Z-16, considerando sua constituição como fração de classe num movimento de contradição. Dessa forma, buscaremos capturar a dinâmica e a estrutura do objeto pesquisado.

Para chegar à essência, de um determinado objeto de pesquisa, como as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16, faz-se necessário dominar a matéria²⁴ estudada, ou melhor, o contexto de suas relações de produção ao longo do processo

²³ “O materialismo histórico dialético, como se vê, é ao mesmo tempo uma filosofia e um método de se fazer ciência. Por ser materialismo e por ser dialético não poderia ter outra lógica que não fosse a própria lógica dialética, uma lógica voltada para o conteúdo do conhecimento, para o concreto” (SALOMON, 2000, p. 198).

²⁴ “[...] o conceito de *matéria* em geral (não a matéria deste ou daquele corpo) é um pensamento; para formá-lo, é preciso superar o imediato, a aparência, e descobrir já a unidade essencial dos fenômenos, sua conexão, que não “aparece” imediatamente. Mas o conceito de matéria *não é apenas um pensamento*. Os que reduzem a essa característica, como os idealistas (Berkeley, etc.), não apreende o movimento do pensamento. Precisamente enquanto é um pensamento, esse conceito nos aproxima do mundo real, da natureza; introduz-nos nela; integrado

histórico, para compreender suas relações internas²⁵. Dessa forma, analisaremos com mais rigor, como menciona Lefebvre (1991, p. 184), o fenômeno pesquisado: “[...] conhecer um objeto ou um fenômeno é justamente não considerá-lo como sendo isolado, não deixá-lo *passivamente no hic et nunc*, no aqui e no agora. É investigar suas *relações* suas *causas*”. Em outras palavras, analisar o fenômeno, a partir do contexto histórico, para transformar²⁶ a realidade, sempre considerando as relações de luta de classe, ou melhor, parte da realidade concreta para compreendermos o fenômeno, no contexto das relações materiais dos homens, pois “parece mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados; assim, pois, na economia, pela população, que é a base e sujeito de todo o ato social da produção” (MARX, 2008a, p. 258). Com isso, Marx (2008a) evidencia que, para construir conhecimento de um determinado objeto, não se pode iniciar a partir de qualquer categoria, mas da categoria que dê conta de responder ao problema proposto. Por isso, iniciaremos analisando os fenômenos empíricos, em seguida, passaremos pela abstração²⁷ até construirmos um conhecimento que represente a realidade das relações de produção-formação dos sujeitos pesquisados, tal como postulado por Marx (2008a, p. 261): “As leis do pensamento abstrato que se eleva do mais simples ao complexo correspondem ao processo histórico real”.

Por outro lado, uma das contribuições desse método para esta pesquisa está em desvendar a contradição²⁸ que propomos na hipótese, relacionada à *práxis* política dos pescadores da Z-16, no contexto de suas atividades, materializadas nas organizações políticas e sociais, porque, “Quando se estuda a marcha das categorias econômicas e em geral qualquer

à ideia verdadeira da natureza como *interação universal e realidade objetiva anterior à consciência*, é um grau dessa verdade. Do mesmo modo, os grandes conceitos científicos – o de lei, de força, etc. – são abstrações; mas abstrações que penetram na *essência*, na coisa. Por conseguinte, o conceito é concreto, objetivo” (LEFEBVRE, 1991, p. 223).

²⁵ “A investigação tem que se apropriar da matéria [*Stoff*] em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno. Somente depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Se isso é realizado com sucesso, e a vida da matéria é agora refletida idealmente, o observador pode ter a impressão de si encontrar diante de uma construção *a priori*” (MARX, 2013a, p. 90).

²⁶ “A transformação do mundo é a condição de uma interpretação correta e ‘objetiva’; e vice-versa, dada essa condição, a interpretação já é, de certa forma, uma transformação da realidade, que implica, em um sentido amplo, mas estreito, um ato *político*, e não meramente ‘teórico’” (GRÜNER, 2007, p. 104).

²⁷ “A abstração é a capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinada (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força em que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador. A abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas, até atingir ‘determinações as mais simples’. Neste nível, o elemento abstraído torna-se ‘abstrato’ – precisamente o que não é na totalidade de que foi extraído: nela, ele se concretiza porquanto está saturado de ‘muitas determinações’. A realidade é concreta exatamente por isso, por ser ‘a síntese de muitas determinações’, a ‘unidade do diverso’ que é própria de toda totalidade” (NETTO, 2011, p. 44).

²⁸ “A contradição dialética é já “negação” e negação da negação”, visto que as contradições estão em luta efetiva. Desse choque, que não é um choque “no pensamento”, no abstrato, no plano subjetivo (embora dê lugar a um “choque de pensamento”), surge uma promoção mais elevada do conteúdo positivo que se revela e se libera no e pelo conflito” (LEFEBVRE, 1991, p. 240).

ciência social histórica, sempre convém recordar que o sujeito – a sociedade burguesa moderna, nesse caso – se encontra determinado na mentalidade tanto quanto na realidade” (MARX, 2008a, p. 265).

Além disso, pautar-nos-emos, ainda, na abordagem de pesquisa qualitativa que, segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 89), possibilita analisar o objeto de estudo inter-relacionado com o contexto social. A construção do conhecimento, a partir dessa abordagem, é um processo que se inicia com uma ideia ampla e, ao longo da pesquisa, que vai se estreitando até se aproximar do que se quer desvendar, seguindo um formato de funil, imagem empregada pelos autores supracitados: “O processo de análise dos dados é como um funil: as coisas estão abertas de início (ou no topo) e vão se tornando mais fechadas e específicas no extremo”.

Construir pesquisa, a partir da abordagem qualitativa, relacionada com o materialismo histórico dialético, implica questionamento, pois, se nada fosse questionado, não seria ciência. Sobre o materialismo histórico dialético relacionado com a abordagem qualitativa, há autores, como Martins (2006, p. 2), que afirmam que essa relação não é possível. Segundo ela, há uma descaracterização do materialismo, relacionado com a abordagem qualitativa: “[...] o marxismo possui a adoção das abordagens qualitativas na investigação da cientificidade de seus métodos de investigação [...]” (MARTINS, 2006, p. 2). Outro autor que entra nessa polêmica é Netto (2011, p. 27), ao argumentar que Marx poucas vezes se deteve na questão do método e, também apoiando-se em Lukács (1979), destaca que [...] “a orientação essencial do pensamento de Marx era de natureza *ontológica* e não epistemológica, por isso, o seu interesse não indica sobre um abstrato ‘como conhecer’, mas sobre ‘como conhecer um objeto real determinado’”. Ele menciona ainda que as técnicas e os instrumentos de pesquisa utilizados por Marx são os mais variados, como, por exemplo: a análise bibliográfica e documental, a análise de conteúdo, a observação sistemática e participante, as entrevistas, os instrumentos quantitativos e, até mesmo, o questionário.

Um dos autores que defendem a relação do materialismo histórico dialético com a abordagem qualitativa é Araujo (2010, p. 18), que argumenta não ser proibitivo “[...] aos marxistas assumir” os procedimentos do método qualitativo, e ressalta que qualitativo não é, de fato, um adjetivo do materialismo, por isso se refere a “[...] uso e procedimentos não quantitativos”, explicitando o cuidado que se deve ter com o “[...] entendimento do termo qualitativo, qualificando-o”. Assim, nosso posicionamento se articula com as ideias de Araujo

(2010), de modo que o mais importante é construir conhecimento com base no rigor científico, atendendo aos critérios dos métodos que serão escolhidos.

No contexto da abordagem qualitativa, consideramos esta pesquisa como estudo de caso, por compreender que as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16 se articulam com as dimensões socioeconômica, política e formativa, numa relação indefinida (YIN, 2001). Sobre esse tipo de pesquisa, André (1995, p. 52) afirma que “[...] é a possibilidade de oferecer uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de unidade social complexa, compostas de múltiplas variáveis”.

Como se materializam as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16, no cotidiano de suas atividades? Como são questões dessa natureza que este estudo se propõe a esclarecer, o *estudo de caso* é mais apropriado para responder a esse tipo de questionamento, porque requer análise do objeto a partir de um contexto, ou seja, “[...] é uma *investigação empírica* que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001, p. 32).

Como instrumento de coleta de dados, apoiamo-nos em entrevistas semiestruturadas, por ser uma técnica que possibilita a construção de dados numa relação mais natural possível, pois ela se desenvolve a partir de um diálogo, facilitando a interação com os sujeitos entrevistados, conforme salientaram André e Lüdke (1986, p. 33): “[...] na entrevista a relação que se cria é de interação, havendo uma atmosfera de influência recíproca entre quem pergunta e quem responde”.

Ainda sobre a entrevista semiestruturada, instrumento de coleta de dados deste estudo, André e Lüdke (1986) afirmam que ela pode ser desenvolvida a partir de uma estrutura básica, ou seja, de um roteiro, construído previamente e já disponível no momento do diálogo com os pesquisados, para direcionar a conversa; certamente não se trata de algo fechado, rígido, mas de um instrumento flexível, no momento oportuno: “[...] a entrevista semiestruturada, que se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente porque permite que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (Id., Ibid. p. 34).

Para intermediar essa conversa, partimos de três eixos temáticos, são eles:

- **o contexto histórico da organização da Colônia Z-16** – nesse eixo, pretendemos analisar os principais fatores que proporcionam os pescadores

construírem organizações políticas ao longo do processo histórico, em torno de seus interesses;

- **a atuação política da Colônia para com seus filiados** – esse eixo requer analisar as principais necessidades dos sujeitos pesquisados, considerando os aspectos mencionados; e, por fim,
- **a luta da Colônia no cotidiano da *práxis* política dos pescadores da Z-16** – a intenção com esse eixo é desvendar como os pescadores se articulam politicamente para resolver suas necessidades cotidianas.

No sentido de direcionar nossa análise, selecionamos dois grupos de categorias, o das analíticas (Totalidade, Contradição e Mediação) e o das empíricas (*práxis* política, formação social e movimento social). Apesar de articularmos essas categorias em dois grupos, na materialidade das relações dos sujeitos pesquisados, elas se inter-relacionam dialeticamente.

Além disso, apoiamo-nos também na análise dos documentos da Z-16, pois eles registram as realidades práticas, as atividades materializadas nas relações de produção-formação e *práxis* dos pescadores, registram também as possíveis atividades a serem realizadas. Certo é que os registros são produtos da *práxis* desses sujeitos, transformados agora em teoria²⁹, mas não estão dissociados da *práxis*, pois, “[...] *prática e teoria se diferenciam*, por um lado; mas, por outro, unem-se e devem se unir cada vez mais profundamente” (LEFEBVRE, 1991, p. 235).

A partir dessa concepção, os documentos da entidade – estatuto da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, o Planejamento operacional da Colônia Z-16 2016-2018, as Atas das reuniões e assembleias das eleições da entidade pesquisada – são registros das atividades dos pescadores da Z-16 e, por isso, serão também analisados (cf. o Capítulo III para saber mais).

SOBRE A ESTRUTURA DA EXPOSIÇÃO

A presente tese está organizada em cinco partes. A primeira é a introdução, onde apresentamos algumas categorias balizares para analisar o objeto proposto. As categorias são: trabalho; *práxis*; *práxis* política; forças produtivas; relações de produção e superestrutura.

²⁹ “A teoria emerge da prática e a ela retorna. A natureza se revela a nós pela prática, pela experiência; e tão somente pela prática é que a dominamos de modo efetivo. A prática, portanto, é um momento de toda a teoria: momento primeiro e último, imediato inicial e retorno ao imediato. E, vice-versa, a teoria é um momento da prática desenvolvida, daquela que supera a simples satisfação dos carecimentos imediatos” (LEFEBVRE, 1991, p. 235).

Iniciar com esses aportes teóricos relavam a concepção que pauta o objeto pesquisado, ou seja, uma concepção materialista desenvolvida por Marx (2008a). Além disso, demonstra que para analisar as relações de produção-formação e *práxis* política faz-se necessário considerar algumas categorias inerentes ao objeto proposto, evitando inferência apressada, sem base sólida de análise epistemológica. As categorias propostas contribuem para situar o leitor sobre a concepção e o aporte teórico que embasa a pesquisa.

No primeiro capítulo, encontram-se os procedimentos teórico-metodológicos para o tratamento e análises dos dados da presente tese, destacando a abordagem e o tipo de pesquisa em que ela está pautada. Há também as categorias analíticas metodológicas, focando principalmente na contradição, na mediação e na totalidade. Apresentamos também as categorias empíricas, são elas: relações de produção-formação; formação social e movimento social. Nessa seção, encontra-se, ainda, o processo de tratamento dos dados, que está ancorado na análise do conteúdo, por compreender que a *práxis* política dos pescadores foram reveladas por meio das entrevistas semiestruturadas. Assim, a fala desses sujeitos foram criteriosamente selecionadas a partir de uma concepção, evitando apresentar dados parciais.

No segundo capítulo, apresentamos o contexto histórico em que se encontra o movimento dos pescadores da Z-16, chamando atenção para os movimentos dos pescadores desde o período colonial até os dias atuais. Constam também alguns conceitos importantes relacionados ao objeto de estudo, como pesca artesanal, pesca industrial, bem como privatização da água, aquicultura, extrativismo e neextrativismo. Esses conceitos são fundamentais para analisar a *práxis* política dos pescadores da Z-16, visto que se inter-relacionam diretamente com esses elementos no cotidiano dos pescadores analisados. Ainda nessa parte, apresentamos o movimento de luta dos pescadores pesquisados contra a oligarquia local e o apoio de parte da Igreja Católica na conquista da Z-16. Por fim, tratamos da estrutura organizativa e política que os pescadores analisados se encontram.

No terceiro capítulo, consta com mais ênfase a materialização da *práxis* política dos pescadores da Z-16, no cotidiano de suas atividades, demonstrando que a *práxis* desses sujeitos se relaciona numa contradição, ora canalizando para a conformação, ora para a contestação. Compreendemos que essa *práxis* política dos pescadores se materializa numa luta de classe, não que ela esteja confrontando diretamente a classe dominante, mas sim que, no cotidiano dos trabalhadores/pescadores, suas ações relavam que se configura como luta que se contrapõe à lógica do capital, materializada na maneira de esses sujeitos se organizarem, pois não se percebe, no movimento desses pescadores, projeto para acumular

grandes lucros ou para desenvolver pesca em grande escala, mas, ao contrário, lutam para dar conta de garantir a subsistência presente e futura.

Nas considerações finais, recuperamos os problemas, os objetivos, os caminhos percorridos para a construção do presente trabalho, demonstrando que a *práxis* política dos pescadores da Z-16 se materializa na luta de classe, pois são trabalhadores que representam uma fração de classe e se organizam para suprir suas necessidades, mas que, nessa luta, revelam ações que vão de encontro à concepção da lógica dominante, numa relação de contradição.

1. PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresentaremos os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa, destacando a abordagem, o tipo de pesquisa, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos de análise. Assim, para o tratamento dos dados, pautamo-nos na análise do conteúdo, explicitando o processo percorrido entre o tratamento dos dados empíricos, relacionado com os referenciais teórico-metodológicos. Já para a análise das relações de produção-formação e de *práxis* política dos pescadores da Z-16, pautamo-nos na abordagem qualitativa de pesquisa, destacando, nessa abordagem, o estudo de caso. Por fim, como instrumento de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, com apoio nos eixos temáticos para direcionar a conversa com os sujeitos pesquisados.

Quatro tópicos compõem o capítulo, são eles: sobre o método de pesquisa utilizado; relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16: estudo de caso; instrumento de coleta de dados: entrevista semiestruturada e análise documental; e as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16: procedimento de análise de dados. Como referencial teórico, baseamo-nos, principalmente, em Marx (2008a), Yin (2001), Gaskell (2002), Franco (2008), Bardin (2016), Netto (2006), Chauí (1980), Konder (2008), Kopnin (1978).

1.1 SOBRE O MÉTODO DE PESQUISA UTILIZADO

A presente tese está pautada no materialismo histórico dialético, por compreender que as relações de produção dos homens, estabelecidas consigo mesmos, com os outros e com o mundo natural e social condicionam a sua própria essência.

Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exteriorizam sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que* produzem e também *com o como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção (MARX; ENGELS, 2009, p. 24-25).

Essa citação explicita que as relações de produção são algo concreto, construído nas relações sociais. Ao analisar a pesquisa construída por Marx, Netto (2006) percebeu que aquele autor tem como objeto de estudo a sociedade burguesa, a partir do conhecimento real dessa classe, compreendendo as estruturas dos meios de produção, para apresentar sua proposta de sociedade, partindo da realidade concreta dos homens reais.

Em meados do século 19, estavam dados os pressupostos para a emergência de uma teoria social capaz de apreender a estrutura íntima da sociedade burguesa – a tradição cultural acumulada desde o Iluminismo, a visibilidade do ser social como tal e um movimento revolucionário a partir de cujos interesses de classe era possível ultrapassar a aparência coisificada dos fenômenos sociais. Marx é o pensador que funda esta teoria, num processo intelectual em que, legatário daquela tradição, ele inaugura um modo radicalmente novo de compreender a sociedade burguesa – compreendê-la para suprimi-la (NETTO, 2006, p. 18).

O materialismo histórico dialético requer, portanto, analisar o fenômeno pesquisado a partir de como o objeto se apresenta na realidade, à primeira vista, para, em seguida, passar pelo processo de abstração, construindo um movimento do pensamento para uma análise mais coerente com o que se quer desvendar: “Parece mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados; assim, pois, na economia, pela população, que é a base e sujeito de todo o ato social da produção. Todavia, bem analisado, esse método seria falso” (MARX, 2008a, p. 258). É com esse propósito que foi selecionado o objeto desta pesquisa, uma vez que a *práxis* política dos pescadores da Z-16 é algo concreto, real, existe dentro de um contexto, materializada nas relações cotidianas de sua existência, por isso, requer do pesquisador problematizar o objeto pesquisado, como fez Rodrigues (2012).

Como depreender a essência da relação entre saberes sociais e luta de classes no interior da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 do município de Cameté a partir do princípio de que essa fração da classe trabalhadora, imersa nas engrenagens do capitalismo, busca construir sua hegemonia como alternativa às negativas de vida impostas por esse modo de produção? (RODRIGUES, 2012, p. 106).

Embora a pergunta do autor parta de uma realidade empírica, ela formula um questionamento que requer uma análise para além das aparências da vida cotidiana dos pescadores analisados, porque “[...] a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem [...]” (KOSIK, 2002, p. 13), necessita da intervenção do pesquisador para desvendar a real situação do objeto para além do que é imediatamente aparente. Ao procurar analisar, segundo Netto (2006), o contexto histórico de século XIX, Marx constatou que a burguesia estava construindo uma ideologia cultural para se manter no poder. Logo, fica explícito que o objeto de estudo de Marx era a sociedade burguesa e seu objetivo, a ultrapassagem revolucionária. Para desenvolver seu estudo, Marx construiu, então, várias categorias, das quais três apoiarão a presente tese: a **totalidade**, a **contradição** e a **mediação**.

Como essas categorias se inter-relacionam em um contexto determinado, é necessário articulá-las para se construir a pesquisa com base na concepção materialista, pois a

sociedade, conforme Marx (2008a), é produto de relações históricas, porém, contraditórias. Aqui também o trabalho é categoria fundamental, haja vista que, ao mesmo tempo em que proporciona a afirmação do homem, também o nega. Por outro lado, não é possível compreender o trabalho como categoria fundante sem relacionar com outras dimensões, como: socioeconômica; política e formativa. Na fala do pescador 6, poderemos analisar esses elementos.

A Colônia é a entidade que me representa no campo social, então, para mim, é o começo, é a escada que ando, é a minha entidade que me encaminha para uma vida social. A colônia tem atendido os pescadores da forma que for possível, sempre lutou pelos direitos dos pescadores, inclusive os que dão problema nos papéis dos pescadores, a Colônia luta até que consegue regularizar a situação, como benefício, por exemplo. Outro benefício que a Colônia está desenvolvendo, é o curso de computação para os filhos de pescadores [...] (PESCADOR, 6).

A fala do entrevistado revela um conjunto de elementos, entre eles o aspecto socioeconômico, porque regularizar os documentos dos filiados significa garantir seu benefício junto ao INSS. Por outro lado, os pescadores aprenderam a lutar pelos seus direitos e, nesse movimento, vão se formando, construindo relações cotidianas para garantir sua representatividade como fração de classe. Com isso, percebemos que não é possível estudar a *práxis* política desses sujeitos de modo desarticulado, pois eles convivem num contexto inter-relacionado, envolvendo as categorias da totalidade, da contradição e da mediação.

O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 2008a, p. 258-259).

A materialização dessas categorias no objeto proposto se justifica porque as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16 encontram-se num contexto articulado entre o local e o global, como destaca Martins (2011, p. 15): “O saber e a atuação política do trabalhador da Colônia estão relacionados num contexto que envolve o social, o cultural, político e entre outras dimensões”. Assim, a partir da realidade dos pescadores da Z-16, outros fatores se inter-relacionam com a *práxis* política desses sujeitos: o socioeconômico; o político e o formativo.

Conforme observou Netto (2006, p. 31), Marx, ao fazer análise da sociedade burguesa, partiu da realidade empírica³⁰, inter-relacionando-a com outros fatos empíricos para construir sua abstração: “O seu procedimento consistia sempre em avançar do empírico (os ‘fatos’), apanhar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir, no plano do pensamento, todo este processo” (NETTO, 2006, p. 31).

Partiu-se, nesta pesquisa, de uma visão de conjunto da realidade, presente nas relações de produção-formação e *práxis* política dos trabalhadores/pescadores, de modo que essa relação somente é possível na realidade concreta, no dia a dia desses sujeitos inter-relacionados num contexto articulado, pois, como afirmou Chauí (1980, p. 7), o real é feito de coisas, compreendendo como conjunto de elementos naturais e humanos, ou seja, “[...] nossa experiência direta e imediata da realidade nos leva a imaginar que o real é feito de coisas (sejam elas naturais ou humanas), isto é, de objetos físicos, psíquico, culturais oferecidos à nossa percepção e às nossas vivências”. A autora destaca ainda que o real é um processo, um movimento construído de significados inter-relacionados, mas diverso na unidade (cf. MARX, 2008a).

Nesse sentido, a categoria da totalidade se faz necessária a esta pesquisa, porque as relações de produção-formação e *práxis* política se materializam ao longo do processo histórico, uma realidade que ultrapassa nossa capacidade de conhecer sem uma análise inter-relacionada. Apesar de, segundo Konder (2008, p. 36), algo sempre escapar de nossa visão, isso não impede de se elaborar uma síntese da realidade, desde que se analise a partir das relações sociais, pois é “[...] das relações sociais que precisamos partir para compreender o que, como e por que os homens agem e pensam de maneiras determinadas, sendo capazes de atribuir sentido a tais relações, de conservá-las ou de transformá-las” (CHAUÍ, 1980, p. 8).

Disso decorre a necessidade de analisar o objeto da presente pesquisa numa relação de conjunto, como orienta Konder (2008, p. 36): “A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. É essa estrutura significativa – que a visão de conjunto proporciona – que é chamada de

³⁰ “O empirismo (do grego *empéiria*, que significa: experiência dos sentidos) considera que o real são fatos ou coisas observáveis e que o conhecimento da realidade se reduz à experiência sensorial que temos dos objetos cujas sensações se associam e formam ideias em nosso cérebro. O idealista, por sua vez, considera que o real são ideias ou representações e que o conhecimento da realidade se reduz ao exame dos dados e das operações de nossa consciência ou do intelecto como atividade produtora de ideias que dão sentido ao real e o fazem existir para nós” (CHAUÍ, 1980, p. 8).

totalidade”. Além disso, inter-relacionada com a categoria da totalidade, a categoria da contradição será considerada nesta pesquisa.

O motor interno que produz os acontecimentos dos fatos reais de um determinado fenômeno é, de acordo com Chauí (1980, p. 15), a contradição, a qual “[...] só existe na relação, isto é, não podemos tomar os termos antagônicos fora dessa relação. São criados por essa relação e transformados nela e por ela. Além disso, a contradição opera com uma forma muito determinada de negação, a negação interna”. Em outras palavras, a negação interna somente ocorre na relação interna de um determinado fenômeno, fora desse fenômeno, na relação externa, a contradição não se materializa, porque ela caracteriza a essência do fenômeno. Como, por exemplo, na *práxis* política dos pescadores da Z-16, materializada no cotidiano dos pescadores, que produz, ao mesmo tempo, elementos necessários para subsistência desses sujeitos e revela ações que se contrapõem à lógica do capital, mesmo que isso não esteja no plano dos pescadores. Trata-se de uma negação interna, e somente nessa relação há essa negação, que é o fortalecimento de uma lógica contra os pescadores.

Partindo do entendimento que a negação de dada realidade, no contexto dos pescadores ligados à Colônia Z-16, tende a seguir a máxima filosófica de que um *não*, não raro, pode significar um *sim*. Ou seja, é possível compreender que esses pescadores, ao negarem um Estado atrelado aos interesses de sujeitos não pescadores — como aqueles que dirigiam a Colônia em decorrência de forças políticas locais que viam nesses trabalhadores uma possibilidade real de votos —, estavam também construindo as bases para, posteriormente, reafirmarem-no com base em seus interesses de classe, numa relação dialética de negação/afirmação. (RODRIGUES, 2012, p. 256-257).

No entanto, “Só há contradição quando a negação é interna e quando ela for à relação que define uma realidade que é em si mesma dividida num polo positivo e num polo negativo, polo este que é o negativo daquele positivo e de nenhum outro” (CHAUÍ, 1980, p. 15). A *práxis* política dos pescadores está, nessa perspectiva, num polo positivo, porque possibilita a construção de mecanismo de sobrevivência, e num polo negativo, porque, nas relações cotidianas, os mecanismos ideológicos dominantes se inter-relacionam, proporcionando seu fortalecimento. Vale ressaltar que essa categoria não significa confusão, sem entendimento, mas, ao contrário, requer coerência, não linear, mas dialética³¹, como destaca Koptin (1978, p. 174): “[...] se o pensamento reflete as contradições que realmente existe no objeto, então pode e deve ser expresso em linguagem correspondente que não dê margem a qualquer

³¹ Não se podem subordinar aos princípios da dialética aos princípios da lógica formal, pois os princípios da dialética são mais substanciais e mais profundo: eles incorporam como um de seus aspectos aquilo que os princípios da lógica formal apresentam ao conhecimento (Idem, p. 175).

ambiguidade”. A clareza dos achados nas relações dos fenômenos estudados compõe, assim, a categoria da contradição.

Por outro lado, não se pode considerar a contradição como uma categoria única e exclusiva para desvendar a verdade de um fenômeno, pois toda e qualquer verdade na ciência sempre é provisória até que se prove ao contrário: “[...] ao mesmo tempo, deve-se salientar que embora essa contradição seja propriedade indispensável de toda a teoria científica, ela, não obstante, nem de longe é suficiente para que a teoria possa ter pretensão à veracidade” (KOPNIN, 1978, p. 176). Se compreendermos a dificuldade que se tem de se aproximar da verdade numa teoria, a partir da lógica formal³², fica mais difícil ainda ausentar-se da contradição³³. Nesse sentido, a *práxis* política dos pescadores da Z-16 pode ser melhor esclarecida a partir da contradição, como pode ser demonstrado por meio da fala do pescador 7, ao ser questionado sobre a organização interna da Z-16: “*Não estou satisfeito com os fatos que vêm acontecendo na Colônia, visto que antes éramos pertencentes de um único partido, todos comungavam da mesma concepção, mas a partir que o presidente saiu do partido dos trabalhadores, houve uma coisa que não deu para se entender muito bem [...]*”.

O posicionamento desse pescador se materializa numa contradição, visto que, ao mesmo tempo em que compreende que a concepção político-partidária entre os pescadores se dividiu, reconhece a importância de continuar com as atividades da entidade. O pescador reconhece também que as divergências serão ampliadas, porque os movimentos em torno dos interesses internos começam a circular com mais intensidade. Nesse movimento, configura-se a contradição, visto que há pescadores que não aceitam essa divisão de concepção partidária dentro de sua categoria, mas entende a necessidade de construir o movimento de luta nessa relação, pois o interesse da entidade ultrapassa os interesses de grupos internos. Questionado novamente o pescador 7 sobre o processo de eleição para direção da Z-16, que aconteceu recentemente, ele destacou que:

Eu não fiquei muito satisfeito para ser sincero, porque ficou na direção da Colônia quase as mesmas pessoas, só mudaram de sala. Quem era secretário hoje é tesoureiro, quem era vice passou presidente, então nós

³² “As contradições logico-formais são subjetivas, pois o seu conteúdo não reflete as contradições verdadeiramente objetivas, que existem no movimento do próprio objeto. Elas são objetivas porque não levam o pensamento à aquisição do conteúdo objetivo-verdadeiro que expressa a dialética do desenvolvimento dos fenômenos sob o aspecto em que eles existem independentemente da nossa consciência” (KOPNIN, 1978, p. 172).

³³ “Uma teoria pode ser logicamente não-contraditória, porém falsa. No entanto não pode ser verdadeira a teoria logicamente contraditória, ou seja, construída à base do conhecimento da lei lógica da inaceitabilidade da contradição. O que é falho não é propriamente o critério da não-contrariedade lógica, mas a sua absolutização, a sua transformação no único critério de conhecimento” (KOPNIN, 1978, p. 176).

como coordenadores de base não tivemos oportunidade de compor uma chapa, pelo menos um vice. Acredito que tem pessoas com capacidade para isso, com certeza poderia fazer um trabalho sério. Por outro lado, a gente reconhece que as pessoas que foram eleitas, são pessoas que têm uma vida nesse trabalho, têm conhecimento, que têm uma amizade grande em Belém, espero que dê certo, não adianta ficar reclamando, a gente vai tentar ser candidato na próxima eleição, mas seria melhor que tivesse duas opções, duas chapas, pelo menos teríamos uma eleição mais democrática, contribuía para se ter um trabalho mais autêntico, caso contrário pressionaria a direção trabalhar melhor, senão a outra chapa na próxima eleição, com certeza teria mais força de vencer (PESCADOR, 7).

A fala desse pescador, que é coordenador de base da Ilha Grande dos Furtados, demonstra o descontentamento com o processo de eleição interna para a coordenação da Z-16 e revela o movimento de contradição na *práxis* política da organização desses pescadores, visto que eles reconhecem a importância de estar inseridos numa entidade como essa. Todavia, apesar de o desenvolvimento da *práxis* política desses sujeitos ser questionado por eles mesmos, necessitam dessa *práxis*. Podemos considerar, então, que a contradição nas atividades desses pescadores se materializa em duas situações: uma, no movimento interno, na organização da Z-16; e outra, de forma externa, na relação da Colônia para com o Estado burguês, conforme destacado por Rodrigues (2012), anteriormente.

Portanto, a categoria da totalidade requer analisar o fenômeno numa relação indissociável, envolvendo a mediação e a articulação. Por isso, Marx (2008a, p. 258), ao tratar do capital, demonstra que os fenômenos estão interligados, ou seja, a compreensão de um objeto necessita da compreensão do outro: “O capital, por exemplo, não é nada sem trabalho assalariado, sem valor, dinheiro, preços etc.”. Complementando esse raciocínio, Franco (2001, p. 10) destaca que “[...] conhecer um objeto é revelar sua estrutura social”, porém, não se conhece um fenômeno em sua estrutura sem um elemento intermediador. Em outras palavras, a mediação proporciona relações diversas no contexto da unidade (cf. MARX, 2008a). Essa *práxis* política dos pescadores da Z-16 se articula com outros elementos inerentes à profissão de pescador, como, por exemplo, os instrumentos de trabalho, os materiais da pesca, as organizações políticas, entre outros. Tais elementos produzem o coletivo de pescadores, numa representação de fração de classe, materializada na luta de classe.

Outro elemento importante a ser considerado na análise sobre a atuação política da Colônia Z-16 é, de acordo com Martins (2011, p. 43), o posicionamento de parte da Igreja Católica: “Para compreender a atuação política dos movimentos sociais na realidade de Cametá, como a Colônia de Pescadores Z-16, faz-se necessário uma abordagem do papel da parte progressista da Igreja Católica no cenário dessas organizações”.

Essas mediações, que não se encontram nas aparências, compõem, conforme Franco (2001), um meio que se articula com o objeto pesquisado, em um determinado contexto histórico. É a essência oculta do fenômeno, que não é aparentemente perceptível, mas requer análise do objeto de forma contextualizada, daí a importância de delimitação do que se quer pesquisar.

Entendemos que esse segundo nível de problema, que vai além da aparência da pista como meio, é mundo das mediações, dos processos sociais (econômicos, técnicos, políticos, ambientais, científicos etc.), da essência oculta do fenômeno. São as relações articuladas que são reconstituídas em nível de conhecimento histórico, dentro de determinada totalidade social que faz parte do mundo objetivo (FRANCO, 2001, p. 11).

Logo, a materialização da mediação na *práxis* política dos pescadores da Z-16 se situa no movimento histórico, na ação cotidiana dos sujeitos pesquisados, nas suas atitudes, nas suas *práxis*, nas formações construídas em um contexto determinado. Tal mediação, segundo Franco (2001, p. 12), “[...] situa-se no campo dos objetos problematizados nas suas múltiplas relações no tempo e no espaço, sob a ação de sujeitos sociais”. Por isso, a mediação é uma categoria presente nesta pesquisa desde a formulação do objeto, de modo que se torna uma perspectiva de análise num movimento inter-relacionado, ao se analisar a historicidade da *práxis* política dos pescadores aqui pesquisados, trazendo à tona seu significado e sua particularidade, intermediada pela mediação.

Em síntese, no contexto da *práxis* política dos sujeitos pesquisados, enquanto movimento de luta de classe, materializa-se a contradição das relações dos pescadores, pois, ao mesmo tempo em que eles lutam para garantir sua subsistência, relavam ações que se identificam como contra-hegemônicas, embora isso não esteja no plano desses pescadores, demonstrando que há uma disputa de correlação de forças políticas e ideológicas nas relações dos trabalhadores/pescadores: “[...] o capital intensifica sua lógica de socializar a pobreza como materialidade-mor dos impactos negativos dos seus empreendimentos com o coletivo de trabalhadores, sem, todavia, socializar as riquezas” (RODRIGUES, 2012, p. 232).

Uma afirmação de Marx (2008b, p. 23) que devemos retomar aqui é a de que “[...] os trabalhadores começam a formar associações contra a burguesia; lutam juntos para assegurar seu salário”, porque a história da sociedade tem sido a história de luta de classe, que, por sua vez, relaciona-se com diversas dimensões como a socioeconômica, a política e a formativa. São nessas relações políticas e sociais que a mediação se faz necessária. Nesse sentido,

Franco (2001, p. 13) menciona que as mediações não se limitam aos processos materiais, mas abrangem também aos aspectos políticos e culturais:

Bosi (1992) trabalha com a ideia de que “a possibilidade de enraizar no passado a experiência atual de um grupo se perfaz pela mediação simbólica. É o gesto, o canto, a dança, o rito, a oração, a fala que se evoca” (p. 15). Esta referência nos permite salientar que o conceito de mediação não se aplica apenas aos processos materiais, mas também aos fenômenos culturais e políticos. Sua especificidade não está no conteúdo da mediação, mas no processo articulado de um conjunto de relações que se estabelecem nos diversos níveis da vida humana.

Assim, a mediação, que não é uma questão opcional, já está presente na *práxis* política dos pescadores da Z-16, fenômeno aqui pesquisado, tal como menciona Rodrigues (2012) sobre esses pescadores, que constituem objeto de disputa contra-hegemônica entre capital e trabalho:

A partir dessas considerações, temos compreendido que os saberes sociais, a partir de sua presença na Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 de Cameté, constituem-se objetos de disputa entre capital e trabalho, sendo, pelo primeiro, combatido, negado, enquanto que o segundo materializa-os como importantes instrumentos de construção hegemônica, estando as classes sociais em luta, disputando espaços, quer materiais quer imateriais (RODRIGUES, 2012, p. 84).

Por outro lado, Rodrigues (2012, p. 87) reconhece que os pescadores são sujeitos explorados pelo capitalismo, mas, ao mesmo tempo, contribuem para a sua manutenção: “[...] são sujeitos que nas relações de mercado contribuem para que o capital obtenha mais-valia, pois garantem o alimento para que outros trabalhadores recarreguem suas energias, necessárias para a sempre produção [...]”. Com isso, as categorias da mediação, da totalidade e da contradição, articuladas entre si, são fundamentais nesta pesquisa, porque permitem construir uma visão mais contextualizada do objeto pesquisado, mas também porque contribuem para situar a *práxis* política dos pescadores da Z-16, como fenômeno singular, mas construído numa relação de contradição.

1.2 RELAÇÕES DE PRODUÇÃO-FORMAÇÃO E PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16: UM ESTUDO DE CASO

Como se materializa a *práxis* política dos pescadores da Z-16, desenvolvida a partir de suas atividades no cotidiano de suas relações de produção-formação? Esse questionamento, direcionado para compreender dialeticamente o objeto proposto da presente tese, justifica a opção pelo estudo de caso, do tipo qualitativo, de modo que esta pesquisa analisou dados

coligidos dos sujeitos que vivenciam o dia a dia da Colônia de pescadores. Como um dos elementos que contribui para definir estudo de caso é, de acordo com Yin (2001), a empiria, já que “Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”, um dos elementos que contribuiu para optar pelo estudo de caso encontra-se nos dados empíricos coletados por quem vive a realidade da dinâmica de ser pescador no contexto da Z-16. Em outros termos, o estudo de caso na presente pesquisa, será considerado numa relação de totalidade, que compõem a contextualização do objeto pesquisado.

A expressão “quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”, citada acima, chama a atenção por conter uma indefinição, que poderá ser esclarecida a partir do momento em que “o caso” for analisado numa perceptiva dialética, visto que está indefinido, pois a “definição” se encontra na essência do fenômeno:

Para nós, e na ordem do conhecimento, temos aí o começo, o imediato. O conhecimento (a razão que quer conhecer) não pode parar nesse imediato (nas sensações, nas primeiras impressões), com o qual se satisfaz frequentemente o senso comum. Deve ir mais longe, na convicção de que, por detrás do imediato, há uma outra coisa que, ao mesmo tempo, *se dissimula e se expressa nesse* imediato; que o imediato é apenas a constatação (ainda insuficiente e abstrata, nesse sentido) da existência da coisa; e que nós atingiremos “algo” mais real: o próprio ser, sua “essência” (LEFEBVRE, 1991, p. 216).

Ao pesquisar os pescadores da Z-16, Martins (2011, p. 104), em sua dissertação de mestrado, não se preocupou com a *práxis* política desses sujeitos, pois centra sua investigação no saber produzido no trabalho dos pescadores, em seus escritos: “O presente estudo teve como objetivo identificar como o saber dos trabalhadores da Colônia Z-16 é produzido a partir do seu trabalho, e, ao mesmo tempo, compreender a participação política desses sujeitos no contexto do seu movimento social”. Ter um estudo prévio, como a dissertação de mestrado há pouco citada, contribuiu para definir esta pesquisa como estudo de caso. Yin (2001) mais uma vez menciona que, diante da indefinição entre fenômeno e contexto, há a necessidade de várias técnicas para dar conta de desvendar o problema proposto.

A investigação de estudo de caso enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências, com os dados precisando convergir em um formato de triângulo, e, como outro resultado, beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados (YIN, 2001, p. 32-33).

Ampliando essa noção de estudo de caso, Bogdan e Biklen (1994, p. 89) o definem como uma “[...] observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico [...]”. Já Chizzotti (1991, p. 102) destaca que “[...] o caso é tomado como unidade significativa do todo e, por isso, suficiente tanto para fundamentar um julgamento fidedigno quando propor uma intervenção”. Com isso, o estudo de caso pode ser considerado também como uma referência para analisar um fenômeno em diversos aspectos num contexto determinado.

É nesse sentido que a presente pesquisa se caracteriza como estudo de caso, de modo que a *práxis* política dos pescadores da Z-16 está situada em uma realidade específica, a do município de Cametá, mas inter-relacionada com o contexto da região tocantina. Nessa região, os pescadores se articulam com outros movimentos sociais para dar conta de sua subsistência.

O município de Cametá ao longo do processo histórico, tem sido palco de incentivos de organizações de cunho social, ou seja, é território do surgimento de vários movimentos sociais nos últimos anos para discutir a realidade de Cametá em diversos aspectos sociais. No contexto da Região Tocantina, Cametá sedia os principais movimentos sociais, entre eles o STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadas Rurais), o SINTEPP (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará), Colônia de Pescadores Z-16 entre outros, e essas organizações são frutos de articulações das populações oriundas das classes trabalhadoras no contexto socioeconômico e político do município (MARTINS, 2011, p. 31).

Apesar de a Colônia Z-16 estar situada em um contexto diverso, as análises em torno da *práxis* política desses sujeitos estão direcionadas para uma especificidade, que é a maneira de esses trabalhadores se organizarem, viverem, construírem seu espaço socioeconômico, político e formativo, uma peculiaridade³⁴ ímpar, como destaca o Estatuto da Colônia Z-16 (2014, p. 2): “[...] para o desenvolvimento de suas competências a Colônia de pescadores poderá afirmar contratos, convênios e acordos de cooperação com instituições públicas e privadas nacionais e internacionais, buscar recursos na forma de crédito em instituições bancária oficial”.

Como as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16 se encontram numa realidade diversa, houve a necessidade de construir etapas para o desenvolvimento da pesquisa, tais como: a delimitação do objeto de estudo; o planejamento

³⁴ “Particularidade significa que o estudo focaliza uma situação, um programa, um fenômeno particular. O caso em si tem importância, seja pelo que revela sobre o fenômeno, seja pelo que representa. É, pois, um tipo de estudo adequado para investigar práticas, questões que emergem do dia-a-dia” (ANDRÉ, 2005, p. 17-18).

do trabalho de campo e a organização dos dados em um relatório. Esses elementos contribuíram também na escolha do estudo de caso, que se divide, de acordo com Chizzotti (1991), em três fases. A primeira é a da *seleção e delimitação do caso*, pois compreende-se que o fenômeno a ser estudado apresenta um campo específico de análise.

O conhecimento que será produzido a partir do objeto deste estudo possibilitará compreender não somente como esses pescadores produzem e se formam numa relação contraditória, mas também como se materializam as correlações de forças entre as classes; ademais, ampliará a concepção de educação para além dos âmbitos escolares, que a educação, numa concepção de formação a partir do trabalho, se materializa nas atividades dos trabalhadores/pescadores. Assim, para Chizzotti (1991, p. 103), “[...] a delimitação deve precisar os aspectos e os limites do trabalho, a fim de reunir informações sobre um campo específico e fazer análise sobre objetos definidos a partir dos quais se possa compreender uma determinada situação”.

A segunda etapa do estudo de caso, *o trabalho de campo*, é, segundo Chizzotti (1991, p. 103), o espaço privilegiado para coletar as informações³⁵, organizar, reunir um conjunto de dados para serem analisados. A coleta de informações pode exigir “negociações” com os informantes, e deve ser entendida como negociação no sentido de construir um espaço que propicie a obtenção de informações sem prejuízo com a verdade, ou seja, “[...] as informações são documentadas, abrangendo qualquer tipo de informação disponível, escrita, oral, gravada, filmada que se preste para fundamentar o relatório do caso que será, por sua vez, objeto de análise crítica pelos informantes ou por qualquer interessado” (CHIZZOTTI, 1991, p. 103). Na presente pesquisa, seguimos as orientações contidas no artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que diz:

X – Esclarecimento: processo de apresentação clara e acessível da natureza da pesquisa, suas justificativas, seus objetivos, métodos, potenciais benefícios e riscos, concebido na medida da compreensão do participante, a partir de suas características individuais, sociais, econômicas e culturais e em razão das abordagens metodológicas aplicadas (BRASIL, 2016, p. 3).

Inicialmente, articulamos com os sujeitos da pesquisa o procedimento da coleta das informações, esclarecendo primeiro ao presidente da Colônia Z-16, a natureza da pesquisa e os processos para a coleta dos dados. Ele, por sua vez, mostrou-se disposto a colaborar e direcionou-nos para a pessoa responsável pelos documentos da entidade, ao mesmo tempo

³⁵ “As informações são documentadas, abrangendo qualquer tipo de informação disponível, escrita, oral, gravada, filmada que se preste para fundamentar o relatório do caso que será, por sua vez objeto de análise crítica pelos informantes ou por qualquer interessado” (CHIZZOTTI, 1991, p. 103).

deixando-nos à disposição para agendar as entrevistas com os pescadores filiados à instituição. Vale ressaltar que os sujeitos dessa entidade conhecem o pesquisador, por ele já ter realizado pesquisa nesse mesmo lócus. Uma vez estabelecida uma relação de confiança entre pesquisador e pesquisados, necessitamos somente esclarecer a natureza da presente pesquisa, em acordo ao que rege o artigo 5º da Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016:

O processo de comunicação de consentimento e do assentimento livre e esclarecimento pode ser realizado por meio de sua expressão oral, escrita, língua de sinais ou de outras formas que se mostre adequadas, devendo ser consideradas as características individuais, sociais, econômicas e culturais da pessoa ou grupo de pessoas participante da pesquisa e as abordagens metodológicas aplicadas (BRASIL, 2016, p. 5).

Outra orientação que Chizzotti (1991, p. 103) considera no estudo de caso é a *organização e redação do relatório*: “Seu objetivo é apresentar os múltiplos aspectos que envolvem um problema, mostrar sua relevância, situá-lo no contexto em que acontece e indicar as possibilidades de ação para modifica-lo”. Nessa mesma direção, Yin (2011, p. 21) afirma que:

O estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a manutenção de alguns setores.

A partir do exposto, compreendemos que o estudo de caso, como estratégia de pesquisa se adequa melhor ao objeto proposto, de modo que construir conhecimento a partir da *práxis* política dos pescadores da Z-16 tende a ser mais concreto, porque é produto de uma experiência de trabalhadores/pescadores, construída ao longo do processo histórico desses sujeitos, como destaca Rodrigues: “[...] o estudo de caso desenvolvido a partir da Colônia de Pescadores Z-16 tratou de um fenômeno particular — a relação entre saberes sociais e luta de classes, a fim de se entender o que nessa entidade nos foi revelado, a partir de uma descrição ‘densa’ sobre tal relação [...]” (2012, p. 112).

Por isso, “[...] compreender a manifestação de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas devem ser relacionadas à situação específica onde ocorrem ou a problemática determinada a que estão ligadas” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 19). Nesse sentido, no estudo de caso a realidade é tratado numa relação complexa e profunda, considerando a unidade pesquisada como um todo e analisando a realidade a partir de várias perspectivas, sem apontar a mais verdadeira. Isso possibilita ao pesquisador

construir conhecimento a partir de suas análises para com o objeto pesquisado, pois “[...] são dados vários elementos para que o leitor possa chegar às suas próprias conclusões e decisões, além, evidentemente, das conclusões do próprio investigador” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 20).

Portanto, o estudo de um caso é um processo construído ao longo da pesquisa, analisando o objeto como um todo, numa instância singular, única, proporcionando construir conhecimento contextualizado historicamente. Essas características nos levaram, assim, a analisar as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16.

1.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E ANÁLISE DOCUMENTAL

Como instrumento de coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, por possibilitar a coleta de informações sem muita rigidez, ou melhor, sem a exigência de perguntas fechadas, direcionadas para um objetivo único, específico. Além disso, esse instrumento faz com que os sujeitos entrevistados se sintam confortáveis ao responderem questionamentos relacionados ao seu cotidiano, como a cultura, os valores, as normas, entre outros. Nesse sentido, Kandel (apud THIOLENT, 1980, p. 84) define “[...] a entrevista não-diretiva como instrumental para o estudo das culturas e subculturas (conjuntos de valores, normas, representações, símbolos, etc., tudo o que certos autores chamam de ideologias) ”.

Desse modo, as falas dos sujeitos desta pesquisa revelaram suas maneiras de pensar o mundo que os cerca, possibilitando construir uma análise da vida cotidiana dos pescadores entrevistados, pois “[...] o significado de uma palavra representa um amálgama tão estreito do pensamento e da linguagem, que fica difícil dizer se se trata de um fenômeno da fala ou de um fenômeno do pensamento” (VYGOTSKY, 1993, p. 104). Isso demonstra segurança em coletar e analisar dados por meio de entrevista, porque a palavra revela significado material das relações sociais nas quais os indivíduos estão situados. Na realidade,

[...] não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.* É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (BAKHTIN, 2009, p. 99).

Coletar dados por meio de entrevista, principalmente semiestruturada, assegura confiança, pois as falas representam o contexto socioeconômico, político e formativo de um fenômeno que se quer pesquisar, como as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16. Logo, “[...] uma das mais importantes fontes de informações para um estudo de caso são as entrevistas. [...] as entrevistas, não obstante, também são fontes essenciais de informação para o estudo de caso” (YIN, 2001, p. 112).

A opção pela entrevista semiestruturada também se articula com as ideias de Aires (2011, p. 28), quando ele afirma que “[...] as entrevistas não estruturadas, dada a sua natureza qualitativa, desenvolvem-se de acordo com os objetivos definidos”. A autora destaca ainda que esse tipo de entrevista consiste na escolha e aprofundamento das informações sobre acontecimentos, dinâmicas, concepções detectadas, ou não, durante a informação. Em outras palavras, está inserido no contexto das condições humanas: “[...] no geral, as entrevistas constituem uma fonte essencial de evidências para os estudos de caso, já que a maioria delas trata de questões humanas” (YIN, 2001, p. 114). Além disso,

A entrevista qualitativa [...] fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos (GASKELL, 2002, p. 65).

As entrevistas têm, por conseguinte, para Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2000), a possibilidade de coletar os dados pelo menos no início da pesquisa de maneira informal, de modo que o pesquisado se sinta à vontade para falar, expressar aquilo que venha a contribuir para o estudo, amenizando situações que, por ventura, sejam desagradáveis para ele e, ao mesmo tempo, possibilitando a sua participação na construção do conhecimento. As entrevistas também exigem cuidados, por isso, no desenvolvimento do estudo, não se pode esquecer o foco da pesquisa, ou seja, as informações que irão contribuir para analisar o objeto investigado. Sobre isso, Yin (2001) menciona que:

Uma percepção que se deve ter ao se fazer boas perguntas é compreender que a pesquisa baseia-se em perguntas e não necessariamente em respostas. Se você é do tipo de pessoa para quem uma resposta tentadora já leva a uma quantidade enorme de novas questões, e se essas questões eventualmente se juntam a algum estudo significativo sobre como e por que o mundo funcionava dessa maneira, é provável que você seja um bom entrevistador (YIN, 2001, p. 82).

Uma das vantagens importantes para se apoiar na entrevista semiestruturada é a possibilidade de ela permitir a coleta de informações por meio de tópicos-guia, pois ela “[...] não é uma série extensa de perguntas específicas, mas ao contrário, um conjunto de títulos de parágrafos” (GASKELL, 2002, p. 66). Assim, nesta pesquisa, fazemos uso desses *títulos de parágrafos* ou, em outra expressão, *eixos temáticos*, que possibilitaram orientar a conversa com os pescadores da Z-16, pois não são questões fechadas, mas guias que nortearam a conversa entre pesquisador e pesquisado.

Os tópicos-guia são: **o contexto histórico da organização da Colônia Z-16; a atuação política da Colônia para com seus filiados; e a luta da Colônia no cotidiano da práxis política dos pescadores da Z-16**. Essa técnica possibilitou-nos coletar, de modo mais organizado, os dados a serem analisados, exigindo conhecimento teórico e prático junto à realidade pesquisada, bem como conversas com pesquisadores experientes. Assim,

É fundamental colocar tempo e esforço na construção de um tópico guia, e é provável que se tenha de fazer várias tentativas. Em sua essência, ele é planejado para dar conta dos fins e objetivos da pesquisa. Ele se fundamentará na combinação de uma leitura crítica da literatura apropriada, um reconhecimento do campo (que poderá incluir conversações e/ou algumas conversações preliminares com pessoas relevantes), discussões com colegas experientes, e algum pensamento criativo (GASKELL, 2002, p. 66).

Vale ressaltar que essa técnica de pesquisa foi utilizada na coleta de dados em outra pesquisa desenvolvida por nós — na dissertação de mestrado —, demonstrando que o condutor desta pesquisa já tem experiência no desenvolvimento dessa técnica de coleta de informações em campo. No mestrado, desenvolvemos os seguintes tópicos-guia:

Para gerarmos as informações dos entrevistados, articulamos os direcionamentos das conversações em quatro eixos, a saber: (i) saberes próprios dos pescadores da Colônia Z-16; (ii) as aprendizagens dos saberes dos pescadores; (iii) o processo de escolarização dos pescadores; (iv) a luta dos pescadores no contexto dos movimentos sociais (Colônia de Pescadores Z-16). Esses elementos nortearam a geração de dados desta pesquisa, contribuindo para facilitar o processo de análises (MARTINS, 2011, p. 25).

Essa experiência de coletar dados com tópicos-guia contribuiu para coligir as informações junto aos sujeitos desta pesquisa e, embora seja o mesmo lócus de pesquisa, trata-se de outro objeto de estudo, em um contexto histórico diferente, envolvendo outros conhecimentos e outros tópicos-guia. Além disso, ao desenvolver esses tópicos com os entrevistados, houve a preocupação em adaptá-los de acordo com sua linguagem para facilitar a coleta das informações, conforme os objetivos da pesquisa, pois “[...] a entrevista

semiestruturada [...] se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente porque permite que o entrevistador faça as necessárias adaptações” (ANDRÉ; LÜDKE, 1986, p. 34).

À medida que o tópico-guia é desenvolvido, ele se torna um lembrete para o pesquisador de que questões sobre temas sociais científicos devem ser apresentadas em uma linguagem simples, empregamos termos familiares adaptados aos entrevistados. Finalmente, ele funciona como um esquema preliminar para a análise das transcrições (GASKELL, 2002, p. 67).

Por isso, os tópicos-guia que subsidiaram a entrevista não eram algo fechado, dogmático e sem flexibilidade. De acordo com as necessidades das informações sobre algum determinado tópico da entrevista, poderiam sofrer alterações, eliminar ou incluir temas que, por ventura, a natureza das circunstâncias o exigissem, ou seja, “[...] embora o tópico-guia deva ser bem preparado no início do estudo, ele deve ser usado com alguma flexibilidade. Uma coisa importante: todas estas mudanças devem ser plenamente documentadas com as razões que levaram isso” (GASKELL, 2002, p. 67).

Uma das entrevistas foi direcionada para o atual presidente da Colônia Z-16, por compreender que esse sujeito tem conhecimento sobre a organização, a estrutura e o planejamento da entidade. Ele é, segundo Rodrigues (2012, p. 116), um sujeito que conhece “[...] sobre a organização da Colônia, suas ações políticas, seus avanços e retrocessos, seus projetos, seus ideais, enquanto administrador, e sobre aspectos sócio-históricos da entidade”. São informações que contribuiriam na compreensão do objeto da presente pesquisa.

Em relação à quantidade de entrevistas necessárias, Gaskell (2002, p. 70) não especifica quantas entrevistas devem ser realizadas em uma pesquisa, mas, para ele, “[...] mais entrevistas não melhoram necessariamente a qualidade, ou levam a uma compreensão mais detalhada”. Nessa perspectiva, esse autor nos ajuda a compreender que não há necessidade de grande quantidade de entrevistas, mas sim de organizar bem as informações com um grupo de informantes, neste caso formado por 10 pescadores, para dar conta de responder aos objetivos propostos pela pesquisa.

Dessa forma, entrevistamos 10 (dez) sujeitos vinculados à Colônia Z-16, dentre os quais havia 4 (quatro), com função administrativa, e 6 (seis), sem função administrativa, apenas pescadores filiados. As entrevistas com os coordenadores de base se justificam porque esses sujeitos assumem diretamente papel político no contexto do movimento da entidade. A contribuição desses entrevistados foi informar a relação dos filiados a partir da base da Colônia, proporcionando elementos para a compreensão do problema da pesquisa,

relacionado com os objetivos e intermediado pelo eixo temático proposto. Os coordenadores são pescadores responsáveis para articular, informar e organizar os demais pescadores da sua comunidade. Sobre esses sujeitos, assim os descreve Rodrigues (2012):

Além da Diretoria, há os Coordenadores que atuam junto às comunidades onde também residem, articulando-as e demandando ações para a Diretoria e vice-versa. Trata-se de pescadores eleitos em suas comunidades, delas recebendo contribuição financeira para o exercício do mandato. Em suas comunidades esses coordenadores realizam reuniões setorizadas, planejam e encampam ações, a partir das discussões travadas com o coletivo de pescadores reunidos (RODRIGUES, 2012, p. 120).

As falas dos coordenadores são importantes, porque estão próximas dos pescadores; são os coordenadores de base que discutem as necessidades da comunidade, sua atuação política por meio de assembleias, contribuindo para desenvolver as atividades da Colônia Z-16, tal como fora observado por Vázquez (2011, p. 193): “[...] na atividade prática, o sujeito age sobre uma matéria que existe independentemente de sua consciência e das diversas operações ou manipulações exigidas para a transformação”. Assim, as entrevistas com os coordenadores de base são importantes no sentido de relatar a sua participação nas assembleias e reuniões, nas quais são repassadas para os pescadores as informações; compreendemos que nessa participação se materializa a *práxis* política que proporciona aos pescadores as condições de resolverem suas necessidades cotidianas.

Há ainda instâncias de participação coletiva como Assembleias e Congresso de Pescadores. Na primeira, os pescadores em sua totalidade reúnem-se para, junto com a Diretoria, procederem discussões sobre mensalidades e projetos, por exemplo, podendo, entretanto, ocorrer apenas com os Coordenadores, haja vista que se constituem como representantes dos interesses de cada comunidade de pescadores. Na segunda, realizada tanto com coordenadores quanto com os demais pescadores, são debatidas ações de longo, médio e curto prazo (RODRIGUES, 2012, p. 221).

Além dos coordenadores de base, entrevistamos também os sujeitos que não possuíam funções administrativas, isto é, aqueles pescadores vinculados à Z-16 sem função na hierarquia da entidade, apenas filiados, pois a intenção é confrontar as falas dos pescadores que assumem função na gestão com as falas dos sujeitos que não assumem nenhuma função administrativa, para contribuir nas análises das informações propostas na hipótese. Todavia, mesmo sem participar diretamente da gestão, são sujeitos que participam da assembleia da entidade, momento político de fundamental importância para o direcionamento da entidade, conforme destacou Rodrigues (2012, p.121): “[...] as assembleias realizadas pela Colônia Z-16, por exemplo, nos permitiram inferir um tipo de saber voltado para o desenvolvimento de

decisões participativas, em oposição à forma de administração exercida pelos presidentes que outrora eram indicados pela FEPA [...]”. Além disso,

Uma das mais marcantes características de todo grupo social que se desenvolve no sentido do domínio e sua luta pela assimilação e pela conquista “ideológica” dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quanto mais o grupo em questão elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 1988, p. 9).

A assembleia é um momento de fundamental importância para os pescadores, porque é o espaço onde se reúnem todos os filiados para debater, discutir e deliberar ações para o coletivo de pescadores. Por isso a importância de entrevistar tanto os pescadores que compõem a coordenação da entidade, como os pescadores que não exercem função administrativa, mas que têm poder de voto no momento oportuno no interior da Z-16, conforme o Estatuto da Colônia Z-16: “Artigo 5º São direitos dos associados e das associadas quites com suas obrigações sociais: participar de todas as assembleias, propondo, discutindo votando e sendo votado [...]” (2014, p. 2).

Para complementar as entrevistas, faremos ainda análise documental³⁶, pois, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), os documentos podem revelar as normas, os regimentos, as ações oficiais da instituição, ou seja, são os registros dos perfis das lideranças e da entidade, são sínteses construídas no coletivo da organização, por isso, sua importância nesta pesquisa. Recorreremos, então, aos documentos que registram as ações dos pescadores e que são produtos das discussões e dos planejamentos, materializados nas sínteses das atividades, nas normas, nas regras do direcionamento da produção-formação e na *práxis* política dos pescadores da Colônia Z-16.

Esses documentos, para Lüdke e André (1986), constituem uma fonte estável e rica, podendo ser complementados várias vezes. Além disso, representam um contexto, ou melhor, fornecem informação sobre esse contexto:

Os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações de declarações do pesquisador. Representam uma fonte “natural” de informação. Não apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39).

³⁶ “São considerados documentos qualquer material escrito que possam ser usados como fonte de informação” (Phillips, p. 187). Estes incluem desde leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão até livros, estatísticas e arquivos [...]” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 38).

Analisar a *práxis* política dos pescadores da Z-16 requer a compreensão do contexto histórico desses sujeitos, considerando os aspectos socioeconômico, político e formativo da realidade em que se encontra o lócus da pesquisa. Contextualizar significa situar o fenômeno pesquisado num determinado tempo, espaço e realidade. Além disso, ajuda a pesquisar o fenômeno para além das aparências, para que se possa aproximar de sua essência. Nesse sentido, é necessário partir do empírico para ampliar as análises e compreender a realidade concreta.

No trato prático-utilitário com as coisas – em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas – o indivíduo “em situação” cria suas próprias representações das coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade (KOSIK, 2002, p. 14).

É nesse sentido que as análises dos documentos se tornam necessárias nesta pesquisa, pois registram a organização da entidade pesquisada, os seus objetivos e os princípios das atividades dos sujeitos analisados. São registros que materializam as discussões presentes nas assembleias, nas reuniões e nos outros mecanismos da Z-16, tal como é apresentado no planejamento operacional da Colônia Z-16 (2016, p. 2): “[...] este documento sintetiza o planejamento da Colônia de pescadores Z-16 de Cameté realizado nos dias 11 e 12 de março de 2016, na sede da Colônia de pescadores auditório Juvenal Viana”. Analisar documentos desta natureza são importantes, para o estudo de caso, porque podem:

[...] corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes. Em primeiro lugar, os documentos são úteis na hora de se verificar a grafia correta e os cargos ou nomes de organizações que podem ter sido mencionados na entrevista. Segundo, os documentos podem fornecer outros detalhes específicos para corroborar as informações obtidas através de outras fontes. Se uma prova documental contradizer algum dado prévio, ao invés de corroborá-lo, o pesquisador do estudo de caso possui razões claras e específicas para pesquisar o tópico de estudo com mais profundidade (YIN, 2001, p. 109).

Dessa forma, os documentos produzidos pelos pescadores da Z-16, ao longo do processo histórico, são importantes fontes de análise desta pesquisa. Por isso, analisamos os seguintes documentos: Estatuto da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16; Planejamento Operacional da Colônia Z-16 (2016-2018); Atas das reuniões e assembleias das eleições da Colônia Z-16. Esses documentos foram produzidos a partir das necessidades reais dos pescadores e constam de normas, diretrizes, políticas, entre outros elementos que representam a sua articulação política. Além disso, esses documentos informam um contexto histórico,

produto de decisões coletivas e de embates políticos internos. Tudo isso contribuiu, enfim, para uma análise da *práxis* política dos trabalhadores/pescadores mais próxima possível da sua realidade.

1.4 AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO-FORMAÇÃO E *PRÁXIS* POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16: PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados do presente estudo ocorreu a partir da Análise de Conteúdo, que é “[...] um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem³⁷” (FRANCO, 2008, p. 25).

Logo, considerando os eixos temáticos: **o contexto histórico da organização da Colônia Z-16; a atuação política da Colônia para com seus filiados; e a luta da Colônia no cotidiano da *práxis* política dos pescadores da Z-16**, concluímos ser mais coerente analisar o conteúdo da vida dos pesquisados, presente nas mensagens, ou melhor, nas entrevistas realizadas junto a esses pescadores, pois “[...] a língua, no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida” (BAKHTIN, 2009, p. 99).

Como as mensagens assumem papel basilar na análise de conteúdo, “[...] o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela verbal (oral e escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada” (FRANCO, 2008, p. 12). Isso quer dizer que, no contexto das mensagens, encontram-se, segundo Franco (2008), sentidos e significados. São esses elementos, exatamente, que procuramos desvendar no cotidiano das relações da produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16, por meio de suas falas e dos documentos analisados. Ainda sobre essa questão:

Reiterando e acrescentando, diríamos que a vida cotidiana não se resume no aqui e agora. Ao contrário, é sobretudo, fruto de um longo, conflitivo e complexo processo histórico e social. Portanto, para compreender as situações que ocorrem cotidianamente, é indispensável considerar que essas situações ocorrem em determinado ambiente (situações, espaços temporais específicos) e no bojo de certos campos de interação pessoal e institucional que, por sua vez, são mediados por modalidades técnicas de construção e transmissão de mensagens, cada vez mais complexas, nos dias atuais (FRANCO, 2008, p. 36).

³⁷ “As mensagens expressam as representações sociais na qualidade de elaborações mentais construídas socialmente, a partir da dinâmica que se estabelece entre a atividade psíquica do sujeito e o objeto do conhecimento. Relação que se dar na prática social e histórica da humanidade e que se generaliza via linguagem. Sendo constituídas por processos sociocognitivos, têm implicações na vida cotidiana, influenciando não apenas a comunicação e a expressão das mensagens, mas também os comportamentos” (FRANCO, 2008, p. 12).

Essa proposta de análise assenta-se em concepções críticas, flexíveis, que entendem a linguagem como representação da realidade cotidiana dos sujeitos pesquisados. Nesse sentido, a Análise de Conteúdo se materializa nas relações dos fatos, em um contexto histórico inter-relacionado, ou seja:

Condições contextuais que envolvem a evolução histórica da humanidade, as situações econômicas e socioculturais nas quais os emissores estão inseridos, o acesso aos códigos linguísticos, o grau de competência para saber decodificá-los, o que resulta em expressões verbais (ou mensagens) carregadas de componentes cognitivos, afetivos, valorativos e historicamente mutáveis. Sem contar com os componentes ideológicos impregnados nas mensagens socialmente construídas, via *objetivação* do discurso, mas com a possibilidade de serem ultrapassadas ou “desconstruídas”, mediante um processo trabalhoso (mas, não impossível) e dialético, tendo em vista a explicitação do processo de *ancoragem* e estabelecendo como meta final o desenvolvimento da consciência (FRANCO, 2008, p. 22).

Assim, a *práxis* política dos pescadores da Z-16 foi analisada em um conjunto de relações, intermediado pelos eixos temáticos, com a finalidade de contextualizar as principais necessidades dos sujeitos pesquisados, nos aspectos socioeconômico, político e formativo, ao mesmo tempo analisando como esses pescadores se articulam para dar conta de suprir suas necessidades cotidianas. Dessa forma, constatamos que a *práxis* política dos pescadores da Z-16, ao mesmo tempo que lhes permite lutar para dar conta de suprir suas necessidades básicas, revela-se como instrumento que se configura contra as ideologias da lógica dominante.

Desse modo, a partir das indagações feitas sobre os efeitos e causas das mensagens, Franco (2008, p. 27) menciona que as análises ganham mais significado, exigindo do analista um arcabouço teórico mais consistente. Destaca ainda que, para construir inquietações relevantes a partir das mensagens dos sujeitos, faz-se necessário considerar três pressupostos básicos. O primeiro destaca que toda a mensagens produz informações sobre quem proferiu, contendo, assim, “[...] suas filiações teóricas, concepções de mundo, interesses de classe, traços psicológicos, representações sociais, motivações, expectativas, etc.” (FRANCO, 2008, p. 27).

O segundo pressuposto reconhece que o produtor da mensagem é um selecionador que ocorre naturalmente em suas relações cotidianas, ou seja, seleciona os eventos mais importantes no seu contexto para transmitir seu conteúdo, sua interpretação articula-se a partir de sua referência. Além disso, o produtor da informação é formado com base numa teoria, não no sentido erudito, mas na forma como se organiza o movimento a que pertence. Dessa maneira, o autor da mensagem é produto das relações sociais de sua época, ou da classe a que

pertence. Por isso, a análise de conteúdo se faz necessária na presente pesquisa, porque possibilita analisar a *práxis* política dos pescadores em diversos aspectos da dimensão social.

Acerca dessa a teoria que o produtor da mensagem se pauta, ela “[...] não significa ‘saber erudito’ e nem se contrapõem ao ‘saber popular’, mas [...] transforma seus divulgadores muito mais em executores de determinadas concepções do que de seus próprios senhores” (FRANCO, 2008, p. 28). Uma das concepções que os pescadores da Z-16 se pautam é a *práxis* política, materializada nas dimensões socioeconômica, política e formativa; nessas dimensões esses sujeitos constroem suas organizações como representantes de uma fração de classe. A construção de uma teoria pelos produtores, para dar conta de orientar sua concepção de mundo, compõe a terceira base de análise de conteúdo.

Seguindo a orientação de Franco (2008), faz-se necessário, na análise de conteúdo, extrair as unidades de análise. Essa, por sua vez, divide-se em: **Unidade de Registro** e **Unidade de Contexto**. Unidade de Registro, para Bardin (2016, p. 134), “[...] é a unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerando unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial”.

Partindo dessa orientação, consideramos nesta pesquisa, como unidade de registro, a palavra, materializada na expressão “cotidiano dos pescadores da Z-16”, por compreendermos que é a palavra que direciona a pesquisa, articulada com o problema da pesquisa e com os seus objetivos, pois, “[...] a palavra é a menor unidade de registro usada em análise de conteúdo. Pode ser uma simples palavra (oral e/ou escrita), um símbolo, ou um termo” (FRANCO, 2008, p. 44). Nesse sentido, consideramos a *práxis política dos pescadores da Z-16* como elemento que compõe toda a análise e a estrutura do texto.

Todas as palavras do texto podem ser levadas em consideração, ou pode-se reter unicamente as palavras-chaves ou as palavras-tema (*symbols* em inglês); pode igualmente fazer-se a distinção entre palavras plenas e palavras vazias; ou ainda efetuar-se a análise de uma categoria de palavras: substantivos, adjetivos, verbos, advérbios, (...) a fim de se estabelecer quocientes (BARDIN, 2016, p. 134).

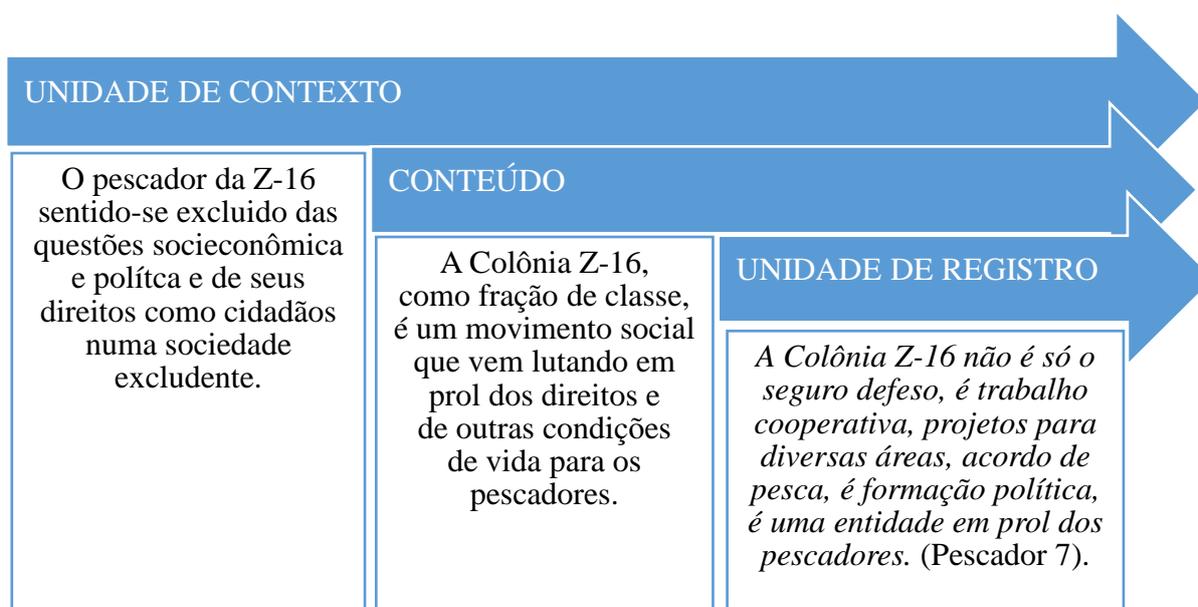
Ao contexto do termo “*práxis* política dos pescadores da Z-16”, selecionado como unidade de contexto³⁸, relaciona-se “necessidade de melhores condições de vida”, porque possibilita a compreensão do cotidiano dos pescadores em análise.

³⁸ As Unidades de Contexto podem ser consideradas como o “pano de fundo” que imprime significado às Unidades de Análise. Podem ser obtidas mediante o recurso a dados que explicitem: a caracterização dos informantes; suas condições de subsistência; a especificidade de suas inserções em grupos sociais diversificados, seja na família de origem, no mercado de trabalho, em instituições consagradas e reconhecidas, sejam elas

Devemos considerar ainda que a unidade de contexto possui, segundo Bardin (2016), dimensões mais amplas que a unidade de registro, que contribuem, ao mesmo tempo, para sua compreensão: “[...] a unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões [...] são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro” (BARDIN, 2016, p. 137). Encontra-se resumido, no Quadro 1, abaixo, como esses elementos se materializam na pesquisa.

Certo é que, em análise de conteúdo, tanto a Unidade de Registro como a Unidade de Contexto são elementos fundamentais ao analisar um objeto de pesquisa, pois os dois elementos estão inter-relacionados: a Unidade de Registro, como segmento menor, compõe a dimensão delimitada do objeto a ser analisado.

Quadro 1: Síntese sobre unidade de contexto e unidade de registro



Fonte: Criado pelo pesquisador, exclusivamente para esta pesquisa.

A Unidade de Contexto apresenta uma dimensão maior, que engloba, por sua vez, a Unidade de Registro. Dessa forma, um interfere no outro, possibilitando a compreensão tanto da dimensão menor como da dimensão maior, para proporcionar inferência do objeto pesquisado, em um contexto³⁹ onde sua compreensão seja conhecida.

religiosas, beneméritas, concebida para divulgação de programas voltados ao apoio pessoal, ligadas a organismos do sistema nacional ou direcionadas para o intercâmbio a ser efetuado junto a organismos internacionais, e assim, por diante (FRANCO, 2008, p. 49).

³⁹ “O importante é ressaltar que qualquer que seja a forma de explicitação, fique claro o contexto a partir do qual as informações foram elaboradas, concretamente vivenciadas e transformadas em mensagens personalizadas,

1.4.1 A pré-análise

Após a definição da Unidade de Registro e da Unidade de Contexto, iniciamos a pré-análise⁴⁰ sobre o objeto de pesquisa. Nessa fase, Bardin (2016, p. 125) recomenda que o pesquisador selecione os documentos a serem estudados, construa a hipótese, os objetivos e os indicadores que possam orientar as inferências finais, sem muita rigidez: “[...] a escolha dos documentos depende dos objetivos, [...] os indicadores serão construídos em função das hipóteses [...]” (BARDIN, 2016, p. 125). A autora deixa evidente que não são construções que seguem uma ordem cronológica, mesmo porque umas dependem das outras para se efetivar. Logo, “[...] a primeira atividade consiste em estabelecer contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-o invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2016, p. 126).

Ainda na pré-análise, articulamos nossa hipótese de pesquisa, que direcionou a investigação até as inferências finais⁴¹, com os objetivos. Além disso, construímos os indicadores para contribuir nas análises dos dados, extraídos a partir dos índices presentes com frequência nos documentos selecionados e nas falas dos pescadores da Z-16. Tal índice, segundo Franco (2008, p. 60), que “[...] pode ser a menção explícita ou subjacente, de um tema em uma mensagem”, é um elemento fundamental para se construir os indicadores. Nessa mesma direção, Bardin (2016, p. 130) afirma que “[...] caso parta do princípio de que este tema possui tanto mais importância para o locutor quanto mais é frequentemente repetido [...] o indicador correspondente será a frequência deste tema de maneira relativa ou absoluta, relativo a outro”. Na presente pesquisa definimos como indicadores: **a luta dos pescadores, a participação dos pescadores nos movimentos internos e externos da Z-16 e necessidade socioeconômico desses pescadores**. Apresentamos, no Quadro 2, uma síntese do percurso da pré-análise na pesquisa.

1.4.2 Definição das categorias empíricas

socialmente construídas e expressas via linguagem (oral, verbal ou simbólica) que permitam identificar o contexto específico de vivência, no bojo do qual foram construídas, inicialmente, e, com certeza, passíveis de transformações” (FRANCO, 2008, p. 53).

⁴⁰ “É a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivos tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. Recorrendo ou não ao computador, trata-se de estabelecer um programa que, podendo ser flexíveis (quer dizer, que permita a introdução de novos procedimentos no decurso da análise), deve, no entanto, ser preciso” (BARDIN, 2016, p. 125).

⁴¹ Uma hipótese é, para Bardin (2016, p. 128), “[...] uma afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos procedimentos de análise”.

Embora as análises das mensagens serem feitas, de acordo com Bardin (2016), a partir de categorias não são obrigatórias, a maioria dos estudos construídos com base na análise de conteúdo se organiza nos moldes da categorização, assim, a “[...] divisão das componentes das mensagens analisadas em rubricas ou categorias não é uma etapa obrigatória de toda e qualquer análise de conteúdo” (BARDIN, 2016, p. 148). Por outro lado, “[...] a criação de categorias é o ponto crucial da análise de conteúdo” (FRANCO, 2008, p. 63). Com relação à categorização, trata-se de “[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 2016, p. 147).

No início deste capítulo apresentamos as categorias de análise do referencial teórico-metodológico da presente pesquisa, aquelas de cunho teórico, construídas a partir da teoria que embasa a tese, são elas: totalidade, contradição e mediação.

Quadro 2: Síntese do percurso da pré-análise na pesquisa

PRÉ-ANÁLISE

DOCUMENTOS

Estatuto da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16.
 Estatuto da *Cooperativa de Empreendimentos Autogestora de Cametá*, criada pela Colônia Z-16.
 Resumo do relatório da pesquisa participativa realizada pelos grupos de base do MAB no município de Cametá, no período de fevereiro a março de 2006.
 Atas das reuniões e das assembleias das eleições da entidade pesquisada.

INDICADORES

Luta dos pescadores.
 Participação dos pescadores nos movimentos internos e externos da Z-16.
 Necessidade socioeconômica dos pescadores.

OBJETIVO

Compreender as atividades desenvolvidas no cotidiano dos e pelos pescadores da Z-16, como *práxis* política de subsistência, mas revelando ações que se contrapõem à lógica da classe dominante. Analisar a *práxis* política dos pescadores da Z-16 nos contextos da conformação e da contestação.

HIPÓTESE

Os pescadores da Z-16, ao desenvolverem suas atividades de subsistência, materializam relações de produção-formação e *práxis* política, mas, ao mesmo tempo, revelam ações que se contrapõem à lógica da classe dominante, numa relação de contradição

OBJETIVO

Analisar as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16, no contexto histórico de sua atividade. Analisar a concepção predominante nas relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16.

Fonte: Elaborado para esta pesquisa.

As categorias empíricas desta pesquisa foram construídas a partir da realidade dos pescadores da Z-16 e materializadas em suas falas, intermediadas pelos eixos temáticos. Assim, as construções das categorias empíricas não se pautaram em processos rígidos, mas, pelo contrário, valorizaram outras experiências, como a pesquisa de mestrado, pois “[...] em geral, o pesquisador segue seu próprio caminho baseado em seus conhecimentos e guiado por sua competência, sensibilidade e intuição” (FRANCO, 2008, p. 64). Essa experiência articulou-se, então, com a concepção teórica da presente tese, o materialismo histórico dialético, em um movimento dialético que se articula entre a teoria e o material de análise, produzido a partir da pesquisa de campo.

Esse longo processo – o da definição das categorias – na maioria dos casos implica constantes idas e vindas da teoria, ao material de análise, do material de análise à teoria e pressupõem a elaboração de várias versões do sistema categórico. As primeiras, quase sempre aproximativas, acabam sendo lapidadas e enriquecidas, para dar origem à versão final, mais completa e mais satisfatória (FRANCO, 2008, p. 64).

Assim, a partir das análises entre a teoria e o material coletado, construímos as categorias empíricas. A primeira categoria foi a da **formação dos pescadores da Z-16**, que se tornou relevante, porque possibilitou compreender a concepção de sociedade dos pescadores, presente nas falas desses sujeitos pesquisados. Essa categoria se inter-relaciona com a categoria **produção material do cotidiano dos pescadores**, que envolve os diversos aspectos sociais que esses sujeitos estão inseridos, como as dimensões socioeconômica, política e formativa. Além dessas duas categorias, consideramos a **práxis política**, categoria central para a análise do objeto em estudo, pois, é por intermédio dela que se materializam as relações de produção-formação dos pescadores da Z-16. A seguir, apresentamos um quadro que sintetiza o percurso da pesquisa desenvolvido a partir da análise de conteúdo.

Quadro 3: Percurso do tratamento dos dados a partir da Análise de Conteúdo

Seleção dos documentos e sujeitos da pesquisa. Construção da hipótese, categorias e indicadores.	Construção do sistema de categorias	Codificação dos dados através das unidades de registro e unidade de contexto.	Análises e considerações finais
Categorias Analíticas	Categorias empíricas	Unidade de análise: unidade de registro e unidade de contexto	Inferência e discussões

Fonte: Adaptado de Bardin (2016, p. 271).

De posse desses elementos que compõem a análise de conteúdo, apresentaremos, no terceiro capítulo, as análises do objeto da presente pesquisa à luz da proposta descrita acima. A análise dá ênfase às mensagens produzidas nas falas dos entrevistados, assim como as mensagens registradas nos documentos selecionados para essa pesquisa. A seguir, apresentamos um quadro-síntese da análise desenvolvida nesta pesquisa.

Quadro 4: Síntese do movimento para análise dos dados

Categorias Analíticas	Categorias Empíricas	Indicadores	Índice	Unidade de Contexto	Unidade de Registro
Totalidade	Formação dos pescadores da Z-16	A luta dos pescadores	Luta dos pescadores	O pescador da Z-16 sentindo-se excluído das questões	A Colônia Z-16 não é só o seguro-defeso, é trabalho cooperativa, projetos para diversas
Contradição	Produção material do cotidiano dos	A participação nos movimentos interno	Organização		

	pescadores	e externo		socioeconômica e política e de seus direitos como cidadãos numa sociedade excludente.	áreas, acordo de pesca, é formação política, é uma entidade em prol dos pescadores. (Pescador, 7)
Mediação	<i>Práxis política</i>	Necessidade socioeconômico e político dos pescadores da Z-16.	Participação		

Fonte: Quadro produzido exclusivamente para este trabalho.

Após a revisão bibliográfica, definimos a teoria que pauta esta tese, o materialismo histórico dialético, a partir dessa definição selecionamos as categorias teóricas: a totalidade, a contradição e a mediação. Por se tratar de um objeto específico, optamos pelo estudo de caso, articulada com a abordagem qualitativa. Para dar conta de analisar os dados, vamos nos pautar na análise de conteúdo. Desse modo, construímos as inferências sobre o objeto do presente estudo no terceiro capítulo.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

Demonstramos, neste capítulo, a base teórico-metodológico que sustenta a pesquisa: o materialismo histórico dialético, acompanhado da abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. Descrevemos a técnica utilizada no tratamento dos dados, Análise de Conteúdo, a partir de Bardin (2016) e Franco (2008). Registramos, em seguida, os eixos temáticos que nortearam as entrevistas com os pescadores da Z-16 e o critério usado para selecioná-los, ou seja, foram escolhidos pescadores que assumem a gestão da entidade e pescadores que não assumem nenhuma função administrativa, buscando, com isso, discernir o posicionamento de cada sujeito no momento.

Além disso, definimos o uso da entrevistada semiestruturada, por ela possibilitar uma conversa mais aberta com os sujeitos entrevistados. A realização da coleta dos dados, por sua vez, seguiu a orientação sistematizada a partir do plano de trabalho, que direcionou o percurso da ida a campo. Vale registrar que o pesquisador já possuía relações amigáveis com a coordenação da entidade pesquisada, por já ter realizado pesquisa de mestrado no mesmo lócus, o que proporcionou segurança tanto para o pesquisador quanto para os pesquisados no momento da coleta de informações.

Como já foi mencionado, a conversa com os sujeitos da pesquisa, seguiu os eixos temáticos: **contexto histórico da organização da Colônia Z-16; atuação política da Colônia para com seus filiados; e luta da Colônia no cotidiano da *práxis política dos pescadores da Z-16***. Essa estratégia foi fundamental, porque permitiu objetividade na coleta das informações. A partir da coleta, procuramos identificar os indicadores, os elementos que

mais aparecem nas falas, mesmo implicitamente, que são: a luta dos pescadores, a participação nos movimentos interno e externo e as necessidades socioeconômica e política dos pescadores da Z-16.

Os indicadores revelaram que os pescadores da Z-16 são sujeitos que, historicamente, vêm lutando, desde a década de 1960, para a conquista da entidade, o que foi conseguido a partir da década de 1990. A conquista da instituição intensificou ainda mais a luta pela garantia da sobrevivência dos pescadores, como, por exemplo, no caso dos acordos de pesca, para evitar a atividade pesqueira em determinado período e com alguns tipos de instrumento, ou ainda na luta para que o Estado fizesse valer os direitos dos trabalhadores, conforme a legislação.

A partir dos indicadores construímos as categorias empíricas: formação dos pescadores da Z-16; produção material do cotidiano dos pescadores e *práxis* política. Assim, as falas dos sujeitos revelaram que eles possuem uma realidade peculiar, de modo que produzem suas condições de subsistência, mas se organizam em uma entidade de pescadores, configurando uma fração de classe. Nesse movimento, compreendeu que esses sujeitos, ao mesmo tempo em que produzem, formam-se como sujeitos políticos.

A análise desta pesquisa, presente no terceiro capítulo, compreende os pescadores da Z-16 como sujeitos que vêm construindo seu espaço a partir de suas organizações, embora numa relação de contradição, de modo que, ao lutar para dar conta de sua existência, revelam condições que se configuram numa postura contra-hegemônica, mesmo que esses pescadores não tenham muita clareza disso.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16

Este capítulo tem como objetivo apresentar o contexto sócio-histórico da Colônia de Pescadores Z-16, no contexto da política da pesca em âmbito nacional, articulado com alguns elementos vinculados à atividade da pesca, como pesca artesanal, pesca industrial e aquicultura. Além disso, destaca-se ainda o cenário, embora de forma breve, do município de Cametá antes da década de 1990, demonstrando a realidade que os pescadores se encontravam antes da conquista da Colônia. O capítulo finaliza apresentando a realidade atual da Colônia Z-16, como movimento social organização, configurando uma fração de classe.

Como referencial teórico, ele está pautado principalmente em Sousa (2002), Pompeu (2002), Rodrigues (2012), Mendes (2005), Thompson (2011), Vázquez (2011), Santos e Acioly (2015), Grzybowski (1987), Marx (2008a; 2008 b) e Lock (2005).

2.1 SOBRE O MUNICÍPIO DE CAMETÁ: UM RECORTE HISTÓRICO

O município de Cametá localiza-se na mesorregião Nordeste Paraense, com uma área de 3.081,36 km², limitada ao norte pela cidade de Limoeiro do Ajuru, ao sul, por Mocajuba, a leste, por Igarapé-Miri, e a oeste, por Oeiras do Pará. Como se pode ver no mapa abaixo.

Mapa da região do baixo Tocantins, situando Cametá



Fonte: IBGE (2010).

Cametá foi fundada em 24 de dezembro de 1635, portanto, em dezembro de 2016, completou 381 anos. É o município mais antigo e tradicional da região do baixo Tocantins e, pela sua importância histórica, empresta seu nome à antiga microrregião de Cametá. Passou recentemente à categoria de Patrimônio Histórico Nacional, por meio da Lei n.º 7537, de 16 de setembro de 1986, justamente por causa de sua notável tradição histórica (IBGE, 2010).

A povoação de Cametá se inicia, conforme informação de Rodrigues (2012 apud OLIVEIRA; FERREIRA, 2004), a partir do trabalho desenvolvido pelo frade capuchinho Frei Cristóvão de São José junto aos índios Camutás, primeiros habitantes dessa localidade. O nome de Cametá seria derivado da denominação dessa tribo indígena.

Cametá possui, de acordo com Pompeu (2002), uma área de aproximadamente 26,2 % de várzea da área total do município. Os rios e baías somam 20,3 % do território municipal. Nos levantamentos da ELETROBRÁS, o potencial hídrico do rio é da ordem de 27.821, 81 Mw, pois sua área soma mais de 813.674 km², com territórios nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Essa zona fisiográfica do baixo Tocantins é tratada por Pompeu (2002) como pindorama Tocantina, devido à gigantesca quantidade de palmeiras em suas margens. Nessa microrregião, registra-se a formação, a partir de município de Baião, de dezenas de ilhas e pararáis ao longo dos rios, que é também onde se localiza sua porção mais larga (COSTA, 2006, p. 23).

Com relação à formação geográfica do município de Cametá, ela se divide em duas porções territoriais: a região das ilhas e a região da terra firme. A região das ilhas é formada por mais de 100 ilhas, distribuídas ao longo do rio Tocantins e seus afluentes. Se forem somadas as áreas de rios e baías, teremos aproximadamente 46,5% do município de Cametá. Nesse arquipélago, constata-se a presença predominante de duas espécies nativas de valor econômico: o açazeiro (*Euterpe oleracea*) e o buritizeiro (*Mauritia flexuosa*) (SOUSA, 2002, p. 22).

A região das ilhas, onde reside a maioria dos pescadores da Colônia Z-16, é uma região rica em recursos naturais, como frutas, pescado, criação de animais entre outros; e foi nela que, no passado, foram extraídos vários produtos comerciais, fazendo com que ela sofresse com mais intensidade a exploração da mão de obra dos trabalhadores na extração dos produtos, conforme observa Sousa (2002, p. 23):

A região de Cametá foi extremamente rica em recursos naturais. Foi ali que [...] se extraiu cacau (nativos), borracha, semente de ucuúba, semente de andiroba, açai, pescado em abundância e, mais recentemente, madeira e

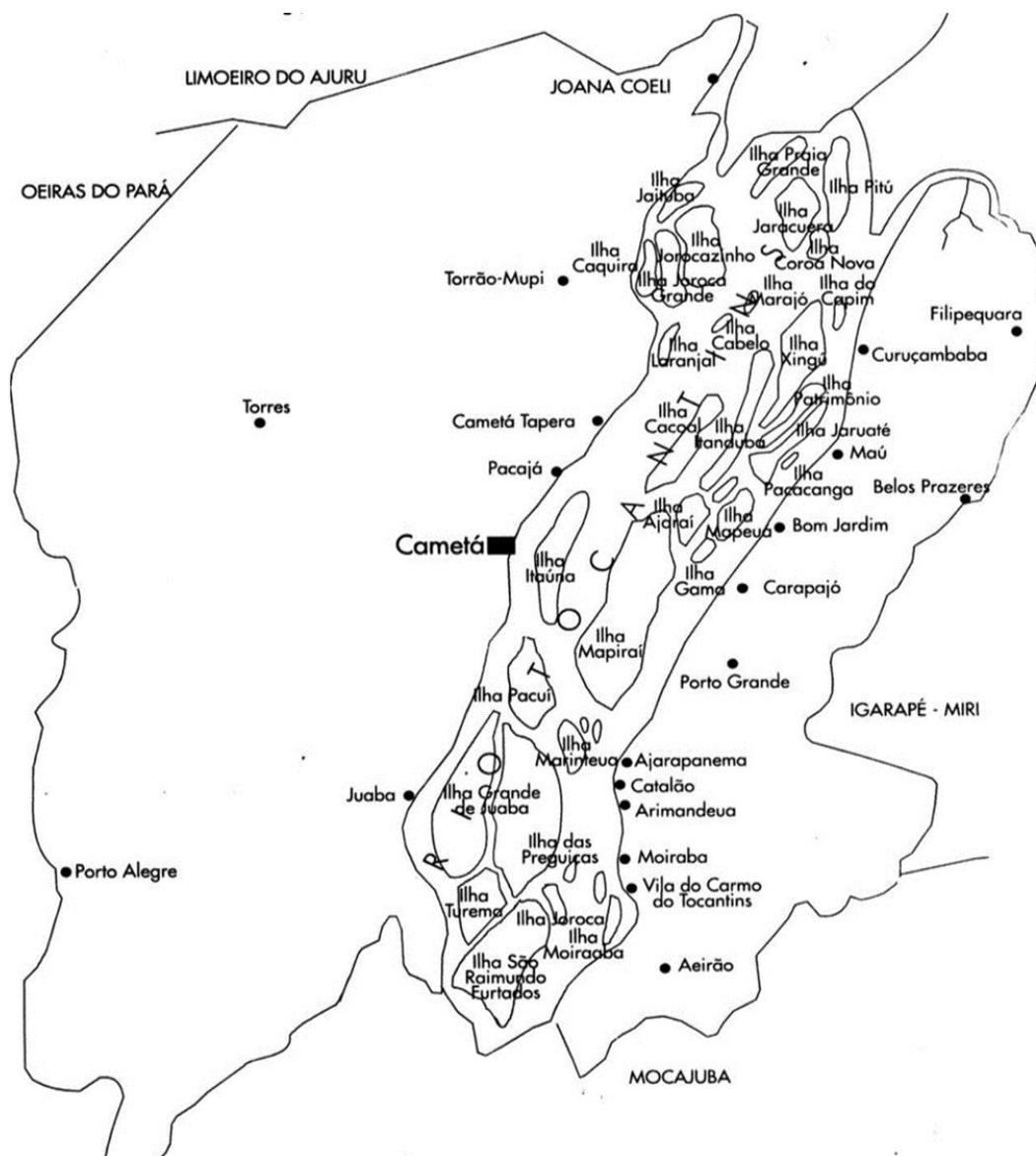
palmito, chegando quase a exaustão dos recursos. Ali se praticou intensamente *o sistema de aviamento*, provavelmente, desde o início de século XIX [...].

Já a região denominada *terra firme*, em Cametá, está situada nas duas margens do rio Tocantins. Trata-se da área municipal com cotas altimétricas bem mais altas que as áreas de ilhas e é caracterizada pela incidência de dois tipos de solo e vegetação: campos naturais ou campinarana e floresta ombrófila densa. Os campos naturais ou campinaranas, de acordo com Sousa (2002), correspondem a uma porção de terra de formação geológica recente e que apresentam vegetação semelhante à do cerrado. É muito conhecido na linguagem cametaense como campo de natureza, com vegetação baixa e rarefeita. Desses campos naturais são extraídos areia e seixo, produtos utilizados na construção civil, que muito contribuem com o aquecimento econômico do município. Essa porção de terra ocupa 36,4% da área municipal.

A área de floresta ombrófila, por sua vez, corresponde a áreas que apresentam melhores condições para a produtividade agrícola. Conhecida na linguagem cametaense como “matas”, essa área é formada por floresta fechada, com presença de árvores próximas umas das outras, construindo espaço apropriado para o cultivo de várias espécies. Porém, atualmente, devido à exploração predatória dessas árvores, as “matas” estão se transformando em “capoeirão” e “capoeira”, extensões territoriais com presença de árvores de médio e pequeno porte. São nessas áreas que ainda se desenvolvem as atividades da agropecuária, agricultura, entre outras, com forte presença da plantação da mandioca para fabricação da farinha, muito utilizada na alimentação cametaense e, por isso, um produto que também contribui para o aquecimento da economia do município.

No aspecto populacional, Cametá possui, segundo o Censo 2010 do IBGE, 120.896 habitantes, sendo que 52.846 desse contingente são urbanos e 68.058, rurais. O município, que vive de uma economia baseada, predominantemente, em atividades do primeiro setor, como a pesca artesanal, o extrativismo vegetal e a produção agrícola, contando ainda com intensa atividade de comércio e de serviço público, possuiu, segundo Sousa (2002, p. 49), alguns ciclos em sua economia, como no período de 1850 a 1970, quando se centrou na extração dos produtos naturais, com destaque para a exploração da borracha. Entre 1970 e 1990, Cametá vivencia um novo ciclo econômico, o da pimenta-do-reino (*Piper nigrum*). Vale ressaltar que o cultivo desse produto foi iniciado no município de Tome-Açu, estado do Pará, a uma distância, em linha reta, de 152,66 km de distância de Cametá.

Mapa do município de Cametá



Fonte: Revista Caamutá (2001 apud RODRIGUES, 2012).

A crise que se arrastava por longos anos levou a população economicamente ativa de Cametá a se descolar na década de 1960, anualmente para Tomé-Açu a fim de trabalhar na economia da pimenta-do-reino, desenvolvida pela colônia japonesa situada naquele município. Foi ali que muitos trabalhadores cametaenses aprenderam a lidar com a cultura da pimenta-do-reino, mais tarde implantada em Cametá (SOUSA, 2002, p. 89).

Uma década depois, a cultura da pimenta-do-reino estava em Cametá, provocando diversas transformações na estrutura socioeconômica e política do município, como, por

exemplo, o posicionamento de parte da Igreja progressista na participação econômica e política na vida dos trabalhadores cametaenses, dentre os quais os pescadores.

No âmbito da Igreja Católica ocorreu a implementação de uma linha de crédito voltada ao trabalho de apoio à organização das comunidades cristãs, com participação majoritária de camponeses, que além da motivação religiosa também alimentavam a expectativa de acesso aos serviços que a Igreja Católica Romana passou a oferecer, entre outros, o crédito voltado ao financiamento de atividades produtivas e comerciais dos camponeses, membros das Comunidades Cristãs (CCs) (SOUSA, 2002, p. 89-90).

Como se observa, parte da Igreja Católica progressista, a partir da década de 1960, teve participação direta na vida da estrutura organizativa dos trabalhadores cametaenses, inclusive na vida dos pescadores. Por outro lado, a cultura da pimenta-do-reino, no município de Cametá, construiu uma relação comercial com o grande capital, de modo que os plantadores do produto necessitavam de insumos, como adubos, mudas e equipamentos para garantir uma boa colheita. Assim, na década de setenta, foi implantado em Cametá, segundo Sousa (2002, p. 93), o escritório da EMATER para dar assistência técnica aos plantadores da pimenta-do-reino e, ao mesmo tempo, orientar esses trabalhadores para adquirir linha de crédito junto ao Banco do Brasil. Foi dessa maneira que “[...] muitos plantadores da pimenta-do-reino adquiriram tratores e outros equipamentos que garantisse a mecanização da cultura do produto” (SOUSA, 2002, p. 93).

É importante mencionar que é nesse novo ciclo econômico de Cametá que os trabalhadores, com destaque para os pescadores, irão construir novas mentalidades diante do cenário econômico que o município estava vivenciando; cenário esse de mudança na estrutura econômica que fortaleceu também as famílias oligárquicas no município, com padrões patrocinando os plantadores do novo produto em troca de recompensa com juros. Ou seja, uma nova forma de relação de trabalho estava se configurando no município, com a presença do capital financeiro: “[...] a utilização de recursos financeiros próprios permitia aos agricultores a implantação de no mínimo uma área igual. Isso teria propiciado à microrregião superar facilmente mais de 10 milhões de pés de pimenta-do-reino em seu período áureo de lucratividade” (SOUSA, 2002, p. 93).

Porém, essa atividade econômica entra em crise a partir da década de 1990, como registra Sousa (2002, p. 97): “[...] em 1990, ocorre também o início do período de decadência dessa cultura, atingindo em 1995 uma produção de 296 toneladas. Era o final do ciclo da pimenta-do-reino em Cametá”. A partir dessa década, a economia cametaense retorna ao extrativismo, com destaque para o açaí, palmito e cacau.

Cametá, de modo geral, é um município com muita carência de serviços públicos e sociais de toda natureza, como educação, saúde, moradia entre outros, isto é, “Há problemas graves, tais como moradias estragadas, e de baixo padrão, domicílios sem instalações sanitárias adequadas, adultos analfabetos, crianças sem creches, etc.” (POMPEU, 2002, p. 124). Essa realidade cametaense está relacionada, de acordo com Martins (2011), com a tradição histórica desse município de má administração pública, onde um conjunto de fatores como governo centralizado, êxodo rural, ausência de planejamento urbano consistente, ausência de políticas públicas mais efetivas nos campos da saúde, educação⁴², entre outros, tem contribuído para a realidade atual dessa cidade.

As famílias com maiores posses e que desenvolviam atividades comerciais através do sistema de aviamento, com a crise e a decadência no mercado dos produtos básicos da economia regional (cacau e seringa) começaram a migrar para Cametá e Belém, ocupando os bairros centrais. Nas décadas seguintes, os que fizeram do êxodo foram as famílias pobres do campesinato arruinado, que se viam forçadas a deixar as ilhas, em consequência da crise econômica, partindo para o urbano onde buscavam também melhores condições de educação e saúde. Não encontravam alternativas, a não ser o êxodo e acabavam por localizar nas periferias desses centros, levando alguns hábitos culturais consigo, como as criações de animais domésticos e os cultivos de quintais frutíferos, além de toda uma tradição folclórica, cultural, que ao longo dos anos incorporou-se no modo de vida dos centros urbanos (COSTA, 2006, p. 28).

Essa situação é confirmada por Rodrigues (2012), que menciona ter sido Cametá palco de um sistema de aviamento⁴³, por meio da qual um grupo político, ligado à elite local, efetivou-se no poder à época e foi denominado, segundo Sousa (2002), oligarquia⁴⁴, concentrando os poderes econômicos e políticos. Mendes (2005), por sua vez, chama essa

⁴² O aspecto educacional em Cametá pouco tem contribuído para a formação de sujeitos pensantes. Costa (2006, p. 206), em pesquisa feita em cinco ilhas do município de Cametá, constatou as drásticas realidades presentes no contexto escolar: “[...] foi constatado que o processo de ensino e aprendizagem nas escolas das comunidades em questão se desenvolve formalmente, onde a figura do professor é central e os alunos são espectadores, caracterizando uma forte “educação bancária”. Essa realidade está presente também no espaço urbano do município com minorias de escolas que apresentam estrutura para os desenvolvimentos de práticas educativas de qualidades. (MARTINS, 2011, p. 22).

⁴³ “Tratava-se de um sistema de crédito conhecido como aviamento, em que um comerciante, interligado com comerciantes da Capital do Estado, supria de mantimentos os pescadores, por exemplo, para receber em pagamento produtos extraídos do interior das ilhas, como cacau, castanha-do-pará, borracha” (RODRIGUES, 2012, p. 25).

⁴⁴ Sousa (2002, p. 65), em sua discussão sobre campesinato e organização dos trabalhadores, a partir do sistema de crédito conhecido como aviamento, destaca os Mendonça e os Parijós, bem como os Peres, como oligarquias locais com forte influência no município, perpassando pelo domínio político e econômico: “Entre as famílias mais influentes, em termos de poder econômico e político, destacaram-se as famílias Mendonça, Parijós e Peres. Os Mendonça e os Parijós foram proprietários de seringais e cacauais e o deputado Gerson Peres descende de família de funcionários públicos” (RODRIGUES, 2012, p. 25).

centralização da política de Cametá de *mandonismo*⁴⁵, grupos familiares que se revezavam no poder político-administrativo ao longo do processo histórico do município.

Constituindo-se pela centralização política e econômica que articulava vários setores da administração pública no campo da pesca, por exemplo, a política do *mandonismo* era coordenada pelo senhor Lilico, sujeito influente em termos políticos no cenário cametaense, nas décadas de 1970 e 1980, e um dos nomes expressivos ligados à oligarquia de Cametá, como menciona o pescador 3:

Naquele tempo o pessoal do Lilico tinha apoio do Gerson Peres e apoio dos grandes pescadores, quando começou a entrar malhadeira no rio Tocantins, os pescadores grandes, que eram capitalizados não queriam que elas pescassem, naquela época o único que tinha malhadeira era eu, era muito difícil esse instrumento de pesca no Curuçambaba, nossa localidade. O pessoal do Lilico começou a fazer abordagem, prender material de pesca, proibir a pesca, para pescar tinha que fechar acordo com eles, somente poderia pescar com a malhadeira que fosse filiada na Colônia, coordenado por esse pessoal (PESCADOR 3).

A fala desse pescador demonstra o interesse do grupo político que estava sob o comando da administração de Cametá: uma oligarquia que tinha o poder de “mandar” fazer o que era melhor para eles, controlando as pessoas e os rios. Numa outra entrevista, um dos entrevistados da pesquisa relatou que, quando chegou à feira para vender seu peixe, o fiscal não permitiu, porque tinha de estar filiado à Colônia. Então, o pescador teve de andar uma grande distância para se filiar e poder, então, vender seu peixe. Essa postura dos “homens da lei” tinha uma política muito clara: favorecer seus interesses.

Essas oligarquias visam somente interesses próprios para manter seus nomes na história e seus interesses particulares e nada mais. Em Cametá é visível um alto índice de pobreza e exclusão social, pobreza tanto de nível estrutural quanto de nível conjuntural e principalmente devido à ausência de políticas socioeconômicas, que, de fato, se voltam para solução dos problemas da população (CARVALHO, 1998, p. 34).

Como se observa nesse recorte histórico, a estrutura administrativa, socioeconômica e política de Cametá não tem favorecido os trabalhadores e, em particular, os pescadores, daí a luta desses sujeitos contra a lógica do capital, materializado nas oligarquias cametaenses, que são grupos políticos articulados com o capital financeiro e que têm apoio do instrumento do Estado para manter o seu *status quo*.

⁴⁵ Mandonismo, expressão utilizada por Mendes (2005), em sua dissertação de mestrado, para se referir aos grupos familiares que se revezavam no poder da administração pública em Cametá.

2.2 CARACTERÍSTICA DA PESCA ARTESANAL E INDUSTRIAL A PARTIR DA LEI Nº 11.959/2009

Para analisar as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Colônia Z-16, é preciso definir alguns conceitos inerentes à profissão de pescadores, tais como pesca, pesca industrial e pesca artesanal. Pautamo-nos, para isso, na Lei nº 11.959 de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

De acordo com o parágrafo segundo inciso III dessa lei, pesca é: “[...] toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros”.

Por recursos pesqueiros, a mesma lei menciona, no inciso primeiro, artigo segundo, que eles são constituídos pelos: “[...] animais e [...] vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura”. Assim, compreendemos que pesca e recursos pesqueiros estão interligados, mas possuem, de acordo com a lei mencionada, definições diferentes. Porém, para efeito da nossa pesquisa, considerando as falas dos entrevistados, a pesca é muito mais do que uma ação de capturar recursos pesqueiros, ou seja, ela constitui um trabalho que ultrapassa atividade técnica da pesca, pois é uma atividade que exige também o conhecimento de construção dos instrumentos da pesca.

O pescador artesanal tinha que saber fazer seu material de pesca, como por exemplo, você chega comigo fala: seu Raimundo faça para mim um matapi, eu ia pegar o material para fazer o que o senhor me pediu, a resposta que eu teria do senhor, era: realmente é um pescador. Para mim pescador é quem sabe fazer seu material de pesca. Porque se alguém pede para fechar o buraco de uma rede de pesca e não sabe não pode ser considerado pescador (PESCADOR 4).

A pesca, a partir da perspectiva dos sujeitos pesquisados, pressupõe uma atividade de aprendizagem, de construção, de criação de instrumentos cada vez mais apropriados para a profissão. Configura-se, dessa forma, como um processo historicamente acumulado de geração para geração, uma aprendizagem constante. Por isso, “[...] a relação de aprendizagem pressupõe a figura de um tutor, em geral o patriarca, com a função de formar as novas gerações sobre o ofício de pescador, cumprindo, por extensão, o papel de assegurar mão-de-obra para a produção pesqueira desenvolvida por esses sujeitos” (RODRIGUES, 2012, p. 173). Como se observa, a pesca artesanal, a partir dos sujeitos da presente pesquisa, assume uma dimensão que ultrapassa a ação de capturar os recursos pesqueiros, envolvendo também um processo histórico, socioeconômico, político e formativo.

2.2.1 A pesca artesanal

A Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no artigo 8º, inciso I, alínea “a”, define pesca artesanal da seguinte forma: “[...] quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte”. Apesar do avanço da lei ao considerar a pesca artesanal como atividade econômica, ela, porém, não menciona outros aspectos que compõem essa atividade, como as suas dimensões social e política. Esse aspecto social pode ser observado nos próprios sujeitos da pesquisa, nas relações entre seus pares, consigo mesmo e com outros não pescadores, materializado a partir de seu trabalho.

No aspecto político, são trabalhadores/pescadores como os da Z-16 que se organizam em coletivos para discutir demandas relacionados à profissão. Essas organizações promovem, então, reuniões e outros mecanismos para debater questões políticas que rondam a profissão desses sujeitos. No caso dessas reuniões, eles tomam posicionamento capaz de beneficiar a todos os pescadores filiados na entidade.

[...] há de se considerar também elementos da auto-organização dos pescadores ao constituírem uma estrutura organizativa que lhes permite a participação coletiva, interligando pescador associado, diretoria e coordenadores de base, o que possibilita o exercício de decisões colegiadas e o desenvolvimento de um sentimento coletivo [...] (RODRIGUES, 2012, p. 183).

Isso demonstra que a concepção de pescador artesanal organizado em Colônia, como a Z-16, ultrapassa a concepção de artesanal mencionada na legislação da pesca. Envolve a própria vida do pescador. Como fica explícito na fala do Pescador 4 “[...] *eu acho que foi dos quinze anos já ia com o meu pai pilotar, remar, jogar rede, e de lá eu acho que não teve mais pai, da pesca eu sei de tudo, sei fazer malhadeira, eu sei fazer matapi, eu sei fazer tarrafa* [...]”. A profissão de pescador artesanal da referida entidade começa muito cedo, ou seja, desde criança inicia-se o envolvimento com a atividade da pesca. São experiências construídas pelos pescadores a partir da relação com a pesca, intermediada pelos seus pares, para “[...] viver certas experiências e, assim, tornar-se maior, mais seguro de si, mais independente. [...]”

procurar o saber é instalar-se num certo tipo de relação com o mundo [...]. (CHARLOT, 2000, p. 60).

Portanto, a pesca artesanal, a partir dos pescadores aqui pesquisados, se caracteriza pela capacidade e pela criatividade de construir seus instrumentos de pesca, definindo-se como uma profissão que se inter-relaciona diretamente com sua vida cotidiana e que tem a natureza externa como elementos indispensáveis nas relações do pescador, como, por exemplo, o rio, a floresta o pescado, a canoa, o remo e outros instrumentos de trabalho. São elementos fundamentais na construção do sujeito histórico e social, porque “O homem é um ser de atividade, o trabalho é um tipo de atividade humana, capaz de produzir os materiais humanos, nesse sentido a existência humana se apoia na natureza, como instância material e numa instância social” (MARTINS, 2011, p. 73).

É esse o pescador artesanal da Z-16 que, a partir de sua atividade, vai garantindo os elementos básicos de sua existência, inter-relacionados com a natureza, pois o homem se conhece agindo, atuando na natureza exterior e na sua própria natureza, um movimento dialético inacabado (VÁZQUEZ, 2011). A existência desse trabalhador se confunde, então, com seu trabalho, e este, por sua vez, ao mesmo tempo que possibilita suprir as necessidades básicas, também contribui para ampliar suas relações com seus pares, configurando *práxis* política, uma postura que ultrapassa a mera atividade técnica da pesca.

Isso pode ser observado quando, segundo Martins (2011), o pescador da Z-16 participa dos eventos da sua comunidade, como os cultos religiosos, que possuem as dimensões social e política em que esses sujeitos estão inseridos. Como destaca o Pescador 5 “*Trabalho na comunidade, sou pescador, mas trabalho em comunidade lá no Mola há cinco anos, sou coordenador da comunidade, todos os domingos pela manhã a gente chega à igreja para fazer nossas preces e pedir ajuda a Deus*”. Grzybowski (1987, p. 65) menciona ainda que a “[...] a Igreja é uma presença e um canal de expressão política dos movimentos sociais do campo”. Nessa mesma direção, Costa (2006, p. 277) afirma que:

[...] além da necessidade fundamental de alimentação, a uma cultura tradicional cabocla, enraizada no cotidiano e na autodenominação do camponês ribeirinho enquanto “pescador”, [...] tal atividade continua sendo importante por fazer parte de sua simbologia, manifestação de uma cultura. Dificilmente um pescador vai à pesca sozinho, ao menos o filho, o genro ou a esposa vão juntos, geralmente compadres e vizinhos formam a “turma de pesca”, e as famosas “cambôas” são simplesmente impossíveis, impraticáveis se não forem realizadas coletivamente, assim como quando da montagem do “paredão” ou “curral” quando são necessários vários pescadores. Portanto, para os ribeirinhos, o ato de sair para pescar é também

uma relação social, um encontro com o semelhante na mesma condição social, um momento de diálogo e reflexão entre seus pares.

O ato de pescar dos sujeitos da pesquisa transforma-se também em espaços de descontração, de discussão e de formulação de sua condição de vida, ou melhor, de aprendizagem, como conclui Rodrigues (2012, p. 174): “Como consequência desse processo de ensino-aprendizagem, em que participa a família como unidade de cooperação e socialização [...] se encontram razões históricas para a compreensão da capacidade organizativa da fração de classe dos pescadores”. Os trabalhos desses sujeitos estão, dessa forma, imbrincados em uma relação com seus pares em uma realidade peculiar desses sujeitos, porque “[...] a relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais” (THOMPSON, 2011, p. 10).

O contexto real dos pescadores da Z-16 é um cenário de luta pela própria subsistência, de modo que, ao mesmo tempo que desenvolvem suas atividades para garantir sua subsistência, também acumulam saberes em torno de *práxis* política em prol de seus interesses, já que “[...] fazer política é inerente ao ser mesmo do homem, é essencial a suas atividades porque é uma dimensão da vida pessoal e social [...]” (GUTIÉRREZ, 1988, p. 12).

Assim, o pescador artesanal da Z-16 não está sozinho em sua atividade, pois pertence a uma entidade que o representa. Esta, por sua vez, constrói relações no contexto local, nacional e até internacional, tal como rege o inciso II do artigo 38 do Estatuto da Colônia Z-16 (2014, p. 9), “[...] *os recursos financeiros necessários à manutenção da Colônia de Pescadores Z-16 de Cameté poderão ser obtidos por: II-contrato de acordo firmado com empresas e agências nacionais e internacionais*”.

Se observamos esses indivíduos num determinado período, iremos perceber mudanças em suas relações, ideias e instituições, é o que vem fazendo os pescadores da Z-16, conforme Rodrigues (2012, p. 174):

É com base nesse pressuposto que compreendemos que a atitude dos pescadores para a busca da organização política tem suas razões nas suas experiências de organização do trabalho que realizam no seio familiar. Nesse ambiente, os pescadores desenvolvem as bases para a escuta, para a autonomia, para o fortalecimento de laços de compromisso coletivo, importantes elementos para níveis maiores de organização política [...] (RODRIGUES, 2012, p. 174).

A *práxis* política está materializada, de acordo com Vázquez (2011), nas atividades práticas, e estas, por sua vez, proporcionam as bases necessárias para as transformações

sociais. Para isso, faz-se necessário que os homens se organizem em movimentos, como fazem os pescadores da Z-16. Para o autor acima, a *práxis* política representa organização mais elevada da capacidade humana em termos de transformação, pois ela possibilita aos homens construir objetivos e projetos de uma nova estrutura nos aspectos socioeconômico e político da sociedade. E é a partir das relações familiares com o trabalho com seus pares que os sujeitos da presente pesquisa vão construindo elementos organizativos que os representam (RODRIGUES, 2012).

Vale mencionar que a organização política dos pescadores da Z-16 também está estruturada em suas próprias comunidades, sob a denominação de *coordenação de base*. Essa função político-administrativa, assumida no interior da organização política da Z-16, foi analisada com base nos dados da entrevista feita com uma pescadora: “[...] essa habilidade político-administrativa a pescadora vem desenvolvendo na função, auxiliando seus *companheiros* de trabalho e de filiação na Z-16 nos procedimentos institucionais, na burocracia que a entidade dispõe [...]” (RODRIGUES, 2012, p. 176). Essa postura da pescadora representa uma das primeiras articulações de uma *práxis* política, em que teoria e prática vão se materializando na realidade desses trabalhadores/ pescadores.

Essa consciência de fazer parte de um movimento que representa uma contra-hegemonia demonstra sinais de autoconsciência de uma unidade entre teoria e prática: “[...] a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase para uma ulterior e progressiva autoconsciência, em que a teoria e a prática finalmente se unificam” (GRAMSCI, 1998). Tratando-se de pescadores da Z-16, pode-se afirmar que uma das primeiras materializações dessa relação indissociável entre teoria e prática se efetiva a partir da organização na própria comunidade dos pescadores em núcleos coletivos denominados *coordenação de base*. Sobre isso, trataremos mais adiante.

Assim, os pescadores artesanais da Colônia Z-16 são sujeitos que produzem relações a partir de suas atividades, e nessas atividades também formam-se como intelectuais na concepção gramsciana, porque reconhece a necessidade socioeconômico e política de sua realidade, por isso movimentam-se em organizações coletivas, iniciando a partir de sua comunidade, em coordenações de base, núcleo político que se configura como *práxis* política, porque são ações que inter-relacionam teoria e prática, elaboradas por esses trabalhadores ao longo do processo histórico de sua atividade em prol de mudanças no percursos de sua condição de vida.

Dessa forma, os pescadores artesanais, como os da Z-16, não produzem relações somente da atividade da pesca, já que outras culturas tanto políticas quanto econômicas estão interacionadas à sua condição de existência, mas todas vinculadas ao rio; este, por sua vez, possibilita aos pescadores produzirem outros produtos para além do pescado, porém, vale mencionar que o rio, espaço privilegiado dos pescadores artesanais, nas últimas décadas, vem sendo espaço de disputa por outros atores sociais, os privilegiados do poder econômico nacional e internacional, sobre isso falaremos a seguir.

2.2.2 Privatização das águas, neoextrativismo, aquicultura e piscicultura

A condição de vida dos pescadores artesanais, com destaque para os pescadores da Z-16, não está relacionada exclusivamente à pesca, havendo outros meios de produção vinculados à sua profissão, como, por exemplo, a aquicultura, a piscicultura e o extrativismo. Como destaca o Plano Operacional da Colônia Z-16 (2016, p. 4), “[...] mercantilização vem se dando em quatro frentes de produção e comercialização: coleta de mel, fabricação de gelo, extração de palmito a partir do açazeiro e produção de alevino”.

No entanto, o rio ainda é o espaço primordial para o desenvolvimento do trabalho do pescador, apesar de outras culturas também se articularem com o espaço aquático. Para Cardoso (2009, p. 1), “Os pescadores em sua prática articulam os domínios da água, da terra e dos fenômenos atmosféricos. Quanto aos últimos, pescadores buscam conhecer e prever, para reduzir os riscos de sua vida”. Assim, os pescadores não dominam somente a água, espaço de extração do pescado, dominam também a terra, essa, por sua vez, não é somente para servir de morada, mas sim para desenvolver outras atividades ligadas à pesca, como a aquicultura, a piscicultura e o extrativismo.

O açáí é um complemento importante para a vida do pescador, porque não vivemos somente da pesca, nós pescadores artesanais não sobrevivemos somente da pesca, complementamos com outra atividade, porque vamos dizer, se arrecadamos trezentos reais por mês da venda do pescado, já estamos em vantagem, mas às vezes não conseguimos isso, por isso, somente da pesca não dar, precisamos de outra ajuda, como o açáí, e outras atividades, assim, vamos passando (PESCADOR, 4).

Porém, a água, enquanto espaço primordial para a vida do pescador artesanal, encontra-se ameaçada pela política do próprio Estado brasileiro, como frisa Santos e Acioly (2015, p. 260).

O discurso supracitado do então ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, ao defender a *reforma aquária* no Brasil, tende a seduzir os expectadores menos atentos, quando na verdade trata-se de autorizar o uso de águas de domínio da União para aquicultura. Isso significa dizer que o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) defende o fortalecimento da aquicultura mediante exploração de águas de domínio da União por pessoa física ou jurídica, por intermédio de licitações na modalidade “Concorrência”, para autorização/cessão de uso. Pretende-se alavancar a instauração de parques e áreas aquícolas nessas águas para ampliar a produção de pescado no país e a conquista de mercados internacionais.

Ficam explícitas, na fala do ministro do Estado, as propostas de políticas públicas neoliberais, presentes no espaço aquático brasileiro, um discurso de desenvolvimento em prol dos pescadores artesanais, mas que, por trás dessa proposta, existe um alinhamento rigidamente articulado com os ditames dos “homens de negócios”. Como destaca Santos e Acioly (2015, p. 262): “O Estado brasileiro investiu, prioritariamente, no segmento industrial da pesca, o que significa dizer que este não é o único segmento existente em seu interior”. Isso demonstra que a política pesqueira do Estado tem privilegiado uma minoria, com discurso de desenvolvimento para todos.

O discurso de desenvolvimento também tem afetado os pescadores artesanais da Z-16, a partir da década de 1980, por meio da Hidrelétrica de Tucuruí. Rodrigues (2012) destaca que essa usina energética representa o capital na região do baixo Tocantins, isso significa que as políticas públicas do Estado brasileiro não têm priorizado os sujeitos que se apropriam das águas, da aquicultura e da piscicultura para garantir sua existência.

Entendemos que essa presentificação correspondeu a uma ação do sociometabolismo do capital na Amazônia cametaense que foi conduzindo os pescadores a assumirem novos procedimentos de vida como formas de sobreviver às investidas daquele, oportunizando, assim, a construção de saberes diferenciados no interior dessa dinâmica. Ou seja, à medida que o capital, através de seu projeto minero-energético, a Hidrelétrica de Tucuruí, produzia saberes que legitimavam sua presença na região, como o do paradigma do desenvolvimento regional a partir da obtenção de energia por meio do represamento do rio Tocantins [...] (RODRIGUES, 2012, p. 218).

Isso demonstra que a presença do capital na região tocantina, através da Hidrelétrica de Tucuruí, provocou mudança significativa no modo de vida dos pescadores, entre eles os da Z-16. Uma realidade provocada pela política do Estado em diversos setores, como aquicultura e agricultura em diversos lugares do país.

A modernização conservadora do pós-1964 atuou fortemente no sentido de “modernizar” a produção industrial, mas isso não ocorreu somente nas indústrias *stricto sensu*. Essa diretriz também impactou atividades de

natureza rural, como a agricultura (por meio dos processos de mecanização e quimificação, estímulos à monocultura de natureza agroindustrial etc.) e a pesca (SANTOS; ACIOLY, 2015, p. 262).

Como se observa, a política do Estado para o setor pesqueiro, principalmente para os pescadores artesanais não são satisfatórias, de modo que há uma clara iniciativa do Estado para a privatização das águas, direcionando o potencial dos rios brasileiros para os “homens de negócios”.

É inegável a funcionalidade da privatização das águas da União para o crescimento da aquicultura: elas fazem parte do cálculo que envolve as “condições favoráveis” dessa atividade no Brasil e só se tornarão efetivamente favoráveis se os custos para a exploração desse recurso forem os mais baixos possível, conforme opera a lógica do capital em qualquer campo de sua produção (SANTOS; ACIOLY, 2015, p. 165).

Assim, privatizar a água provoca drásticas consequências para os pescadores artesanais, em diversos setores como aquicultura e piscicultura, havendo necessidade de superar as ameaças nesse ramo de produção. Observamos, então, que o Estado, por meio de seus órgãos competentes, tem construído outros discursos para justificar o fracasso das políticas para a pesca e seus derivados, como a implantação de novas tecnologias, para contribuir na superação do atraso na produção pesqueiro. Como frisa Santos e Acioly (2015, p. 266): “[...] outros argumentos [...] além do propalado ‘desenvolvimento sustentável’, são o apelo ao nacionalismo e à superação do ‘atraso’, mediante expansão econômica que seria promovida pelas ‘novas tecnologias’ associadas à cadeia produtiva da piscicultura”.

É muito fácil dizer que as novas tecnologias irão contribuir na implementação para o desenvolvimento da cadeia produtiva da piscicultura, porém a cadeia produtiva envolve um conjunto de elementos articulados, como, por exemplo, instrumentos técnicos destinados ao setor, ração para peixe, alevinos para os tanques de criadouros entre outros. Isso significa que existem outros interesses por trás do discurso das políticas públicas do Estado para o ramo da pesca e seus derivados. Esse discurso, conforme Santos e Acioly (2015, p. 267), implica falar “[...] das indústrias produtoras de ração (utilizada na alimentação dos peixes) e de equipamentos (tanques-rede, aeradores, bombas e aparelhos de monitoramento da qualidade da água), além dos investimentos em atividades laboratoriais”.

Como as autoras demonstraram, realmente são apenas discursos para implementar políticas de novas tecnologias para o setor pesqueiro, principalmente para os pescadores artesanais da Z-16, trabalhadores esses que, desde a implementação da barragem de Hidrelétrica de Tucuruí, vêm sofrendo as consequências da presença do capital na região, sem

uma política consistente do Estado para esses pescadores. Rodrigues (2012) cita uma fala de um entrevistado que destaca como esses trabalhadores/pescadores conseguem sobreviver da pesca numa situação desfavorável da sua existência.

Eu cuido nesse meu serviço aí dentro de casa. Eu não me enfio também só na pesca não. Pesca quando saiu é pra mim defender a boia pra semana. Quando dá pra mim vender, eu vendo, quando não, também não tem problema não. Eu trabalho nesse serviço aí de fazer camaroeira. Eu fazendo no barco. É meu serviço. Eu vendo pro pessoal. Olha, ainda gora veio um menino aí. Ele já vai comprar (JOSÉ CARDOSO PEREIRA, apud RODRIGUES, 2012, p. 229).

Isso demonstra que os pescadores artesanais, como os pescadores da Z-16, diante da política de Estado para o setor da pesca e seus derivados, ainda são muito tímidos, o que se percebe, segundo análise de Santos e Acioly (2015, p. 267), é a privatização dos espaços aquáticos, com discurso de democratização: “[...] a *reforma aquária* se mostra essencialmente como um modo de desregulamentar a exploração dos recursos naturais, facilitando a expansão/ diversificação de investimentos do capital”. Por outro lado, são os meios de produção dos pescadores artesanais sendo priorizados aos homens do capital. Sobre isso ampliaremos as análises mais adiante.

2.2.3 A pesca industrial

Para contribuir na contextualização do objeto desta pesquisa, consideramos válido apresentar uma síntese, distinguindo a pesca artesanal, descrição feita anteriormente, da pesca industrial, que possui outro objetivo, outra metodologia de pesca e característica diferente em relação à pesca artesanal. De acordo com a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, no artigo 8º, inciso I e alínea “b”, define pesca industrial: “[...] quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial”. Complementando esse conceito de pesca industrial, Giulietti e Assunção (1995) destacam:

A pesca industrial é a do tipo empresarial, com embarcações de grande tonelagem e motorizadas, cuja tecnologia de captura é desenvolvida, com alta capacidade produtiva e em áreas distantes da costa, com grande autonomia de navegação. Essa frota normalmente é direcionada à captura de determinadas espécies como camarão, de alto valor unitário; sardinha, que é capturada em grandes volumes, mas tem valor unitário baixo; pescada; corvina; merluza e outras (GIULIETTI; ASSUMPCÃO, 1995, p. 99).

Como se pode observar, essa característica de pesca possui finalidade comercial, logo, deve atender aos ditames tributários do país, ou melhor sua comercialização é regida por normas específicas de comercialização do Estado. Para Giulietti e Assumpção (1995, p. 96), a pesca no Brasil sempre esteve vinculada à indústria, iniciando com a pesca da baleia para extração do óleo, devido ao seu valor comercial. Para esses autores, a indústria da pesca no território nacional, apesar de iniciar muito cedo, tem sua organização legal somente em 1962, por isso, dividem a atividade da pesca no país em duas grandes fases: a primeira começa no século XVIII e se estende até 1962, esse período é compreendido como pesca artesanal ou pré-industrial: “A primeira fase, chamada de artesanal ou pré-industrial, que começa no século XVIII e vai até 1962, quando foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) [...]” (GIULIETTI; ASSUMPCÃO, 1995, p. 96).

Nessa primeira fase da pesca no Brasil, principalmente a partir de 1912 surge os primeiros atos legais, como, por exemplo, em 1765 é regimentada a pesca da baleia, em 1772, é regulamentada a exportação do sal, produto importante na conservação do pescado. Em 1798 é concedida a liberdade para construir e armar navios para a pesca e a transformação de peixe na costa litorânea brasileira. Em 1802 o governo concedia privilégio e prêmios para quem se dedicasse à atividade de pesca. Em 1846, por meio do Decreto nº 447, que obrigava os pescadores e as embarcações se matricularem na Capitania dos Portos, prevendo a utilização de pescadores como instrumento de defesa da nação. Assim, no início da primeira fase da pesca no Brasil se resumia à pesca da baleia.

Ainda na primeira fase do contexto histórico da pesca industrial, Giulietti e Assumpção (1995, p. 97) destacam que, em 1962, o governo cria a SUDEPE, vinculada ao Ministério da Agricultura, com poderes para elaborar e executar o Plano Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro e outras legislações ligadas à pesca. Em 1966, a pesca industrial ganha mais um atrativo, por meio do Decreto nº 58.656, incluindo a pesca como indústria de base, possibilitando o financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, porém é com o Decreto-lei nº 221, de 28/02/1967, que a pesca industrial ganha um impulso mais significativo, pois “[...] incluiu entre as atividades relacionadas com o desenvolvimento do País, admitindo para isso deduções tributárias para investimentos em projetos pesqueiros, vigorando até 1972, os chamados ‘incentivos fiscais da pesca’ [...]” (GIULIETTI; ASSUMPCÃO, 1995, p. 97).

Os incentivos fiscais contribuíram significativamente para a organização da pesca no campo industrial, porém a intensificação da pesca provocou escassez de determinadas

espécies, como o camarão-rosa e a sardinha. Por outro lado, houve uma polarização das indústrias pesqueiras no país, centralizando nas regiões Sul e Sudeste do país.

A aplicação dos recursos financeiros oriundos dos incentivos fiscais deu grande impulso à industrialização na atividade pesqueira e trouxe modificações importantes na organização da pesca. Entretanto, os objetivos alcançados foram distintos dos inicialmente previstos, como o superdimensionamento da frota especializada na captura de determinadas espécies, como o caso da pesca do camarão-rosa, em que os estoques desse crustáceo foram quase que dizimados nas Regiões Sudeste e Sul, com aumento na produção com vistas ao mercado externo (GIULIETTI; ASSUMPÇÃO, 1995, p. 98).

Apesar dos incentivos estatais para com a indústria da pesca, ainda há a necessidade para a implementação de política mais consistente no setor, de modo que a estrutura da indústria da pesca no país se configura, ainda, como tradicional. Porém, isso não impede que esse ramo da produção industrial brasileira se iguale aos países desenvolvidos.

A estrutura industrial existente tem como característica ser tradicional e, portanto, muito antiga. Das indústrias novas que se instalaram na época dos incentivos fiscais, muitas delas não subsistiram. Mas apesar dessa antiguidade, como já foi dito, a tecnologia empregada é moderna e se iguala aos padrões dos concorrentes externos (GIULIETTI; ASSUMPÇÃO, 1995, p. 98).

Assim, a pesca industrial possui outra característica e finalidade, voltada para atender aos ditames do mercado, tendo o lucro de capital como alvo principal. Articulando com a pesca artesanal, desenvolvida pelos pescadores da Z-16, fica fácil perceber as diferenças de concepção no campo da pesca. Na Z-16, os pescadores compreendem a necessidade de manter o pescado para as próximas gerações, de modo que produzem uma certa quantidade que possa suprir suas necessidades. Uma postura política construída nas relações com seus pares, a partir de uma entidade representativa.

A Colônia não é somente para pagar uma pequena taxa como afiliado no final do mês, mas sim para incentivar as pessoas a pescar, de que maneira pescar. No início de dezembro fecha a pesca, devido o período da piracema. Antes da Colônia não existia fechamento de pesca, a gente pescava e pegava “porrada” de peixe miúdo e jogava fora, hoje o pescador é “vigiado”, devido um acordo fechado com a coordenação de base, se o pescador pegar peixe miúdo é chamado atenção, para evitar esse pescado, deixando o peixe crescer. A Colônia “abriu o olho da gente”, temos direitos, mas também deveres para ser cumprido. Isso antes a gente não tinha, uma entidade como essa é uma coisa fundamental para nossa vida (PESCADOR, 5).

A fala do entrevistado demonstra que há uma diferença da pesca industrial desenvolvida no cento-sul do país, da pesca artesanal praticada pelos pescadores da Z-16; esses, por sua vez, vêm construindo, a partir de suas organizações, *práxis* política que possibilita garantir sua subsistência, mas, ao mesmo tempo, contribuindo para proporcionar um futuro melhor para as próximas gerações. Para Gutiérrez (1988, p. 50), “[...] a mudança mais importante não tem a ver com programas, nem com medidas administrativas, mas com aqueles elementos capazes de gerar novas e significativas relações sociais”.

2.3 PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES ARTICULADA COM PARTE PROGRESSISTA DA IGREJA CATÓLICA NA CONQUISTA DA COLÔNIA Z-16

Os pescadores são uma fração da classe trabalhadora que sempre estiveram envolvidos nos movimentos sociais brasileiros, como, por exemplo, a Cabanagem, ocorrido na primeira metade do século XIX, entre 1835 e 1840. Conforme Costa (2006), esse movimento de cunho popular se constituiu num movimento histórico revolucionário de conquista do poder, a partir de diversos trabalhadores, com destaque para os pescadores, descontentes com a realidade socioeconômica e política do país naquele período. Para o autor mencionado, é um movimento audacioso, autêntico e considerado o mais significativo na história do movimento nacional do Brasil.

Mesmo depois da independência do Brasil, em 1822 e da Adesão do Pará em 1823, a economia e a política regional continuavam sob o domínio conservador de portugueses e brasileiros que formavam os setores dominantes da sociedade, integrados por grandes proprietários de terras, comerciantes, profissionais liberais e representantes do governo e a eles se opunham toda uma população pobre e alijadas de quaisquer condições dignas de vida, formada por seguimentos de classes que eram oprimidas e exploradas pela elite econômica e política: pescadores, índios, caboclos, negros e uma parcela de brancos pobres. Estes viviam em cabanas à beira dos rios e igarapés, e revoltados com as condições de misérias e exploração a que eram submetidos, rebelaram-se contra as camadas dominantes e o poder instituído. O movimento por eles liderado entre o período de 1835 a 1840 ficou conhecido como Cabanagem, em alusão as habitações onde viviam, as miseráveis cabanas (COSTA, 2006, p. 26).

Isso demonstra que os pescadores sempre estiveram participando dos movimentos sociais no país, lutando por melhores condições vida. Essa situação, provocada por uma

política econômica historicamente excludente, é reflexo do capitalismo que constrói diversas relações de trabalho, privilegiando apenas uma elite econômica. Conforme Grzybowski, (1987, p. 38), “[...] o capitalismo brasileiro, justamente com a industrialização e internalização, cria e recria as mais diversas relações de trabalho no campo”.

Um exemplo que Grzybowski (1987) menciona sobre a desigual relação no trabalho é a peonagem, isto é, “[...] a peonagem, com características de trabalho escravo, sobretudo nas grandes fazendas pecuárias da Amazônia, configura uma situação potencialmente explosiva”. Essas relações desiguais no trabalho, principalmente no campo, desencadearam organizações dos trabalhadores entre eles, os pescadores, para lutar em prol de melhores condições de existência: “Os movimentos sociais no campo viviam um cenário fragmentado, [...] com ações dinâmicas em várias direções e os atores sociais se envolviam com suas ansiedades, esperanças e decepções. Esse era o cenário político em áreas pesqueiras” (REVISTA DA COLÔNIA Z-16, 2006, p. 16). Porém, vale mencionar que as organizações dos trabalhadores brasileiros em algumas situações históricas estiveram sob o comando do Estado.

Para se estudar os movimentos sociais no Brasil, deve-se considerar as especificidades políticas, econômicas e sociais de cada período. Também deve ser ressaltado que as organizações de classe, na maioria dos casos, sempre estiveram atreladas ao Estado, que monitorava suas ações, evitando o desgaste e o “perigo” à ordem e ao governo vigentes e legitimando o poder governamental. Essa foi uma das características das ditaduras no continente latino-americano (REVISTA DA COLÔNIA Z-16, 2006).

São exemplos de movimentos sociais atrelados ao poder do Estado os movimentos dos pescadores, de modo que esses trabalhadores iniciaram sua organização a partir do decreto de 1817, pelo rei de Portugal D. João VI. Esse decreto possibilitava a organização de vilas de pescadores ou colônias, daí o nome Colônia de pescadores. O objetivo do governo era controlar os trabalhos dos pescadores, sob ao domínio do Estado.

As colônias tiveram sua criação originadas por um decreto de outubro de 1817, do rei de Portugal D. João VI, que consistia em criar vilas de pescadores ou colônias (daí o nome) como forma de controlar a pesca e os pescadores para servir aos interesses da coroa (no caso, colher alimentos). Em 18 de março de 1818 foi criada a primeira colônia de pescadores em Santa Catarina. A partir de 03 de março de 1920 os assuntos da pesca passam para a Marinha, que cria hierarquias para melhor controlar a pesca e evitar levantes dos pescadores, como no passado (REVISTA DA COLÔNIA Z-16, 2006, p. 17).

Nessa mesma linha de raciocínio, Silva (2014) menciona que a relação do Estado com a pesca artesanal é antiga, ainda na Primeira República, a Marinha assume a

responsabilidade de coordenar as colônias de pescadores no Brasil. Assim, esses trabalhadores tornaram-se instrumento fundamental para a Marinha, contribuindo principalmente na proteção do litoral brasileiro. A partir da importância dos pescadores sobre o conhecimento dos rios, que foi criada a colônias de pescadores.

O histórico dos elos institucionais do Estado com os trabalhadores da pesca artesanal são antigos. De acordo com Resende (2010), na Primeira Constituição Republicana do Brasil, promulgada em 1891, teve a Marinha como o primeiro braço institucional do Estado a regionalizar, regulamentar a atividade e a institucionalizar a pesca artesanal. Já no século XIX, durante o império, é importante ressaltar que a atividade da pesca contribuiu para ser um dos braços da Marinha Brasileira de domínio, ocupação e proteção do litoral Brasil no qual o pescador era considerado como trabalho livre. A criação das colônias de pescadores e as federações estaduais de pesca ocorrem, em 1919, quando a Marinha Brasileira cria as “Zonas de Pesca”, núcleos de pescadores levando em conta quantidade e distância em todas as sedes mapeada que já tinham a tradição de ser chamadas de “Colônia de pescadores. Em 1926, a atividade passa para responsabilidade do Ministério da Agricultura, que assume a responsabilidade pelo reconhecimento da pesca como posto de trabalho, comparado ao agricultor de pequena escala (SILVA, 2014, p.3).

A Revista da Colônia Z-16 (2006, p. 17) destaca que um dos objetivos da criação das colônias era manipular os pescadores, para que esses servissem aos interesses do Estado. Nesse interesse dois motivos se destacavam: o primeiro, a partir do século XX, o país inicia a importação de peixes, mesmo com vasta extensão litoral e águas doces, apropriado para o pescador; o segundo estava voltado para defender a costa brasileira, após a Segunda Guerra Mundial, um dos discursos do governo para formar as colônias de pescadores era a defesa nacional, com o lema “Pátria e Dever”.

Nessa conjuntura, o governo federal indicava o presidente das colônias e confederações, administradores esses sem o conhecimento das atividades da pesca. O desconhecimento dos administradores das colônias, para com as atividades da pesca, provocou descontentamento dos pescadores, como está registrado na Revista da Colônia Z-16: “[...] nas últimas décadas, a postura de omissão das entidades oficiais na pesca provocou discussões entre as lideranças pesqueiras, desembocando na criação de sindicatos e associações, em níveis nacional, estadual e municipal”.

Na década de 1930, houve mudanças nas organizações das colônias de pescadores, o governo de Getúlio Vargas publica o decreto nº 23, 134/33, que cria a divisão de caça e pesca, objetivando gerenciar a pesca no país. Assim, os pescadores deixam de estar subordinados ao Ministério da Marinha e passam a ser vinculados ao Ministério de Agricultura. Nesse período

também surgem os primeiros sindicatos urbanos no país, possibilitando novas relações entre Estado e Colônias de pescadores, diferente da sua fundação.

Os movimentos sociais, entre eles o dos pescadores, vêm, segundo Sousa (2002), se organizando juridicamente no Brasil a partir de 1930. Para o autor, os primeiros sindicatos surgiram como sociedade civis, independente, sem o reconhecimento do Estado. O reconhecimento dos sindicatos somente irá de materializar com o decreto nº 170, de 1931, porém sua constituição dependia de autorização prévia do Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria.

Para se compreender o papel desempenhado pelo sindicalismo rural no Brasil, faz-se necessário retroceder no tempo até os anos de 1930, quando consolidaram as bases jurídicas e a estrutura organizacional do sindicalismo que perdura até os dias atuais. Ora, os primeiros sindicatos, no Brasil, surgiram como sociedades civis, não reconhecidas, mas independentes. Com o decreto nº 170, de 1931, tiveram reconhecido seu direito de representação, mas, em contrapartida, foram caracterizados como órgãos auxiliares do Estado, cuja constituição passava a depender de autorização prévia do Ministério do Trabalho, Comércio e indústria, criado em 1930 (SOUSA, 2002, p. 121).

Comungando com essa ideia, Martins (2011) menciona que os pescadores iniciaram sua organização oficial a partir da década de 1930, porém não tinham instrumento jurídico para uma organização independente. Dessa forma, o Estado se beneficiava do poder político e jurídico para explorar os pescadores a partir de sua profissão, com a cobrança de impostos sobre sua produção.

Oficialmente, no Brasil e, especialmente, no estado do Pará, estes se “organizaram” a partir da criação, pelo governo federal, da CNP (Conferência Nacional dos Pescadores), da FEPA (Federação Estadual dos Pescadores) e das Colônias de Pesca, em 1930. Estas “organizações oficiais” foram criadas com objetivo de manipular e tutelar os pescadores. Isso ficava evidente pela relação entre governo central e os presidentes destas entidades – o governo nomeava os presidentes das colônias e federações que, no geral, eram administradores alheios ao cotidiano do pescador, mas que atendiam ao perfil administrativo imposto pelo governo federal (REVISTA DA COLÔNIA Z-16, 2006, p, 17).

Na década de 1940, novamente a organização da Colônia Pescadores sofre alterações, a partir do Decreto-Lei nº 4.890, de outubro de 1942, passando a ser coordenada pelo Ministério da Marinha. Na década de 1960, é criada a Superintendência do Desenvolvendo da Pesca (SUDEPE), substituindo a Divisão de Caça e Pesca, com o objetivo de promover, desenvolver a pesca no país. Em 1964, há uma derrota dos movimentos sociais,

a partir da política do governo federal, eliminando a relação entre Estado e movimentos sociais. Na efervescência da década de 1960, foi criado o novo código da pesca, a partir do decreto nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, normatizando a atividade da pesca, prevalecendo até os dias atuais, como menciona o Pescador 3.

A portaria que tem de defeso entrou em vigor em sessenta e quatro, os representantes do governo não obedeceriam, “sabe o que eles faziam”? Eles reuniam o dinheiro deles aqui, na época de pegar o peixe, nos meses de novembro a janeiro, esses três meses ainda vinha a turva d’água, o mapará ia morrer em cima da praia. Conversando com o Lilico, com o pessoal da Colônia que era deles na época, juntavam uma quantia em dinheiro, uma boa quantia, negócio de dois mil cruzeiros, passavam para a SUDEPE, órgão ligado ao governo federal, hoje IBAMA e a SUDEPE não vinha fiscalizar o peixe em Cameté, matavam mapará de “cacete”. Com essa “maracutaia”, ninguém percebia que estava fechado o período da pesca, todo tempo tinha o mapará. Ainda existe a portaria não mudou ainda, mudou alguns itens, mas a portaria é de sessenta e quatro (PESCADOR 3).

Em 1970 as Colônias dos Pescadores voltam a ficar sob a coordenação do Ministério da Agricultura, a partir da portaria nº 471, de 26 de dezembro de 1973. O que chama a atenção nesse documento é o parágrafo segundo, que rege: §2º do art. 1º: “As colônias de pescadores se obrigam a estreita colaboração com as autoridades públicas, com as respectivas Federações e com a Confederação Nacional de Pescadores”; e letra c) do art. 26: “Compete à diretoria da colônia, cumprir e zelar pelo cumprimento deste Estatuto, do Regimento Interno, das deliberações da SUDEPE, da Confederação Nacional dos Pescadores e Federação, bem como das autoridades navais”. Fica explícito na lei que as Colônias de Pescadores se denominavam como sociedade civil, porém subordinadas ao Estado, representado pelos órgãos competentes.

Essa política do Estado para com os pescadores se articula com as recomendações de Lock (2005), quando afirma que a liberdade do homem deve ser submetida a um governo, em outras palavras, os homens devem prestar obediência aos governantes. A proposta do autor citado é orientar a sociedade para aguardar as boas políticas apresentadas pelo Estado, de modo que esse tem a capacidade de desenvolver ações que venham a beneficiar a todos. O que se percebe, na orientação do autor, é o fortalecimento de um grupo político, detentor do poder econômico, à custa da maioria.

Ninguém põe em dúvida que o consentimento expresso de qualquer homem, quando entra para uma sociedade, torna-o membro perfeito dessa sociedade, súdito do respectivo governo. A dificuldade reside no que deve considerar-se como consentimento tácito, e até que ponto obriga, isto é, até que ponto deve considerar-se alguém como tendo consentido e por isso mesmo se submetido

a qualquer governo, quando não fez qualquer declaração expressa. E as esse respeito direi que todo o homem que tem posses ou goza de qualquer parte ou domínio de um governo dá, por esse meio, consentimento tácito e está daí em diante obrigado à obediência às leis desse governo, enquanto assim goza, como qualquer outro que sob ele esteja; seja que essa sua posse consista em terra para ele e para os herdeiros para sempre, ou seja uma moradia por uma semana, o ainda simplesmente viajar com toda a liberdade pelas estradas; e, com efeito, chega mesmo a alcançar a própria existência de qualquer um dentro os territórios desse governo (LOCKE, 2005, p. 86).

Fica claro que as ideias de Lock (2005) estão muito presentes nas relações do Estado, por meio de seus órgãos, com o surgimento da Colônia de Pescadores. Para Martins (2011), o surgimento das Colônias de Pescadores segue uma hierarquia linear, que se inicia em âmbito nacional, estadual e local, prevalecendo um Estado representado pela elite econômica do país, numa relação de submissão, onde um grupo constrói e dita as regras do jogo, outro grupo, os pescadores estariam apenas para atender às orientações de quem tem o controle do poder.

No entanto, essa realidade, conforme Martins (2011), começa a mudar a partir das décadas de 1970 e 1980, quando diversos movimentos sociais em todo o país vão se intensificar suas organizações e lutas, para com a política de um Estado centralizador, opressor, preocupado apenas com a minoria: “[...] a partir do final dos anos 1970 e início dos 1980, as mobilizações e manifestações de trabalhadores rurais ressurgiram com vigor, se ampliam em número e extensão, como novos segmentos de trabalhadores e em novas regiões” (GRZYBOWSKI, 1987, p. 17). Uma das organizações desses trabalhadores foi a dos pescadores.

A organização dos pescadores em associações e sindicatos se deu com mais ênfase nos anos da abertura política, na década de 80, com ações politicamente arrojadas, a exemplo da criação da CPP (Conselho Pastoral da Pesca), vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Com a campanha para a Constituição Brasileira de 1988, alguns pescadores mais atuantes no processo de articulação criaram um movimento paralelo neste período, denominado “Constituinte da Pesca”. Tinha como objetivo buscar a autonomia política e sindical dos pescadores (REVISTA DA COLÔNIA Z-16, 2006, p. 17).

Assim, a partir em 1985, a Confederação Nacional de Pescadores se mobilizou com todos os pescadores do Brasil e outras entidades, com realidades comuns, como agricultores e professores, e construíram um movimento em prol da “Constituinte da Pesca”. Com o objetivo de formular propostas referentes à pesca artesanal, para garantir na Constituição Federal direitos sociais e políticos desses trabalhadores/pescadores. As mobilizações dos pescadores artesanais surtiram efeitos, de modo que foi garantido na Constituição de 05 de

outubro de 1988, avanços significativos, como rege o inciso I, artigo 8º, da referida lei: “A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical”.

No final da década de 1980, o governo federal cria o IBAMA, vinculado ao Ministério do Interior, por meio da Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, essa mesma lei extingue a SUDEPE. O IBAMA surge com a responsabilidade de promover e gerenciar os trabalhos da pesca no Brasil. Em 1993, é criado Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal, por meio da Lei nº 8.846, de 09 de dezembro de 1993, essa lei representa também os pescadores artesanais. Em 1998, o Ministério da Agricultura integra, novamente, a pesca artesanal em sua estrutura legal.

Por fim, em 2003, é criada a Secretaria Especial de Agricultura e Pesca, (SEAP) e, em 2009, substituindo essa secretaria, é criado o Ministério da Pesca e Agricultura (MPA). Nesse mesmo ano, é promulgada a Lei 11.959/2009, para regulamentar as atividades pesqueiras, no sentido de desenvolver Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura e da Pesca.

Essa organização dos pescadores em âmbito nacional, para Martins (2011, p. 41), é resultado também de movimentos dos pescadores. E um dos movimentos organizados por esses trabalhadores foi o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), objetivando discutir com os pescadores as condições de trabalho desses sujeitos: “[...] esse movimento desenvolveu uma política de mobilizar os pescadores como movimento social, possibilitando os pescadores discutissem formas de captação de recursos financeiros para colaborar no desenvolvimento da pesca artesanal” (MARTINS, 2011, p. 41).

O MONAPE nasceu dos anseios de uma classe que historicamente foi excluída dos direitos constitucionais. Aliás, a história dos pescadores artesanais no Brasil sempre foi marcada por lutas e conquistas. E havia a influência do impacto organizacional efervescente da década de 70. Esse movimento teve nascimento a partir da sensibilidade de um frei franciscano de origem alemã, Frei Alfredo que em 1970 veio morar no estado de Pernambuco, numa região onde a concentração de pescadores era grande. (REVISTA DA COLÔNIA Z-16, 2006, p. 19).

O MONAPE se tornou, de acordo com Martins (2011), um movimento de referência para os pescadores, com representantes de diversos estados brasileiros para discutir as políticas da pesca artesanal. Uma das ações desse movimento era negociar com o Estado, por meio dos órgãos competentes, como, por exemplo, abertura de créditos nos bancos oficiais

para viabilizar recursos financeiros às atividades da pesca. Assim, esse movimento tem contribuído historicamente para a organização política e jurídica dos pescadores artesanais no Brasil.

Esse movimento no contexto nacional influenciou os pescadores do estado do Pará, a partir da década de 1980, a se organizarem em torno de um movimento. Desse modo, criaram o Movimento dos Pescadores do Pará (MOPEPA), conforme a Revista da Colônia Z-16 (2006). Esse movimento foi criado e institucionalizado em 1998, no município de Santarém, iniciando com nove Colônias de Pescadores, entre elas a de Cametá. O movimento tem como objetivo lutar em prol dos direitos dos pescadores do estado. A revista destaca ainda que o MOPEPA teve participação importante na constituinte da pesca, contribuindo para inserir na lei direitos fundamentais para esses trabalhadores na Constituição de 1988. Em 2006, o movimento contava com 26 colônias de pescadores, das 79 existentes no Pará, desenvolvendo política da pesca nos moldes da ação do MONAPE.

No âmbito estadual, as Colônias estão vinculadas a uma Federação. No Estado do Pará a representação do conjunto de Colônias é a Federação dos Pescadores do Estado do Pará (FEPA) e o Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA). Em âmbito nacional o vínculo é com a Confederação dos Pescadores do Brasil. Atualmente, o Estado do Pará conta com 65 Colônias de pescadores distribuídas em todo o seu território (SANTOS et al., 2005, p. 12).

Apesar de o movimento dos pescadores no estado do Pará ter surgido na década de 1980, já a partir de 1970, os pescadores artesanais são contemplados com assistência técnica governamental. Isso demonstra como esses trabalhadores vêm desenvolvendo suas atividades com reduzido apoio das políticas públicas do Estado.

No Estado do Pará as ações voltadas para a assistência técnica e extensão rural para a pesca artesanal foram iniciadas em 1973 (CRUZ et al., 1993) por meio de convênio estabelecido entre o Ministério da Agricultura, Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o do antigo Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) o qual deu origem ao Programa de Pesca Artesanal (PESCART) (SANTOS, et al., 2005, p. 13).

O reflexo do movimento da pesca, em âmbito nacional e estadual, influenciou diretamente os pescadores de Cametá para lutar em prol de seus direitos em âmbito local, na tomada da direção da Colônia Z-16; essa, por sua vez, já existia desde a década de 1920, porém, pertencia à organização do Estado e tinha a função de cobrar impostos dos pescadores (REVISTA DA COLÔNIA Z-16, 2006, p. 24): “A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá foi

fundada em junho de 1923 pela Capitania dos Portos do Pará e Amapá com o objetivo de servir aos interesses do Estado e ser instrumento de dominação”.

A colônia antiga, que tinha em 71, ano de minha filiação na colônia, era comandada pelo Chico do Arte, depois o Lilico ficou alguns anos, em seguida o Nonato Viana, assim, ficava “pulando”, houve um período, que a Colônia ficou “parada” por um bom tempo [...], esse pessoal naquele tempo tinha sempre apoio do Gerson Peres e apoio dos grandes pescadores (PESCADOR, 2).

A fala do pescador demonstra a estrutura de poder político e econômico da oligarquia local para com a estrutura administrativa do município, poder esse que ampliava para outros espaços, como os movimentos sociais, com destaque para a entidade dos pescadores. Os nomes citados na fala do Pescador 2 pertenciam aos grupos oligárquicos estruturados historicamente em Cametá, representando o papel de um Estado centralizador, ao mesmo tempo assumindo no município os ditames do capital, porque eram e ainda são grupos com estrutura de poder econômico, acumulado por meio dos produtos extrativos do interior da Amazônia.

Trata-se, portanto, da ação do modo de produção capitalista intervindo na vida dos sujeitos do interior da Amazônia, por meio de uma sempre necessidade de produtos naturais para atender às demandas do mercado mundial, ligado ao setor automobilístico, no que se refere à extração da borracha (RODRIGUES, 2012, 27).

É contra a oligarquia local, que os pescadores vão se mobilizar politicamente para conquistar espaço na direção. Esse posicionamento político se articula com as ideias Marx e Engels (2008b) quando recomenda a união de todos os trabalhadores do mundo inteiro, compreendendo que a necessidade de lutar para superar o capitalismo não é tarefa fácil, nem imediata, como analisa Mészáros (2011, p. 79): “[...] a necessidade e a atualidade da ofensiva socialista não significam a defesa de uma perspectiva agitadora imediatista, fácil e ingenuamente otimista”. Para a integração da organização dos trabalhadores, Marx e Engels (2008b, p. 21-22) reconheciam a necessidade das mobilizações locais: “[...] no início os trabalhadores lutam individualmente; depois é a vez de um operário de uma fábrica, em seguida os trabalhadores de todo o ramo de produção, em uma localidade, contra um único burguês que os explora diretamente”.

Até aqui situamos o lócus da pesquisa, demonstrando algumas características do município de Cametá, tanto no aspecto natural, quanto no social e no político. Destacou-se ainda alguns conceitos inerentes às atividades da pesca, como pesca artesanal, pesca

industrial, privatização das águas, neoextrativismo, aquicultura e piscicultura. Finaliza chamando atenção para os movimentos dos pescadores em âmbito nacional e estadual. O próximo tópico analisa o movimento dos pescadores da Z-16 em âmbito local.

2.3.1 A conquista da Colônia Z-16 e sua organização interna

A Colônia Z-16 ficou sob o domínio dos grupos oligárquicos até o início da década de 1980. A partir dessa década, a Igreja Católica inicia uma política de evangelização com as Comunidades Eclesiais de Bases, pautada na Teologia da Libertação⁴⁶. Essa política da Igreja Católica contribuiu para impulsionar os pescadores em prol de sua organização como fração de classe no cenário cametaense. A partir de 1988, a disputa política e jurídica se fortalece com interesse de conquistar a Colônia e passá-la ao comando dos pescadores:

Em 1988 começou a briga por causa da Colônia, desta Colônia, ela que estava nas mãos do pessoal do Lilico, nesse tempo já era o filho do Lilico que estava na direção. Com ajuda da pastoral dos pescadores, começamos a reunir, a gente reunia três, quatro, cinco, vezes, debatendo, discutindo as formas, de conquistar a Colônia. Dessas nossas reuniões surgiu uma reunião grande, realizada no sindicato dos trabalhadores rurais, eu não estava, mas eu soube que queriam brigar, teve briga, o pessoal do Lilico se revoltaram contra o nosso pessoal. (PESCADOR, 3).

Fica evidente, nesse cenário, a disputa entre as frações de classe: de um lado, o grupo oligárquico, ligado à elite econômica local, e de outro lado, um grupo constituído pelos movimentos sociais, como os pescadores, conforme destaca Martins (2011, p. 31):

Cametá tem no seu contexto histórico uma tradição de disputas políticas polarizadas de um lado os movimentos sociais, como a Colônia de Pescadores que tem se posicionado frente às organizações de uma elite localmente estruturada e de outro lado, a elite local, tem conseguido conquistar a maioria do governo municipal durante a história do município de Cametá.

Para Marx (2000, p. 6), “[...] os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”. Para que os pescadores assumissem a direção da Colônia, foi necessário concorrer à eleição interna para presidência da entidade, conforme registra a Revista da Colônia Z-16 (2006): “[...] disputaram duas

⁴⁶ Essa teologia, que em toda a América Latina era tida pelas igrejas progressistas como o principal referencial teórico da prática das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs considerava que a vivência da fé cristã implicava necessariamente no compromisso social com as transformações das estruturas sociais injustas. (SOUSA, 2002, p. 135).

eleições, sendo derrotados em ambas os pleitos fraudulentos, baseados no estatuto imposto pelo Ministério da Agricultura que dava plenos poderes à elite no comando da situação”.

A Revista da Colônia Z-16 (2006) menciona que um dos fatores que contribuiu para que a entidade Colônia estivesse sob o comando dos pescadores foi a promulgação da Constituição de 1988, possibilitando a organização dos pescadores em todo o Brasil. A luta entre as classes configura-se como um processo inter-relacionado entre o local e o nacional, conforme Marx (2008b, p. 23): “[...] basta esta ligação para centralizar as numerosas lutas locais em luta nacional, em uma luta de classe. Toda a luta de classes é, uma luta política”. Essas mobilizações locais e nacionais impulsionaram os pescadores da Z-16 a construir um novo estatuto da colônia, que contemplasse os interesses desses.

A Revista da Colônia Z-16 (2006) destaca que os pescadores “[...] formaram uma junta governativa que venceu o pleito de 1989, mas não conseguiram assumir a presidência, impedidos, mais uma vez, pelo presidente da FEPA (Federação dos Pescadores do Pará)”. A alternativa encontrada pelos pescadores para assumir a presidência da entidade foi entrar na justiça, que assegurou os direitos de os pescadores assumirem de vez a instituição que lhes representava no município de Cametá no início da década de 1990.

O exposto acima demonstra que a entidade dos pescadores Z-16 é produto de diversos movimentos articulados, dentre os quais parte da Igreja Católica Apostólica Romana, como fica claro na fala do Pescador 3.

Há mais de trinta anos, começamos reunir através da comunidade cristã, que nos orientava para batizar nossos filhos e participar dos movimentos da Igreja, naquele tempo tinha que casar no civil e no católico para ser batizado. A partir que começamos a participar do movimento comunitário, compreendemos a necessidade de nós nos organizamos como pescadores. A Colônia já existia, porém não estava sob a direção dos pescadores. O movimento comunitário nos levou a lutar pela conquista da Colônia, criou-se a pastoral dos pescadores, depois ganhamos mais um apoio forte com a chegada do bispo D. José Elias e o padre Carlos Neto, esse depois casou-se, mas, continuou contribuindo com os pescadores na lua pela conquista da direção da Colônia, na qual ganhamos com apoio da Justiça (PESCADOR 3).

A fala do pescador 3 se articula com o posicionamento de Sousa (2002), quando este destaca que, a partir da década de 1960, a Igreja Católica se reuniu para avaliar sua posição política no cenário cametaense. Dessa avaliação, dois problemas foram destacados: o primeiro, a ausência de produção econômica que pudesse garantir alternativas de sobrevivência para os camponeses; o segundo, a falta de participação dos fiéis do sexo

masculino nas atividades religiosas. Essa preocupação da Igreja irá impulsionar uma política na região tocantina, em prol dos mais necessitados, incentivando os camponeses a se organizarem politicamente, no sentido de melhorar suas condições de existência.

Segundo Padre Geraldinho, no final da década de 60, a nova direção da Igreja Católica Romana em Cametá procedeu a uma avaliação da ação pastoral, juntamente com um estudo da realidade econômica e social da prelazia. A partir desse processo de estudo e avaliação se considerou como problemas a serem enfrentados pela ação da Igreja em Cametá duas questões: “a ausência de atividade produtiva que garantisse a sobrevivência dos camponeses e a falta de participação dos féis, sobretudo do sexo masculino, nas atividades da Igreja” (SOUSA, 2002, p. 106).

Vale ressaltar que a Igreja Católica em Cametá nem sempre se preocupou com a maioria que compõem a classe que vive do trabalho. Para Sousa (2002), a Igreja inicia suas atividades pastorais em Cametá a partir de 1952, e o maior representante dessa instituição nesse período era muito conservador, comungava com a elite econômica e política local à época:

A Prelazia de Cametá inicia em 1952. Antes dessa data a ação pastoral em Cametá era orientada a partir da Arquidiocese de Belém, não havendo envolvimento direto da pastoral com o apoio à produção ou a outras iniciativas de organização dos camponeses fora da esfera religiosa. Até 1969, a prelazia de Cametá se relacionava com as elites comerciais e políticas locais, não apresentava nenhuma resistência institucional ao catolicismo popular, centrado na devoção de santos padroeiros – e não questionava o modelo das Irmandades organizadas por leigos (SOUSA, 2002, p. 105).

A preocupação da Igreja para com a maioria, dentre os quais estavam os pescadores, se inicia na década de 1960, por meio da criação das Comunidade Cristãs. Para Sousa (2002, p. 107), a criação dessas comunidades em Cametá, não é um fato isolado, de modo que, na América Latina, já havia pequenos grupos que se reuniam para ler a Bíblia e discutir problemas locais que afetavam esses participantes. Esse movimento, segundo o autor mencionado, chamou a atenção da Conferência Episcopal, realizada em 1968, nesse evento o grupo foi reconhecido como Comunidades Cristãs de Base: “[...] no ano de 1968, o documento da Conferência Episcopal de Medelin fazia referência a esses grupos, denominando-os de *comunidades cristãs de base*” (SOUSA, 2002, p. 107).

As CCs em Cametá foram criadas a partir da reformulação da política religiosa no município, no final da década de 1960. Para Sousa (2002), em fevereiro de 1969, o clero da

Prelazia de Cametá se reuniu e apresentou um plano de ação que iria mudar a participação política da Igreja Católica na região tocantina.

Foi após a Conferência de Medelin e a saída de Dom Cornélio da Prelazia que em fevereiro de 1969, em reunião do clero, a equipe central apresentou o plano de pastoral das comunidades, que foi acolhido como plano prioritário da Prelazia [...] no final daquele ano já havia em toda a Prelazia 37 equipes de cultos dominicais. Essas equipes de cultos dominicais, em seguida, passaram a ser chamadas de equipes das comunidades cristãs (SOUSA, 2002, p. 107).

Essas comunidades possibilitaram que as localidades de Cametá se organizassem aos domingos para celebrar o Evangelho, porém esses eventos não ficaram somente na oração, pois discutiam também a situação socioeconômico e político do município. Como menciona Martins (2011, p. 43), “A formação das Comunidades Cristãs em diversas localidades do município se tornou o marco da presença da parte progressista da Igreja na discussão da mobilização do trabalhador, contrapondo-se às elites locais, principalmente aos comerciantes”. Assim, as comunidades passaram a discutir as problemáticas de suas realidades e as alternativas de melhores condições, o acúmulo dessas formulações impulsionaram os pescadores a conquistarem a Z-16.

[...] a Igreja Católica Romana contribuiu significativamente para a mudança do cenário da política em Cametá através da formação dos indivíduos a patamares mais elevados de conscientização, interferindo também para a melhoria das condições de vida da população. A formação de sujeitos conscientes através da iniciativa de lideranças eclesiais deu sustentação às primeiras organizações laicas, ou seja, aos primeiros movimentos sociais de base no município de Cametá tais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STRs, Colônia dos Pescadores Z-16 (MENDES, 2005, p. 209).

Como se observa, houve participação fundamental de parte progressista da Igreja Católica na conquista da Colônia de Pescadores Z-16. Uma luta política de pescadores que reconhece a importância de estar organizados em coletivos para lutar em prol da conquista de seus direitos, como destaca Martins (2011, p. 49): “[...] os pescadores sentiram-se representados social, política e juridicamente e construíram uma alternativa para discutir as diversas situações do trabalho do pescador, como, por exemplo, os direitos institucionais assegurados desses sujeitos”. Complementando esse raciocínio, Costa (2006) destaca a participação política dos pescadores da Z-16 no cenário da região tocantina:

[...] Colônia de Pescadores Z-16 apresenta um balanço muito positivo quanto à sua atuação política, com uma dinâmica de intervenção social vigorosa. É, sem dúvida, hoje, a vanguarda do movimento social dos camponeses,

aqueles que dão a dinâmica da luta dos trabalhadores rurais no Baixo Tocantins; ii) (sic) *a mobilização política e social* junto a suas bases tem resultados em vitórias expressivas, inclusive mostrando sua força no terreno eleitoral; iii) são articulados inclusive em nível nacional e internacional, pertencente ao MOPEPA e ao MONAB, bem como vêm nos últimos anos garantindo acesso a financiamentos a fundos perdidos junto a instituições internacionais como BIRD e União Européia (Projetos do PD/A) e financiamentos e *créditos rural* através de instituições nacionais como o BASA, o Banco do Brasil, MMA e a ELETRONORTE (COSTA, 2006, p. 292).

Esse ganho político da Colônia Z-16, no cenário cametaense, é produto de movimento histórico construído a partir dos pescadores com a colaboração de outros segmentos sociais, como a Igreja Católica, que muito contribuiu com os pescadores por meio de formação política. Hoje, a Colônia de Pescadores Z-16 está organizada socioeconômica e politicamente no cenário cametaense como referência de movimento social, com princípios e objetivos definidos em prol de seus filiados. Como rege o artigo primeiro, inciso I do Estatuto da Colônia (2014, p. 1): “[...] *a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá tem como finalidade a representação e defesa dos direitos e interesses de seus associados e associadas*”.

Situada na Travessa Porto Pedro Teixeira, nº 165, bairro de Brasília, no município de Cametá, a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 é uma entidade de pescadores e, segundo Moraes (2002 apud RODRIGUES, 2012), a letra Z representa a Zona de Pesca e o número 16 identifica esta entidade como a décima sexta no Estado do Pará. Rodrigues (2012, p. 31) define-a como uma “[...] entidade representativa de classe dos pescadores Z-16, reunindo aproximadamente 15.000 associados de diferentes comunidades do município cametaense [...]”, situados em várias localidades, como organização de base.

Artigo 1º A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, CNPJ nº 34.625780/0001-87 é uma pessoa jurídica de direitos, com fins não econômicos, de caráter organizativo, que congrega pessoas que fazem da pesca sua profissão ou meio principal de vida, com sede na cidade de Cametá, sito Trav. Porto Pedro Teixeira nº 165, Barrio de Brasília, tem foro na comarca do município de Cametá, Estado do Pará e tempo indeterminado de duração (ESTATUTO DA COLÔNIA Z-16, 2014, p. 1).

Logo, a Z-16 é uma entidade organizativa, construída por pessoas que fazem da pesca artesanal sua profissão ou principal meio de vida, com competência de construir políticas internas e externas à entidade, no sentido de proporcionar melhores condições de vida aos associados, como assegura o Estatuto, em seu Artigo 2º.

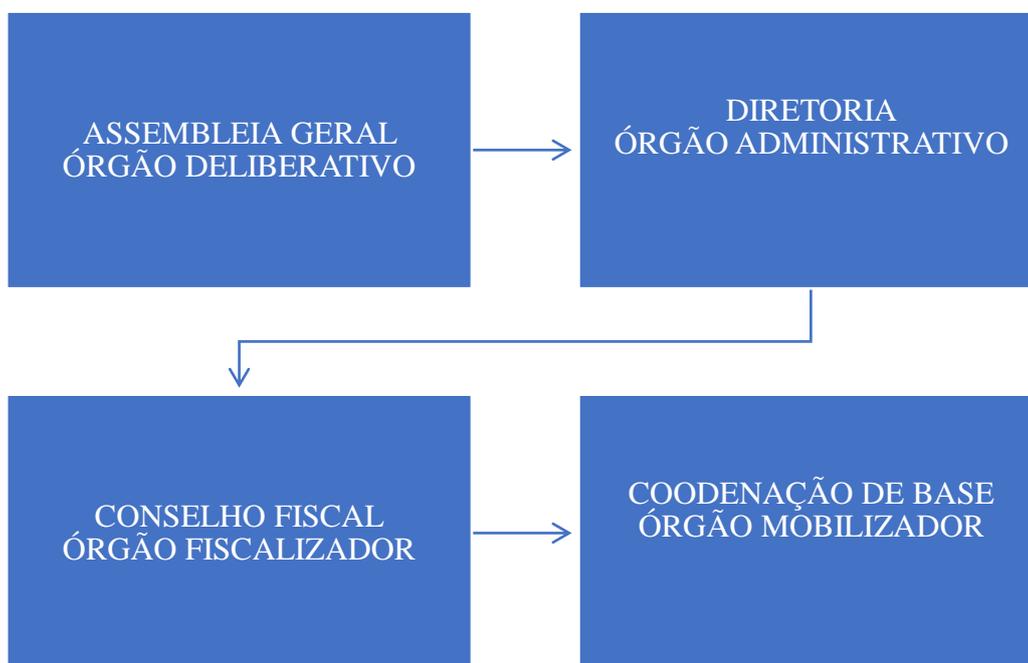
Artigo 2º Compete a Colônia de pescadores Z-16 de Cametá:

I-Representar os associados e associadas junto aos órgãos públicos e privados e as autoridades em geral; II-defender os direitos e interesses dos (as) associados (as), judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente; III-buscar novas formas de aumentar a produção pesqueira e melhorar o padrão de vida de seus associados e associadas [...] (ESTATUTO DA COLÔNIA Z-16, 2014, p. 1).

Para dar conta de cumprir seus princípios, objetivos e finalidades, a entidade se estruturou numa instância administrativa, tendo a assembleia geral como instrumento de maior poder de tomada de decisão na entidade, como se observa no Quadro 5.

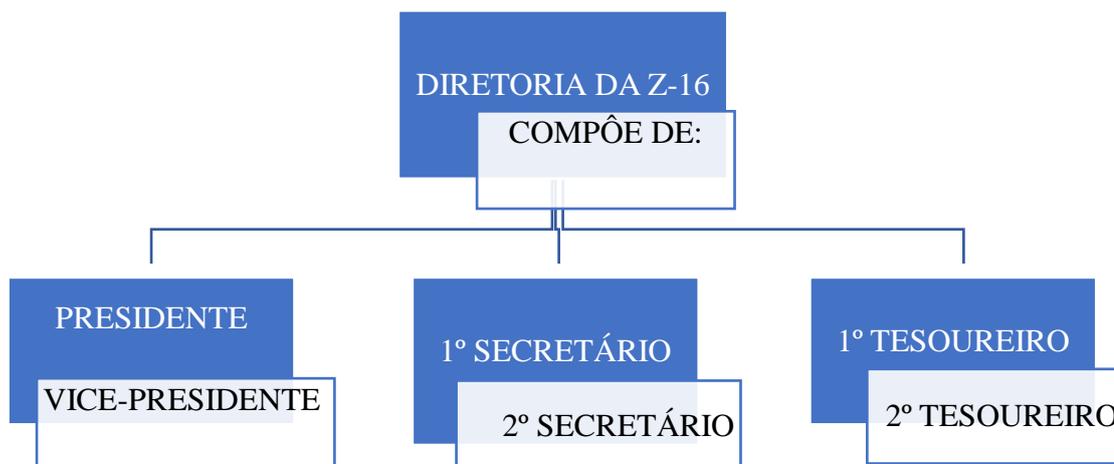
A diretoria tem a responsabilidade de encaminhar todas as ações da entidade, como, por exemplo, elaborar o regimento interno para ser aprovado na assembleia geral, organizar e fazer cumprir o plano anual da entidade, nomear e destituir a coordenação de base em cada comunidade, de modo geral, a diretoria tem a responsabilidade de praticar todos os atos da gestão da Colônia. Abaixo, apresentamos o quadro da organização da diretoria.

Quadro 5: Representação da administração da Colônia Z-16



Fonte: Construído a partir do Estatuto da Colônia Z-16 (2014, p. 3).

Quadro 6: Representação da diretoria da Colônia Z-16



Fonte: Construído a partir do Estatuto da Colônia Z-16 (2009, p. 5).

A coordenação de base é um órgão mobilizador, com função de organizar os pescadores de uma determinada localidade, é formada por pescadores filiados à Colônia Z-16, coordenado por um pescador residente na localidade, com direitos e deveres assegurados no Estatuto da instituição. Um dos direitos do coordenador é regularizar e manter informado os associados de sua situação perante a diretoria. São deveres do(a) coordenador(a) de base:

Artigo 36 – São deveres do coordenador e coordenadora de base:

I-Declarar e associar perante a colônia somente pessoas que exerçam atividade de pesca; III-participar e mobilizar os associados para participarem dos eventos como: assembleia, reuniões, encontros, seminários, cursos e outro; V- cumprir as decisões da assembleia geral e determinações da diretoria; [...]. (ESTATUTO DA COLONIA Z-16, 2014, p. 7).

As coordenações de bases, segundo Silva (2015), estão presentes em 82 localidades. São representantes dos pescadores locais, com a função de articular politicamente com a sede da entidade. São lideranças locais com responsabilidade política nas relações das atividades dos pescadores. Isso demonstra a organização política desses sujeitos no cenário cametaense, para além da função técnica da pesca.

Estamos com oitenta coordenadores, cada comunidade tem uma, tem comunidade que tem até três coordenações, como a do Cacoal, localidade próximo da Cidade, nessa localidade tem duas comunidades, com três coordenadores de base da Colônia. Tem coordenação grande, como por exemplo do Zé Baia, com aproximadamente trezentos filiados na Z-16. Temos também coordenação grande na localidade do Tem-Tem, com mais de trezentos filiados. Do Paruru de cima, outra comunidade com mais de

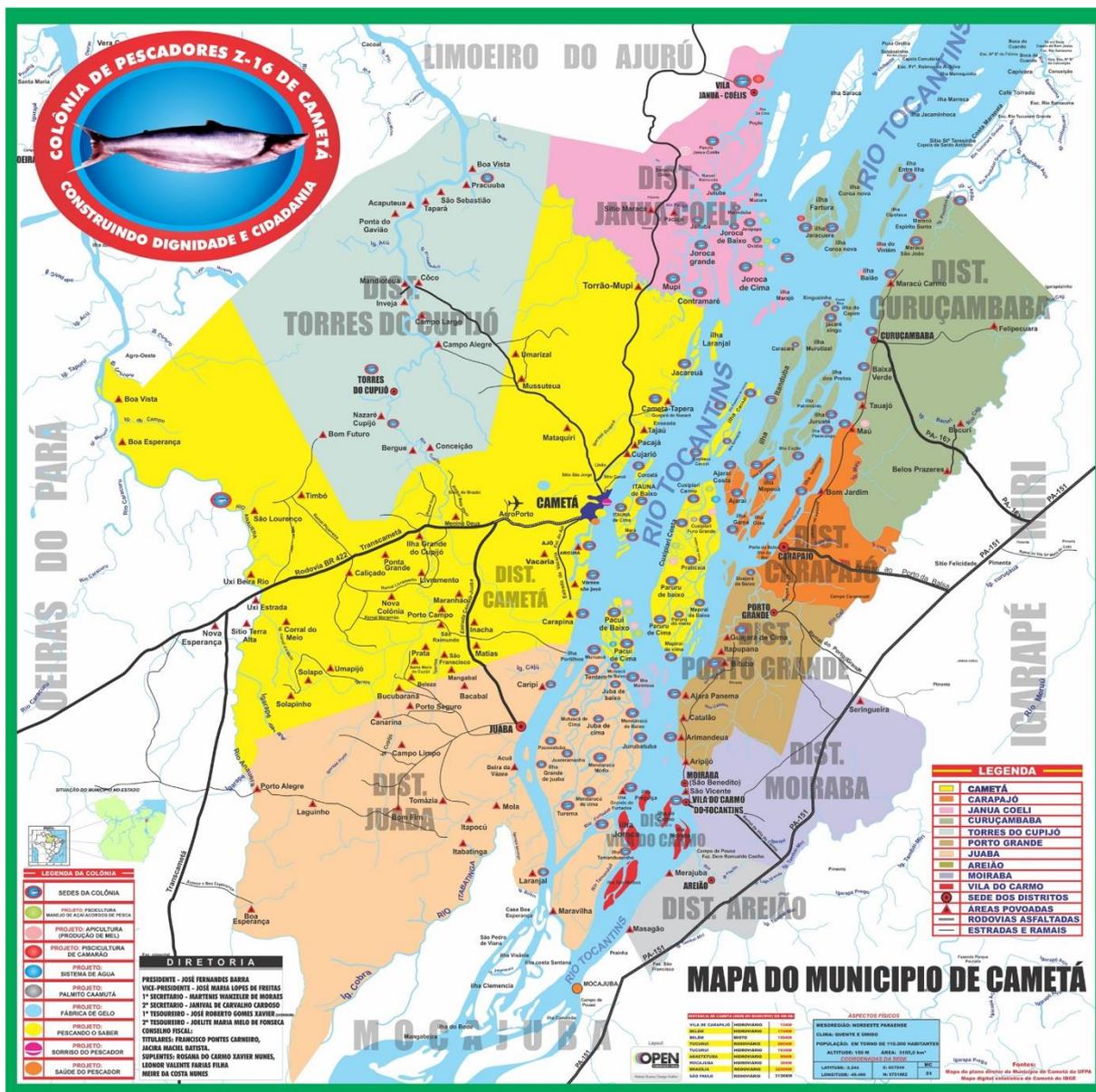
trezentos pescadores filiados, assim outras comunidades do município (PESCADOR 3).

Como se observa na fala do entrevistado, as coordenações de bases estão distribuídas em diversas localidades do município de Cametá, cada coordenação discute as demandas de sua localidade para, em seguida, procurar soluções juntamente com a diretoria da entidade. O mapa abaixo sintetiza as localidades das coordenações de bases.

São trabalhadores/pescadores que possuem uma contribuição importante no desenvolvimento socioeconômico, político e cultural no cenário cametaense, por meio de suas organizações coletiva em torno de uma entidade que representa, como fração de classe. Uma postura que se articula com o posicionamento de Grzybowski (1987), quando afirma que a ampliação dos movimentos sociais demonstra a possibilidade de os trabalhadores construírem espaços de novas formas de organização e participação econômica e política.

Diante das duras condições sociais e econômicas, o campesinato regional vem se organizando e a força com a qual os trabalhadores têm conseguido intervir na vida política da região é fruto de um razoável capital social acumulado na construção histórica de fortes instrumentos de luta e enfrentamento com setores oligárquicos tradicionais. Organismo de classe como a Colônia de Pescadores Z-16, fundada ainda na década de 1920 e o STR (sic) que datam dos anos 60, bem como uma rede de associações, no decorrer desses anos vêm impulsionando mudanças qualitativas no que se refere à organização de sua base social, conquista de créditos e financiamento de projetos agrícolas e ambientais, bem como vitórias eleitorais sobre antigas e tradicionais oligarquias (COSTA, 2006, p. 153).

Mapa das localidades que situam as coordenações de base



Fonte: Colônia de Pescadores Z-16

Isso demonstra o poder de articulação dos trabalhadores cametaenses, organizados em coletivos, como os pescadores da Z-16, em prol de uma construção alternativa de melhores espaços na sociedade. São movimentos sociais que compreendem que a conquista de direitos, como educação, saúde, moradia, entre outros, não se adquire lutando isoladamente, mas organizados em uma entidade.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

O capítulo trata, inicialmente, de situar o município de Cameté, destacando sua origem e algumas de suas características hidrográficas e terrestres, além disso, apresenta população e situação socioeconômica. Nessa última, o município se pauta no primeiro setor da economia, com forte presença da pesca artesanal, extrativismo vegetal, comércio, da produção agrícola e serviço público. Vale destacar que esse município historicamente é palco de um forte grupo oligárquico, famílias com grandes poderes políticos, que revezavam no poder administrativo do município, fortalecendo a classe dominante, a partir da estrutura do Estado.

Destacam-se ainda no capítulo, as características da pesca artesanal e industrial a partir da Lei nº 11.959/2009, contribuindo para situar os pescadores da Z-16 no contexto da legislação brasileira, de modo que os sujeitos pesquisados se configuram como pescadores artesanais, daí a necessidade de se ter clareza dessa atividade. Assim, a pesca artesanal se caracteriza como atividade profissional autônoma, com meios de produção próprias individual ou familiar.

Outro elemento destacado se refere ao espaço de produção dos pescadores, o rio, que constitui espaço de disputa política, com apoio do Estado entre trabalho e capital. Essa disputa se materializa nos incentivos fiscais e territoriais que o Estado oferece aos pescadores industrializados, tanto nacionais como internacionais. Por outro lado, o rio vem sendo ocupado pela construção de hidrelétricas, uma política neoliberal que fica muito explícita quando se trata de pescadores da Z-16, de modo que esses trabalhadores/pescadores estão sofrendo a redução do pescado e dos outros produtos vinculados à sua profissão, devido à construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Para Rodrigues (2012), as consequências para os pescadores são irreparáveis.

Como se observa, no contexto da política do Estado para com a água e o pescado, fortalecem-se os grandes empresários, tanto no campo energético, beneficiando-se dos rios para a produção de grandes lucros, como incentivos para os pescadores industrializados. Este, por sua vez, caracterizado como produção em larga escala, direcionado para a comercialização nacional e internacional. Isso demonstra a diferença entre a pesca artesanal desenvolvida pelos pescadores da Z-16, da pesca industrial praticada no sul do país.

Após a compreensão desses conceitos vinculados ao campo da pesca artesanal, apresentamos o percurso político dos pescadores analisados para com a conquista da entidade Z-16. Uma luta que se inicia a partir do próprio Estado, vinculado à Marinha brasileira, servindo o Estado como guarda da costa litorânea nacional. A partir da Constituição de 1988,

os pescadores conseguiram garantir direitos políticos e sociais, instrumento fundamental para a independência das Colônias, que passaram a ser coordenadas pelos próprios pescadores, como ocorreu com a Z-16.

Analisa-se como a Colônia Z-16 estava sob o comando da elite econômica cametaense, com pessoas que não entendiam de pesca alguma. A partir das décadas de 1960 e 1970, a Igreja Católica inicia uma política de evangelização, pautada na teologia da liberação, assim começaram a construção das comunidades eclesiais de base, incentivo fundamental para o fortalecimento dos movimentos sociais na região tocantina, principalmente em Cametá. Isso impulsionou os pescadores a se organizarem com outros movimentos sociais, como os sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais para a conquista da Colônia, fato que ocorreu no início da década de 1990.

Hoje os pescadores estão organizados politicamente, como fração de classe, desenvolvendo política em prol de seus interesses, articulados internamente, em torno de uma coordenação executiva e de coordenações de base, grupos de pescadores organizados em mais de 80 coordenações, em diversas localidades do município. Nesse movimento, os pescadores analisados constroem *práxis* política a partir de suas atividades cotidianas. Assunto que será abordado no próximo capítulo.

3. A PRÁXIS POLÍTICA E A LUTA DE CLASSE DOS PESCADORES DA Z-16

O presente capítulo apresenta as relações de produção-formação e *práxis* política, materializadas nas atividades desenvolvidas no cotidiano dos pescadores da Z-16, destacando que a *práxis* política desses sujeitos se efetiva nas experiências de organização política, como, por exemplo, na coordenação geral da entidade e nas coordenações de base, situadas em diversas localidades do município de Cametá. Cinco tópicos compõem o capítulo, são eles: *práxis* política dos pescadores da Z-16 como produto da experiência histórica; *práxis* política dos pescadores da Z-16 e luta de classes; *práxis* política dos pescadores da Z-16 como contradição; conflitos internos e interesses ideológicos na *práxis* política dos pescadores da Z-16; e as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16. Como referencial teórico, pautamo-nos, principalmente, em Lukács (2013), Rodrigues (2012), Marx (2010), Carnoy (1986), Marx e Engels (2009), Marx (2000), Thompson (2011; 2012; 1981), Mézáros (2005), Martins (2011) e Manacorda (2012).

3.1 A PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16 COMO PRODUTO DA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA

As organizações históricas que proporcionam as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16 impulsionam a materialização dos espaços socioeconômico, político e formativo, que ultrapassam os saberes técnicos da profissão. Esses sujeitos, ao produzirem relações de produção para suprir suas necessidades básicas, se formam também como sujeitos ativos de uma fração de classe e contestam a estrutura do poder instituído. O modo como vivem, sua cultura e política e a forma como produzem contribuem para afirmação dos pescadores da Z-16 como sujeitos históricos.

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nesta exata medida não constitui uma classe (MARX, 2000, p. 174).

Na presente análise, considera-se classe como “[...] um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico”

(THOMPSON, 2011, p. 9). É esse movimento aparentemente desconectado que faz com que um conjunto de pescadores vão aprendendo com as suas experiências históricas e construindo-se como um coletivo de sujeitos, conforme se pode observar na fala do Pescador 10: “*O trabalho do coordenador de base é fazer reunião com nós, explicar as ações discutida na reunião da executiva da Colônia, orientar, encaminhar as demandas da comunidade, repassar as orientações para todos os pescadores sobre as ações que podemos ou não fazer.*” Na *Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2009) destacam que, ao produzir as relações materiais, de acordo com suas necessidades sociais, os homens produzem também suas condições ideais, uma relação histórica e em constante movimento. Assim, a Z-16, enquanto coletivo de pescadores, não é uma estrutura estática, pois está em movimento de transformação, como um fenômeno histórico, produto das relações socioeconômicas, políticas e formativas: “[...] a história de todas as sociedades que existem até nossos dias tem sido a história das lutas de classe” (MARX; ENGELS, 2009, p. 8). Do mesmo modo, a Z-16 não está ausente dessas lutas, uma vez que se trata de um coletivo de pescadores que tem produzido experiências de luta, de organização, de produção-formação e de *práxis* política.

Pela experiência os homens se tornam sujeitos, experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos. Eles tratam essa experiência em sua consciência e cultura e não apenas a introjetam. Ela não tem um caráter só acumulativo. Ela é fundamentalmente qualitativa. (THOMPSON, 1981, p. 99)

Certo é que a história da sociedade tem sido a história das lutas de classes, porque os interesses vitais estão em disputa e a classe que está no controle dos meios de produção requer manter e ampliar suas produções, explorando a classe que conta com sua força de trabalho, porque “[...] a burguesia despojou de sua auréola todas as atividades até então reputadas veneráveis e encaradas com piedoso respeito. Do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio fez seus servidores assalariados” (MARX; ENGELS, 2008b, p. 12).

Essa burguesia, segundo Marx e Engels (2008b), ao mesmo tempo que construiu um conjunto de instrumentos para manter e ampliar seus poderes político-econômicos, construiu estruturas socioeconômicas que possibilitaram também a criação da classe de novos operários modernos, que sobrevivem do trabalho, porém limitou a ampliação de novos postos de trabalho, condicionando-os à ampliação do capital. Analisando a sociedade a partir das lutas de classes, Marx e Engels (2008b) enfatizam as disputas entre burguesia e o proletariado. Esta última, vendo seus direitos negados, iniciou um conjunto de organizações para construir espaço também na esfera do poder político. É nessa perspectiva que entendemos o coletivo

dos pescadores da Z-16, entidade que articula sua *práxis* política no interior e frente ao Estado, por meio de representantes no legislativo ou executivo, conforme fala o Pescador 9: “A Colônia sempre apresenta candidato nas eleições, seja para vereador, deputados ou prefeitos, o ex-presidente da entidade se candidatou como prefeito pelo PMDB, o prefeito atual é da Colônia, também é candidato pelo PT. Sempre a Colônia elege um vereador”.

Portanto, os pescadores da Colônia Z-16, assim como outros trabalhadores em diversos lugares do mundo e em períodos históricos diferentes, se organizam e se mobilizam, com suas experiências, contra a exploração nas relações de trabalho impostas por uma classe que detém o poder material, uma vez que “[...] a relação de exploração é mais que a soma de injustiças e antagonismo mútuos. É uma relação que pode ser encontrada em diferentes contextos históricos sob formas distintas, que estão relacionadas a formas correspondentes de propriedade e poder estatal” (THOMPSON, 2012, p. 31). É nessa perspectiva que podem ser analisadas as experiências de luta histórica dos pescadores da Z-16, como ação para garantir sua subsistência, mas, ao mesmo tempo, produtoras de saberes, valores e modo de vida, que se contrapõem aos interesses da classe dominante.

Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 2011, p. 290).

É evidente que os pescadores da Z-16, não estão se organizando com objetivo exclusivo para lutar contra a classe dominante e tomar o poder do Estado, como orienta Marx (2008, p 23): “[...] os trabalhadores começam a formar associações contra a burguesia; lutam juntos para assegurar seu salário. Fundam organizações permanentes, de modo a se prepararem para a ocorrência de ondas esporádicas de sublevações”. Esses trabalhadores/pescadores da Z-16 estão, sim, construindo lutas no seu cotidiano, com suas experiências socioeconômicas, políticas e formativas, em prol do coletivo da entidade, como expressa o Pescador 7: “[...] *necessitamos trabalhar mais a conscientização e acordos de pesca. Além disso, temos projetos de mel de abelha, poços de peixes, que necessita de orientação técnica, são ações que esse ano vamos trabalhar para funcionar*”. São ações e experiências que esses sujeitos constroem em suas relações de produção-formação, formando-se, ao mesmo tempo, como fração de classe num contexto diversificado.

Existe atualmente uma tentação generalizada em se supor que a classe é uma coisa. Não era esse o significado em Marx, em seus escritos históricos, mas

o erro deturpa muitos textos “marxistas” contemporâneos. “Ela”, a classe operária, é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente – uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção (THOMPSON, 2012, p. 10).

Nesse sentido, a fração de classe, aqui representada pela Colônia Z-16, também vem se constituindo como instrumento de luta em prol de sua subsistência, e, simultaneamente, está construindo experiência que se configura nos moldes da contra-hegemonia: “[...] a Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, de Cametá, constitui-se como materialização de um instrumento de luta e de organização desses trabalhadores, na perspectiva de contradição de classe” (RODRIGUES, 2012, p. 91). Nessa mesma direção, Martins (2011) reforça que:

A Colônia de Pescadores de Cametá se tornou um instrumento de luta dos trabalhadores da pesca que vem se concretizando no contexto da comunidade cametaense e que, a atividade desses trabalhadores requer uma estrutura que valoriza a sua própria realidade, ou seja, o rio, a pesca, o casco, a malhadeira: instrumento se seus trabalhos. Esses trabalhadores vêm construindo uma organização pautada nos saberes dos seus trabalhos. Saberes esses construídos na luta dos pescadores no contexto social (MARTINS, 2011, p. 51).

Portanto, a *práxis* política desses pescadores se materializa no cotidiano de sua existência, a partir do momento em que começam a se organizar em coletivos de pescadores, denominados, por eles, *coordenações de base*, como seguimento da *coordenação executiva*, cuja referência é o espaço urbano de Cametá, no qual vão construindo, formulando propostas alternativas para direcionar suas ações.

Temos quase 100 coordenações de base de pescadores no município, em todas as coordenações são tratados assuntos de meio ambiente, acordos de pesca, para tentar conscientizar sobre a forma inadequada de usar os instrumentos de pesca, como: malhadeira fina, para não colocar em qualquer lugar, pesca com flecha no fundo, entre outras maneiras de pescar que prejudique a comunidade. Se não tratarmos de organizar nossa pesca de forma consciente, o pescado pode acabar, se isso acontecer como fica o seguro-defeso? Acaba também, então tem que cuidar, senão todos nós podemos ser prejudicados (PESCADOR, 7).

A coordenação de base, organizada aproximadamente em 80 núcleos coletivos, tornou-se um instrumento político dos pescadores, para se fortalecerem enquanto homens e mulheres que pertencem a uma fração de classe. São essas ações políticas, construídas nos coletivos de pescadores, que vão se caracterizando como *práxis* política, em prol de seus interesses, mas, ao mesmo tempo, construindo mentalidade de coletividade, fortalecendo uma cultura própria de valorização, cuidando do rio e do pescado, a fim de garantir a subsistência

da geração atual, bem como da geração futura. Nesse sentido, Marx (2012b, p. 82) comenta que, “[...] considerando que a libertação política e econômica da classe trabalhadora só é possível se esta trava a luta de maneira conjunta e uniforme, [...] organização uniforme, que, no entanto, possibilita a cada indivíduo exercer sua influência para o bem da coletividade”.

Logo, a coletividade dos pescadores da Z-16 se efetiva nas coordenações de base, organizadas pelos pescadores em suas comunidades e articuladas com a coordenação executiva. Elas promovem diversos instrumentos políticos democráticos, como reuniões, assembleias, planejamentos anuais, entre outros. São instrumentos organizativos, formativos dos pescadores, onde materializam suas ações para encaminhar e executar propostas para o bem dos pescadores.

Através de reunião, que a gente se reúne é discutido a importância que tem a pesca, pois é necessário a preservação dos rios em cada localidade, organizada pela coordenação de base, a preservação é feita uma parceria Colônia e IBAMA, uma parceria para contribuir na preservação dos rios, igarapé para que possamos ter peixe abundante. Esses assuntos são acertados nas nossas reuniões, com a presença de todos os pescadores (PESCADOR, 6).

Por conseguinte, os pescadores vão se formando como sujeitos construtores de uma *práxis* política, inter-relacionada com os aspectos da produção-formação desenvolvidos no interior de sua organização. Essa experiência apresenta uma forma de produzir contextualizada com sua maneira de viver, de interpretar o espaço onde esses sujeitos estão inseridos. Enfim, trata-se de uma relação de produção e construção do coletivo de pescadores que vai se confundindo com o próprio processo histórico de sua atuação.

Os homens e mulheres [...] retornam como sujeitos dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e com antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura [...] de mais complexas maneiras [...] e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre a situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

A reunião articulada pelos pescadores é um espaço de construção política e, ao mesmo tempo, de formação de uma fração de classe, que tem interesses econômicos comuns que vão se materializando a partir do próprio movimento. Uma organização que está voltada para dar conta do cotidiano desses sujeitos, que se afirmam em oposição à lógica da classe dominante, em um processo construído a partir das experiências concretas da pesca; são,

enfim, ações que se articulam com o posicionamento de Thompson (2012, p. 12), para quem “[...] os instrumentos físicos da produção eram vistos, numa forma direta e mais ou menos compulsiva, como responsáveis pelo surgimento de novas relações sociais, instituições e hábitos culturais”.

Demonstra o autor que a formação e a luta de classes se materializam a partir do cotidiano, da organização dos trabalhadores, como fazem os pescadores da Z-16. Essa luta de classes é, para Chauí (1980), o cotidiano da sociedade civil, que está presente desde as relações familiares até as organizações mais complexas da sociedade. “A luta de classes não é apenas o confronto armado das classes, mas está presente em todos os procedimentos institucionais, políticos, policiais, legais, ilegais de que a classe dominante lança mão para manter sua dominação [...]” (CHAUÍ, 1980, p. 29). Nesse sentido, os pescadores, no cotidiano de suas relações, constroem sua luta como fração de classe, com uma *práxis* política que direciona suas ações em prol de seus interesses e que, ao mesmo, tempo se contrapõem ao poder instituído.

Nessa mesma perspectiva, para Marx (2012c, 92), “[...] a luta da classe trabalhadora contra a exploração capitalista é necessariamente uma luta política. A classe trabalhadora não pode conduzir suas lutas econômicas nem desenvolver seus direitos políticos sem tomar posse do poder político”. Com relação ao conceito de política, ele está relacionado, segundo Marx (2008a, p. 239), com a ação do homem: “[...] o homem é, no sentido mais literal, um *zoon politikon* (animal político); não é simplesmente um animal social, é também um animal que só na sociedade se pode individualizar”. Ser político é, então, participar das decisões junto com a comunidade, debatendo, discutindo as problemáticas que afligem o coletivo, para construir alternativas de melhoria das condições de existência, como o fazem os pescadores da Z-16, por meio de suas reuniões, de suas assembleias, ou melhor, por meio de suas relações de produção.

As decisões são feitas do seguinte modo: o órgão maior é a assembleia geral. Nós sempre fazemos reuniões de base. Todo ano a gente visita todas as oitenta coordenações, sempre levando os problemas, os avanços que nós temos. Sempre a gente reúne, discute e senta junto pra nós deliberarmos as ações da nossa Colônia (JOSÉ FERNANDES BARRA apud RODRIGUES, 2012, p. 226).

Assim, a *práxis* política dos pescadores da Z-16 é produto das relações construídas no cotidiano de sua atividade, impulsionada pela necessidade de organizar ações da entidade que possam dar conta das demandas construídas nas relações desses sujeitos. Nesse

movimento vão transformando a si mesmos e se contrapondo às ideologias da classe dominante, pois, “[...] pelo trabalho, o sujeito humano se contrapõe ao objeto e se afirma como sujeito num movimento realizado para dominar a realidade objetiva: modifica o mundo e se modifica a si mesmo” (KONDER, 1992, p. 105).

Essa postura de os pescadores se organizarem num coletivo, construindo alternativas de afirmação de uma fração de classe, a partir de uma entidade representativa, é, para Rodrigues (2012, p. 262), uma forma de construção de consciência de sua realidade: “[...] ao tomarem para si as *rédeas* de sua organização, assumiram uma *consciência de classe para si* e não deixaram também de estar dando continuidade às lutas anticapital, mesmo a partir de uma luta pontual, como a que realizavam no contexto de sua Colônia de Pescadores”. O posicionamento de Rodrigues (2012) se articula com as observações de Thompson (2012), ao analisar a situação dos trabalhadores numa indústria algodoeira no vale de Aysgarth:

[...] o fato relevante do período entre 1790 e 1830 é a formação da “classe operária”. Isso é revelado, em primeiro, no crescimento da consciência de classe: a consciência de uma identidade de interesse entre todos esses diversos grupos de trabalhadores contra os interesses de outras classes. [...] por volta de 1832, havia instituição da classe operária solidamente fundadas e autoconscientes – sindicatos, sociedades de auxílio mútuo, movimentos religiosos e educativos, organizações políticas, periódicos –, além das tradições intelectuais, dos padrões comunitários e da estrutura da sensibilidade da classe operária (THOMPSON, 2012, p. 17).

Com base nessa análise, podemos inferir que a consciência é produto das relações materiais, a partir do momento em que o agente projeta idealmente para alcançar determinados fins. Vázquez (2011) destaca que, antes de o agente alcançar os fins, ou melhor, de realizar seu objetivo por meio da ação, primeiro ele é idealizado, lembrando que essa ideia surge da relação material que impulsionou sua necessidade, produto da consciência. Desse modo, o que se quer alcançar é o produto de uma ação planejada conscientemente. Em outras palavras, a realização de um determinado fim é um processo de adequação entre o resultado ideal e o real, e essa relação não precisa ser necessariamente perfeita, de maneira que, no processo de realização, pode haver mudanças.

A atividade humana é, portanto, atividade que se orienta conforme a fins, e esses só existem através do homem, como produtos de sua consciência. Toda a ação verdadeiramente humana exige certa consciência de um fim, o qual se sujeita ao curso da própria atividade. O fim, por sua vez, é a expressão de certa atitude diante da realidade. Pelo fato de traçar um fim, adoto certa posição diante dela (VÁZQUEZ, 2011, p. 224).

A *práxis* política dos pescadores da Z-16 é, de acordo com Rodrigues (2012), uma ação consciente para alcançar determinado fim. Logo, o fim dos sujeitos pesquisados são as transformações de suas condições de existência, provocadas por seus movimentos a partir da entidade que os representa, porque os pescadores reconhecem que, sozinhos, teriam mais dificuldade de conquistar melhores condições de vida e, por isso, organizaram-se em torno da entidade Colônia Z-16, para produzir instrumentos de luta em prol de seus interesses, como destaca o Pescador 3. *“Quando começamos reativar a Colônia, começamos crescer, buscamos financiamento para pescador, fundamos uma associação no Cuxipiarí, começamos a trabalhar, com dificuldade, mas conseguimos”*. Os pescadores da Z-16 compreenderam a importância de se organizarem politicamente, construindo espaços na sociedade, uma necessidade⁴⁷ construída a partir da realidade desses sujeitos, como frisa o Pescador 2.

[...] antes não tinha coordenação de pescadores na Vila do Carmo, não tinha, a gente procurou na cidade de Cametá na sede da Colônia, que devia ter um incentivo para pescadores lá no alto Cametá, Baixo Tocantins, então a gente convidou a direção da Colônia foi na época do falecido Juvenal o vice dele era agora o diretor José Fernandes, eles foram fundar uma coordenação lá na Vila do Carmo, nesse dia reuniu 30 pescadores nós éramos três candidatos eu e outros dois, esqueço o nome deles, até conhecido um como José, a gente chama cipó, apelido, e outro bití, compareceram para votar e vencer a eleição. Na época não era coordenador, era capataz, então essa “companheirada” toda votou em meu nome, todos três, então eu fui nomeado pelo falecido Juvenal como capataz dos pescadores no distrito da Vila do Carmo, então há três anos depois a gente reuniu e veio o nome de coordenador, então nessa altura estou com 16 anos nessa função três de capataz e três de coordenador (PESCADOR, 2).

Na fala do Pescador 2, materializa-se o interesse de participar de uma organização política, que, por sua vez, requer análise crítica da realidade, construída nas relações de produção-formação dos trabalhadores; em outras palavras, é na realidade concreta que o homem materializa as condições necessárias à sua existência, tornando-se alimento para impulsionar a necessidade de mudança.

A reprodução social, lembrou Lefebvre mais de uma vez, é reprodução ampliada de capital, mas é também reprodução ampliada de contradições sociais: não há reprodução de relações sociais sem uma certa produção de

⁴⁷ “[...] existe necessidade quando existe uma premissa eficiente e ativa, cujo o conhecimento nos homens se tenha tornado operante, ao colocar fins concretos à consciência coletiva e ao constituir um complexo de convicções e de crenças que atua poderosamente como ‘as crenças populares’. Na premissa devem estar contidas, já desenvolvidas, as condições materiais necessárias e suficientes para a realização do impulso de vontade coletiva; mas é evidente que desta premissa ‘material’ quantitativamente calculável, não pode ser afastado um certo nível de cultura, isto é, um conjunto de atos intelectuais, e destes (como seu produto e consequência), um certo complexo de paixões e de sentimentos imperiosos, isto é, que a força de induzir à ação a ‘todo custo’” (GRAMSCI, 1978, p. 122-123).

relações – não há repetição do velho sem uma certa criação do novo, mas não há produto sem obra, não há vida sem História. Esses momentos são momentos de anúncio do homem como criador e criatura de si mesmo (MARTINS, 1998, p. 6).

Vale ressaltar que a proposta política de Marx (2013b) para a conquista de uma nova sociedade requer luta coletiva, onde os trabalhadores possam se unir para a tomada do poder, que, por sua vez, deveria ser exercido pelo proletariado. Em outra expressão, o Estado⁴⁸ seria governado pela classe que vive do trabalho e, dessa forma, os meios de produção passariam ao controle dessa classe.

A partir do momento em que o trabalho não pode mais ser transformado em capital, em dinheiro, em renda fundiária, em resumo, em um poder social suscetível de ser monopolizado, isto é, a partir do momento em que a propriedade pessoal não pode mais converter-se em propriedade burguesa, a partir desse instante, declarais que a individualidade está abolida (MARX; ENGLES, 2014, p. 53).

No *Manifesto do Partido Comunista*, Marx apresenta um conjunto de propostas⁴⁹ para os proletários se orientarem após chegarem ao poder. É importante lembrar que, apesar de Marx (2014) ter discutido uma nova alternativa de vida, ou melhor, de mundo, não se pode esquecer que o contexto dos escritos do *Manifesto* era outro, dessa forma, fica evidente que a metodologia de luta hoje também deve se mudar, considerando a realidade do momento.

Nesse sentido, os pescadores da Z-16 vêm construindo uma metodologia de luta que não está restrita à atividade da pesca, mas se articula também nos campos socioeconômico, político e formativo, considerando a realidade dada do momento. Desse modo, organizados em diversas coordenações no município de Cametá, esses sujeitos fazem parte de uma organização maior que busca inseri-los numa entidade representativa. Para se ter ideia do tamanho dessa entidade, o Pescador 10 apresenta a quantidade de filiados só na localidade da

⁴⁸ “O objetivo dos trabalhadores que se liberaram da mentalidade tacanha de indivíduos subjugados não é, de modo algum, ‘livre’ o Estado. No Império Alemão, o ‘Estado’ é quase tão ‘livre’ quanto na Rússia. A liberdade consiste em transformar o Estado, de órgão acima da sociedade, em órgão inteiramente subordinado a ela. E ainda hoje as formas do Estado continuam mais ou menos livre, segundo limitem a ‘liberdade do Estado’” (MARX, 2014, p. 120-121).

⁴⁹ “[...] no que toca aos países mais desenvolvidos, de um modo geral podem-se aplicar as medidas seguintes: 1. Expropriação da propriedade fundiária e utilização da renda resultante para as despesas do Estado; 2. Imposto acentuadamente progressivo; 3. Supressão do direito de herança; 4. Confisco da propriedade de todos os emigrantes e rebeldes; 5. Centralização do crédito nas mãos do Estado, por meio de um banco nacional com capital estatal e monopólio exclusivo; 6. Centralização de todos os meios de transporte nas mãos do Estado; 7. Multiplicação das indústrias nacionais, dos instrumentos de produção, desbravamento e melhora das terras, de acordo com um plano coletivo; 8. Obrigatoriedade do trabalho para todos, organização de exércitos industriais, em especial para agricultura; 9. Combinação do trabalho agrícola e do trabalho industrial, medidas para a eliminação gradual da oposição entre cidade e campo; 10. Educação pública e gratuita para todas crianças. Supressão do trabalho infantil em fábricas, em sua forma atual. Combinação da educação com a produção material etc.” (MARX; ENGLES, 2014b, p. 60-61).

Ilha Grande do Juaba: “[...] *somos, aproximadamente, uns 2000 pescadores filiados, porém, tem coordenação que tem mais*”.

A organização em coordenação por comunidade representa uma metodologia de luta articulada pelos pescadores, que facilita as articulações entre esses sujeitos, no sentido de constituírem suas relações de produção-formação, visto que as comunidades representam para esses sujeitos o espaço de articulação política, de formulação de saberes e de processo de construção de conscientização, como sujeito histórico, inserido num coletivo de uma fração de classe.

Trabalhamos com diversos aspectos relacionado à pesca, planejamos em trabalhar, plenárias por distrito no interior, tentando esclarecer a importância de cuidar do rio, como, por exemplo, muitas comunidades já possuem os acordos de pesca, mostrar vídeos que apresente trabalhos de limpeza dos rios, tirando quantidade de sacolas e copos plásticos, tudo jogam no rio, é uma coisa que a gente não tem muita noção do que se faz, todos nós às vezes aqui, ali joga uma “coisinha” no rio, transformando esse num lixão, pensando nisso, estamos planejando realizar plenárias por distrito (conjunto de comunidade), para esclarecer essa realidade (PESCADOR, 7)

A consciência de classe é, para Thompson (2011), um fenômeno que vai se materializando no percurso das ações dos trabalhadores. Um movimento que tem na coletividade as bases fundamentais para sua realização, num contexto imbricado de cultura, costumes, política e fatos históricos; ao mesmo tempo que é um processo de relações de produção-formação, torna-se um elemento de resistência contra uma lógica linear de compreender a estrutura social vigente.

Essa compreensão é perceptível na produção-formação e na *práxis* política dos pescadores da Z-16, pois, no contexto dessa entidade, os pescadores desenvolvem um conjunto de ações em prol dos filiados, porque compreenderam que deixar somente na mão do Estado o atendimento de suas necessidades dos pescadores não seria suficiente. Assim, esses pescadores utilizam-se de diversas relações e de luta para conquistar melhorias das suas condições de vida, como, por exemplo, a participação interna dos filiados, a organizações dos pescadores em coordenações presentes em diversas localidades do município de Cameté e a participação em diversos movimentos sociais, representando a Z-16.

Isso justifica o fato de os pescadores dessa entidade apresentarem uma postura política que se contraponha à ordem estabelecida por uma classe e, ao mesmo tempo, se beneficiarem dos feitos dessa classe, numa relação de contradição materializada nas atividades dos pescadores, como expressa o Pescador 3.

[...] quem representava a Colônia nos movimentos sociais era eu, como por exemplo no GTA (Grupo de Trabalho Amazônico). Olha, é na região Norte todinho, um movimento direcionado para toda as atividades de trabalho, eu participava ativamente das assembleias, congresso, um dos maiores congressos que já teve em Belém foi desse grupo, muita gente, já pensou do Acre ao Maranhão. A gente é filiado no GTA, paga uma taxazinha. Envolve todas as atividades dos trabalhadores, inclusive as quebradeiras de coco do Maranhão. O congresso, rapaz, um congresso muito grande, foi muita gente, pessoal do Acre para cá todinho, todo essa região até do Maranhão, índio, classes de índios, inclusive os índios queriam tomar a frente, queriam a cabeça do movimento, eles falam, queriam ser presidente do GTA, é que sai um recurso grande, o diretor dessa entidade ganha bem (PESCADOR, 3).

Isso demonstra que os pescadores estão inseridos em diversos aspectos do contexto social, tendo como referência sua organização, enquanto *práxis* política no coletivo de pescadores. Logo, a participação do pescador no congresso citado é produto de decisões tomadas nas reuniões da entidade Z-16, ou seja, a partir das necessidades desses sujeitos, organizaram e vêm fortalecendo ações políticas nas suas relações de produção-formação e também na *práxis* desses trabalhadores.

Assim como Marx afirma, no *Manifesto* de 1844, que o proletariado é produto da grande indústria, podemos afirmar nessa mesma perspectiva que as organizações políticas dos pescadores da Z-16 surgem a partir do descontentamento com a precariedade das condições econômicas dos pescadores, em particular a partir da chegada de grandes ações de urbanização, tal como a instalação da Hidrelétrica de Tucuruí, mas também das políticas desenvolvidas por um Estado que prioriza os interesses da classe dominante, que sempre está se articulando para manter e ampliar sua concepção de mundo, ou melhor, sua política em benefício próprio, ou seja, de uma minoria.

A organização dos pescadores, compreendidos como uma fração de classe, se constrói, portanto, a partir de condições econômicas e culturais determinadas e podem favorecer mudanças políticas estratégicas, mesmo que se compreenda, como diz Marx (2008a, p.48), que “[...] novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade”. Isso reforça que a proposta de uma nova sociedade é possível a partir da organização política dos trabalhadores, porém, utilizando elementos de luta da própria velha sociedade, sem perder de vista a concepção de outra estrutura social, aquela coordenada pelos próprios trabalhadores, como vem construindo os pescadores da Z-16.

O trabalho da coordenação da Colônia é perfeito, eles sempre fazem a reunião com o pescador, informa o que está acontecendo, como, por

exemplo, agora estão fazendo um trapiche, para melhorar o embarque e desembarque dos pescadores, da produção entre outros, ou quando eles compram algum material que venha beneficiar a todos, eles sempre chamam as coordenações de bases e informam e discutem o que está acontecendo. Em caso de recurso financeiro, eles apresentam a prestação de conta e mostram o que deve ou não fazer. O presidente, no período de assinatura do seguro-defeso ou de outros documentos, ele não para aqui na Colônia, fica viajando para Brasília, resolvendo algumas pendências de pescador, às vezes, há problemas de documentação com 3 ou 4 pescadores, mas não fica sem resolver. Reúne com cada coordenação de base, vê o que precisa resolver e viaja para Brasília, a fim de solucionar as pendências. Outro exemplo, temos uma fábrica de gelo, não falha gelo para pescador, se tiver o dinheiro compra, se não tiver leva o produto, depois acerta. Assim, sobre a organização da Colônia até aqui ela é bem organizada (PESCADOR, 10).

A materialização da *práxis* política nas atividades dos pescadores da Z-16 fica evidente em suas organizações, enquanto fração de classe, demonstrando que a luta política se efetiva a partir de experiências construídas ao longo de suas relações de produção-formação, pois as condições objetivas dos pescadores resultam, historicamente, dos conflitos com os grupos econômicos que representam as concepções da classe burguesa.

Assim, a *práxis* política dos pescadores da Colônia Z-16 é produto de suas relações de produção-formação, materializada ao longo do processo histórico. Trata-se de uma organização socioeconômica, política e formativa, que tem base nos costumes da vida de pescadores de diversas realidades do município de Cametá. Nessa diversidade cultural, os pescadores vão construindo suas concepções de mundo, numa relação que articulada a vida material com a forma de pensamento desses trabalhadores/pescadores. Essa organização dos pescadores proporciona-lhes, então, contribuir para suprir suas necessidades básicas, ao mesmo tempo que se torna um campo de resistência contra uma estrutura social, posta por uma lógica de classe que requer concentrar os meios da produção.

3.2 PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16 E LUTA DE CLASSES

Nossa análise tem como base principal as concepções de Thompson (2012), articuladas com as ideias de Gramsci (2011, p. 269). O primeiro, porque rompe com formação de classe centrada no aspecto econômico, avançando para a importância da “experiência”, como categoria basilar para analisar formação e luta de classes no processo do percurso histórico. O segundo, porque amplia o conceito de Estado, compreendendo como relação dialética entre sociedade política e sociedade civil, esta última compreendida como aparelho privado: “[...] por Estado deve-se entender, além de aparelho de governo, também o aparelho

‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil”. É nessa concepção que se encontra a entidade Colônia de Pescadores Z-16.

A história da sociedade é, segundo Marx e Engels (2014), produto da luta de classes: “Cada vez mais, a sociedade inteira divide-se em dois grandes blocos inimigos, em duas grandes classes que se enfrentam diretamente: a burguesia e o proletariado”. Partindo desse princípio, pode-se deduzir que classes são grupos sociais antagônicos, cada um lutando pelo seu interesse, embora esse interesse requeira apropriação da outra classe, mas também da classe à qual pertence, numa relação de contradição. As classes sociais são, portanto, conjuntos de famílias que se separam umas das outras, opondo-se aos interesses culturais da outra classe (MARX, 2000).

Vale mencionar que as classes sociais se subdividem em frações de classe, isto é, subgrupos que se decompõem da classe, e que participam direta ou indiretamente do processo produtivo. Isso significa que o fator econômico não é o único elemento determinante para definir fração de classe, há também fatores políticos, formativos e ideológicos que interferem nessa configuração: “Classes trabalhadoras é um termo descritivo, tão esclarecedor quanto evasivo. Reúne vagamente um amontoado de fenômenos descontínuos. Ali estavam alfaiates e acolá tecelões, e juntos constituem as classes trabalhadoras” (THOMPSON, 2011, p. 9). É nessa concepção de classe que analisamos a *práxis* política dos pescadores da Z-16, uma fração de classe construída no cotidiano de suas relações. Ainda sobre as frações de classe, Marx e Engels (2014) afirmam que:

Nos primórdios da História encontramos em toda a parte, uma organização completa da sociedade em diferentes grupos, uma série hierárquica de situações sociais. Na Roma antiga, temos patrícios, cavaleiros, plebeus e escravos; na Idade Média, senhores feudais, vassallos, mestre de corporação, oficiais e servos; além disso, quase todas essas classes comportam subdivisões hierárquicas (MARX; ENGELS, 2014, p. 24).

Chama a atenção nessa citação a expressão “organização completa”, significando que essas classes se estruturavam em torno das forças produtivas e nas relações de produção que se constituíam. Assim, compreendemos que a fração de classe se organiza também numa estrutura socioeconômica, política e formativa. Com relação à política, Gramsci (2011, p. 232) adverte que um de seus primeiros elementos é a existência de governantes e governados, no contexto de cada grupo social: “Deve-se ter claro que a divisão entre governados e governantes, ainda que em última análise se refira a uma divisão de grupos sociais, existe

também, sendo as coisas como são, no seio de cada grupo, mesmo socialmente homogêneos [...]”.

Na presente tese, consideramos a concepção de classe a partir das referências acima, mas também, e particularmente, a partir de Thompson (2011), para quem a classe é uma categoria que se vai fazendo no movimento de sua ação. Para esse autor, a experiência de luta histórica assume um significado fundamental na constituição da identidade de classe, de modo que, nas relações sociais, materializa-se um conjunto de ações socioeconômicas, políticas e formativas.

A Z-16, nessa perspectiva, constitui-se como uma organização de uma fração de classe, que vai se construindo no cotidiano de suas atividades, como demonstra o Pescador 3: “[...] *o crescimento da Colônia foi ajuda de todos nós, tivemos ajuda até de instituições internacionais, para conseguir financiamento fundamos uma associação no Cuxipiari, começamos a trabalhar, mesmo com discriminação muito grande para com o pobre*”. Uma fala que demonstra que os pescadores vão construindo suas experiências de *práxis* política no coletivo, a partir de suas ações em prol de seus interesses, embora diverjam no próprio movimento da entidade.

[...] a Colônia de Pescadores Artesanais de Cameté, a Z-16, [...] ao desenvolver ações políticas por meio dos saberes sociais historicamente produzidos por seu coletivo de trabalhadores associados; com isso, objetivam, junto com outras frações da classe trabalhadora, enquanto parte da sociedade civil, em moldes gramscianos, uma nova realidade societária, como a necessidade de os trabalhadores forjarem ações coletivas no sentido de se buscar a distribuição da riqueza por meio da luta (RODRIGUES, 2012, p. 77).

Logo, os pescadores da Z-16, para Martins (2011), vêm construindo tanto no cenário cametaense quanto na região tocantina, *práxis* política, que proporciona identificar esse movimento social como instrumento de luta em prol de seus objetivos. Produzindo relações sociais, eles se afirmam como trabalhadores com interesses que se opõem à classe que detém o poder econômico. Porém, esses pescadores se utilizam dessa mesma classe para dar conta de sua existência, conforme relata o Pescador 3: “[...] *quando foi em noventa e nove teve a eleição o presidente da associação se licenciou para se candidatar, assumi a coordenação da associação do Cuxipiari, em dois mil, consegui o financiamento no banco, quatorze projetos grande, um teto de quinze mil [...]*”. Logo, a “[...] Colônia de Pescadores Z-16 apresenta um balanço muito positivo quanto à sua atuação política, com uma dinâmica de intervenção social vigorosa” (COSTA, 2006, p. 292).

Isso demonstra que a luta dos pescadores, além de se materializar no cotidiano de sua existência, acumula experiência e desenvolve ações que proporcionam a articulação interna com seus pares e com outros sujeitos, nos âmbitos nacional e internacional. São relações que propiciam os aspectos socioeconômicos, políticos e formativos, conforme Thompson (1981, p. 112): “[...] é por meio da experiência que o modo de produção exerce uma pressão determinante sobre outras atividades: e é pela prática que a produção é mantida”. Essa experiência articula um conjunto de fatores que interferem no ser social e contribuem para interpretar o mundo, proporcionando sua transformação e, nesse movimento dialético, constrói-se a formação. Dessa maneira, o pescador da Z-16 vem construindo *práxis* política capaz de produzir a auto-identificação como sujeitos coletivos organizados, como demonstrou Costa (2006), reforçada na fala do Pescador 4:

Acho primeiramente o trabalho da direção da Colônia quase cem por cento, porque ela acolhe qualquer um, seja Pedro, ou Paulo, eles nos valorizam. Para mim o trabalho que está sendo desenvolvido com o Zé Fernandes na Presidência está muito bom, antes era o Iracy, mas também foi muito bom, para mim como sócio da Colônia nota dez para a coordenação (PESCADOR, 4).

A satisfação do pescador para com a organização da Colônia demonstra a capacidade política dessa entidade de se articular no contexto da realidade em que está inserida. Essa experiência dos dirigentes de lidar com as diversidades internas e externas à entidade, pode-se dizer, é produto das relações políticas com outros movimentos sociais da mesma categoria, como sindicatos dos trabalhadores rurais e outras entidades presentes no município e na região tocantina. Nesse movimento cotidiano, os pescadores procuram alternativas de se fortalecer como fração de classe. É essa construção cotidiana e historicamente materializada como coletivo de pescadores que nos proporciona referenciá-la com base em Thompson (2011a, p. 13), para quem a classe é “[...] uma formação social e cultural, surgindo de processos que só podem ser estudados quando eles mesmos operam durante um considerável período histórico”.

Disso deriva, segundo Thompson (2011a), a necessidade de se construir análises sobre os costumes, os modos de vida, como resistência às situações degradantes impostas pela lógica do sistema vigente, como um elemento fundamental para construir a história a partir da classe trabalhadora. Desse modo, no contexto de suas experiências, a classe produz saberes, constrói consciência da realidade vigente e desenvolve estratégias de transformação.

A *práxis* política dos pescadores da Z-16, de acordo com Martins (2011), é impulsionada pela necessidade de esses sujeitos se afirmarem, objetivamente, no contexto social de sua construção como coletivo de trabalhadores do campo da pesca: “A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá tem se articulado como exemplo de demonstração política, [...] através de sua participação no contexto social, juntamente com outros movimentos, em prol dos direitos sociais dos trabalhadores” (MARTINS, 2011, p. 50).

A nossa participação não se restringe somente nas reuniões interna da Colônia Z-16, a gente participa de outros eventos fora, nos encontros externos, a coordenação da Colônia comunica, reúne com os coordenadores para discutir os nomes que irão representar a entidade, sempre temos participado de outros movimentos sociais, como o sindicato entre outros. Além disso, trabalho na comunidade cristã católica, diretamente como coordenador, atualmente sou secretário, mas também trabalho como assessor de uma paróquia de Nossa Senhora do Carmo, hoje vim com o objetivo de participar de um curso que irá acontecer aqui na cidade, lá no seminário da Aldeia, assim vamos participando, aprendendo, construindo conhecimento, isso nos ajuda bastante na nossa atividade como coordenador de base dos pescadores (PESCADOR, 8).

A participação dos pescadores nos movimentos internos, como reuniões, assembleias, encontros e outros, vão contribuindo para a definição desses trabalhadores/pescadores pertencentes a uma classe desprovida de direitos sociais, mas, ao mesmo tempo, construindo consciência da realidade posta em suas condições: “[...] a consciência gerada no processo de participação num movimento social leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcela de população, no presente e no passado” (GOHN, 2012, p. 24).

[...] como expressão contraditória das relações e condições econômicas, políticas, e culturais que os engendram. Numa formulação emprestada a Gramsci, os movimentos sociais aparecem como bloco históricos, como síntese dialética de elementos objetivos e subjetivos, de conteúdo e forma. (GRZYBOWSKI, 1987, p. 13)

No contexto histórico dos pescadores da Z-16 e na *práxis* política desse movimento social, fica explícito a síntese dialética, materializada em seus objetivos e na subjetividade histórica desses sujeitos. Com relação à *práxis* política desses pescadores, ela é produto de luta histórica contra as oligarquias locais que controlavam essa entidade antes da década de 1990 e que se estruturavam socioeconômica e politicamente em Cametá, como uma fração de classe detentora do poder econômico, enquanto grupo de pessoas que lutava, e ainda luta, no espaço político cametaense, para materializar seus interesses.

Além da oligarquia, fração de classe burguesa, estruturada historicamente no cenário cametaense, Rodrigues (2012, p. 249) destaca que a Hidrelétrica de Tucuruí é outro elemento que representa os interesses da classe dominante na região tocantina: “intensificamos a reflexão sobre os impactos negativos da construção da Hidrelétrica de Tucuruí, ao lado das ações de gerenciamento das oligarquias locais a favor do capital”. A hidrelétrica provocou drástica consequência para a vida dos pescadores, como, por exemplo, êxodo rural do setor das ilhas e vilas para cidade, diminuição da quantidade do pescado, surgimento de doenças, mudanças da forma de produzir dos pescadores, entre outros. Dessa forma, a partir de uma política que comunga com a fração da classe dominante, desenvolve saberes com um discurso de desenvolvimento regional, mas, na verdade, fortalece a classe que detém o grande capital.

[...] a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, iniciada durante o período de ditadura militar, foi desencadeada para atender às demandas de grandes projetos industriais que se instalavam na região Norte, como o Complexo Industrial do Alumínio, em Vila do Conde, e a ALBRÁS e ALUNORTE, em Barcarena-PA. Junto às camadas populares da região construía-se o saber de que sua implantação traria o desenvolvimento, implicando melhorias nas áreas da educação, da saúde, da geração de emprego e renda, principalmente para os ribeirinhos que habitavam o rio Tocantins, com suas ilhas, igarapés e furos (RODRIGUES, 2012, p. 219).

A Hidrelétrica de Tucuruí, construída a partir da década de 1980, é uma construção recente, se considerarmos a história do município de Cametá. Concordamos, sim, com Rodrigues (2012), que a Hidrelétrica provocou drásticas consequências para a vida dos pescadores da Z-16, porém a vida deles, mesmo antes da década de 1980, já não era nada agradável.

Naquela época eu tinha uma dificuldade muito grande, eu tinha que ir da boca do Tabatinga para o Mola, lá comecei o meu estudo, estudei aquele “pouquinho”, não sou formado, estudei um “pouquinho” porque a minha condição, a condição do meu pai não dava, parei porque tinha que ajudar a família, naquela época eu remei quatro anos para o Mola, quatro anos do Tabatinga para o Mola remando, na canoa, uma hora e vinte minuto eu gastava, saía de casa duas horas da madrugada, toda as duas horas eu tinha que levantar da rede para ir ao Mola, só porque a gente não podia chegar “suado” lá, era uma dificuldade muito grande, por isso, não consegui terminar meu estudo, não consegui chegar onde eu queria, o meu sonho era ser uma coisa, uma “pessoa” que pudesse sustentar minha família. [...] (PESCADOR, 5).

Nessa entrevista, o pescador, pai de seis filhos, destaca a dificuldade que tinha para estudar em meados da década de 1960 e 1970. Nessa mesma direção, Martins (2011) afirma que “O fracasso no estudo é atribuído às dificuldades que os pais tinham em garantir os

recursos necessários para mantê-los estudando, já que a vida de pescador somente assegurava o alimento para a família, deixando a desejar outros benefícios, como a escola para os filhos”. Assim, fica explícito que a vida do pescador, mesmo antes da década de 1980, já era difícil, mas que, com a presença da Hidrelétrica na região tocantina, se intensificaram ainda mais as duas dificuldades.

Isso posto, dizer que a Hidrelétrica de Tucuruí representa a chegada do capital na região é não compreender como os efeitos dessa ação se articulam com a ideologia da classe burguesa materializada na sociedade, pois, a presença do capital nessa região sempre foi real, até mesmo antes das oligarquias. Em 1848, Marx e Engels (2014), no *Manifesto do Partido Comunista*, já vinham chamando a atenção para os efeitos que a burguesia vinha provocando no mundo:

Onde quer que tenha chegado ao poder, a burguesia destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Estilhaçou, sem piedade, os variegados laços feudais que subordinavam o homem a seus superiores naturais, e não deixou subsistir entre os homens outro laço senão o interesse nu e cru, senão o “frio dinheiro vivo”. Submergiram das águas glaciais do cálculo egoísta frêmitos sagrados da piedade exaltada, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês. Reduziu a dignidade pessoal a simples valor de troca e, em lugar das inumeráveis liberdades estatuídas e arduamente conquistadas, erigiu a liberdade *única* e implacável do comércio. Em resumo, substituiu a exploração disfarçada sob ilusões religiosas e políticas pela exploração aberta, cínica, direta e brutal (MARX; ENGELS, 2014, p. 27-28).

É nesse contexto político, econômico, cultural e ideológico de uma classe dominante que os pescadores vão construindo sua *práxis* política, sem se ausentar da contribuição dessa classe, conforme pode ser observado no relato do Pescador 5: “[...] *apesar que somos pescador artesanal, mas necessitamos de ajuda, porque a dificuldade é grande, não existe como a gente somente pescar para sustentar a família diretamente do baixo Tocantins, saio para mariscar, por exemplo, com a malhadeira, às vezes não consigo do almoço*”. As experiências construídas na *práxis* política dos pescadores da Z-16 estão imbuídas de contradição, de modo que, ao lutarem para dar conta de sua subsistência, lutam também contra as ações das ideologias da classe que detém o poder dos meios de produção, mas, ao mesmo tempo, necessitam dessa classe, por meio do Estado, para subsidiar sua condição de existência.

A formação da classe, para Thompson (1981, p. 16), é um fenômeno contínuo e descontínuo, um processo materializado nas experiências históricas, um movimento de formação e consciência social, de modo que matéria e pensamento se inter-relacionam

dialeticamente, ao longo do processo da formação do ser social. É nessa experiência que o sujeito constrói sua produção, formação e contradição.

O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem à *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1981, p. 16).

A ideologia da classe burguesa é propagada para toda a sociedade, por meio da Superestrutura, numa relação dialética entre sociedade política e sociedade civil. Esta, para Gramsci (2011), compreendida como elemento privado, conjunto das instituições sociais, como a Colônia de Pescadores Z-16. Isso significa que o Estado burguês, ao mesmo tempo que propaga sua ideologia para a sociedade, também é influenciado pelas ações da sociedade civil, porque é parte constituinte dele. Assim, o Estado, como instituição política, exerce poder ideológico para com a sociedade, mas também é influenciado pela ideologia da sociedade civil, numa relação de contradição.

Portanto, a *práxis* política dos pescadores da Z-16, materializada na experiência histórica de suas relações cotidianas, se efetiva num conjunto de relações socioeconômicas, políticas e formativas, inter-relacionado com as políticas do Estado: “ [...] na noção geral de Estado, entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção)” (GRAMSCI, 2011, p. 269). A partir dessa concepção de Estado baseada em Thompson (2011), compreendemos as relações de produção-formação dos pescadores da Z-16, articuladas com o todo da sociedade. Trata-se de uma postura de sujeitos que não esperam as políticas do Estado se materializarem, mas as provocam, reivindicam, organizam-se e mobilizam-se para a efetivação das ações do Estado em prol de seus movimentos, porque compreendem o jogo de interesses presente no contexto da sociedade.

Hoje, podemos constatar que o sistema democrático representativo é, por excelência, a forma política do Estado capitalista na era da globalização, em que, por meio de eleições sucessivas – crescentemente dominadas por dinheiro gasto em profusão para a propaganda, além dos elefantes, burrinhos, marionetes e do poder das mídias – os cidadãos escolhem “livremente” delegar o poder a uma elite de seus representantes, que acabam se transformando em profissionais da política e deixam aos outros a possibilidade de exercitarem, apenas de vez em quando, seus controles como simples diletantes cada vez menos escutados. Exatamente como no cristianismo católico, em que os fiéis confiam tudo ao clero: opções morais, dogmas, questões ético-políticas e, por fim, destinação dos indivíduos ao

inferno ou ao paraíso. No entanto, este (o clero) vive, como sabemos, bem distante do que prega: uma ruptura da vida social que não nos permite esperar um desenvolvimento futuro tranquilo (MANACORDA, 2012, p. 62).

Isso posto, a *práxis* política dos pescadores da Z-16 se materializa no cotidiano de sua existência, numa relação histórica de contradição com o Estado burguês, iniciada muito antes da década de 1980 e propagada na vida desses sujeitos de diversas formas, seja por meio das políticas do Estado seja por meio de seus próprios instrumentos de trabalho. Esses instrumentos, por sua vez, vêm ganhando espaço nos saberes da lógica do capital, por serem também uma fonte de acumular lucros, como destaca Martins (2011): “[...] diversos materiais de pesca que antes eram construídos pelos pescadores, hoje são comprados o que faz ‘valorizar’ um saber descontextualizado de sua realidade, um saber apropriado por uma classe que domina os intelectuais para produzir, pensando somente no lucro”. Nessa mesma direção, Semeraro (2006, p. 141) destaca que: “[...] ficamos sabendo que havíamos ingressado na era da imagem, da ‘sociedade do conhecimento’, da informação ‘*just in time*’, na época do ‘capital cultural’, onde o saber deve ser servido como mercadoria nas formas folhetinescas para garantir a atração do grande público”.

Tal postura se confirma na fala do Pescador 4, quando questionado sobre a fabricação de seus instrumentos: “[...] às vezes a gente compra feito, a maior parte a gente compra feito assim no começo a gente fazia [...] agora não, a gente compra feito, a rede, o espinel, o anzol, o náilon e prepara na casa para gente trabalhar”. O discurso desse pescador demonstra como a lógica do capital vai se introduzindo nas atividades dos pescadores da Z-16. A propagação dessa lógica é consequência da permanência expansão do modo de produzir do capitalismo, que transforma tudo em mercadoria e, ao mesmo tempo, insere a potencialidade dos pescadores na lógica do mercado. Com isso, produtos que antes os pescadores fabricavam, hoje muitos deles preferem utilizar os fabricados por outros saberes, com outras finalidades.

Para o meu pai tecer uma malhadeira ele comprava fibra e ia tecer, fazia malhadeira com quinze metros, vinte metros, para pegar o peixe, agora não, agora você vem na loja compra o material que você quiser para pescar, a malhadeira já vem até entalhada, ou seja, pronta para o uso, tem pescador que malha, malha, malha com a rede, quando já não presta mais, já está só buraco, joga fora, não vai consertar, prefere comprar outra (PESCADOR, 4).

Logo, a presença da lógica do capital na vida dos pescadores se materializa no cotidiano de suas atividades, seja pela presença do Estado seja nas relações de trabalho, por

meio dos instrumentos, que passam a ser produzidos por outros saberes (ou saberes expropriados dos trabalhadores), distantes da realidade dos pescadores da Z-16. Verificamos, com isso, que a luta de classes dos sujeitos pesquisados se materializa nas experiências cotidianas, produzidas historicamente, e é disso que nos fala Thompson (2011), quando se refere à classe, destacando que ela é um processo construído a partir das experiências desenvolvidas historicamente numa relação de contradição:

A classe acontece quando alguns homens, como resultados de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais (THOMPSON, 2011a, p. 10).

Como as experiências de trabalho, de movimento, de *práxis* política dos pescadores da Z-16 constituem um processo no contexto de suas relações de produção-formação, os sujeitos vão se objetivando no espaço junto com seus pares, conforme explica o Pescador 3: “*O projeto da fábrica de palmito, de gelo, o laboratório de alevinos, tudo é resultado da Colônia, todos estão funcionando*”. São atividades produzidas nas relações de contradições, de modo que essas ações são organizadas politicamente para alcançar seus objetivos, mas, ao mesmo tempo, se deparam com relações políticas, que se articulam com os interesses da classe dominante, representada pelo Estado burguês.

[...] aí procuro reviver a nível do conhecimento o processo contraditório em que diferentes segmentos de trabalhadores rurais, ao fazer valer seus interesses, agrupam-se, aliam-se e enfrentam as outras classes e o Estado, forjando-se a si mesmos como sujeitos coletivos históricos, força social e política, com identidade sociocultural própria e práticas específicas de organização e participação (GRZYBOWSKI, 1987, p. 14).

No entanto, a *práxis* política dos pescadores artesanais Z-16 não resulta de planos de grandes mudanças sociais, mas das lutas que se travam por meio de sua organização, para dar conta de sua subsistência. Essa organização resiste (e às vezes absorve) as políticas postas pela classe dominante, materializadas no cotidiano desses pescadores. Além disso, fica explícito que a ideologia da classe dominante está presente no cotidiano dos sujeitos pesquisados, uma vez que muitos dos pescadores estão deixando de fabricar seus instrumentos de trabalho e preferindo comprá-los no comércio. Isso contribui para a descaracterização histórica dos saberes dos pescadores, saberes esses de natureza cultural, herdados de geração

para geração, e que aos poucos vão perdendo espaço para a lógica do mercado. Porém, os saberes sob ao domínio da classe dominante inter-relacionam-se, ao mesmo tempo, com os saberes dos pescadores, para dar conta de garantir sua subsistência. Com isso, a luta de classes desses pescadores se materializa no dia a dia de suas atividades, nas relações de contradição, na *práxis* política, no fazer cotidiano e nos saberes.

A *práxis* política e a luta de classes dos pescadores da Z-16 são, portanto, produtos de suas experiências, materializadas no cotidiano de suas atividades, numa relação de contradição com a própria entidade Z-16 e com as políticas desenvolvidas pelo Estado. Todavia, a contradição interna se efetiva nas relações de interesses, de modo que nem todos os afiliados pescadores comungam com as ideias do coletivo, mas, mesmo assim, assumem a postura de pescador da entidade. A contradição para com o Estado se materializa, logo, nas relações socioeconômicas e políticas, pois, ao mesmo tempo em que a Z-16 luta para garantir sua subsistência, no contexto de sua organização interna, apresenta uma experiência de resistência às ações do Estado burguês, apropriando-se desse órgão para contribuir no desenvolvimento de suas ações em prol de coletivo de pescadores.

3.3 PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16 COMO CONTRADIÇÃO

Nesta seção, abordaremos o posicionamento político dos pescadores da Z-16, como contradição que se materializa em suas relações cotidianas, no movimento interno da própria entidade, e relacionada à ideologia da classe dominante.

Quando os pescadores se alinham com as ações do Estado, assumindo junto com esse políticas que se subsidiam suas necessidades, como o seguro-defeso, demonstram a contradição que marca o posicionamento da entidade, ora se articulando politicamente como fração de uma classe que nega as políticas do Estado contrárias aos seus interesses, ora se aproximando desse Estado burguês que atende algumas de suas reivindicações.

A política é uma *práxis* que, em última análise, está direcionada para a totalidade da sociedade, contudo, de tal maneira que ela põe em marcha de modo imediato o mundo fenomênico social como terreno do ato de mudar, isto é, de conservar ou destruir o existente em cada caso; contudo, a *práxis* desencadeada desse modo inevitavelmente é acionada de modo mediado também pela essência e visa, de modo igualmente mediado, também à essência. A unidade contraditória de essência e fenômeno na sociedade ganha na *práxis* política uma figura explícita (LUKÁCS, 2013, p. 502-505).

Essa *práxis* política, materializada no cotidiano dos homens, com destaque para os pescadores da Z-16, pode contribuir para conservar a estrutura social vigente, mas, ao mesmo

tempo, essa mesma *práxis* contrapõe-se a essa estrutura, construindo alternativas de mudança. O caráter conservador da *práxis* se revela quando a fração de classe assume a ideologia e o posicionamento político do sistema que impera na sociedade atual. O contrário também é verdadeiro, os pescadores também afirmam seus interesses demonstrando que não há uma *práxis* política totalmente alienada, ou progressista, mas uma *práxis* política que ora afirma ora nega a identidade de classe, porém, nessa negação, possibilita a não negação, porque amplia os espaços de transformação.

Se a vida de todo o dia se tornou o refúgio dos céticos, tornou-se igualmente o ponto de referência das novas esperanças da sociedade. O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais (MARTINS, 1998, p.2).

É nesse campo de contradição que se materializa a *práxis* política dos pescadores da Z-16, que são homens, mulheres, jovens e crianças que produzem e reproduzem o coletivo de pescadores, vivendo na esperança e na desesperança de dias melhores. Acreditam, pois, nas suas organizações, confiam e desconfiam de seus representantes sociais.

Depois que a Colônia passou para as mãos dos pescadores, quando o presidente da Colônia passou a ser pescador, o negócio melhorou, acho que o que me levou a filiar nessa entidade não foi somente por benefício, que a gente ganha no período da piracema, mas pela minha aposentadoria, porque um dia iremos precisar disso, com cinquenta anos que tenho, perto de me aposentar, precisava me afiliar cedo na Colônia, pois, hoje o INSS quer quinze e dezesseis anos de carência, estou apenas com quatorze, acho que até eu completar sessenta anos, já estou passando (risos) da carência que eles querem (PESCADOR, 4).

Numa primeira observação, a fala do pescador não apresenta preocupação para além da lógica do sistema vigente, de modo que sua filiação na Colônia Z-16 teve como objetivo garantir sua aposentadoria, demonstrando, com isso, que não tem preocupação com mudanças mais radicais no cotidiano de suas relações produtivas, a partir do posicionamento político da entidade em que participa. Garantir seu direito perante o Estado burguês basta para dar conta de continuar sua existência. Para Lukács (2013, p. 523), “[...] o antagonismo entre querer e poder expressa, sobretudo, o modo antagônico da *práxis* política em seus dois polos, no sentido de que, para a classe dominante, basta a reprodução normal e até a reprodução não tão anormal da vida para manter o *status quo* [...]”.

Todavia, numa observação mais detalhada, a postura do pescador demonstra uma *práxis* política que também fortalece a organização dos pescadores, “[...] *hoje o INSS quer quinze e dezesseis anos de carências, estou apenas com quatorze, acho que até eu completar sessenta anos, já estou passando (risos) da carência que eles querem*”. Essa atitude do pescador é, sim, uma postura política, porque filiou-se numa entidade que lhe representa como sujeito histórico, construtor das relações de produção-formação num contexto diverso, inter-relacionado com incerteza, mas seguro de uma postura objetiva, fortalecida nas experiências do coletivo de pescadores: “[...] no desencontro do homem e daquilo que faz há também um encontro e um ato de criação histórica e social” (MARTINS, 1998, p. 1).

É nessa perspectiva que defendemos a contradição como conteúdo da *práxis* política dos sujeitos analisados. Uma postura que fortalece o coletivo dos pescadores, mas também que legitima, e, às vezes, reproduz a ação do Estado. Rodrigues (2012, p. 256) destaca que os pescadores da Colônia Z-16 possuem posicionamento político que se articula com as ações do Estado burguês: “[...] ao mesmo tempo em que os pescadores constroem saberes como relação de oposição às ações do Estado, no interior da Colônia de Pescadores, também vão assimilando as políticas desencadeadas pelo Estado como mecanismos de fortalecimento de seu processo organizativo”. O Estatuto da Colônia Z-16 (2014, p. 9), por exemplo, no artigo 38, inciso I, diz: “[...] *termos de parcerias, convênios e contratos firmados com o poder público para financiamento de projetos na sua área de atuação*”.

O sistema vigente, segundo Mészáros (2005, p. 42), constrói concepções que ultrapassam as instituições⁵⁰ formais de educação, produzindo ideologias capazes de naturalizar as adaptações das concepções de produção capitalista: “As determinações gerais do capitalismo afetam profundamente *cada âmbito particular* com alguma influência na educação, e de forma nenhuma apenas as instituições educacionais formais”. O lucro do capitalismo requer o controle dos segmentos da sociedade, como, por exemplo, o Estado, as relações de trocas e o trabalho, na concepção de subordinação do mercado. Realidade essa presente no cotidiano dos pescadores pesquisados, quando mencionam que a melhoria da condição de vida é produto das articulações da Z-16 com as instituições estatais.

⁵⁰ “A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma ‘internalizada’ (isto é, pelos indivíduos devidamente ‘educados’ e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas” (MÉSZÁROS, 2005, p. 35).

A maior avaliação foi os recursos que a Colônia conseguiu para o nosso pessoal, são muitos milhões de reais que entra no município, a própria mídia reconhece isso, pois conseguimos o maior recurso sobre o seguro-desemprego dos pescadores, esse ano vai entrar quinze pescadores para receber seguro, esse recurso vai ser distribuído aqui no município, todo mundo vai melhorar um pouquinho, a gente corre no interior as casa do nosso pessoal que era naquele tempo coberto com palha, casa de açazeiro, ainda cheguei a morar em barraca de açazeiro, agora não encontra uma barraca de açazeiro. (PESCADOR, 3).

Esses pescadores estão se organizando para melhorar sua condição de existência, porém as melhorias são materializadas a partir de sua relação de negação e legitimação de uma instituição que representa a classe burguesa, como o INSS, que, ao mesmo tempo em que cumpre uma função que permite a reprodução da força de trabalho necessária ao capital, responde a demandas dos trabalhadores. É nessa relação de afirmação e negação da ideologia burguesa, materializada a partir da ação do Estado, que os pescadores da Z-16 vão se afirmando como sujeitos de uma fração de classe.

[...] tornei coordenador da minha comunidade, passei a contribuir na conscientização do povo da importância que tinha o nosso direito, lutar pelo nosso direito como pescador, a gente não tinha direito nenhum, às vezes ficava velho na pesca era quando ia se aposentar, não tinha entidade nenhuma para se representar era um grande problema, estamos cientes da importância de lutar pelo nosso direito através da Z-16 (PESCADOR, 6).

A luta pelos direitos destacada na fala do pescador se refere aos benefícios assegurados pelo Estado, como aposentadoria, seguro-defeso, entre outros. Rodrigues (2012, p. 266), apoiado em Novaes (2002), menciona que os trabalhadores, ao se beneficiarem das políticas do Estado, estão se acomodando diante da lógica do sistema vigente: “Os trabalhadores presentes nesses espaços ao se apropriarem das políticas conjunturais desenvolvidas pelo Estado não deixam de estar se acomodando à ordem do capital, caindo-se em um processo de *degeneração* política em proveito dos interesses do mercado capitalista”.

O Estado possui, para Marx (2010b), um posicionamento político em prol da classe dominante, pois “[...] o Estado é um aparelho para o exercício do poder não visando ao interesse geral, mas servindo ao interesse de um grupo particular, a classe dominante” (CARNOY, 1986, p. 20). Dessa forma, a concepção de Estado em Marx se pauta na desigualdade social e nos conflitos entre as classes, impulsionado pela concentração da propriedade privada sob o comando da classe capitalista⁵¹. Essa concepção de Estado se

⁵¹ “Em *O Manifesto*, de janeiro de 1948, o Estado, ou seja, o poder político no sentido próprio da palavra, é definido, sem rodeios, como o poder organizado de uma classe para a opressão da outra (W.4, p. 482). Em

materializa no conjunto das instituições sociais com poder repressivo, para impedir o antagonismo de classe, privilegiando a burguesia, e contribuir para a manutenção do poder instituído sobre a classe desfavorecida.

Na obra *18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx (2000) ressalta que o Estado se torna um instrumento ausente dos interesses da maioria, por se constituir como uma estrutura juridicamente própria, materializada na burocracia, e que somente ele compreende, tornando-se um órgão independente, à parte da sociedade. Fica evidente a burocracia do Estado nas atividades dos pescadores da Z-16, quando eles precisam dos serviços desse órgão, não se resolve com facilidade, como ressalta o Pescador 8: “[...] *incluir o pescador no sistema, para ser reconhecido como filiado da Z-16, não é fácil, a própria coordenação da entidade às vezes não consegue, parece que alguém está por trás impedindo a filiação, para resolver é necessária ajuda de advogado*”.

Como se observa, o Estado que apresenta política de incentivo aos pescadores constrói, ao mesmo tempo, instrumento que dificulta o acesso dos pesquisados aos seus direitos conquistados historicamente. É essa contradição de se efetiva na *práxis* política dos pescadores, mesmo porque, em uma concepção baseada em Gramsci (2011), a Z-16 também pertence ao Estado, como representante da sociedade civil.

Este estudo leva a certas determinações do conceito de Estado, que habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais) (GRAMSCI, 2011, p. 267).

Os intelectuais, na concepção gramsciana, são sujeitos concretos, que vivem a realidade presente, que se articulam em prol de sua classe, contribuindo para produzir um conjunto de elementos socioeconômicos, políticos e formativos, capazes de se contrapor às ideologias da lógica da classe dominante. São sujeitos que vivenciam as experiências reais de articulação política, no coletivo de suas relações sociais. Os intelectuais estão inseridos, dessa forma, na sociedade civil, contribuindo como intermediadores entre os sujeitos na base organizativa e a administração da sociedade política.

particular, o Estado liberal moderno nada mais é que o comitê dos negócios da burguesia (W. 4, p. 464), que, obviamente, segundo as diversas situações históricas, pode exercitar o poder, ora de forma democrática, ora de forma autoritária, e até mesmo fascista, sem que mude seu significado de estrutura de classe do poder político para o domínio sobre a sociedade toda. Resta pouco a fazer: o poder permanece sempre poder” (MANACORDA, 2012, p. 61).

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa da vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanentemente”, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanística histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político) (GRAMSCI, 2011, p. 230).

Gramsci amplia a concepção de Estado de Marx (2012a, p. 45), reconhecendo que não somente uma “[...] máquina governamental ou o Estado, na medida em que, por meio da divisão do trabalho, forma um organismo próprio, separado da sociedade [...]”, ou seja, o Estado, transforma-se num espaço centralizador no campo jurídico, militar, com sua força repressiva, no sentido de intimidar a sociedade. Complementando esse raciocínio, Carnoy (1986) apresenta o conceito de Estado em Marx:

[...] embora ele reconheça que este Estado pode ser afastado, em certos momentos na história, do controle direto da burguesia (por exemplo, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*), o conceito geral marxista de Estado compreende uma sociedade historicamente determinada onde o Estado age como um comitê da classe dominante, um comitê cuja função é organizar e concentrar o poder repressivo, a fim de manter o controle da classe dominante sobre a produção (CARNOY, 1986, p. 20).

Essa construção do Estado em Marx se efetiva a partir das relações de produção, base econômica da sociedade, compreendida também como sociedade civil⁵². Nesse sentido, Marx e Engels (2009) afirmam que as condições materiais impulsionam as estruturas da vida social, cujos aspectos políticos, ideológicos e jurídicos possuem suas especificidades, mas, no contexto da sociedade, esses elementos se inter-relacionam dialeticamente, configurando-se como relações materiais de existência.

Todavia, essa concepção de sociedade civil desenvolvida por Marx e Engels (2009, p. 98-99) está pautada na estrutura econômica burguesa, isto é, na relação conflituosa entre trabalho e capital, concentrando na propriedade privada, no lucro, na subordinação de uma classe à outra: “[...] a sociedade burguesa, em sua totalidade, é guerra de uns contra os outros, somente delimitados entre si por sua individualidade, o movimento geral e desenfreado das potências elementares da vida, livre das amarras dos privilégios”.

⁵² “A forma de intercâmbio condicionadas pelas forças produtivas existentes em todas as fases históricas e que, por sua vez, as condiciona, é a sociedade civil [...]. Vê-se aqui que esta sociedade civil é a verdadeira fonte, o verdadeiro cenário de toda a história. [...] a sociedade civil abrange todo o intercâmbio material dos indivíduos, no interior de uma determinada fase de desenvolvimento das forças produtivas” (MARX; ENGELS, 2009 p. 52-53).

A burguesia, enquanto poder econômico dominante, constrói estruturas legais para conformar a sociedade, impedindo o conflito entre as classes, e, no contexto dessa conformação, ela se fortalece e se mantém no poder do Estado. Nossa análise, porém, pautada em Gramsci (2011), permite perceber que, além da sociedade política, o Estado compõem-se também de sociedade civil, compreendida como o conjunto de organismos sociais, como a Z-16, com função de intermediar as correlações de forças políticas com o projeto da classe dominante.

O desafio maior dos pescadores da Z-16 é conquistar alguém que possa nos representar na câmara dos vereadores, na prefeitura municipal, no governo do estado, onde tenha um governo que possa dar suporte aos pescadores, esse é um dos nossos problemas. Já tentamos fazer deputado não conseguimos, porque o nosso eleitorado é livre para votar em quem quiser, ninguém aponta ninguém, a gente anuncia o candidato, mas ainda não conseguimos eleger um que nos represente. Se a gente tivesse todos esses requisitos ao nosso favor, os trabalhos da Colônia Z-16 andavam mais rápido, como, por exemplo, o prédio que temos, poderia ser aprovado verba para a construção de outro local que pudesse dar melhor suporte para nós (PESCADOR, 8).

A fala do pescador demonstra uma das formas de participação no Estado como agente autônomo da sociedade civil, exercendo sua participação no contexto da sociedade política, manifestando que a classe dominante não concentra somente a força da coerção, mas também negocia as relações ideológicas e políticas. São experiências dos pescadores da Z-16, que vão se afirmando como sujeitos ativos, construindo consciência por meio de uma realidade que aprisiona, mas que possibilita transformar um espaço dogmático, em um cenário a favor dos pescadores.

[...] não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre sua situação determinada. (THOMPSON, 1981, p. 182).

Contraditoriamente, os pescadores da Z-16 se beneficiam do Estado, seja por meio de benefícios junto ao INSS, de normas jurídicas de seguro-defeso, seja por meio da possibilidade do acatamento de projetos vinculados aos interesses dos pescadores, como frisa o Pescador 8: “[...] através da Z-16, pode-se ter auxílio-doença, auxílio-maternidade, auxílio-acidente, pensão por morte, se for o caso, então todos esses benefícios essa entidade vem ajudando os ribeirinhos (pescadores) que estão filiados na Colônia”. Trata-se de políticas estatais para atender às necessidades socioeconômicas desses sujeitos, pois “[...] o Estado

também contribuiu com o fortalecimento dos pescadores enquanto entidade organizativa e representativa dos seus interesses, sendo por eles dirigida, ao desenvolver políticas assistencialistas junto àqueles [...]” (RODRIGUES, 2012, p. 263).

A construção do Estado burguês é produto, como já dissemos, do conjunto de instituições sociais, e, na relação com este, os pescadores constroem também *práxis* política. Em outros termos, a Z-16, como uma das representações da sociedade civil, compõe a estrutura do Estado numa relação de contradição. Nessa relação, os pescadores vão construindo espaços de participação na sociedade e reconhecimento de seus direitos como trabalhadores da pesca, que é um dos elementos conquistados por esses sujeitos, como fica evidente na fala do Pescador 9, primeiro conselheiro da coordenação dos pescadores da comunidade do Tem-Tem:

Depois que o companheiro Juvenal assumiu a gestão da Z-16, houve mudança na vida de todos os pescadores, porque os pescadores passaram a saber de seus direitos, o seguro-defeso. Os pescadores começaram a ganhar esse benefício, a partir de 1991. Recebi o meu em 96, assim, todos os companheiros foram sabendo, os pescadores que não era inscrito na Colônia foram se filiando, não se filiavam porque antes era somente para pagar, não ganhava nada, não tinha retorno nenhum. Então, desde quando houve essa mudança, os pescadores assumiram a gestão da Colônia, foi uma vitória muito grande para todos os pescadores, sem dúvida (PESCADOR, 9).

A conquista dos direitos dos pescadores é produto das relações históricas, construídas por esses trabalhadores ao longo de suas experiências como movimento social e como integrante da sociedade civil, já que “[...] o Direito não se mantinha polidamente num ‘nível’, mas estava em cada nível: estava imbricado no modo de produção e nas próprias relações de produção [...]” (THOMPSON, 1981, p. 110), ou seja, a conquista dos direitos são relações de contradição, no contexto das lutas de classes, de modo que, diante de um Estado que fortalece as ideologias sociais em prol da classe dominante, é forçado a negociar os direitos da classe trabalhadora.

No entanto, essa relação de assistencialismo estabelecida entre Estado e a Colônia de pescadores foi, segundo Rodrigues (2012, p. 264), parcialmente superada, apesar de essa forma de política ter prevalecido no contexto das duas gestões antes de os pescadores assumirem a direção da Z-16, a partir da década de 1990: “[...] historicamente, essas lutas dos pescadores artesanais de Cameté pela ressignificação da Colônia aos seus interesses de classe consubstanciaram-se em uma ruptura à forma como o Estado nela atuava desde suas origens [...]”. Essa concepção de Estado demonstra a relação de opressão, mas que, ao mesmo tempo,

alinha-se a uma concepção de Estado que considera a Z-16 como organismo privado, logo, pertencente também do Estado.

Desse modo, embora os direitos dos pescadores estejam relacionados com as relações de produção-formação, eles ainda reconhecem esses direitos como elemento fundamental de sua identidade de classe e, por conseguinte, como uma esperança de dias melhores. Ao questionarmos o Pescador 10 sobre o motivo que o levou a filiar-se na Colônia, ele respondeu. *“Olhe, foi o seguinte, Colônia é uma entidade que ampara o pescador com alguns benefícios, com 59 anos que já estou, já estou querendo meter meu papel no INSS, se a pessoa não for filiada no sindicato ou na Colônia, o negócio complica pra se aposentar”*. Para Engels (2015, p. 314), “[...] o Estado moderno [...] é apenas a organização que a sociedade burguesa monta para sustentar as condições exteriores gerais do modo de produção capitalista contra-ataques tanto dos trabalhadores como de capitalistas individuais”.

Isso demonstra que a Z-16 materializa sua ação política numa relação de contradição para com o Estado burguês, uma relação historicamente construída. Vale ressaltar que, a partir da década de 1990, houve forte mudança na estrutura do Estado⁵³, esse, por sua vez, torna-se mais empresarial do que social. Isso significa que o Estado vem ampliando ainda mais suas políticas que visam à reprodução do capital, e, embora tenha mudado o posicionamento do Estado para com a sociedade civil e suas organizações, seus objetivos originais são conservados: “[...] pois caso não se valorize um determinado modo de reprodução de sociedade como o necessário quadro de intercâmbio social, serão admitidos, em nome da reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos [...]” (MÉSZÁROS, 2005, p. 25).

A partir do período em que a Colônia Z-16 passou a ser gestada pelos pescadores, comenta Rodrigues (2012, p. 264), o Estado estava sendo cobrado por políticas mais efetivas para com os pescadores: “[...] há, nesse sentido, uma reelaboração de valores no tocante ao papel dos pescadores no interior do Estado, de modo a não serem eles a estarem a serviço do Estado, mas o Estado a desenvolver ações que lhes oportunizem a melhoria da qualidade de

⁵³ “Hoje, podemos constatar que o sistema democrático representativo é, por excelência, a forma política do Estado capitalista na era da globalização, em que, por meio de eleições sucessivas- crescentemente dominadas por dinheiro gasto em profusão para a propaganda, além dos elefantes, burrinhos, marionetes e do poder das mídias- os cidadãos escolhem ‘livremente’ delegar o poder a uma elite de seus representantes, que acabam se transformando em profissionais da política e deixam aos outros a possibilidade de exercitarem, apenas de vez em quando, seus controles como simples diletantes cada vez menos escutados. Exatamente como no cristianismo católico, em que os fiéis confiam tudo ao clero: opções morais, dogmas, questões ético-políticas e, por fim, destinação dos indivíduos ao inferno ou ao paraíso. No entanto, este (o clero) vive, como sabemos, bem distante do que prega: uma ruptura da vida social que não nos permite esperar um desenvolvimento futuro tranquilo” (MANACORDA, 2012, p. 62).

vida, pelo menos a amenizando [...]", porém o autor não apresenta indicadores que possam caracterizar o que se chama de qualidade de vida. Nossa análise, demonstra que a *práxis* política dos pescadores da Z-16 ainda é um desafio, mesmo com a gestão nas mãos dos pescadores, conforme pode ser observado na fala do Pescador 10:

Olha, agora no momento a gente está atravessando como diz o homem, "a crise", essa por sua vez está para todo lado, a crise econômica do país está afetando não somente São Paulo, Rio de Janeiro, mas também, nós pescadores, todos nós estamos sofrendo. A Colônia ajuda por uma parte, como pescador queremos viver tranquilo, por isso não trabalhamos somente com a pescaria de anzol, criamos peixe também, a gente tem um viveiro de peixe no Cuxipiaí, a gente vem aqui na sede da Colônia, como sócio da entidade, tendo dinheiro ou não, se eu quiser, levo 1.000, 1.500, alevino para criação, assim, eles ajudam nessa parte, quando graúdo, trago para vender, pago o valor da Colônia, em torno de 90 ou 100 reais o milheiro, o lucro é meu, assim, se eu trazer 100 peixes, "credo", ganho o dobro, vou ter trabalho, mas vale a pena (PESCADOR, 10).

As dificuldades socioeconômicas dos pescadores em análise têm origem na falta da presença mais efetiva de políticas públicas de Estado para com a sociedade. incluindo os pescadores, porém, como um organismo que está sob o comando de uma classe e dessa se originou, torna-se impossível a esse modelo de Estado construir políticas efetivas para resolver as dificuldades desses trabalhadores, como menciona Mézáros (2005, p. 22): "[...] o sistema capitalista não conseguiria sobreviver durante uma semana sem as suas mediações de segunda ordem: principalmente o Estado, a relação de troca orientada para o mercado, e o trabalho na sua subordinação estrutural ao capital". Reforça ainda o autor que:

*As mudanças sob tais limitações, apriorísticas e prejudicadas, são admissíveis apenas com o único e legítimo objetivo de corrigir algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma que sejam mantidas intactas as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo, em conformidade com as exigências inalteráveis da *lógica global* de um determinado sistema de reprodução (MÉSZÁROS, 2005, p. 25).*

As mudanças na estrutura do Estado não foram motivadas, contudo, por preocupações dos dirigentes estatais com a situação socioeconômica dos pescadores da Z-16, mas sim com o objetivo de manter e ampliar o poder e as ideologias da classe que detém o poder econômico, no sentido de acumular lucro para o grande capital, conforme Marx (2008b, p. 9) havia teorizado: "[...] a moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas". Assim, o Estado não facilitou a abertura política para uma fração de classe, nesse caso a qual estamos

analisando. O que houve foram novas formas de opressão, novas mudanças no gerenciamento da política estatal para com os pescadores da Z-16.

Por outro lado, os pescadores dessa entidade, no contexto de sua *práxis* política, conforme comenta Rodrigues (2012), estão atrelados às condições de subordinação ao Estado burguês. O autor citado apresenta dois elementos antagônicos da condição real da relação dos pescadores da Z-16 para com o Estado, o primeiro está relacionado com o posicionamento de Marx (2008b), em benefício da burguesia, o segundo é “[...] a incapacidade de ele atender às demandas sociais, por serem cíclicos os problemas gerados pelo próprio capital, sempre implicando novas soluções, novos desafios, e estando os trabalhadores em eterna demanda social diante desse Estado” (RODRIGUES, 2012, p. 264).

Essa eterna demanda social, que destaca Rodrigues (2012, p. 266), se materializa em diversas políticas desenvolvidas para os pescadores, sob a forma de benefícios, como o seguro-defeso, os projetos aprovados diante das instituições estatais, e outras ações que esses sujeitos têm adquirido por meio de sua *práxis* política diante do Estado. Para demonstrar as políticas em torno de direitos que os pescadores conquistaram, Rodrigues (2012) cita a fala de um pescador: “A Colônia [...] trabalha pro bem-estar do pescador, pra adquirir o *Seguro-Defeso* e é pra isso; às vezes até *Auxílio-Maternidade* pras nossas mulheres, vão tendo e elas são pescadoras e é uma entidade que também ajuda esse benefício, *Auxílio-Maternidade*, *Auxílio-Doença*” (grifos nossos).

São políticas que o Estado desenvolve para controlar a pobreza, jamais com interesse de superá-la, tal é o caso dos pescadores da Z-16, para quem “[...] a vida cotidiana se tornou um refúgio para o desencanto de um futuro improvável, de uma história bloqueada pelo capital e pelo poder” (MARTINS, 1998, p. 1). Assim, a política do Estado burguês apresenta política pública para impedir revoltas da classe que se opõem. Em outros termos, são ações ilusórias⁵⁴, encobertas por uma exploração visível na *práxis* política dos pescadores em análise, ou seja, “[...] em uma palavra, no lugar da exploração encoberta por ilusões religiosas e políticas ela (a **burguesia**) colocou uma exploração aberta, desavergonhada, direta e seca” (MARX, 2008b, p. 12, grifos nossos).

Contudo, é no contexto desse posicionamento do Estado opressor, centralizador, que os pescadores da Z-16 vão construindo seu espaço político, fortalecendo-se como fração de

⁵⁴ “Como o Estado é a forma em que os indivíduos de uma classe dominante fazem valer os seus interesses comuns e se condensa toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns [*gemeinsamem*] que adquirem uma forma política são mediadas pelo Estado. Daí a ilusão de que a lei assentaria na vontade e, mais ainda, na vontade dissociada da sua base real, na verdade *livre*. Do mesmo modo o direito é, por sua vez, reduzido à lei” (MARX; ENGELS, 2009, p. 112).

classe, por meio de suas organizações políticas internas, como fica evidente na fala do Pescador 8: “*O que está surgindo agora é o acordo de pesca, os coordenadores fazem reuniões, destacando a necessidade de fazer acordo de pesca. Nesse acordo a comunidade tem que estar inserida com o objetivo de preservar, no mínimo quatro meses que é da piracema [...]*”. Essa é uma postura política que não se ausenta da relação com o Estado, de modo que o período da piracema, os meses da desova do peixe, a pesca fica proibida por lei, o pescador ganha um benefício por essa ação, por meio das instituições estatais.

Logo, a relação entre Colônia de Pescadores Z-16 e o Estado é historicamente constituída numa relação de contradição, pois, ao mesmo tempo que as organizações dos pescadores fortalecem o seu coletivo, também contribuem para a legitimação do Estado burguês.

3.4 CONFLITOS INTERNOS E INTERESSES IDEOLÓGICOS NA PRÁXIS POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16

Outro elemento presente na *práxis* política dos pescadores da Z-16 é o conflito de interesses de ideias entre os membros dessa entidade. Essas divergências se revelam nas relações dos pescadores entre si, de modo que as ideias, ou melhor, as ideologias são construídas a partir do significado que a entidade lhe apresenta, portanto, das relações materiais que experimentam. Numa aproximação ao conceito de ideologia, Lukács (2013, p. 480) destaca que “[...] só é possível compreender o que realmente é ideologia a partir de sua atuação social, a partir de suas funções sociais”. Ao conceituar ideologia, Gramsci (1978) aponta vários erros que o termo vem carregando historicamente:

O sentido pejorativo da palavra estendeu-se e isso modificou e desnaturalizou a análise teórica do conceito de ideologia. Pode reconstituir-se facilmente o processo deste erro: *a)* identifica-se a ideologia como algo diferente à estrutura e afirma-se que (sic) não são as ideologias que modificam as estruturas mas o contrário; *b)* afirma-se que uma determinada solução política é “ideológica” e que, por conseguinte, embora se julgue poder modificar a estrutura, é insuficiente para a modificar; afirma-se que é inútil, estúpida, etc.; *c)* passa a afirmar-se que toda a ideologia é “pura” aparência, inútil, estúpida, etc. (GRAMSCI, 1978, p. 85).

Gramsci (1978, p. 85) chama a atenção para a distinção da ideologia historicamente orgânica da ideologia arbitrária, e como a orgânica tem uma necessidade importante para a organização das massas, pois, “Na medida em que são historicamente necessárias, têm uma validade ‘psicológica’, ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno em que os homens se movem, adquirem consciência da sua posição, lutam etc.”. Isso demonstra que o conceito

de ideologia de Gramsci (1978, p. 86) é produto das relações materiais, que são o conteúdo que forma a ideologia: “ [...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias a forma; [...] as forças materiais não se podem conceber historicamente sem forma e as ideologias seriam caprichos individuais sem as forças materiais”. A partir dessa concepção de ideologia, analisamos as *práxis* políticas dos pescadores da Z-16, efetivadas nas relações internas e externas desses trabalhadores/pescadores.

As divergências políticas entre os pescadores se articulam em diversas concepções ideológicas, embora sobressaiam duas: uma, centrada na *práxis* política construída historicamente pela entidade, articulada com outros movimentos sociais, com a Igreja Católica e o Partido dos Trabalhadores (PT); outra, integrada a uma *práxis* política articulada com as ideologias de Governo Federal. Em outros termos, são conflitos que se materializam no contexto do Estado, de modo que há pescadores que se articulam com os interesses da sociedade política, outros assumem posicionamento com a sociedade civil.

[...] agora tem o problema da política, por causa que a Colônia, a base ideológica dela sempre foi o Partido dos Trabalhadores, mas agora o presidente ou o ex-presidente deixou de representar essa base, então houve ambição, está havendo esse problema na Colônia. A base da entidade sempre foi o PT, prova disso, é o prefeito atual de Cameté, que já foi coordenador da Z-16, é petista. Eu não sei o que houve com o ex-presidente Zé Fernandes, ele mudou de partido. Antes, tudo era resolvido em reunião, com uma concepção de partido, com o prefeito, os vereadores, mas agora tem esse problema aí. Que o ex-presidente com os vários coordenadores de base mudaram de partido. (PESCADOR, 9).

Essa fala demonstra as disputas ideológicas nas relações desses sujeitos, de modo que os grupos formados no interior da entidade materializam ideologicamente uma realidade a partir de como percebem, analisam, compreendem e vivenciam o mundo material à sua volta. Para Thompson (2011), a construção da classe social não é algo linear, mas com contínuos e descontínuos, um processo também de conflitos, porque há valores, jogo de interesses, culturas e experiências diferentes e, nessa diversidade, a classe vai se formando, como percebe o Pescador 3: “[...] para Juvenal, Iracy e Zé Fernandes, todos ex-coordenadores da Colônia, contribuíram para chegar onde estamos, até agora digo: a Colônia é nossa, falo o que vejo de errado, vejo algo de errado com os coordenadores de bases, eles se vendem politicamente”. Não é fácil, porém, analisar a realidade e concluir como verdadeira ou falsa.

A sociedade, por ser um conjunto diversificado, possibilita confundir o universal com o particular e, segundo Konder (2002), apoiado em Marx, essa confusão se relaciona com

a divisão de classe, de modo que os indivíduos são induzidos pela ideologia da classe dominante a não compreenderem a realidade a partir da sua singularidade.

Os seres humanos que pertencem a sociedades profundamente divididas são levados a misturar e confundir o universal e o particular. Em seus escritos da segunda metade de 1843, Marx insistia em proclamar que esses seres humanos ainda não haviam conseguido se tornar indivíduos de um novo tipo, capazes de compreender a realidade simultaneamente a partir da ótica de suas respectivas singularidades e a partir da ótica do gênero humano (KONDER, 2002, p. 32).

Podemos considerar, então, o universal e o particular na *práxis* política dos pescadores da Z-16 como elementos materializados nas relações de produção, pois, nessa relação, vários fatores se inter-relacionam, como: força de trabalho; meios de produção e a cultura, elementos esses inter-relacionados com o modo de vida da classe dominante, e com a cultura da classe trabalhadora, para dar conta de sua subsistência. Com relação à cultura, conforme Thompson (2012), ela está imbrincada de costumes, de tradições, de valores, de relações de produção, mas também de conflitos, e analisar as lutas de classes negando esses elementos é fragmentar a história da sociedade civil, aqui representada pela Z-16, que constrói *práxis* política nas relações culturais também conflituosas.

Na *práxis* política dos pescadores da Z-16, circulam interesses de grupos alinhados com as ideias da classe dominante, “iludidos pelo poder”, mas esses mesmos trabalhadores estão juntos, construindo melhorias de condições de vida para a sua coletividade. São ideias, posturas políticas e modos de ver a sociedade, efetivados ao longo do processo histórico. São também elementos que compõem a cultura e as relações sociais, conforme destaca Thompson (2011), para quem entender a cultura é analisar a vida como ela é, ou seja, compreendendo essa cultura num aspecto mais amplo da condição histórica, relacionada com a vida material, em cujo espaço, num jogo de interesses, os conflitos surgem como constituintes desse movimento.

O desafio daqui para frente é não deixar a “peteca cair”, segurar a Colônia nas nossas mãos, nas mãos dos próprios pescadores, porque tem grupo se apontando aí que não são pescadores, já tem uma chapa formado, para disputar a eleição da Colônia, tem um pessoal que já estão capitalizado, não querem ser considerado pescador artesanal, aquele que não tem o grande capital, pescador artesanal tem que ter barco de dez tonelada para baixo, pescador que se diz pescador capitalizado, tem grande barco e outras coisas, comércio etc. por isso que tem essa polêmica aí (PESCADOR, 3).

Há, portanto, grupos de pescadores da Z-16 se articulando para conquistar o poder interno, ou seja, a gestão da entidade. São ideais que se aproximam com a lógica da classe dominante, porque são incentivadas a incorporarem a lógica da disputa competitiva com seus pares. Para Marx e Engels (2009, p. 67), “[...] as ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante”, com isso,

O que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida, de que são conseqüentemente impelidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Está é, em geral, a relação que existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam (MARX, 2000, p. 59).

É contra a imposição cultural de uma classe sobre a outra que Thompson (1981) compreende a cultura, negando uma estrutura linear hegemônica de submissão ideológica. Para o autor, a cultura, pois, é um espaço de resistência, de luta política, econômica e ideológica, mas também um espaço de luta contra-hegemônica contra a classe dominante, porque os sujeitos se organizam, mobilizam e se articulam politicamente no contexto de seu movimento. Assim, a cultura é um campo de interesse e de conflitos entre as classes, que são, por sua vez, produto das relações humanas, com capacidade de mobilização de interesses entre os sujeitos. Essa postura se articula ao contexto das relações dos pescadores da Z-16, conforme pode ser observado na fala do Pescador 3: “[...] *temos coordenador de base que não é do nosso lado na política, vota contra nossa chapa nas eleições, ninguém pode deixar a peteca cair, deixando outro grupo assumir a gestão da Colônia para fazer política partidária*”.

A produção das idéias, das representações, da consciência está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual nos aparece aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção material como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são produtores das suas representações, ideias etc., mas os homens reais, os homens que realizam tal como se encontra condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e pelas relações que a estas correspondem até as suas formações mais avançadas (MARX; ENGELS, 2009, p. 31).

O modelo de sociedade criado por quem detém o poder das relações de produção não é uma construção natural, mas sim uma imagem refletida de uma falsa realidade. Isso ocorre

porque a estrutura econômica que compõem o todo da sociedade é muito complexo, já que, para Levebvre (1991), aparentemente não é possível compreender a verdade dos fatos. Porém, Thompson (1981) reconhece, na experiência, um campo propício para apreender o contexto social, pois, há, para esse autor, uma relação indissociável entre pensamento e matéria, o que proporciona o intercâmbio entre o ser social e a consciência social.

A consciência prossegue o texto de *A Ideologia Alemã*, estará indissolavelmente ligada às condições materiais de produção da existência, das formas de intercâmbio e de cooperação, e as ideias nascem da atividade material. Isto não significa, porém, que os homens representem nessas ideias a realidade de suas condições materiais, mas, ao contrário, representam o modo como essa realidade lhes *aparece* na experiência imediata. Por esse motivo, as ideias tendem a ser uma representação invertida do processo real, colocando como origem ou como causa aquilo que é efeito ou consequência, e vice-versa (CHAUÍ, 1980, p. 25).

Se a estrutura social é um conjunto complexo, a partir do que apresenta Marx, tornando difícil compreendê-la, à primeira vista, então, como a classe dominante se estrutura para apresentar um mundo a sua imagem e semelhança? Já foi mencionado que Marx e Engels (2009) defendem que as ideias são produtos da matéria, e, como se vive numa sociedade de classes, o modo de produzir também é fragmentado, cada indivíduo é impulsionado a assumir seu posto de trabalho, como se isso fosse produto de uma relação natural, essa relação se materializa na consciência humana como verdadeira: “Se a Natureza, pelas ideias religiosas, se ‘humaniza’ ao ser divinizada, em contrapartida a Sociedade se ‘naturaliza’, isto é, aparece como um dado natural, necessário e eterno, e não como resultado da *práxis* humana” (CHAUÍ, 1980, p. 25).

A forma inicial da consciência, de acordo com Chauí (1980), é a alienação, porque as ideias são manifestadas nas relações sociais antes da *práxis*, e apresentam-se à sociedade como um poder, capaz de construir uma imagem superficial da realidade. Isso é possível a partir da divisão social do trabalho, separando o trabalho material do trabalho espiritual, nas relações de produção. Assim, nasce a ideologia.

Nasce agora a ideologia propriamente dita, isto é, o sistema ordenado de ideias as representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, os ideólogos, os intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção material das condições de existência (CHAUÍ, 1980, p. 26).

Como esses produtores de ideologias não estão vinculados às condições materiais, produzem ideias separadas do mundo material, propagadas para toda a sociedade como

verdadeiras. A aceitação da parcialidade dos fatos para a maioria se materializa pela contradição, por isso que há grupos, no movimento interno da Z-16, que se articulam com a ideologia dominante, como frisa o Pescador 8: “[...] *podemos dizer que há uma interrogação no movimento, antes era só a Z-16, agora tem outras associações, dificultando definir quem está do nosso lado ou não, mas vamos trabalhando, com o intuito de dar certo, vamos para cima, mesmo dando problema, tentando solucionar*”.

Essa expressão “[...] vamos trabalhando, com o intuito de dar certo, vamos para cima, mesmo dando problema” se articula com a concepção de Thompson (1981), quando menciona que a formação da classe operária não é algo estruturado, mas sim construído nas relações históricas, numa articulação entre passado, presente e futuro, considerando a particularidade de cada fenômeno social, compreendendo que cada realidade possui especificidades, limitações e contradições próprias.

Há, segundo Marx e Engels (2009), uma contradição no mundo social, materializada nas relações de produção, nas forças produtivas e nas relações sociais, porém as contradições nesses elementos não são percebidas à primeira vista, pois ficam ocultas, o que se propaga para a sociedade é a contradição entre o mundo das ideias e o mundo material. Dessa forma, a classe dominante constrói um conjunto de ideias, a partir de sua concepção, tidas como verdadeiras, por exemplo, “vive-se num país democrático”. No mundo material, isso não é verdadeiro, porque nem todos usufruem dos direitos assegurados na lei, devido a não possuírem as condições materiais para se beneficiarem de direitos, como educação e saúde. Aqui há uma contradição real, entre os que têm condições de usufruir dos bens materiais e aqueles que contribuíram para produzir esses bens, porém não usufruem deles. Chauí (1980) destaca ainda que, nessa relação de contradição entre a classe detentora do poder econômico e a outra que possui apenas a sua força de trabalho, existe outra contradição, a que se situa entre o interesse individual e o interesse coletivo. Contudo, a mesma autora afirma que os interesses não são coletivos, apenas os bens materiais é que estão desigualmente distribuídos na sociedade.

Existem conflitos entre os proprietários e existem contradições entre os proprietários e os não proprietários. Há oposição entre os interesses dos proprietários e há contradição entre os interesses de todos os proprietários e os de todos os não proprietários. Os conflitos (entre proprietários) e a contradição (entre proprietários e não proprietários) *aparecem* para a consciência dos sujeitos sociais como se fossem conflitos entre o interesse particular e o interesse comum ou geral. Na realidade, porém, há antagonismos entre classes sociais particulares, pois onde houver

propriedade privada não pode haver interesse social comum (CHAUÍ, 1980, p. 27).

Dessa relação entre proprietários e não proprietários, surge uma ideia de coletivo, materializada no interior do Estado. Para Marx (2012, p. 43), “[...] os diferentes Estados dos diferentes países civilizados, apesar de suas variadas configurações, têm em comum o fato de estarem assentados sobre o solo da moderna sociedade burguesa, mais ou menos desenvolvida em termos capitalistas”. Como já dissemos, as relações sociais não são lineares, centradas somente no aspecto econômico, mas sim nas relações que se efetivam nos aspectos materiais, sociais e culturais.

[...] mudanças no ser social que dão origem à *experiência* modificada; essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1981, p. 16).

Com essa ideia de coletivo, o Estado promove uma ideologia centrada numa única classe, a burguesia, por meio de um conjunto de elementos, dentre os quais estão as normas jurídicas; isso significa que ele abre, então, espaço para a ideologia política dessa classe. O discurso de coletivo também é utilizado em prol de interesse particular, realidade presente na *práxis* política da Z-16.

Na eleição que teve, houve uma chapa ligada ao Waldoli, prefeito de Cametá, um dos coordenadores de base da Colônia era ligado ao prefeito, o filho do coordenador trabalha aqui na feira, é administrador da feira municipal, pegou um grande incentivo da prefeitura, recurso financeiro para fazer campanha para presidente da Colônia, mas ele não conseguiu voto suficiente para ser eleito. A derrota foi muito grande, eles acreditavam que iam ganhar a eleição (PESCADOR, 3).

As disputas internas na Z-16 se articulam, como podemos observar na fala do Pescador, com os diferentes interesses de indivíduos e grupos sociais, que também disputam o Estado capitalista. Houve, nessa eleição, uma chapa, construída por pescadores que comungam com o posicionamento do Estado burguês, por meio da prefeitura municipal, uma postura muito próxima da cultura política que se quis superar no processo de retomada da gestão da Z-16 pelos pescadores, no início da década de 1990, pois, “A Colônia dos Pescadores era sempre vinculada à Prefeitura, ao poder político. Aí tinha as pessoas que tomavam frente. [...] eram pessoas, trabalhadores da prefeitura, em prol do benefício das eleições políticas” (CARLOS NETO, entrevistado por RODRIGUES, 2012, p. 257).

Essa postura, segundo Rodrigues (2012, p. 257), fortalece o poder do Estado burguês, “Em termos estruturais, a gestão da Colônia dos Pescadores por não pescadores, de que nos fala Carlos S. Neto, cumpria o papel de fortalecer um Estado, na sua esfera municipal, que subsumia o trabalhador aos seus interesses de classe [...]”. Esse posicionamento político dos pescadores se inter-relaciona com a concepção de Gramsci (2011, p. 201), quando este chama a atenção para as diversas funções dos intelectuais, parecendo muitas vezes contraditórias: “[...] a atitude do camponês diante dos intelectuais é dúplice e parece contraditória: ele admira a posição social do intelectual e, em geral, do funcionário público, mas finge às vezes desprezá-la, isto é, sua admiração mistura-se institivamente com elementos de inveja e de raiva apaixonada”.

Ao explicitar as funções dos intelectuais, Gramsci (2011, p. 207) chama a atenção para a intermediação do intelectual com as classes sociais e com o Estado: “A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, [...] mas ‘mediatizada’, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os ‘funcionários’”. Dessa forma, os intelectuais são sujeitos de relações, entre a sociedade política e a sociedade civil, uma postura que não se fixa numa estrutura social, pois é dinâmica dentro de uma relação de contradição.

Assim, a *práxis* política da Z-16 não se ausenta das ideologias da classe dominante, mas chega a reproduzir os conflitos de classes e frações de classes que, muitas vezes, estão representadas por grupos internos de pescadores que se articulam com essas ideologias.

Os conflitos internos ideológicos presentes na *práxis* política dos pescadores da Z-16 são produtos das relações históricas tanto internas quanto externas do movimento dos pescadores. São relações de produção-formação desses sujeitos, construídas a partir de suas experiências como atores sociais, imbrincadas nos aspectos socioeconômicos, políticos e formativos, que se materializam num conjunto de contradições, no contexto diversificado do coletivo de pescadores. Os conflitos ideológicos são produtos das relações da sociedade política com a sociedade civil, provocados pela organização do coletivo de pescadores.

3.5 AS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO-FORMAÇÃO E *PRÁXIS* POLÍTICA DOS PESCADORES DA Z-16

Os pescadores da Z-16, de acordo com Rodrigues (2012, p. 14), produzem conhecimentos na materialidade de suas relações cotidianas, inter-relacionados com suas atividades, “[...] ao objetivar a realidade, transformando-a, vai também constituindo sua

subjetividade, transformando-se em um ser social conhecedor de rios, peixes, processos de pesca e que vai se forjando materialmente ‘no cotidiano da vida do pescador’”. Nessa mesma direção, Martins (2011, p. 71) reforça que “[...] o saber dos pescadores está inter-relacionado ao contexto das atividades de seu trabalho e das relações históricas que constroem de geração em geração”. As falas dos autores são confirmadas na entrevista com os pescadores.

Eu acho que foi a partir de doze, quatorze anos que o meu pai comprou a primeira malhadeira, daí eu foi prestando atenção no momento que ele ia consertar quando rasgava, prestava atenção, quando ele ia tecer um matapi, quando ia tecer uma tarrafa e eu tava lá perto, aprendi e não tive dificuldade, foi fácil, muito fácil mesmo. Hoje eu já ensino para outras pessoas, para meus filhos, têm pessoas que vem comigo pedir para ensinar fazer uma cabeça de tarrafa, eu começo a fazer a cabeça de tarrafa para ele, eu digo: é assim cada carreira de filho você não pode passar para outra malha, você tem que levar até no pé da tarrafa, então a pessoa que presta atenção em poucos dias aprende mesmo. (PESCADOR, 4).

Trata-se de uma formação que se materializa na relação histórica com seus pares e com suas atividades, direcionando para atingir determinados fins, os elementos necessários para suprir suas necessidades. A formação do pescador não acontece, portanto, de maneira aleatória, mas direcionada para a satisfação de suas necessidades. Essa formação humana, a partir da perspectiva marxiana, coincide com a realidade do próprio homem, como consta na terceira tese de Marx sobre Feuerbach:

A doutrina materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação, de que homens modificados são, portanto, produto de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens, e que o próprio educador tem de ser educado [...] (MARX; ENGELS, 2009, p. 124).

O conhecimento não está centrado num único sujeito, mas nas relações consigo mesmo e com os outros, não de forma linear, mas nas relações dialéticas entre sujeito e objeto. Uma relação que considera o homem não somente como ser que pensa, mas que age, construindo a realidade de sua existência em relação com a totalidade social. O questionamento de Marx e Engels (2008b, p. 37), presente nos *Manifesto do Partido Comunista*, referindo-se à classe burguesa, contribui para demonstrar sua concepção de formação “[...] a sua educação também não é determinada pela sociedade? Por acaso vocês não educam através de relações sociais, através de ingerência direta ou indireta da sociedade, com ajuda das escolas?”. São observações que revelam a percepção marxiana de onde as pessoas se formam, nas relações sociais, e que rejeitam a ideia de que formação do indivíduo

aconteça apenas nos espaços escolares ou familiares, reconhecendo que os homens desenvolvem suas capacidades nas diferentes relações sociais que experimentam em sua vida.

Logo, os saberes dos pescadores, para Rodrigues (2012, 149), “[...] não são saberes que resultam de um aprendizado formal, no sentido escolar, mas da relação do homem com a natureza; de uma relação que lhe exige criatividade para produção de conhecimentos, a fim de superar dificuldades, vencer desafios [...]”. Dificuldades e desafios chamam a atenção na fala do autor, porque são sujeitos que constroem conhecimentos e saberes, numa relação dialética com seus pares e com a natureza, ou em processos nada harmônicos, no exercício da profissão, reparando os instrumentos de trabalho, e nas ações que requerem dos pescadores dedicação, ao mesmo tempo conflitando com seu trabalho.

Por isso, ao analisar a formação da classe operária londrina, Thompson (2011) reconhece as relações de conflitos e de transformações dos trabalhadores em suas organizações coletivas: “[...] a história intelectual da Dissidência é composta de choques, cismas, mutações; muitas vezes sentem-se nela os germes adormecidos do radicalismo político, pronto para germinar logo que semeados num contexto social promissor e favorável” (THOMPSON, 2011, p. 43). É nessa concepção que entendemos a *práxis* política dos pescadores da Z-16, uma ação articulada com processo teórico e prático, uma experiência de organização política que promove relações de produção-formação num movimento de contínuos e descontínuos, criticando a sociedade vigente, porque visa à transformação dessa realidade.

A educação é, de acordo com Gramsci (1988, p. 142), uma luta do homem consigo mesmo e com a natureza, que, ao mesmo tempo em que ele interfere na natureza, por meio do trabalho, produzindo cultura, também se educa: “[...] a educação é uma luta contra os instintos ligados às funções biológicas elementares, uma luta contra a natureza, a fim de dominá-la e de criar o homem ‘atual’ à sua época”. Assim, compreende-se a materialização da formação nas atividades dos pescadores da Z-16, como expressa o Pescador 2: “*O que aprendi através da atividade da pesca, foram os apetrechos de pesca, não conhecia, fui vendo, como sim como não, nessa altura pegando uma experiência, envolvendo também meus amigos que são filiados*”.

Para saber fazer os instrumentos da pesca, os pescadores da Z-16 não participaram de escola, nem de curso direcionado para essa atividade, pois aprenderam observando, experimentando, fazendo como seus pares, uma relação entre o desenvolvimento intelectual, por meio de suas observações e análises, mas também por meio de uma prática manual,

porque aprenderam fazendo, experimentando e vivenciando suas atividades. Para Manacorda (2013, p. 231), “[...] produção e trabalho constituem o ponto de referência também para a estruturação das instituições intelectuais e morais”. É nesse sentido que Thompson (1981) analisa a formação da classe operária, um fenômeno que se articula ao longo do processo histórico das relações de produção-formação e transformação.

Logo, a formação dos sujeitos analisados está inerente à dimensão política, de modo que, nas relações de produção, esses sujeitos constroem condições necessárias para sua existência, efetivando-se como ser social, histórico e cultural. Assim, a pesca se tornou para os pescadores da Z-16 uma atividade fundamental, para garantir sua existência, ao mesmo tempo para a sua formação como sujeitos históricos, conforme manifestam as palavras do Pescador 4: “[...] *em mil novecentos e noventa e quatro entrei na pesca, com vinte e dois anos arrumei minha esposa, tenho cinco filhos, daí parti para o trabalho, para criar meus filhos, a pesca foi o principal*”. A *práxis* política desses trabalhadores/pescadores está inter-relacionada com o contexto social, articulando os aspectos socioeconômico, político e formativo:

[...] também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, como obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (e é uma metade completa) pode ser descrita como consciência afetiva e moral. (THOMPSON, 1981, p.193).

Para Martins (2011, p. 73), “[...] os pescadores produzem seus saberes e essa produção faz parte de um processo que requer experimentação, análise, reflexão, esforço e dedicação para com suas atividades”. Em consonância com essa ideia, Rodrigues (2012, p. 149) cita o pescador José Pedro Alves de Pimentel sobre a construção do *matapi* (instrumento utilizado para captura do camarão) e seu uso no processo na pesca, destacando que se trata de: “[...] um conhecimento sobre a produção de uma tecnologia em correlação com sua funcionalidade, demonstrando unidade teórico-prática no domínio de seu ofício de pescador”. Uma ação necessária para suprir as necessidades básicas dos pescadores é também uma atividade política, porque se efetiva nas relações interpessoais, no coletivo de pescadores, muitas vezes com os próprios familiares, um movimento de produção-formação.

A formação do homem, para Marx e Engels (2009, p. 125), está integrada com sua essência⁵⁵, que é construída nas suas relações sociais: “Feuerbach dissolve a essência religiosa na essência *humana*. Mas a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais [...]”. Nesse sentido, o homem é um processo que se materializa nas relações da existência, nas relações dos fatos reais, nas relações materiais de produção.

Sem produzir é impossível a vida humana, pois, somente pelo trabalho, o homem produz os elementos necessários para sua vida. Logo, sem trabalho não há vida. O trabalho, enquanto essência humana, constitui-se também como princípio educativo, pois, para desenvolver o trabalho, o homem necessita de um conjunto de fatores, como, por exemplo, o outro, os instrumentos, a natureza, enfim, já que não é um ser isolado, mas um ser de relações, que depende do coletivo para a sua constituição. É no coletivo que os pescadores da Z-16 se organizam, seja na família, na captura do pescado, seja nas organizações políticas da entidade. São sujeitos que se organizam em diversas dimensões para dar conta da sua existência, posicionamento que se relaciona com a concepção de intelectual orgânico de Gramsci (2011), quando destaca que são homens e mulheres ativos, mediadores de relações entre a sociedade política e a sociedade civil, um processo também de produção-formação.

Uma concepção de formação mais ampla possível compreende que a aprendizagem faz parte da vida, por isso não se aprende em um único espaço e se concretiza de modo ativo, possibilitando ao homem problematizar a realidade em busca de melhores condições de existência, denunciando tudo que o aprisiona e que o impede de ser rico, na expressão de Marx (2009): “[...] apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompa a lógica mistificadora do capital” (MÉSZÁROS, 2005, p. 48). O educador precisa, então, ser educado, uma educação que ultrapasse os âmbitos institucionais formais, compreendendo a formação como um processo histórico que se materializa nas relações sociais.

Essa formação, para Gramsci (2011, p. 212), se efetiva em diferentes ambientes como “[...] escola, academia, círculos de diferentes tipos, [...] instituições de elaboração colegiada da vida cultural. Revistas e jornais como meios para organizar e difundir

⁵⁵ “[...] Feuerbach, dilui a essência que não empreende a crítica dessa essência real, vê-se, portanto, obrigado: 1- a fazer caso omissis da trajetória histórica, fixar o sentimento religioso em si mesmo e pressupor um indivíduo humano abstrato, *isolado*; 2- nele, a essência humana só pode ser concebida como ‘espécie’, como generalidade interna, muda, que se limita a unir *naturalmente* os muitos indivíduos” (MARX; ENGELS, 2009, p. 125).

determinados tipos de cultura”. Isso demonstra que a formação humana se materializa no movimento de participação, de discussão, de debate, de articulação, no contexto do movimento, como fazem os pescadores da Z-16.

Através da participação a gente aprende muita coisa, graças a Deus muita coisa, muitas amizades, muitos colegas que a gente não conhecia passa a conhecer. Então cada vez mais crescer as amizades, crescer a família, a família não é somente aquela que a gente deixa em casa, mas crescer fora de casa também, eu tenho graças a Deus um conhecimento maior, porque não paro somente na minha comunidade, quando paro muito na minha comunidade é uma semana, duas semanas, outros dias estou fora, visito as comunidades, assim dentro desse percurso, dentro de um ano a gente anda muito (PESCADOR, 8).

A formação construída a partir da *práxis* política dos pescadores da Z-16 se pauta no desenvolvimento integral de suas capacidades, no percurso histórico de suas relações, desenvolvendo atividades que proporcionam a sua construção intelectual, a partir de suas experiências construídas no coletivo de pescadores. Uma intelectualidade associada com a realidade material, produzindo uma ideologia contra-hegemônica, a partir de sua maneira de interpretar, de compreender e de relacionar com seus pares e com outros segmentos da sociedade, porque “[...] o homem-massa ativo opera praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica do seu agir que, claro, é um conhecer do Mundo enquanto o transforma” (GRAMSCI, 1978, p. 22), conforme fala o Pescador 7:

Trabalhar na questão de conscientização e acordos de pesca, além disso, temos uns projetos sobre mel de abelha, que estamos planejando contratar assessoria técnica para orientar nesse projeto, um projeto que está muito tempo parado, vamos retomar. A assessoria vem contribuir para orientar não somente no projeto do mel, mas em outros projetos como os tanques de peixes, entre outros (PESCADOR, 7).

É na realidade concreta que esses pescadores vão construindo um conjunto de elementos indispensáveis para garantir sua existência e afirmando-se como sujeito de uma fração de classe. Para Marx e Engels (2009, p. 30), “[...] o fato é, portanto, este: o de determinados indivíduos, que são produtivamente ativos de determinado modo, entrarem em determinadas relações sociais e políticas”. A formação dos pescadores da Z-16 se materializa, portanto, no cotidiano de suas atividades numa relação integrada, uma formação que se articula com os escritos também de Manacorda (2012, p. 74): “[...] esses dois momentos e fundamentos, o político e o social, o cultural e o econômico, ou seja, o liberal e o socialista, devem manter-se sempre presentes, quando se percorrem as vicissitudes de sua reflexão sobre a temática da formação do homem”.

Os pescadores da Z-16 se formam no contexto das relações de produção, no cotidiano de sua vida social, numa relação de contradição, ou melhor, na luta de classes, pois “[...] muito do nosso processo contínuo de aprendizagem se situa, felizmente, fora das instituições educacionais formais” (MÉSZÁROS, 2005, p. 53). Quando os pescadores iniciaram o movimento de luta para se apropriar da gestão da entidade, e a conquistaram⁵⁶ para si, desenvolveram certa compreensão acerca da necessidade de se organizarem em prol de benefícios para pescadores, requerendo políticas do Estado; eles estavam, nesse momento, construindo práticas pedagógicas nas relações de suas ações. Para Mézáros (2005, p. 25), “[...] poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados”.

A formação dos pescadores da Z-16 está, portanto, inter-relacionada com sua *práxis* política e econômica, ao mesmo tempo em que esses sujeitos desenvolvem suas atividades, seja relacionada diretamente com a pesca seja com a organização política referente à profissão de pescador, estão construindo saberes indispensáveis para desenvolver ações em prol do coletivo da Z-16. Nessa relação do pescador consigo mesmo e com a natureza, para Rodrigues (2012), ele se forma como sujeito conhecedor de sua realidade, experiência fundamental para sua subsistência: “[...] nessa perspectiva, o pescador, como trabalhador, vai “atuando sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza” Rodrigues (2012, p. 151).

Ao analisar a organização dos artesãos, em Londres, Thompson (2012, p.99) menciona grupos de trabalhadores que desenvolveram a sua capacidade de organização política, fundamental para sua luta naquele contexto do século XIX: “[...] no sul, a maioria dos membros das sociedades de auxílio mútuo era artesão, e sua organização sindical era a mais firme e estável. Foi também entre eles que os movimentos religiosos e educacionais floresceram e o owenismo criou as mais profunda raízes”. A construção intelectual do artesão foi desenvolvida no movimento da organização, impulsionado pela necessidade à época, pois intensificava-se naquele cenário a presença da lógica do capital na vida daqueles trabalhadores.

Esse cenário se articula com a realidade dos pescadores artesanais da Colônia Z-16, de modo que esses trabalhadores historicamente têm construído *práxis* política, impulsionados

⁵⁶ “Uma das características mais marcantes de todo o grupo que se desenvolve no sentido do domínio é sua luta pela assimilação e pela conquista ‘ideológica’ dos intelectuais tradicionais, assimilação e conquista que são tão mais rápidas e eficazes quando mais o grupo em questão for capaz de elaborar simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos” (GRAMSCI, 2011, p. 206).

pela necessidade de dar conta da realidade presente no seu cotidiano. Um exemplo disso é quando negam uma política de Estado que não tem proporcionado a materialidade dos seus direitos de pescadores, no campo da saúde, da educação, do meio ambiente, entre outros, e eles criticam uma estrutura de sociedade pensada a partir de uma concepção, posicionando-se, ao mesmo tempo, para a construção de uma hegemonia que considere as relações de produção-formação, a partir da sociedade civil, como expressa o Pescador 4:

Para mim o fundamental seria que Colônia tivesse convênio com o governo municipal para implementar sistema de abastecimento de água, que o prefeito ou o governo federal, pensassem nisso, implantasse em cada comunidade, onde há coordenação da Z-16, um sistema de água para dez mil litros, dependendo da localidade, isso seria fundamental. Hoje agente desce aqui numa ponte dessa se ver barquinho com dois, três baldes com água para levar para interior, para suas comunidades. Ou seja, estão carregando água daqui de Cameté. A prioridade para nós, nesse momento seria água com qualidade (PESCADOR, 4).

Partindo da realidade de suas próprias vidas, esses sujeitos analisam que a falta da água, um dos entraves sociais, é produto de uma lógica de sociedade, pensada a partir da classe dominante. Dessa forma, como a vivência nos movimentos sociais possibilita, segundo Gohn (2012, p. 23), a construção de experiências que articulam presente e passado, o passado, produto da negação, opressão, impulsiona para lutar e fazer valer o sonho no presente, pois “[...] experiências vivenciadas no passado, como opressão, negação de direitos, etc. são resgatadas no imaginário coletivo do grupo de forma a fornecer elementos para a leitura do presente” (GOHN, 2012, p. 23). O posicionamento da autora vai ao encontro da *práxis* política dos pescadores em análise, de modo que esses sujeitos se organizam numa entidade representativa, para suprir suas necessidades em diversos campos relacionados à sua profissão.

Quando comecei a participar da Z-16, houve mudança significativa na minha vida. Eu já levei como diz o homem: duas “cacetadas” sobre doença, quem me ajudou foi a Colônia na hora que eu precisei. A primeira doença, foi ferrada de arraia, dessa doença não tive como receber auxílio doença, porque sofri a ferrada em junho, marcaram, agendaram a perícia para final de outubro, não tive condição de comparecer ao INSS, era muita dor, era quatro ferradas num só pé. A Colônia que me ajudou, na pessoa do presidente da época, o Zé Fernandes, gente boa, me ajudou no momento que estava precisando. Quando já estava melhor, outra doença, há uns três meses, sofri mordida de cachorro aqui na cidade, fiquei 45 dias sem andar, quem me ajudou foi novamente a Colônia (PESCADOR, 10).

Essa fala demonstra uma ação coletiva, materializada em uma ação feita em favor de um trabalhador da entidade, mas, ao mesmo tempo, representa a organização e as relações

humanas, inter-relacionadas com a *práxis* política dos pescadores, construída em meio à sua *práxis* produtiva, uma relação entre homem-homem, conforme observa Vázquez (2011, p. 229): “[...] satisfazem necessidades humanas e que só podem ser produzidas na medida em que se plasnam neles fins ou projetos humanos [...]”. Esse projeto humano está voltado também para fazer valer seus direitos, construindo cidadania no movimento de suas relações, como, por exemplo, a assistência à saúde do pescador.

Por isso, os pescadores se organizam, constroem seus instrumentos de luta, como as normas jurídicas da entidade, as assembleias com os filiados, as reuniões com os coordenadores de bases de diversas localidades, a participação em outros movimentos externos, representando a Z-16, a construção de projetos para viabilizar recursos para a entidade, entre outros elementos que proporcionam condições de melhorias de vida para o coletivo dos pescadores. São posturas culturais que se contrapõem a uma estrutura dogmática de sociedade, fortalecendo o movimento de construção de sujeitos dirigentes em prol de uma nova sociedade.

Todo o grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhes dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político [...] (GRAMSCI, 2011, p. 203).

É nesse movimento que os pescadores da Z-16 vão se construindo como sujeitos relativamente conscientes de sua realidade, produzindo, a partir de suas atividades, não somente da pesca em si, mas também das diferentes relações estabelecidas no contexto da *práxis* política, um movimento que proporciona uma nova mentalidade dos pescadores, uma filosofia, que se relaciona com a concepção de Gramsci (1988), que menciona serem os intelectuais homens que constroem posicionamentos autônomos diante da realidade, compreendendo, a partir das relações materiais vigentes, a necessidade de organização política em prol de garantir a existência humana. São sujeitos comprometidos com novas concepções de sociedade no sentido de garantir melhores condições de vida.

[...] a camada dos intelectuais desenvolve-se quantitativamente e qualitativamente, mas qualquer salto para uma nova “amplitude” e uma nova complexidade da camada dos intelectuais mostra-se ligada a um movimento semelhante da massa das gentes simples, as quais se elevam a níveis superiores de cultura e ampliam simultaneamente a sua área de influência, com pontas individuais ou mesmo grupais mais ou menos importantes (GRAMSCI, 1987, p. 24-25).

Com essa postura, observamos a *práxis* política dos pescadores da Z-16, que são sujeitos simples, mas coerentes com sua atividade, comprometidos com uma nova cultura de interpretar a realidade vigente, a partir da organização dessa entidade, conforme o Pescador 4: “*A Colônia para mim é tudo, estou caminhando junto com essa entidade, para mim tudo que eu tenho que estar relacionado com esse movimento, não tenho o que falar, para mim tudo está certo sobre a entidade*”. Trata-se de uma paixão construída no movimento, relacionada com o processo socioeconômico, político e formativo, inter-relacionado com o desenvolvimento da consciência como sujeito, situada em sua objetividade e subjetividade como fração de classe em prol de uma nova história (THOMPSON, 1981).

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, dessa forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigente e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o “bloco histórico” (GRAMSCI, 2011, p. 202).

Esse mesmo autor destaca ainda que “[...] o erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender e, principalmente, sem sentir e estar apaixonado [...]” (GRAMSCI, 2011, p. 202). Com isso, o desenvolvimento do homem tanto no aspecto social, político e afetivo somente é possível na indissociável relação da produção-formação. Esse movimento é destacado na fala do Pescador 7: “[...] *hoje não consigo me imaginar sem a Colônia, sem o seguro-defeso, uma coisa que nos ajuda muito todos nós ribeirinhos, acho que hoje tudo que tenho, tem tudo a ver com a Colônia de pescadores, vivemos disso*”.

Uma proposta de produção-formação humana inteira, que requeira a eliminação da divisão do trabalho, bem como a eliminação da divisão de classes, em prol da emancipação humana, ou melhor, da liberdade do homem⁵⁷, somente será possível quando esse homem se tornar sujeito do ato da produção, ou melhor, quando houver mobilidade nas relações de trabalho, conforme destaca Manacorda (2007, p. 44): “A preocupação de Engels, em 1847, de fazer com que os jovens percorressem [...] ‘o sistema todo da produção’ é, portanto, retomada

⁵⁷ “O homem é homem na medida em que deixa de identificar-se, à maneira dos animais, com a própria atividade vital na natureza; na medida em que começa a produzir as próprias condições de uma vida humana sua, isto é, os meios de subsistência e as relações que estabelece com outros homens ao produzi-la na divisão do trabalho; na medida em que conhece e quer a própria atividade e a configura como uma relação não limitada a apenas uma parte da natureza, mas, pelo menos potencialmente, como uma relação universal ou onilateral com toda a natureza como seu corpo orgânico; e na medida, afinal, em que humaniza a natureza, fazendo da história natural e da história humana um só processo modifica-se a si mesmo, cria o homem e a sociedade humana” (MANACORDA, 2007, p. 74).

com tudo aquilo que se refere à libertação do homem da subordinação a um só ramo da produção e assim por diante”. É evidente que, nessa proposta, não cabe o modo de produção capitalista, pois ele, além de fixar o trabalhador em um só posto de trabalho, torna-o, nessa estrutura, estranho à produção e a si mesmo.

A emancipação humana, para Manacorda (2007, p. 76), somente pode se materializar na apropriação pelo coletivo entre ciência e trabalho⁵⁸, por isso, o autor chama a atenção para uma ciência operativa, compreendida como um conjunto de operações tecnológicas que articulam concepção e execução, num processo recíproco, no qual se materializa a essência humana. Em outras palavras, são ações que se desenvolvem nas diversas faculdades do ser, que pensa em várias dimensões e, ao mesmo tempo, constrói espaços de dominação de todo o processo produtivo, como “[...] escolas também investidas da mais moderna ciência, a tecnologia, destinada, de modo contraditório, a fazer dominar inteiramente não mais um limitado processo produtivo, mas uma totalidade de ramos de produção”.

Esse processo de produção-formação dos pescadores da Z-16 se materializa na totalidade, pois as formulações e o planejamento de suas atividades são construídos e executados por esses sujeitos, conforme fala o Pescador 10: *“O trabalho da coordenação da Colônia é perfeito, quando há uma atividade a ser realizada, como, por exemplo, um trapiche ou compra de alguma coisa, com o recurso da entidade é comunicado a todos através da reunião ou por meio do coordenador de base”*. Para Tonet (2005, p. 149), “[...] é preciso, pois, um saber de base ontológica, regido pelo princípio da totalidade e inseparável da afirmação de que o processo de produção material é a matriz ontológica do ser social”. Compreende-se totalidade como um conjunto de relações históricas, sociais, entre outros elementos construídos ao longo da história pela sociedade. Isso significa não iniciar tudo de novo, mas partir do existente, para elaborar o novo: “[...] com efeito, a maior parte do tempo e das energias no processo educativo são gastos na assimilação de elementos já existentes” (TONET, 2005, p. 138).

Portanto, esse processo não se efetiva na esfera individual, mas sim na esfera coletiva, inter-relacionado com diversos aspectos da dimensão humana, ou melhor, é uma

⁵⁸ “De modo análogo ao que sucede no processo econômico geral da produção da vida (que é o processo de formação do homem enquanto homem, gênero humano, humanidade), no processo específico da formação dos indivíduos e das gerações em seu crescimento fisiológico-psicológico (ou seja, na educação) a exigência inevitável, ou a tendência objetiva e, portanto, o fim, é formar uma vida da comunidade em que ciência e trabalho pertençam a todos os indivíduos” (MANACORDA, 2007, p. 75).

reprodução constituída num processo dinâmico⁵⁹, tendo o trabalho como categoria basilar, porque o homem não trabalha para depois se formar, mas, ao contrário, é no ato do trabalho que o homem busca suprir suas necessidades existenciais e, ao mesmo tempo, se apropria dos conhecimentos sobre si mesmo e também sobre a natureza, dando continuidade à espécie humana.

O processo de formação, nessa perspectiva, é um ato de apropriação⁶⁰ dos elementos socioeconômicos, políticos e formativos, ao longo do desenvolvimento histórico e, para exemplificá-lo, imaginaremos a seguinte situação: ao nascer, o pescador desconhece a dinâmica da atividade da pesca; ao longo de seu desenvolvimento como indivíduo, um conjunto de fatores vai interferindo na apropriação do ato de pescar, uma ação necessária para contribuir na garantia dos produtos indispensáveis para sua subsistência; a apropriação construída nas relações de totalidade, envolvida no contexto de sua existência, proporcionam, enfim, a formação desse trabalhador/pescador.

No planejamento deste ano, a gente estava discutindo uma voadeira para a Colônia para poder ajudar no transporte dos pecadores caso de uma necessidade, doença, por exemplo, entre outros. Também discutimos a possibilidade de um outro prédio, esse já está muito pequeno para os filiados, não suporta nem os funcionários, nem todos os coordenadores. Assim, temos um projeto muito grande que é da Colônia. Discutimos também projetos como: a piscicultura, apicultura, o palmito, então tudo esse assunto está na pauta do planejamento, a gente prioriza o que é mais viável realizar num determinado período de tempo (PESCADOR, 8).

Desse modo, nas relações de produção-formação os pescadores vão se apropriando de conhecimentos, valores, habilidades, comportamento entre outros. Isso, para Tonet (2005, p. 141), “[...] contribui para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano e se

⁵⁹ “Reportando-nos ainda à influência da totalidade social sobre a formação do indivíduo, não podemos esquecer que a reprodução do ser social é um processo dinâmico. Novos problemas, novos acontecimentos, novas e imprevisíveis situações apresentam continuamente. Diante dela o indivíduo deve estar preparado para reagir, encontrando soluções novas, sob pena de não poder dar continuidade à sua existência. Esta reação, porém, não poderá ser de qualquer modo nem puramente individual, mas de maneira que permita a continuidade da existência daquela forma de sociabilidade” (TONET, 2005, p. 139).

⁶⁰ “Ora, este processo de apropriação, por parte dos indivíduos, do patrimônio social, não poderia deixar de ser atravessa pelos antagonismos sociais. Por um lado, o patrimônio, do qual falamos, não é, de modo algum, um todo homogêneo e acabado e muito menos neutro. Ele é um vasto e complexo campo, sempre em processo, do qual, a cada momento e a partir de determinados fundamentos, valores e objetivos, são selecionados, via políticas educacionais, currículos, programas e outras atividades, certos elementos julgados mais importantes. Por outro lado, e também com base em determinados fundamentos, valores e objetivos, serão estruturados métodos para a realização desta tarefa e também destinados recursos materiais. É aqui onde se faz sentir o peso das questões político-ideológicas. Em uma sociedade de classes, o interesse das classes dominante será sempre o polo dominante da estruturação da educação. O que significa que ela será configurada de modo a impedir qualquer ruptura com aquela ordem social. Em consequência, a educação, quer formal, quer informal, será sempre um caráter predominantemente conservador” (TONET, 2005, p. 142).

torne apto a reagir face ao novo de um modo que seja favorável à reprodução do ser social na forma em que ele se apresenta num determinado momento histórico”. A proposta de formação na perspectiva da emancipação humana requer uma mudança na estrutura da sociedade, por compreender que o sistema vigente não proporciona ao ser humano condições para desenvolver as capacidades, habilidades, atitudes e comportamentos em prol do homem onilateral. Esse, por sua vez, constrói sua compreensão de mundo, de natureza e de si mesmo⁶¹ nas relações sociais. Mas, nas *práxis* econômica e política, desenvolvidas nos coletivos autônomos dos trabalhadores, mesmo sob a égide do capitalismo, se encontra o germe dessa nova possibilidade de formação, fundada na ideia de onilateralidade, que articula educação e trabalho, mas este não mais limitado pela alienação e recuperado como trabalho concreto.

Para entender essa perspectiva, Manacorda (2007, p. 108) enfatiza que é necessário unir “[...] com austero rigor, a estrutura da escola à necessidade social de reproduzir a vida, de regular o intercâmbio orgânico com a natureza, em que a liberdade humana se explicita apenas como regulamentação racional desse intercâmbio”. A relação do homem com a natureza é indispensável para a constituição do homem, pois o crescimento de um é também o crescimento do outro, e a produção humana é impossível sem a natureza, cuja transformação implica também em mudança do homem. É nessa perspectiva que se compreendem a produção-formação e a *práxis* política dos pescadores da Z-16, que são sujeitos construtores de espaços em diversas dimensões sociais em prol de sua afirmação como sujeitos históricos, inseridos numa fração de classe trabalhadora.

Por fim, a produção-formação e a *práxis* política dos pescadores da Z-16 são construídos no cotidiano de suas experiências, num contexto inter-relacionado com suas organizações políticas. Trata-se de uma *práxis* que busca proporcionar condições necessárias para a materialização da conquista nos aspectos socioeconômico, político e formativo dos pescadores. Nesse movimento das relações internas e externas da entidade, os pescadores promovem uma concepção de sociedade, por meio da qual questionam o dogmatismo da realidade vigente e, ao mesmo tempo, apresentam uma proposta de sociedade, desenvolvida a partir do coletivo. Isso demonstra que os movimentos sociais, representados aqui pela Colônia

⁶¹ “[...] pois Marx coloca todo esse processo de educação verdadeira e autêntica na própria vida, em que as crianças se integram aos adultos; se acrescentarmos esses conteúdos que ele atribui ao ensino como processo específico a alcançar num local específico, teremos o quadro de uma escola concreta e severa; em resumo, de um reino da necessidade, e não da liberdade, para as crianças, cujo valor intrínseco e positivo consistirá justamente nessa apropriação de uma totalidade de possibilidades de domínio sobre a natureza e sobre o próprio homem” (MANACORDA, 2007, p. 111).

Z-16, constituem um espaço de afirmação para com uma sociedade estruturada em uma concepção que nega os direitos da classe trabalhadora. É um exemplo de organização possível de construção coletiva, mesmo em uma lógica em que prevalecem os interesses da classe que detém os meios da produção.

SÍNTESE DO CAPÍTULO

A Colônia de pescadores Z-16 é um movimento social que apresenta uma *práxis* política no contexto das relações de luta de classes. A luta desses trabalhadores/pescadores se materializa no processo de suas relações de produção-formação, num movimento dialético, considerando a realidade e a forma de pensamento desses sujeitos. Nessa relação, os pescadores apresentam uma experiência de organização política, imbrincada com seus costumes, tradições, religiões, etc. (THOMPSON, 1981).

Essa experiência desenvolvida pelos pescadores da Z-16 se articula com a concepção de intelectual orgânico, em Gramsci (2011), de modo que são sujeitos mediadores entre a sociedade civil e a sociedade política. Isso fica evidente na negociação entre Estado e representantes dos pescadores, na aprovação de projetos e outras políticas proporcionadas pela Z-16. Nesse sentido, a concepção de Estado não é algo centralizado apenas numa classe, mas numa relação dialética com a sociedade civil. Isso demonstra que a *práxis* política é um processo de construção que considera as articulações internas e externas do movimento.

Discute-se uma *práxis* que critica a realidade vigente por meio de sua organização, que apresenta uma proposta de sociedade, considerando o coletivo de trabalhadores. Dessa forma, a *práxis* política desses trabalhadores/pescadores vai se materializando e se afirmando, juntos, como fração e consciência de classe. Isso ficou explícito quando pescadores relataram que estão promovendo atividades que proporcionem a produção do pescado, respeitando a natureza do percurso da produção, como se dá no caso dos acordos de pesca.

Essa maneira de compreender a realidade e de se organizar para proporcionar condições de superação, configura-se como resistência desses trabalhadores/pescadores, diante de uma lógica que se movimenta para manter uma estrutura que oprime a maioria e na qual prevalece a cultura de uma única classe. Ao analisar a realidade, para Thompson (1981), faz-se necessário realizar uma articulação específica do local para compreender o global. Nesse sentido, o autor reconhece a dinâmica do real, valorizando as experiências cotidianas, criticando a estrutura fechada do capitalismo.

Portanto, as relações de produção-formação e de *práxis* política dos pescadores da Z-16 são um movimento social que está inserido numa complexidade de relações, cujos movimentos internos e externos se materializam na contradição, que é uma relação necessária para superar a realidade vigente e propor encaminhamentos para uma nova proposta de sociedade, porque é necessário ultrapassar, segundo Meszáros (2005), o reformismo e propor mudança social na estrutura da sociedade, negando a lógica do capital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese é produto de experiência construída ao longo de anos de participação nos movimentos sociais como SINTEP-Subsede Cametá, Igreja Católica e partido político. Essas experiências impulsionaram, ainda na graduação de Pedagogia (2001 a 2005), o interesse por temas relacionados à educação não informal. Assim, este trabalho é continuidade de estudos iniciados na graduação, na especialização e no mestrado, neste último ficou mais explícito o que se queria pesquisar, visto que defendemos a dissertação intitulada *Trabalho, Educação e Movimentos Sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no município de Cametá-PA*. A partir desses ensaios, construímos o objeto de estudo da presente tese: relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Colônia –Z16- Cametá-PA.

Assim, defendemos como tese que nas relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16, materializam-se *práxis* políticas que se inter-relacionam com os aspectos socioeconômicos, políticos e formativos, destacando que a luta dos pescadores no cotidiano de suas atividades, em prol de sua subsistência, revela instrumentos que se configuram contra as ideologias da classe dominante, embora os pescadores não tenham consciência disso. São ações desenvolvidas pelos pescadores que ultrapassam os trabalhos como atividade técnica da pesca, em prol de suas organizações como representatividade de uma fração de classe. A resistência para com a lógica dominante se efetiva na organização dos pescadores, quando se mobilizam politicamente, buscando garantir seus direitos enquanto trabalhadores, lutando pela cidadania e, ao mesmo tempo, construindo espaço de sobrevivência, como criação de animais, entre eles peixes, abelhas, dependendo cada vez menos do capital.

Para dar conta de analisar o objeto desta pesquisa, pautou-se no seguinte questionamento: **nas atividades cotidianas dos pescadores da Z-16 há *práxis* política e relações produção-formação que revelam ações que ora se contrapõem à lógica da classe dominante, ora a incorporam numa relação de contradição com as experiências de organização coletivas desses sujeitos?**

O achado desse questionamento fica melhor esclarecido se considerarmos que a *práxis* política dos pescadores se efetiva nas relações de contradição tanto interna ao próprio movimento quanto na relação das atividades dos sujeitos pesquisados com o Estado.

O Estado tornou-se, assim, um órgão fundamental para analisar a *práxis* política dos pescadores, visto que esse, por sua vez, proporcionou o próprio surgimento da Z-16, porém

com função específica de cobrar impostos dos pescadores. Com essa função, a Colônia dos pescadores Z-16 não estava sob a coordenação dos pescadores, por isso essa entidade tinha outro objetivo: contribuir diretamente para a manutenção do *status quo*. Em outras palavras, a Colônia estava atrelada aos interesses da classe dominante, representando o Estado burguês. Por isso que a participação do Estado, através de suas políticas assistencialistas para com os pescadores, torna-se uma relação de contradição, de modo que, ao mesmo tempo que os pescadores lutam contra as ideologias da lógica da classe dominante, mesmo não compreendendo isso, necessitam do Estado, esse, por sua vez, na concepção marxiana representa os interesses da burguesia.

A partir da década de 1990, os pescadores iniciaram um movimento de luta e conquistam a Colônia Z-16, esse contexto tornou-se um marco histórico desse movimento social, porque os pescadores passaram a assumir a gestão dessa entidade, construindo, dessa forma, espaço de representação para os pescadores, onde passaram a desenvolver atividades políticas e a organizar projetos que pudessem contribuir com a organização desses pescadores. Os projetos são enviados para as instituições nacionais e internacionais em benefício desses trabalhadores. Assim, esses sujeitos vêm construindo instrumentos de luta em prol de seus interesses e, ao mesmo tempo, tornando-se mecanismo de contraposição para com a ideologia da classe dominante, materializada nas instituições estatais. Por isso, defendemos que as *práxis* política dos pescadores da Z-16 serão compreendidas a partir da categoria da contradição.

Dessa forma, materializam-se os objetivos da presente pesquisa: analisar as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16, no contexto histórico de sua atividade; analisar a concepção predominante nas relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16; compreender as atividades desenvolvidas no cotidiano dos e pelos pescadores da Z-16, como *práxis* política de subsistência, mas revelando ações que se contrapõem à lógica da classe dominante; analisar a *práxis* política dos pescadores da Z-16 no contexto da conformação e no contexto da contestação. A *práxis* política dos pescadores da Z-16 não está restrita a uma única atividade, mas sim a diversas culturas que se inter-relacionam em diversos aspectos sociais.

São nas atividades cotidianas que os pescadores materializam sua produção-formação, esta, por sua vez, imbuídas de uma concepção de mundo que requer transformações das condições de sua realidade, como defendem Marx (2008b) e Mészáros (2005). Em outras palavras, é por meio das relações de produção, intermediadas pelo trabalho, que os pescadores

constroem sua consciência crítica da realidade que está inserida. É importante mencionar que a formação crítica se materializa a partir de diferentes concepções nos pescadores, visto que há pescadores que resistem às políticas desenvolvidas pela própria Z-16. Pode-se exemplificar isso por meio dos acordos de pesca, embora não tenhamos aprofundado análises nesse assunto, mas ficou explícito nas falas dos entrevistados, que nem todos os pescadores filiados atendem aos acordos construídos com a coordenação de base, em cada comunidade.

Vale mencionar que não foi fácil construir o objeto de estudo desta pesquisa, visto que, no contexto das relações de produção-formação dos pescadores da Z-16, um conjunto de *práxis* se inter-relacionam. Por isso, para termos segurança do que se queria analisar na presente tese, recorreremos às contribuições das orientações dos orientadores deste estudo, bem como às análises construídas sobre esse objeto em nossa pesquisa do mestrado. Outro desafio encontrado se refere à opção teórico-metodológica, de modo que nos pautamos no materialismo histórico dialético, cuja proposta requer compreender o fenômeno na relação da totalidade, da mediação e da contradição, categorias estas que necessitam de apropriação para analisar o fenômeno estudado mais próximo da realidade possível, evitando as aparências das inferências.

Dessa maneira, é uma tese pautada na teoria marxista, sobretudo a *Ideologia Alemã, Manifesto do Partido Comunista e Manuscrito Econômico-Filosófico*, entre outros, são textos que contribuíram para entender as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16. Apoiamo-nos, ainda, nas leituras de Lukács, Mészáros, Gramsci que contribuíram para a compreensão do sistema vigente ao apontarem outras alternativas de sociedade, fortalecendo as inferências em torno da proposta contra-hegemônica dos pescadores da Z-16. A partir dessas apreciações, articuladas com as falas dos sujeitos pesquisados, construiremos as análises dos dados, tendo como suporte basilar a análise do conteúdo.

A partir dessas orientações, construímos o plano de pesquisa da presente tese, no qual consta o processo para a coleta dos dados empíricos, coligido por meio de entrevistas semiestruturadas, ou seja, uma proposta de conversa junto com o entrevistado sobre o objeto do estudo. Para se extrair falas que contemplassem os objetivos da pesquisa, articulamos três eixos temáticos: o contexto histórico da organização da Colônia Z-16; a atuação política da Colônia para com seus filiados; a luta da Colônia no cotidiano da *práxis* política dos pescadores da Z-16. Após a coleta dos dados, partimos para a sua categorização, organizando

as falas de acordo com as seções da estrutura da tese. Assim, nossas análises revelaram dados a seguir.

Os pescadores da Z-16 desenvolvem seus trabalhos cotidianos que ultrapassam à atividade mecânica de pesca, a constatação disso foi possível a partir da análise do contexto histórico desses pescadores, que, ao longo de anos, vêm construindo uma proposta de organização como sujeitos representante de uma fração de classe. Assim, conquistaram a entidade Z-16, de modo que ela, antes da década de 1990, não se encontrava sob a gestão dos pescadores, e só depois de muita luta e organização conseguiram que essa entidade ficasse nas mãos dos pescadores. Uma conquista importante, porque possibilitou aos pescadores um espaço de construção política em prol de seus interesses, que se materializa nos aspectos socioeconômico, político e formativo.

No aspecto socioeconômico, a *práxis* política dos pescadores da Z-16 se efetiva por meio do *seguro-defeso*, *auxílio-maternidade*, *auxílio-doença*, entre outros. São benefícios que esses pescadores recebem a partir da política do Estado para contribuir com a renda familiar dos pescadores. Ficou evidente, na presente tese, que, nesse aspecto socioeconômico, a Z-16 e o Estado materializam uma relação a partir da categoria da contradição, de modo que, ao mesmo tempo que os pescadores lutaram e conquistaram a entidade que estava sob o comando do Estado, utilizam-se desse organismo para contribuir na garantia dos benefícios necessários a renda familiar dos pescadores.

Os aspectos formativos se materializam na *práxis* política dos pescadores, através do trabalho desenvolvido por eles ao longo do processo histórico. Nessa concepção, a formação está imbrincada nas relações de produção dos pesquisados, visto que eles estão construindo uma concepção peculiar de sobrevivência, embora não haja todos os elementos básicos necessários para viver dignamente, o que não deixa de ser uma proposta de vida, ao mesmo tempo que esses sujeitos desenvolvem suas atividades, constroem novas estratégias de vida, ou melhor de formação. Nessas relações, esses trabalhadores produzem suas concepções de mundo, de homem e de sociedade, construindo, dessa forma, suas identidades numa relação que ultrapassa à atividade técnica da pesca.

A partir desses achados, ficou evidente ainda que a *práxis* política dos pescadores da Z-16 estão inter-relacionados com suas organizações no contexto da entidade, materializada na concepção de gestão, nas assembleias gerais com os pescadores, nas organizações em coordenações de base de diversas localidades, na construção de projetos para viabilizar recursos para a entidade, na participação das reuniões tanto nas coordenações de base, como

na coordenação da entidade. Por outro lado, esses sujeitos participam ainda como representante da Z-16, de outros movimentos, no sentido de construir agenda em prol de luta conjunta na sociedade. São espaços de discussão que proporcionam o desenvolvimento da *práxis* política dos pescadores.

Assim, os pescadores da entidade pesquisada vão construindo uma concepção de formação que considera sua realidade material como elemento de referência para proporcionar as condições necessárias para sua própria existência e, ao mesmo tempo, contrapondo-se às concepções da classe dominante. Uma formação imbrincada, enfim, num conjunto de relações socioeconômicas, políticas e formativas, tendo o trabalho como categoria basilar. Em outros termos, ao mesmo tempo que os pescadores da Z-16 trabalham para dar conta de sua subsistência, formam-se como sujeitos, produto de suas relações de produção ao longo do processo histórico.

É importante evidenciar que as relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16 se efetivam na contradição. Em primeiro lugar há pescadores que questionam as políticas desenvolvidas pela atual gestão da Z-16, porém reconhecem a necessidade de continuar participando da entidade, visto que suas condições de vida dependem das políticas dos pescadores no coletivo organizado. Por outro lado, a contradição se materializa na relação da Colônia Z-16 para com o Estado, de modo que, ao longo do processo histórico, esse último se apropriou da Colônia dos pescadores em prol de seus interesses. Foi somente a partir da década de 1990 que os pescadores assumiram a gestão da entidade, desenvolvendo políticas em prol dos pescadores com a ajuda do Estado, como, por exemplo, o seguro-defeso, o auxílio maternidade, entre outros. Nessa relação compreende-se a categoria da contradição nas relações de produção dos pescadores.

É no contexto da contradição que os pescadores da Z-16 desenvolvem suas lutas em prol de melhores condições de vida. Luta que tem se materializado, ao longo do processo histórico, contra a elite econômica local, mas que, ao mesmo tempo, se articula com um Estado opressor, favorecendo, por conseguinte, a classe dominante. Essa política desfavorável para com os pescadores possibilitou a esses sujeitos construir organizações políticas para além da atividade técnica da pesca, favorecendo seus interesses, mas, ao mesmo tempo, construindo espaços contra-hegemônicos à lógica da classe detentora do poder dominante. Assim, fica explícito que, no contexto das relações de produção-formação e *práxis* política dos pescadores da Z-16, se materializam organizações que direcionam para uma representação política de resistência e transformação como fração de classe.

REFERÊNCIAS

- AIRES, Luísa. **Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional**. [Lisboa]: Universidade Aberta, 2011. [On-line]. 70p. ISBN 978-989-97582-1-6. Disponível em: <<http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2028>>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença / Martins Fontes, [1980]. (Coleção Biblioteca Universal Presença)
- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais** – Pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.
- ANDRÉ, Marli Eliza D. A. **Etnografia da prática escolar**. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- _____. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília, DF: Líber Livro, 2005.
- ANDRÉ, Marli Eliza D. A.; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- ARROYO, Miguel G. Pedagogias em Movimento – O que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 28-49, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2010.
- ARAUJO, Lima de M. Ronaldo. O Marxismo e a Pesquisa Qualitativa como referências para investigação sobre Educação Profissional. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 7., 24 a 28 mai. 2010, Marília, SP. **Anais...** Marília, SP: UNESP, 2010. 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais-vii-7-seminario-trabalho-ret-2010/Ronaldo_Marcos_Lima_Araujo_o_marxismo_e_a_pesquisa_qualitativa_como_referencias_investigacao_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 17 set. 2013.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRA, José Domingos Fernandes. O sentido do trabalho para o pescador artesanal. In: _____. (Org.). **Pra onde sopram os ventos? Prática educativas dos pescadores de Cametá**. Cametá, PA: UFPA Cametá/Cuntins, 2015.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Uma introdução à teoria aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.
- BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- BRASIL. Lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 jun. 2009. p. 1. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm>. Acesso em: 9 mar. 2015.
- _____. Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre a ética na pesquisa. Conselho Nacional de Saúde. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 98, 24 mai. 2016. p. 44-46. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resoluções/2016/Reso510.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2016.
- DI PAULO, Pasquale. **Cabanagem: a revolução popular da Amazônia**. 3ª ed. – Belém, CEJUP, 1990.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Trabalho e pesca: apontamentos para a investigação. **Revista Pegada**, v. 10, n. 2, dez. 2009.

CARVALHO, Delza Maria. **Política e exclusão social**: um estudo sobre o município de Cametá/PA. Belém: Camutás, 1998.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o Saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 1980. (Coleção Primeiros Passos; 13)

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

COHEN, Gerald A. Forças produtivas e relações de produção. **Crítica marxista**, n. 31, p. 63-82, 2010.

COLÔNIA DE PESCADORES Z-16. Cametá: acordo de pesca – uma alternativa econômica e organizacional. **Revista Série Sistematização**, Cametá, n. 2, p. 6-27, jan. 2006.

_____. **Estatuto Social da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá**. Reformado no dia 20 de julho de 2009, adequado ao novo Código Civil Brasileiro, instituído através da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2006. Cametá, PA, 2009.

COSTA, Gilson da Silva. **Desenvolvimento rural sustentável com base no paradigma da agroecologia**. Belém: UFPA/NAEA, 2006.

COSTA, Adalberto Portilho. Sustentabilidade, população pesqueira e participação social. In: BARRA, José Domingos Fernandes (Org.). **Pra onde sopram os ventos?** Prática educativas dos pescadores de Cametá. Cametá, PA: UFPA Cametá/Cuntins, 2015.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring**: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Brasília, DF: Liber Livro, 2008.

FRANCO, Maria Ciavatta. **O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações**. In: Teoria e educação no labirinto do capital. FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria (org). Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GASKELL, George. Entrevista individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GERMER, Claus M. Marx e o papel determinante das forças produtivas na evolução social. **Crítica Marxista**, n. 29, p. 75-95, 2009.

GIULIETTI, Nelson; ASSUMPÇÃO, Roberto de. Indústria pesqueira no Brasil. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 95-127, 1995. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpica/asp6-0295.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Tradução de Manuel Simões. Lisboa: Seara Nova, 1976. V. 1. (Coleção Universidade Livre)

_____. **Concepção dialética da História**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978a.

_____. **Introdução à filosofia da práxis**. 29. ed. Lisboa: Antídoto, 1978b.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos**. Organização de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRÜNER, Eduardo. Leituras Culpadas: Marx(ismo) e a *práxis* do conhecimento. In: BORON, Atilio A; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

GUTIÉRREZ, Francisco. **Educação como práxis política**. Tradução de Antonio Negrino. São Paulo: Summus, 1988.

HARNECKER, Marta. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. 2. ed. São Paulo. Global, 1983.

KONDER, Leandro. **O futuro da Filosofia das Práxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos; 23)

KOPNIN, Pavel Vassílyevitch. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal e lógica dialética**. 5. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LOMBARDI, José Claudinei. **Reflexões sobre educação e ensino na obra de Marx e Engels**. 2010. 377 f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2010.

LUCKÁCS, G. **Para uma Ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira. Campinas, SP: Alínea, 2007.

_____. **Karl Marx e a liberdade: aquele velho liberal do comunista Karl Marx**. Tradução de Newton Ramos de Oliveiras e Paolo Noella. Campinas, SP: Alínea, 2012.

_____. **O princípio educativo em Gramsci: americanismo e conformismo**. Tradução de William Laços. Campinas São Paulo: Alínea, 2013.

MARTIN, Carnoy. **Educação, Economia e Estado: base e superestrutura: relações e mediações**. São Paulo: Autores Associados, 1986.

MARTINS, José de Souza. **O senso comum e a vida cotidiana**. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, **10**(1): 1-8, maio de 1998.

MARTINS, Egidio. **Trabalho, educação e movimentos sociais: um estudo sobre o saber e a atuação política dos pescadores da Colônia Z-16, no município de Cametá-PA**. 2011. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MARTINS, L. M. As aparências enganam: divergências entre o Materialismo Histórico Dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, EDUCAÇÃO, 29., Caxambu, 2006. **Anais...** Caxambu, MG: ANPED, 2006. Disponível em: <<http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2016.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

_____. **Manuscritos Económico-Filosóficos**. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____. Glosas críticas marginais ao artigo “‘O rei da Prússia e a reforma social’ de um Prussiano”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____. **Crítica do Programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012a.

_____. Programa de Eisenach. In: MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012b.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011.

_____. **Lutas de Classes na Rússia**. Organização de Michael Löwy. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MENDES, Odete da Cruz. **A política de Educação no Município de Cametá**: análise sobre a Proposta da Escola Caá-Mutá, Escola Cidadã. Belém, 2005. 264 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Instituto de Ciência da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **A crise estrutural do capital**. Tradução de Francisco Raul Cornejo. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, José Paulo, **Introdução ao estudo do método em Marx**. 1º ed. São Paulo: expressão popular, 2011.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos; 148)

_____. (Org.). **O leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. **Saberes sociais e luta de classe**: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16-Cametá/Pará. 2012. 337 f. Tese (Doutorado)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

_____. Estado, saberes e luta de classes na materialidade histórica de pescadores artesanais. In: BARRA, José Domingos Fernandes (Org.). **Pra onde sopram os ventos?** Prática educativas dos pescadores de Cametá. Cametá, PA: UFPA Cuntins Cametá, 2015.

SALOMON, Délcio Vieira. **A maravilhosa incerteza**: ensaio de metodologia dialética sobre a problematização no processo de pensar, pesquisar e ensinar. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SANTOS, Josiane Soares; ACIOLY, Yanne Angelim. Privatização das Águas no contexto da contrarreforma do Estado Brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 250-274, abr./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0250.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

SANTOS, Theotônio dos. **Forças produtivas e relações de produção ensaio introdutório**. Tradução de Hugo Pedro Boff. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2006.

SILVA, Benilda Miranda Veloso. Projeto pescando o saber: a análise da experiência de inclusão digital dos pescadores da Colônia Z-16, município de Cametá-pa. In: BARRA, José Domingos Fernandes (Org.). **Pra onde sopram os ventos?** Prática educativas dos pescadores de Cametá. Cametá, PA: UFPA Cuntins/Cametá, 2015.

SILVA, Catia Antonia da. Pescadores Artesanais e Território: possibilidades e limites ao acesso aos direitos sociais e políticas públicas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 10-16 ago. 2014. **Anais...** Vitória: AGB, 2014. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404393107_ARQUIVO_textoCBGPROEXTcatia,naraeRhanna_final.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2016.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. Tradução de Luiz João Baraúna. 3.ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

SOUSA, Raimundo Valdomiro. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação à luta pelo poder. Belém: NAEA, 2002.

THIOLLENT, Michel J. M. **Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária**. São Paulo: Polis, 1980.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, 1**: a árvore da liberdade. Tradução de Denise Bottmann. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **A formação da classe operária inglesa, 2**: a maldição de Adão. Tradução de Renato Busatto Neto e Claudia Rocha de Almeida. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

_____. **A miséria da teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TONET, Ivo. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí, RS: UNIJUÍ, 2005.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. 2. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais; São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VYGOTSKY, Lev. Semenovitch. **Pensamento e Linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE

Questões que subsidiaram as entrevistas:

1. O que representa a Colônia Z-16 para os pescadores?
2. O que fazem os pescadores no dia a dia da pesca na região?
3. O que motiva os pescadores a se filiarem na Z-16?
4. Como se deu a organização da Z-16 e como ela se encontra organizada atualmente?
5. Quais os critérios para a formação da coordenação de base e quais os seus objetivos?
6. Que contribuição os pescadores têm recebido do Estado, envolvendo as instâncias municipal, estadual e federal?
7. Qual é a relação da Z-16 com os movimentos sociais na região?
8. Como são construídos os instrumentos de pesca?
9. Como se percebe a atuação política da Z-16 na região?
10. Como são organizados as reuniões, as assembleias e os encontros internos da Z-16?

ANEXOS

**ESTATUTO SOCIAL DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ,
REFORMADO NO DIA 31 DE MARÇO DE 2014, ADEQUADO AO NOVO
CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, INSTRUÍDO ATRAVÉS DA LEI 10.406 DE
JANEIRO DE 2002 E ALTERAÇÕES PELA LEI 11.127 DE JUNHO DE 2005**

RTDPJ
Cametá-PA

20 JUN 2014

**CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, FINALIDADE, SEDE, JURISDIÇÃO, COMPETÊNCIA E PRAZO DE
DURAÇÃO.**

Art. 1º - A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá, inscrita no CNPJ nº 34.625.780/0001-87 é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins não econômicos, de caráter organizativo, que congrega pessoas que fazem da pesca sua profissão ou meio principal de vida, com sede na cidade de Cametá, sito à Trav. Porto Pedro Teixeira nº 165, Bairro de Brasília. Tem foro na Comarca do município de Cametá, Estado do Pará e tempo indeterminado de duração.

§1º - A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá tem como finalidade a representação e a defesa dos direitos e interesses de seus associados e associadas.

§2º - A área de atuação da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá abrange todo o território do Município de Cametá.

Art. 2º - Compete a Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá:

- I. Representar os associados e associadas junto aos órgãos públicos e privados e as autoridades em geral;
- II. Defender os direitos e interesses dos (as) associados (as), judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente;
- III. Buscar novas formas de aumentar a produção pesqueira e melhorar o padrão de vida de seus associados e associadas;
- IV. Combater qualquer ataque ao meio ambiente, especialmente a poluição aquática e a pesca predatória, podendo propor ação civil pública em defesa do meio ambiente;
- V. Prestar apoio institucional profissional aos seus associados(as) e as organizações de base comunitária;
- VI. Credenciar-se junto aos órgãos de ATER e instituições financeiras visando viabilizar crédito para atendimento de projetos específicos demandados pelos seus associados (as);
- VII. Trabalhar projetos de apoio as melhorias habitacionais e de saneamento básico para população ribeirinha;
- VIII. Implantar projetos de infraestrutura de apoio à produção, beneficiamento e comercialização de produtos da cadeia produtiva do pescado;
- IX. Apoiar a implantação de projetos de diversificação produtiva visando dar condições de diminuição do esforço de pesca sobre os estoques naturais primando por ações de conservação;
- X. Fortalecer os acordos de pesca nas comunidades ribeirinhas;
- XI. Trabalhar pela regularização das propriedades e dos produtos dos pescadores artesanais através da elaboração de processos de Cadastro Ambiental Rural e de Licenciamento de Atividade rural:

R. A. B. B.

- XII. Trabalhar encaminhamentos de benefícios sociais dos pescadores e pescadoras como o auxílio doença, auxílio maternidade, pensão, auxílio reclusão, seguro-defeso, aposentadoria e outros.
- XIII. Desenvolver ações que reforce as relações de Gênero e envolva a juventude para a promoção do desenvolvimento. para a
RTDPJ
Caretá-PA
20 JUN 2014
- XIV. Participar dos conselhos municipais, propondo melhorias nas políticas públicas.
- XV. Desenvolver projetos e apoiar ações integradas, próprias ou em parcerias, intermediando recursos financeiros em forma de crédito ou de microcrédito, para viabilizar soluções de moradia, saneamento, educação, emprego e renda, objetivando o desenvolvimento integrado e sustentado das comunidades;
- XVI. Prestar serviços de assistência técnica e extensão rural de acordo com a lei de ATER;

PARÁGRAFO ÚNICO – Para o desenvolvimento de suas competências a Colônia de Pescadores poderá firmar contratos, convênios e acordos de cooperação com instituições públicas e privadas nacionais e internacionais, buscar recursos na forma de crédito em instituição bancária oficial.

Art. 3º - A Colônia de Pescadores Z-16 de Caretá será afiliada a Federação dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, Aquicultores e Aquicultoras Familiares do Estado do Pará – FEPAF e a Confederação Nacional dos Pescadores.

CAPITULO II DOS ASSOCIADOS E ASSOCIADAS

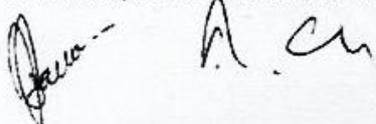
Art. 4º- Poderão associar-se à Colônia de Pescadores Z-16 de Caretá somente as pessoas que pescam individualmente ou em regime de economia familiar e fazem da pesca sua profissão ou meio principal de vida, pescador e pescadora maior de 18 anos e residir há mais de um ano na área de jurisdição da Colônia.

Art. 5º- São direitos dos associados e das associadas quites com suas obrigações sociais:

- I. Gozar de todos os benefícios e prerrogativas que são atribuídas por Lei aos pescadores e pescadoras profissionais artesanais;
- II. Participar de todas as Assembleias, propondo, discutindo, votando e sendo votado;
- III. Representar contra os atos da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- IV. Ter amplo acesso, para exame de todos os livros e documentos que tenham implicação direta ou indireta com o patrimônio da Colônia;
- V. Convocar a assembleia geral, desde que o interesse na realização da mesma seja de pelo menos 1/5 (um quinto) dos (as) associados (as) em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 6º- São deveres dos associados e das associadas:

- I- Cumprir e zelar pelo cumprimento dos dispositivos deste estatuto;
- II- Comparecer regularmente à Sede da Colônia e estar sempre em dialogo com seu coordenador ou coordenadora, bem como de suas assembleias;
- III- Pagar regularmente à Colônia suas mensalidades e contribuições aprovadas em assembléia geral;
- IV- Manter sempre atualizada a sua documentação;



- V- Participar de todos os atos, manifestações e eventos promovidos pela Colônia, em sua sede ou fora dela.

Art. 7º- A inscrição do associado ou associada poderá ser cancelada por decisão da Diretoria, com anuência da coordenação, quando o associado ou associada:

- I- Deixar exercer a profissão por mais de um ano sem justificativa, será desligado automaticamente;
- II- Dilapidar o patrimônio da Colônia, devendo ser apurada mediante processo regular, garantindo o amplo e irrestrito direito de defesa;
- III- Não pagar sua contribuição por mais de seis meses, sem motivo justificado, será desligado automaticamente;
- IV- Desrespeitar o período de defeso do pescador;
- V- Associar-se a outra entidade que tenha a mesma competência da Colônia de Pescadores de Cametá e por ela submeter processos de benefícios sociais, particularmente os citados no inciso XIII do artigo 2.

§ 1º- Da decisão da diretoria que cancelar a inscrição de associado ou associada, caberá recursos, com efeito suspensivo, para Assembléia Geral, no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 2º - O associado ou associada excluído(a) poderá ser admitido(a) no quadro social, decorrido de um ano, desde que esteja exercendo a atividade de pescador ou pescadora e seja declarado pela coordenação, se não for reincidente ou estiver cumprindo pena.

§ 3º - Os associados e associadas não respondem, nem subsidiariamente, pelas obrigações sociais da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá.

CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO

Art. 8º - Constitui patrimônio da Colônia:

- I- Os bens móveis e imóveis adquiridos pela Colônia ou regularmente a ela doados;
- II- O acervo resultante das contribuições dos associados e associadas e de taxas cobradas;
- III- Doações de terceiros;
- IV- Rendimentos de seus investimentos;
- V- Contribuições de órgãos públicos e particulares.

Art. 9º - Os bens imóveis da Colônia não poderão ser alienados ou onerados sem aprovação da Assembléia Geral.

§ 1º - Os Bens móveis e imóveis da Colônia serão arrolados em inventários, em livro próprio, atualizado a cada passagem de mandato da diretoria.

§ 2º - A administração patrimonial da Colônia é de Competência da Diretoria.

Art. 10 - A Colônia não poderá contrair empréstimos, afiançar contratos ou assumir qualquer compromisso que possa vir a comprometer seu patrimônio, sem prévia e expressa autorização da Assembléia Geral.

N. C. B. G.

Parágrafo Único - A prática de qualquer dos atos previstos neste artigo, sem a devida autorização da Assembléia Geral, responsabilizará pessoalmente o diretor que praticar o ato.

RTDPJ
Cametá-PA
20 JUN 2014

CAPITULO IV DAS INSTÂNCIAS ADMINISTRATIVAS

SEÇÃO I DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 11 - A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá será administrada por:

- I- Assembléia Geral, órgão deliberativo;
- II- Diretoria, órgão administrativo;
- III- Conselho Fiscal, órgão Fiscalizador;
- IV- Coordenação de Base, órgão mobilizador.

SEÇÃO II DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 12 - Compete exclusivamente à Assembléia Geral:

- I- Eleger e destituir a diretoria e o Conselho Fiscal;
- II- Decidir sobre reformas do Estatuto;
- III- Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- IV- Aprovar o regimento interno;
- V- Aprovar a programação anual da Colônia, submetida pela Diretoria;
- VI- Apreciar o relatório anual da Colônia, bem como apreciar o plano de ações a ser executado;
- VII- Discutir e aprovar as contas e o balancete apreciados pelo Conselho Fiscal;
- VIII- Fixar mensalidades e taxas a serem pagas pelos associados e associadas;
- IX- Dissolução da Colônia Z-16.

§1º - Para destituição dos membros da Diretoria e Conselho fiscal, reforma do estatuto e dissolução desta Colônia de Pescadores será necessário o voto concorde de 50% mais um presentes a Assembléia em primeira convocação, especialmente convoca para esse fim, não atingindo maioria absoluta se faz uma segunda convocação 30 minutos após a primeira, com o qualquer numero de associados presentes.

§2º - os incisos I; II; e VII de que trata este artigo serão realizados em Assembléia Geral convocada exclusivamente para tal finalidade.

Art. 13 - As Assembléias Gerais poderão ser ordinárias ou extraordinárias e serão normalmente convocadas pelo Presidente da Colônia ou por 1/5 (um quinto) de seus associados e associadas, em solicitação dirigida ao Presidente da Colônia. Caso este não proceda a convocação dentro de 15 (quinze) dias, os associados e associadas solicitantes poderão convocar a assembleia a ser presidida por associado ou associada efetivo escolhido entre os solicitantes.

§ 1º - As convocações serão feitas sempre por editais afixados na sede da Colônia, nos locais de concentração dos pescadores (as) e outros meios de divulgação quando necessário.

[Handwritten signatures]

§ 2º - Os editais de convocação especificarão a ordem do dia da Assembleia, incluindo-se na mesma, obrigatoriamente, os assuntos a serem discutidos e votados, e o item, o que ocorrer.

R T D P J
Camelô Pa
20 JUN 2014

Art. 14 - As Assembleias gerais deliberarão validamente:

- a) Em primeira convocação, feita com até 15 (quinze) dias de antecedência e com a presença de qualquer número de associados presentes, exceto se deliberar sobre assuntos previstos no § 1º do Art. 12 deste Estatuto.
- b) Em segunda convocação, uma vez verificada a falta de "quorum", uma hora após com qualquer número dos Associados, exceto se deliberar sobre assuntos previstos no § 1º Art. 12 deste Estatuto.

Art. 15 - Quinze dias antes da Assembleia Geral, a Diretoria colocará à disposição dos associados e associadas na Sede da Colônia cópias do balancete financeiro e da prestação de contas acompanhadas de parecer do Conselho Fiscal.

§ 1º - O associado ou associada não poderá votar em deliberação que diretamente a ele (a) se refira, exceto em Assembleia Geral Eleitoral.

§ 2º - O processo de votação será determinado pela Mesa, com prévia consulta a Assembleia, exceto em Assembleia Geral Eleitoral;

§ 3º - Nas eleições para cargos da Diretoria e do Conselho Fiscal, o voto será secreto.

§ 4º - Os associados ou associadas admitidos menos de sessenta dias antes da data de votação para a Assembleia Geral não poderão votar nessa Assembleia.

§ 5º - Os Associados ou associadas não poderão se fazer representar nas assembleias por procuração e nem sob outras formas de representação.

Art. 16 - Será lavrada Ata circunstanciada das ocorrências havidas nas assembleias gerais, assinada pelos diretores presentes, pelos membros da Mesa e pelos associados que desejarem fazê-la.

SEÇÃO III DA DIRETORIA

Art. 17 - Comporão a Diretoria:

- I- Um presidente e um vice-presidente;
- II- Um 1º Secretário e um 2º Secretário;
- III- Um 1º Tesoureiro e um 2º Tesoureiro;

Art. 18 - Compete a Diretoria:

- I- Elaborar o regimento interno a ser aprovado pela Assembleia Geral;
- II- Cumprir e zelar pelo cumprimento deste estatuto e do regime interno;
- III- Organizar o programa anual de trabalho da Colônia;
- IV- Admitir e demitir funcionários da Colônia;
- V- Planificar os serviços da Colônia;
- VI- Promover e coordenar festividades do dia 29 de junho, dia do pescador e outras festividades;
- VII- Encaminhar para cumprimento, as decisões da assembleia geral;

Bau ... A.C.

- VIII- Nomear e destituir os coordenadores de base;
- IX- De modo geral, praticar todos os atos de gestão da Colônia.

RTDPJ
Camezê-PE
20 JUN 2014

Art. 19 - Compete ao Diretor Presidente:

- I- Representar a Colônia ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo delegar poderes;
- II- Convocar ordinariamente ou extraordinariamente as assembleias gerais e coordená-las;
- III- Supervisionar os serviços da Colônia;
- IV- Despachar e assinar o expediente e autorizar dispensas;
- V- Abrir, rubricar e encerrar os livros da Colônia;
- VI- Verificar mensalmente, com o tesoureiro, a exatidão do saldo do caixa;
- VII- Assinar as ordens de pagamento juntamente com o tesoureiro;
- VIII- Apresentar anualmente o relatório da diretoria.

PARÁGRAFO ÚNICO: compete ao vice- presidente auxiliar o presidente e substituí-lo em seus impedimentos legais.

Art. 20- Compete ao 1º Secretário:

- I- Auxiliar os trabalhos e orientar a lavratura das atas das reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- II- Responsabilizar-se pela guarda de livros, documentos e arquivos permanentes;
- III- Assinar com o presidente documentos constitutivos de obrigações.

PARÁGRAFO ÚNICO: compete ao 2º secretário auxiliar o secretário e substituí-lo em seus impedimentos legais.

Art. 21 - Compete ao 1º Tesoureiro:

- I- Organizar e redigir a contabilidade da Colônia;
- II- Manter sob sua guarda os haveres, títulos e documentos da Colônia que representam valores;
- III- Organizar e redigir todos os serviços da tesouraria;
- IV- Abrir, conjuntamente com o presidente, contas em bancos da escolha da diretoria em nome da Colônia;
- V- Assinar, com o presidente, os cheques para movimentação, das contas bancárias da Colônia;
- VI- Efetuar pagamentos e recebimentos;
- VII- Apresentar a diretoria, balancetes mensais do movimento financeiro da Colônia;
- VIII- Preparar balancetes financeiro anual e apresentá-lo a assembleia geral.

PARÁGRAFO ÚNICO: Compete ao 2º tesoureiro auxiliar o 1º tesoureiro e substituí-lo em seus impedimentos legais.

Art. 22 - A diretoria poderá requisitar assessoria técnica e jurídica para o exercício de suas funções específicas.

Art. 23 - Em caso de impedimento que não ultrapasse a 120 (cento e vinte) dias, o presidente será substituído pelo vice-presidente, o 1º secretário pelo 2º secretário e o 1º tesoureiro pelo 2º tesoureiro.

Assinatura: A. C.

§1º - Se o impedimento for superior a 120 (cento e vinte) dias ou ocorrer vaga, a substituição será feita em caráter definitivo, exceto em caso de doença.

§2º - Se ao mesmo tempo ficarem vagos os seis cargos da diretoria, o conselho fiscal convocará uma nova eleição para a escolha de uma nova diretoria.

Art. 24 - O diretor ao se licenciar deverá oficializar aos seus superiores o período e os motivos da licença;

Art. 25 - A diretoria reunir-se-á ordinariamente, sempre que conveniente, por proposta de qualquer um dos membros.

PARÁGRAFO ÚNICO: Serão lavradas em livro próprio, atas das reuniões da diretoria.

Art. 26 - Os diretores responderão pelos prejuízos que ocasionarem à Colônia na prática de seus atos de gestão, desde que hajam procedido com dolo ou culpa ou que importem em violação deste estatuto social ou de disposição regimental.

SEÇÃO V DO CONSELHO FISCAL

Art. 27 - Comporão o conselho fiscal:

- I- Presidente e suplente;
- II- 1º conselheiro e suplente;
- III- 2º conselheiro e suplente.

PARÁGRAFO ÚNICO: O conselho fiscal será eleito junto com a diretoria.

Art. 28 - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Manter constante fiscalização sobre o patrimônio e o movimento financeiro da colônia;
- b) Emitir pareceres para a assembleia geral;
- c) Zelar pela regularidade do programa anual de trabalho e sua execução.

Art. 29 - O preenchimento de vaga e impedimentos de membros do conselho fiscal será feito na forma disposta na Art. 23.

Art. 30 - O conselho fiscal se reunirá por convocação de seu presidente ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente sempre que qualquer de seus membros solicitar.

Art. 31 - Nas reuniões do conselho fiscal serão lavradas Atas em livro próprio, funcionando como secretário o conselheiro para tanto escolhido no ato.

Art. 32 - Para o cumprimento de suas funções, o conselho fiscal terá amplo acesso para exame a todos os livros e documentos que tenham aplicações diretas ou indiretas com o patrimônio e o movimento financeiro da Colônia.

Art. 33 - No caso expressamente previsto neste estatuto e sempre que isso se fizer necessário ou que for solicitado pela Assembleia Geral, o conselho fiscal emitirá parecer sobre qualquer ato ou transação sob sua esfera de competência.

A. C. ...

RTDPJ
Camelô-PA
20 JUN 2011

**SEÇÃO VI
DAS COORDENAÇÕES DE BASE**

Art. 34 - A coordenação de base é formada por 01 (um) coordenador, eleito em assembleia pelos associados e associadas na localidade de abrangência da coordenação.

Art. 35 - São direitos dos coordenadores e coordenadoras de base:

- I- Associar os pescadores e pescadoras de suas localidades;
- II- Declarar para a diretoria os pescadores e pescadoras aptas a encaminharem benefícios;
- III- A 30% (trinta por cento) da arrecadação da mensalidade dos associados e das associadas de sua coordenação;
- IV- Receber uma carteira de identificação da Colônia;
- V- Ser nomeado pela direção da Colônia.

Art. 36 - São deveres dos coordenadores e coordenadoras de base:

- I- Declarar e associar perante a Colônia somente pessoal que exerçam atividades de pesca;
- II- Participar e mobilizar os associados para participarem dos eventos como: Assembleias, reuniões, encontros, seminários, cursos e outros;
- III- Informar a diretoria da Colônia quando o associado deixar de exercer a atividade da pesca;
- IV- Cumprir as decisões da assembleia geral e determinações da diretoria;
- V- Apoiar e incentivar as iniciativas econômicas e de conservação ambiental delineadas no município.

§ 1º - Para que seja eleito como coordenador ou coordenadora de base, será necessária a realização de uma assembleia na localidade, e ser aprovado por 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos associados e associadas da localidade, está no quadro social da Colônia, está quite com suas mensalidades.

§ 2º - O mandato do coordenador ou coordenadora de base será de 04 (quatro) anos podendo ser reeleito ou reeleita apenas por igual período.

§ 3º - As reuniões das coordenações de base serão realizadas em locais públicos, exceto na localidade onde não as tiverem.

§ 4º - As coordenações de base poderão constituir um conselho auxiliar, formado por até 03 (três) pessoas, sócio da Colônia, para tomadas de decisões coletivas.

Art. 37 - O coordenador ou coordenadora de base poderá ser afastado (a) do cargo quando:

- I- Declarar aqueles que não são pescadores ou pescadoras;
- II- Deixar de prestar contas por mais de 03 (três) meses, sem justificativa;
- III- Desrespeitar as decisões das assembleias gerais e determinações da diretoria;
- IV- For eleito para cargo administrativo da Colônia;
- V- Deixar de exercer a atividade de pesca;
- VI- Deixar de residir na localidade da coordenação;

A. C. B. B.

- VII- For comprovado desvio de função e de atividade devidamente registrada junto a Diretoria da Colônia, apurada em processo administrativo garantindo amplo direito de defesa.

R T D P J
Cametá - PA
20 JUN 2014

CAPÍTULO IV

DAS FONTES DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DA COLÔNIA Z-16

Art. 38 - Os recursos financeiros necessários á manutenção da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá poderão ser obtidos por:

- I- Termos de parcerias, convênios e contratos firmados com o poder público para financiamento de projetos na sua área de atuação;
- II- Contrato de acordo firmado com empresas e agências nacionais e internacionais;
- III- Doação, legados e heranças;
- IV- Contribuição dos associados e associadas;
- V- Rendimento de direitos autorais e de aplicações financeiras;

PARÁGRAFO ÚNICO: A contribuição dos associados e associadas a que se refere o inciso IV terá valor definido por deliberação da assembleia geral e será cobrada mensalmente.

CAPÍTULO VI

DAS ELEIÇÕES

Art. 39 - A eleição dos membros da diretoria e do conselho fiscal e seus suplentes será feita pela assembleia geral ordinária convocada com expressa menção dessa finalidade.

§ 1º - Ao se inscrever como candidato ou candidata a cargo eletivo, o associado ou associada terá que ser associado ou associada da Colônia há mais de 180 (cento e oitenta) dias e estar quite.

§ 2º - Sem prejuízo de outras normas estatutárias, o edital de convocação da assembleia geral a que alude este artigo será dado à publicidade com um mínimo de sessenta dias de antecedência, inclusive, com afixação nos locais de concentração de associados e associadas.

§ 3º - A votação será feita por chapa devidamente registrada na Colônia até 30 (trinta) dias de antecedência da data da assembleia.

§ 4º - As seções funcionarão nas coordenações, podendo ser agregadas às coordenações próximas.

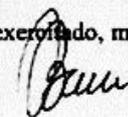
§ 5º - Não serão admitidas candidaturas isoladas, nem voto em candidatos isolados da chapa que compõe.

§ 6º - A eleição será feita por votação secreta em cédula rubricada pelo Presidente e por um mesário previamente escolhido.

§ 7º - A votação será realizada em cada Coordenação de Base da Colônia.

§ 8º - Cada chapa terá direito a indicar um associado para funcionar como fiscal de eleição e apuração.

§ 9º - O direito de votar pressupõe quitação com a Colônia e será exercido, mediante apresentação da carteira de matrícula e talão de quitação.

A. C. 

§ 10 - No ato de votar, o associado assinará o livro de votação, a tanto destinado; caso não saiba ou esteja impossibilitado de assinar, o votante aporá no referido livro, sua impressão digital do polegar da mão direita ou esquerda.

§ 11 - Os trabalhos de votação serão iniciados às 08:00 horas e encerrado às 15:00 horas, momento em que serão distribuídas pela última vez senhas aos votantes.

§ 12 - Para validade de eleição será indispensável número mínimo de votante equivalente a 20% (vinte por cento) dos associados. Não obtido este número na primeira convocação, será feita outra convocação para 15 (quinze) dias depois da primeira, sendo válida a votação com qualquer número de associados votantes.

§ 13 - A chapa para ser considerada eleita deverá obter número equivalente a cinquenta por cento mais um dos votos válidos dos votantes na assembleia.

§ 14 - A apuração da votação será feita, imediatamente após a votação por comissão para tanto escolhida no ato, proclamando-se em seguida o resultado.

§ 15 - A posse dos novos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal será realizada até 30 (trinta) dias após as eleições.

§ 16 - O mandato da diretoria e do Conselho Fiscal será de 04 (quatro) anos, permitida uma reeleição. Bem móveis e imóveis da Colônia serão arrolados em inventário, em livro próprio atualizado a cada passagem da diretoria.

CAPITULO VII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 40 - As normas de prestação de contas a serem observadas pela entidade são:

- I- A observância dos princípios fundamentais de Contabilidade e das Normas brasileiras de Contabilidade;
- II- Da publicidade, por qualquer meio eficaz, o encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-se a disposição para exame de qualquer cidadão ou entidade pública ou privada;
- III- Prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos pela Colônia e será feita conforme determina o Art. 70 da Constituição Brasileira.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 41- Aprovado este Estatuto caberá à Diretoria da Colônia apresentar, se for necessário, proposta de Regimento Interno para aprovação pela Assembleia Geral.

Art. 42- Este Estatuto poderá ser reformado a qualquer tempo e de acordo com o inciso II, do Artigo 12 deste Estatuto.

A. A. B. B.

Art. 43- A dissolução da Colônia Z-16 de Cametá, somente se dará por deliberação da Assembleia Geral, convocada especialmente para esse fim, observado o disposto neste estatuto.

Art. 44- Em caso de dissolução da Colônia Z-16, após o pagamento de todas as dívidas o seu patrimônio remanescente será doado a outra Colônia de pescadores ou a uma entidade com fins não econômicos escolhida pelos (as) associados (as) reunidos em Assembleia Geral.

Art. 45- As dívidas e controvérsias na interpretação deste Estatuto, bem como os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, e havendo urgência, pela Diretoria, devendo ser em ambos os casos referendados pela Assembleia Geral.

Art. 46- Este estatuto entrará em vigor na data de seu registro no Cartório de Registro de Pessoa Jurídica da Comarca de Cametá-Pa.

Cametá-PA, 31 de Março de 2014.

R. T. D. P. J.
Cametá - Pa
20 JUN 2014

José Fernandes Barra
JOSE FERNANDES BARRA

Presidente da Colônia Z-16

VISTO

Renan Oliveira

Advogado

OAB-PA. 4945

**CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
SERVIÇO EXTRAJUDICIAL DO 2º OFÍCIO
COMARCA DE CAMETÁ - ESTADO DO PARÁ**

Apresentada hoje para Registro apontado sob o nº de ordem 1786, Do Livro "A" nº 030, fls. 199 a 210, do Registro Civil de Pessoas Jurídicas

Cametá-PA, 20 DE JUNHO DE 2014

Marinice Machado Cunha
Marinice Machado Cunha-Oficial
(X) **Marinice Machado Cunha- Oficial Substituta**

Valido com Selo de Segurança

1 - GERAL SERIE H Nº 002.099.508 - COD. 061 - VLR R\$ - 353,10
2 - GERAL SERIE H Nº 002.099.509 - COD. 061 (10 L) - VLR R\$ 353,10

**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
COMARCA DE CAMETÁ-PA
Marinice Machado Cunha
Oficial Substituta**

Re-ratificações a serem consideradas:

- 1 - Onde se lê: Fls. 199 a 210, do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
Ler-se-á: Fls. 199 a 209, do Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- 2 - - Onde se lê: GERAL SERIE H Nº 002.099.509 - COD. 061 (11 L) - VLR R\$ 353,10
Ler-se-á: GERAL SERIE H Nº 002.099.509 - COD. 061 (10 L) - VLR R\$ 321,00

Cametá, 20 de junho de 2014

Marinice Machado Cunha
**CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
COMARCA DE CAMETÁ-PA
Marinice Machado Cunha
Oficial Substituta**

R. T. D. P. J.
CAMETÁ - PARÁ



PLANEJAMENTO OPERACIONAL 2016-2018

DIRETORIA TRIÊNIO 2016-2018

Presidente: José Maria Lopes de Freitas

Vice-Presidente: Martenis Wanzeler de Moraes

Secretário: José Fernandes Barra

Tesoureiro: Janivaldo de Carvalho Cardoso

Cametá – Pará

2016

APRESENTAÇÃO

A Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá ao longo de sua trajetória engendrou esforços na qualificação administrativa, organizacional e profissional. Uma das grandes e principais mudanças foi a introdução do processo participativo de Planejamento de suas ações.

O Planejamento da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá passou a ser realizado sistematicamente a cada 03 anos sendo monitorado e avaliado a cada ano, refletindo a preocupação com as mudanças internas e externas para correção dos rumos institucionais, primando pelo melhor atendimento das demandas dos pescadores e das pescadoras artesanais a ela afiliados e afiliadas.

Nesse contexto de mudanças o pescador artesanal consolida saberes que promovem mudanças e estas mudanças aprimoram o saber que é introjetado na VISÃO da organização alimentando um ciclo vertiginoso de reflexão que se consolida na atuação da Colônia de Pescadores para além do grupo social específico atingindo toda a sociedade cametaense.

Este documento sintetiza o Planejamento da Colônia de Pescadores Z-16 de Cametá realizado nos dias 11 e 12 de março de 2016, na sede da Colônia de Pescadores auditório Juvenal Viana Teles.

Colaborou como facilitador o Engenheiro Agrônomo Waldir Trindade.

AREA DE ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA DA COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 DE CAMETÁ

Estatutariamente a jurisdição de atuação administrativa da Colônia de Pescadores z-16 é o território do Município de Cametá. Porém o raio de atuação e alcance de suas ações se dá em todo o território nacional.



Atualmente a Colônia de Pescadores z-16 de Cametá possui em seu quadro 14893 (quatorze mil oitocentos e noventa e três) associados e associadas. Organizacionalmente conta com 92 Coordenações de Base, que tem a função de ser o canal de atendimento direto do pescador para atendimento de suas demandas tanto de documentos como de informações sobre a política da entidade.

PALESTRA: O SABER SOCIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS DE CAMETÁ

Waldir Sousa da Trindade
Assessoria Técnica/Facilitador

Adaptado a partir da Tese de Doutorado "SABERES SOCIAIS E LUTA DE CLASSES: UM ESTUDO A PARTIR DA COLÔNIA DE PESCADORES ARTESANAIS Z-16-CAMETÁ/PARÁ" de Doriedson Rodrigues

- ▶ Colônia Z-16 - saberes vêm sendo moldados pela presença do mercado nas relações socioeconômicas;
- ▶ Dois modelos de gestão: de um lado, um modelo participativo, envolvendo os pescadores em fóruns de discussões e deliberações; de outro, um modelo voltado para o gerencialismo;
- ▶ Saberes produzidos no interior desse contínuo organizativo refletem um processo de luta contra o capital, à medida que se consegue ainda um exercício de gestão pautado na democratização das decisões e no envolvimento dos pescadores, mesmo diante da entrada de um modelo gerencial de organização;
- ▶ Consciência de classe nessa mediação que os pescadores realizam entre a gestão participativa, com predomínio do coletivo sobre o individual demonstrado na **Participação das mulheres**; na elaboração de **Acordos de Pesca**;
- ▶ **Caráter coletivo** das ações da colônia ao mesmo tempo assumindo um **Caráter formativo** das ações da colônia;
- ▶ Coordenações de Base como células de Z-16 democracia participativa;
- ▶ Colônia – autogestão-autonomia no desenvolvimento de ações afirmativas, à medida que se propõem ações, dentro de diretrizes previstas pela própria entidade.

DESENVOLVEM O EMPREENDEDORISMO

- Buscarem outro empreendimento, gerenciando projetos para além da pesca;
- Criação da cooperativa – pescador empreendedor – gestão dos empreendimentos;
- Captação de recursos por meio das associações – autonomia das organizações;
- Mercantilização vem se dando em quatro frentes de produção e comercialização: coleta de mel, fabricação de gelo, extração de palmito a partir do açazeiro e produção de alevinos.
- É preciso considerar, em sentido mais profundo, que a organização dessa cooperativa veio responder a necessidades político-sociais da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16, no sentido de garantir-lhe o empoderamento político que adquirira a partir de incentivos do Governo Federal junto aos seus membros, o que pode ser compreendido a partir da relação entre três elementos-chave, a saber: **os impactos ambientais da Hidrelétrica de Tucuruí sobre os ribeirinhos; o surgimento do Seguro-Defeso por parte do Governo Federal; a criação dos Acordos de Pesca.**

O planejamento de 2014

Pontos positivos e negativos elencados pelo grupo social

PONTOS	GRUPO 1(Simone)	GRUPO 2 (Leonor)	GRUPO 3(Lucio)	GRUPO 4 (Rosana)
POSITIVOS	<p>Organização dos documentos</p> <p>Acesso dos coordenadores</p> <p>Assinatura on-line</p> <p>Problema informado na hora ao pescador</p> <p>Rapidez na assinatura e na liberação das parcelas</p> <p>Consultório odontológico.</p> <p>Compra da acolhida.</p>	<p>Boa organização da assinatura.</p> <p>Documentação Médico odontólogo</p> <p>Curso de informática.</p>	<p>Assinatura on-line.</p> <p>Assinatura fora do auditório</p>	<p>Assinatura on-line.</p> <p>Informação do problema ao pescador no ato da assinatura.</p> <p>Não envolvimento da diretoria com senhas da caixa.</p> <p>Documentação antecipada com revisão do coordenador.</p> <p>Consultório.</p> <p>Informática.</p>
NEGATIVOS	<p>Assinatura de sócios sem a presença e permissão do coordenador.</p> <p>RGP não recadastrado</p> <p>Documentos que foram entregues e desapareceram.</p> <p>Bebedeira exagerada no trapiche.</p> <p>Falha no portão de baixo permitiu acesso livre ao auditório.</p> <p>Funcionários desconhecidos</p>	<p>Pescador que não assinou por falta de carteira RGP</p> <p>Pouco servidor</p> <p>Descumprimento do calendário da assinatura.</p> <p>Excesso de RGP cancelado.</p> <p>Coordenador que joga sócio contra a diretoria.</p> <p>Falta de dinheiro para pagar a % dos coordenadores.</p> <p>Sistema de internet insuficiente</p> <p>Sócio bêbado assinando.</p>	<p>Falha no sistema de internet.</p> <p>Pouco servidor.</p> <p>Carteira da SEAP com muito erro.</p>	<p>RGP não recadastrado.</p> <p>Servidores não chegaram na data causando despesas ao pescador.</p> <p>Pouco servidor para muito pescador.</p>
	<p>Organizar a segurança</p> <p>Apresentar talão de mensalidade para utilizar</p>	<p>Permanência da mensalidade em 10,00 em 2015</p>	<p>Menos pessoas para assinar por dia.</p>	<p>Fazer logo o registro dos associados novos</p>

PROPOSTAS	<p>serviços na colônia</p> <p>Apresentar aos coordenadores funcionários novos.</p> <p>O sábado deve ser exclusivo para filhos de pescadores na informática.</p> <p>Incluir a % dos coordenadores na prestação de contas</p> <p>Ambulancha para os pescadores.</p> <p>Caixa na colônia.</p>	<p>Esclarecimento do patrimônio da colônia: voadeira, rabeta e carro.</p> <p>Valorização e limpeza no trapiche.</p> <p>Mais vagas no sábado para filhos de pescadores na informática.</p>	<p>Para poupar advogado a colônia deve credenciar pessoas para resolver os seguros bloqueados.</p> <p>Ambulancha para os pescadores.</p> <p>Médico oftalmologista na colônia.</p>	<p>no MPA.</p> <p>Ampliar o espaço dos servidores.</p> <p>Recadastramento do RGP até na data do aniversário do pescador.</p> <p>Incentivo a criação de peixes em tanques e ao reflorestamento.</p>
------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Demandas originadas no Planejamento 2014

LINHAS DE AÇÃO	FORMAÇÃO	ASSISTÊNCIA SOCIAL	ORGANIZAÇÃO	ESTRURA
PROPOSTAS AGREGADAS	Capacitação dos coordenadores (as)	Médico oftalmologista	Recadastramento	Construção do novo auditório
	Seminário para jovens	Compra de ambulancha	Planejamento	Caixa na sede colônia
	Seminário para mulheres	Produção de mudas	Assessoria	
	Seminário dos acordos de pesca		Legalizar os tanques	
			Bebidas x seguro	
			RGP cadastrado	
			Comercializar mel	

NÍVEL DE ATENDIMENTO DAS DEMANDAS LEVANTADAS EM 2014

Demanda	Nível de atendimento	Status
Recadastramento	Realizado nas coordenações nos meses de março, abril e maio	Atendido completamente
Planejamento	Deve ser realizado a cada 03 anos sendo avaliada a cada ano	Não foi realizado em 2015 sendo atendido com este evento
Capacitação dos Coordenadores	Os temas mais solicitados para 2015 devem ser: MEIO AMBIENTE. PREVIDENCIA SOCIAL, DIREITOS E DEVERES, RELAÇÕES HUMANAS, ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	NÃO REALIZADO
Seminário para Mulheres e Jovens	Buscar parceria para organizar	Não atendido
Seminário dos acordos de Pesca	Buscar parceria para organizar	Não atendido
Caixa eletrônica na colônia	José Fernandes informou que a discussão com o Banco avançou, mas tecnicamente não pode ser atendido devido questões de segurança	Tornou-se INVIÁVEL
Assessoria	Demandam assessoria devido paralização dos projetos de investimento sócio-produtivo	Atendido com a contratação de dois profissionais
Venda de bebidas no período da assinatura do seguro (bares)	Problema equacionado	Atendido
Construção de um novo auditório	Projeto já iniciado	Em andamento
Compra de voadeira para atuar como ambulancha	Legalmente a Colônia não pode fazer remoção de pacientes	NÃO VIÁVEL POR QUESTÕES LEGAIS
Comercialização de mel	Precisa reestruturar a atividade	A ser atendido
Licenciamento dos tanques de piscicultura	Atendido parcialmente	A ser atendido
Produção de mudas diversificadas	Elaborar projetos e detalhar operacionalização	A ser atendido
Seminário Acordos de Pesca	Buscar parceria para a realização	A ser atendido

PLANO OPERATIVO 2016-2018 – demandas a serem atendidas em 2016/2017/2018

AÇÕES	INDICADORES
Planejamento	Avaliação anual a ser realizada no final do ano ou início de 2017
Assessoria	2 técnicos contratados
Legalizar os tanques de piscicultura	150 Tanques legalizados com DLA
Comercializar Mel	3000 kg de mel comercializados através do PAA
<ul style="list-style-type: none"> • Mapear as áreas de produção • Capacitação em apicultura • Revitalizar e ou implantar novas unidades de produção • Construir a casa do mel 	
Médico Oftalmologista na Colônia	Diretoria vai atuar para viabilizar a exemplo da Odontologia
Produção de Mudas	Projeto a ser elaborado e apresentado na instituição até final de abril
<ul style="list-style-type: none"> • Definir local • Elaboração do Projeto de Viveiro 	
Capacitação dos Coordenadores	Diretoria e técnicos iniciam articulações para viabilizar a realização dos eventos ainda em 2016
<ul style="list-style-type: none"> • Meio ambiente • Previdência Social • Direitos sociais • Relações humanas • Associativismo e Cooperativismo 	
Realização de Seminários	Diretoria e técnicos iniciam articulações para viabilizar a realização dos eventos ainda em 2016
<ul style="list-style-type: none"> • Temática Jovens • Temática Mulheres • Acordos de Pesca 	
Projetos de Educação Informal	Organizar curso preparatório pré-vestibular
<ul style="list-style-type: none"> • Projeto rede de Conhecimento • Inclusão Digital 	Continuidade do projeto de inclusão digital
Projetos Técnicos	Técnicos apresentam essa demanda até final de maio de 2016
<ul style="list-style-type: none"> • PNHR – Habitação Rural • Projeto Tanque-rede • Plano Safra / DAP 	Enviar solicitação ao MDA para credenciamento da Colônia para emissão de DAP e elaboração dos projetos de investimentos.

CONTATO

Waldir Sousa da Trindade
Atividades Técnicas de Suporte Nível III
Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

Email: waldir.trindade@sta.incra.gov.br

Telefones: (91) 991442985

PLANEJAMENTO OPERACIONAL 2016-2018

DIRETORIA TÉCNICA 2015-2018

Presidente: Waldir Sousa da Trindade

Vice-Presidente: Antônio Carlos de Souza

Supervisor: João Fernando de Souza

Técnicos: Antônio Carlos de Souza

Caracas - Pará

2018